

Anais

FÓRUM NACIONAL DE PUBLICAÇÕES

Ano 2/2023

Volume 8



Anais

Volume 8

**Fórum Nacional de
Publicações
(Anais)**

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora

© 2023 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora

CNPJ: 39.242.488/0002-80

www.homeeditora.com

contato@homeeditora.com

9198473-5110

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação

Autores

Design da capa

Worges Editoração

Revisão de texto

Autores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



F745

Fórum Nacional de Publicações / Home Editora. – Belém: Home,
2023.

(Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023-Vol 8)

Livro em pdf

ISBN 978-65-84897-37-3

DOI 10.46898/home.9786584897373

1. Fórum Nacional de Publicações. I. Home Editora. II. Título.

CDD 050

Índice para catálogo sistemático

I. Publicações em série



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo 1	9
A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA INTERVENÇÃO DO EDUCAN- DO COM TEA - TRANSTORNO DO EXPECTO AUTISTA	9
Capítulo 2	23
ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO E O FAZER PEDAGÓGICO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR	23
Capítulo 3	37
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SUA CON- TRIBUIÇÃO NO PROCESSO NO ENSINO APRENDIZAGEM	37
Capítulo 4	51
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E O APRENDER NA EDUCA- ÇÃO INFANTIL	51
Capítulo 5	67
O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA SU- PERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALU- NOS COM DEFICIENCIA INTELECTUAL	67
Capítulo 6	83
O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA E SUA IN- FLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASI- LEIRA: UMA LEITURA DE PRODUÇÕES SOBRE O TEMA	83
Capítulo 7	101
A ARTE VISUAL E A MEDIAÇÃO DE LEITURA DE IMA- GEM	101
Capítulo 8	119
BAIRRO PRIMAVERA X ELEIÇÕES 2024 EM IBIRITÉ/MG: apa- tia dos eleitores pela política municipal	119
Capítulo 9	151
A EVOLUÇÃO ESTILÍSTICA DO CANTOR JÃO: UM ESTUDO SEMIÓTICO DA MODA AO LONGO DA SUA TRAJETÓRIA MU- SICAL	151

Capítulo 10.....	173
SERÁ QUE É PINTURA O ROSTO DA ATRIZ... ATOR E PERSONAGEM, DUAS FACES NAS ENTRANHAS DA INTERPRETAÇÃO.....	173
Capítulo 11.....	187
EXPLORANDO A EFICÁCIA DOS JOGOS NO APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	187
Capítulo 12.....	197
PERSONALIZAÇÃO E MARKETING DIRECIONADO NA WEB: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA ERA DIGITAL.....	197
Capítulo 13.....	207
E NO ENTANTO É PRECISO ENCENAR E ENCANTAR A CIDADE... O TEATRO DE RUA COMO PRODUTOR DE SENTIDOS E POTÊNCIA CULTURAL.....	207
Capítulo 14.....	221
AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG.....	221
Capítulo 15.....	265
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador	265
Capítulo 16.....	341
TECNOLOGIA NO DIA A DIA: EVOLUÇÃO E APLICAÇÃO NO COTIDIANO DAS PESSOAS.....	341
Capítulo 17.....	361
UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões	361
Capítulo 18.....	377
ANÁLISE SALARIAL DOS VEREADORES DE IBIRITÉ/MG ENTRE 2001/2004 A 2021/2024: breves comentários.....	377

APRESENTAÇÃO

Autores e autoras,

Apresento a vocês os Anais do Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023 publicado pela Home Editora, com a certeza de que essa é mais uma obra que contribuirá para a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Os trabalhos acadêmicos apresentados neste livro, em sua maioria frutos de proficuas pesquisas acadêmicos (TCC, monografia, dissertação, tese), decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões nas suas respectivas áreas; pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que vêm sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores experientes e novatos no desenvolvimento social e científico que possa melhorar a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Acredito, verdadeiramente, que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Esse livro é parte da materialização dessa utopia.

Ednilson Ramalho

Editor-Chefe

**A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA
INTERVENÇÃO DO EDUCANDO
COM TEA - TRANSTORNO DO
EXPECTO AUTISTA**

Eliana Batista de Carvalho
Eliane Neves Martins Nunes
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.f1709883-c23a-477c-9dff-
06b7e4337d06

A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA INTERVENÇÃO DO EDUCANDO COM TEA - TRANSTORNO DO EXPECTO AUTISTA

Eliana Batista de Carvalho
Eliane Neves Martins Nunes
Ozana dos Anjos Santana

RESUMO: O artigo tem como objetivo abordar um estudo bibliográfico sobre a Educação Especial e a importância da Neuropsicopedagogia no processo educacional do educando diagnosticado com Transtorno do Expecto Autista (TEA), a pesquisa é mostra fundamental por uma visão epistemológica e científica que traz importantes contribuições educativas e éticas para pedagogos e estudantes da área educacional que procuram compreender o comportamento humano e relevantes concepções a cerca das ciências e o desenvolvimento cognitivo e comportamental do aluno. O mesmo tem o objetivo de destacar fragmentos primordiais para a trajetória inclusiva da sociedade, buscando dados bibliográficos que trazem acontecimentos e apontamentos do avanço pedagógico e desenvolvimento educação inclusiva. , pois apresenta o pensamento e tese a luz de autores MANTOAN (2004), ARANHA (2005), ORRÚ (2012) e FERNANDEZ (2001), que versam sobre a temática. Sendo possível observar uma vasta melhoria da qualidade de ensino de alunos com Autismo juntamente com o apoio e mediação de professores e profissionais especializados em dificuldades de aprendizagem e comportamento. Refletir a respeito da neurociência da nos dias de hoje, é pensar nas possibilidades de desconstrução da sociedade inclusiva, sendo eles, históricos ou educacionais e refletir sobre uma perspectiva concreta de uma realidade evoluída socialmente e educacionalmente pela sociedade.

Palavras-chave: Educação. Neuropsicopedagogia. Autismo. Educacional

NEUROPSYCHOPEDAGOGY IN THE INTERVENTION OF STUDENTS WITH ASD - AUTISTIC EXPECT DISORDER

SUMMARY: The article aims to address a bibliographical study on Special Education and the importance of Neuropsychopedagogy in the educational process of the student diagnosed with Autistic Expectation Disorder (ASD), the research is a fundamental sample for an epistemological and scientific vision that brings important educational contributions and ethics for pedagogues and students in the educational area who seek to understand human behavior and relevant conceptions about science and the student's cognitive and behavioral development. It aims to highlight key fragments for the inclusive trajectory of society,

seeking bibliographic data that bring events and notes on pedagogical advancement and development of inclusive education. , because it presents the thought and thesis in the light of authors MANTOAN (2004), ARANHA (2005), ORRÚ (2012) and

FERNANDEZ (2001), who deal with the theme. It is possible to observe a vast improvement in the quality of teaching of students with Autism together with the support and mediation of teachers and professionals specialized in learning difficulties and behavior. Reflecting on the neuroscience of today is thinking about the possibilities of deconstructing an inclusive society, whether historical or educational, and reflecting on a concrete perspective of a reality socially and educationally evolved by society.

Keywords: Education. Neuropsychopedagogy. Autism. Educational

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a sociedade vem passando por diversas mudanças no campo da inclusão, ações que refletem na inserção do aluno com necessidades especiais na escola, independentemente de suas limitações na busca pelo direito a uma educação de qualidade. Dentro deste campo inclusivo, o aluno com TEA apresenta inúmeras dificuldades de desenvolvimento, necessita de um trabalho de intervenção social e pedagógico para esse comprometimento da escola e da sociedade em aceitar e respeitar suas limitações.

Com isso, dentro do campo educacional Inclusivo, a Neuropsicopedagogia Institucional está relacionada ao conhecimento interligado aos princípios das Ciências Humanas como Psicológicas, Pedagógicas, Sociológicas, Antropológicas agindo contra o fracasso escolar, compreendendo o erro como um processo de construção e desenvolvimento do ensino a favor das interações do conhecimento cognitivo.

A importância do tema abordado traz reflexões a cerca do processo de inclusão do Educando com TEA no ensino regular, trazendo as contribuições do profissional Neuropsicopedagogo como responsável pela reintegração pessoal, assumindo o papel na solução de problemas e dificuldade de aprendizagem na alfabetização. Diante do que foi exposto, o principal objetivo deste artigo é analisar as contribuições do profissional especializado com o aluno autista, oportunizando uma reflexão a respeito da importância das ciências dentro do processo educacional.

Esta pesquisa tem como opção metodológica o estudo bibliográfico realizado por meio de um levantamento de informações documentais,

pesquisas científicas e educacionais. Na primeira parte deste artigo será abordado o conceito de Educação Inclusiva diante da Neuropsicopedagogia institucional.

A segunda parte tratará o Autismo e suas especificidades clínicas e pedagógicas e a terceira parte aborda mais especificamente a inclusão desse aluno com TEA na escola e qual a importância do profissional especializado nesse processo de educação.

Diante do que foi exposto, o principal objetivo deste artigo é analisar as contribuições do profissional especializado com o aluno autista, oportunizando uma reflexão a respeito da importância das ciências dentro do processo educacional.

Dessa forma, foi possível identificar o autismo como uma ampliação de conhecimentos na área de Educação Especial, trazendo a importância das ciências no desenvolvimento cognitivo a contribuir com a formação da autonomia. Essa temática reafirma a necessidade de compreensão da diversidade humana, contribuindo para uma sociedade mais ética e democrática, empenhando em um aprendizado de qualidade a todos.

2 INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais tem tomado grande lugar nas discussões e mudanças no contexto social e educacional, com o surgimento de mecanismos de regulamentação que proporcionam uma garantia de igualdade de direito entre todos. Um desses exemplos é a elaboração de grandes documentos que proporcionam olhar para as deficiências e trazem novos rumos para essa contemporaneidade.

É significativo contextualizar a educação especial desde seus primórdios até a atualidade para que se perceba que as escolas especiais são responsáveis pelo avanço da inclusão e não causadora da negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de ter acesso à educação, isto é, mostrando que essa exclusão e inclusão das pessoas estão atreladas às questões culturais e sociais.

De acordo com estudos relevantes a trajetória da deficiência, as

peças eram completamente abandonadas e até mortas após serem diagnosticadas, era vítimas de exclusão e rejeitadas socialmente. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 19):

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. (p. 19).

Nesse contexto, as crianças diagnosticadas com algum tipo de dificuldade ou diferença, eram privadas do convívio familiar e social, sendo internadas em manicômios e presas dentro de casas sem nenhum direito a liberdade e longe das pessoas, sem reconhecimento do direito à educação, reabilitação, seguridade social, trabalho, transporte, lazer e cultura. Era como se o ser humano não representasse nada para a sociedade, sendo afastados e passando o resto dos dias atrás de muros e grades de mansões e fazendas, sem nenhum significado para a sociedade.

Ao longo dos últimos séculos, observa-se um significativo avanço nos aspectos gerais da vida, sendo sociais, educacionais e econômicos. Os investimentos nas organizações de serviços e programas de atenção as necessidades individuais, trouxe as condições especiais à nova trajetória, levando o diagnóstico de pessoas com necessidades para uma visão clínica, separadamente da educacional e social.

A partir do século XX, surgem as ideias de educação para todos, acompanhados por leis e especificidades de acordo com cada indivíduo. Segundo Mendes (2006), a criação se tornou intolerável com relação a pessoas com deficiência e colaborou para a criação de políticas de surgimento de sistemas educacionais em prol dos Direitos Humanos.

Mudanças passam a correr desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a LDB de 9.394/96 que correspondem a inclusão e permanência de pessoas com deficiência na escola, independentemente se sua deficiência, transtorno ou habilidades. Diante disso, Aranha (2005) diz:

A história da atenção à pessoa com necessidades

educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas. (p. 5).

Desse modo, a educação inclusiva é um processo de formação global, de igualdade e respeito às diferenças, na oportunidade e autonomia, a educação trata-se de um processo ativo, possibilitando a interação com a sociedade e criando possibilidades de construção do conhecimento. A partir desse ponto de vista, Freire (2003, p.25) afirma que "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e a sua construção". Ou seja, a escola é responsável de oportunizar o aluno a criar responsabilidades de crescimento e desenvolvimento social, trazendo as necessidades como uma fonte aliada de superação e condições de vida.

Observando esse processo de inclusão escolar, os modelos tradicionais de deficiência e transtornos tendem a direcionar diversos traços de comportamento do aluno, nesse campo específico de educação se encontra o transtorno de desenvolvimento chamado Autismo (TEA), definido pela perspectiva patológica como um agravamento no sistema neurológico, acompanhado de uma inabilidade de interação social, dificuldade de domínio de linguagem e comunicação, desde graus mais leves e até a incapacidade de manter qualquer tipo de contato pessoal e a dicção de comportamento agressivo acompanhado de um retardo mental. Esses traços comportamentais estão de acordo com as palavras ditas por Orrú (2012) que define o autismo como:

Incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. (p.19).

A princípio notou-se que o autismo tinha maior incidência em crianças que possuíam uma vasta incapacidade de estabelecer qualquer contato afetivo, levando então às crianças a inabilidade inata básica para interagir

emocionalmente com os outros, levando assim, a uma falha no reconhecimento de estados mentais (SANTOS, SOUSA, 2005, p. 11).

Portanto levando em conta, estudos de Kenner, médico do departamento de psiquiatria infantil do Hospital Johns Hopkins, descreve o autismo como “distúrbio afeta a interação da criança com seu ambiente, e pessoas desde o início de sua vida” (SANCHES, 2013), seus estudos acompanha a criança desde seu nascimento, avaliando mudanças de expressão, estímulos linguísticos e alterações na rotina. Além disso, Kenner se apropria do termo “fuga da realidade”, igualmente diagnosticada em pacientes com esquizofrenia, ou seja, características de isolamento e agressividade, porem com diferenças de idade.

Atualmente, de acordo com Orrú (2012), o autismo é considerado como:

Uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica. (p. 21).

Em complemento, Silva (2012) reforça essa nova perspectiva do autismo como sendo fatores originais de desenvolvimento, fundamentados pelas neurociências como tem demonstrado:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema. (p. 41)

Com isso, a evolução do âmbito de relação entre o autismo e o individuo esta na capacidade de compreensão de suas funções executivas, sendo acompanhadas pelas neurociências e pela interação do individuo com o ambiente. Apesar desse avanço da temática, a etiologia ainda é fruto de discussões entre a comunidade científica, entretanto, não exclui o fator d diagnostico neurológico, como descreve Rotta (2007):

Uma pessoa com comportamentos que preencham requisitos para o diagnóstico de autismo pode ter um exame cromossômico que dê o diagnóstico de X frágil. Neste caso, os sintomas comportamentais seriam consistentes com um diagnóstico de autismo com todas as implicações que isso possa ter em termos de manejo e prognóstico, e a causa biológica para essa síndrome comportamental seria a síndrome do X frágil, com as devidas consequências em termos genéticos e de prognóstico (p.427).

Portanto, essa característica multifuncional do autismo esta relacionada a manifestações de diversas formas e intensidades, demonstrando o diagnostico como caraterísticas de patologia, ou seja, possuir o extremo do aspecto e peculiaridades severas, deixando o indivíduo com TEA, uma “caixa de surpresas de sintomas” descrito Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IVTR) de 1995, transformando o autista em uma condição única. O direito de acesso ao ensino é um exercício de cidadania.

O cidadão independente de sua condição física, psicológica, moral, econômica e social tem o direito de usufruir os espaços municipais, estaduais, e federal de educação, assegurado pelo Decreto nº 6.094/2007. A Declaração de Salamanca (1994) deixa bem clara as questões que envolvem a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas em que:

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (p 01).

A aprendizagem é considerada um fator essencial para o desenvolvimento do ser humano. O homem, diferente do animal, ao longo da vida vai apropriando-se de saberes importantes, inserindo-se no mundo simbólico da cultura transformando-se e modificando o mundo através da participação do outro. Para que essa educação com a criança com TEA tenha resultados, destaca o a importância da mediação pedagógica, reforçando o papel da ação mediadora que o professor desempenha no ensino. Para Orrú (2012):

O professor em sua relação com o aluno conduz a apreensão dos significados tomados, também dos conceitos elaborados, além de fazer uso de instrumentos e da sua própria linguagem em seu processo de ensino e aprendizagem, tornando o conhecimento mais acessível (p. 09).

Entende que nesse processo, a importância da atuação do professor na educação do aluno com autismo, sendo devidamente organizada e planejada pode ser fundamental para a aprendizagem. Dessa forma, o professor tem o conhecimento, capacidade de resolução de problemas, o torna autor desse ensino. Assim como a Declaração de Salamanca (1994), tem-se ainda a

Política Nacional Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que define:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (p. 15).

As escolas devem estar preparadas para receber esses alunos, buscando meios para que de fato a inclusão aconteça e atenda a necessidades dos alunos com deficiência.

O citado documento diz ainda que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (p. 15).

Nesse sentido, o acompanhamento educacional recebido pelo aluno deve ser um complemento de sala de aula, já que ele, diante de sua limitação, não tem condições de reter todas as informações necessárias, havendo a necessidade de receber esse atendimento educacional especializado.

O conhecimento da linguagem que o aluno traz é de extrema importância para seu desenvolvimento cognitivo e neurológico, dessa forma, o professor tem o papel de trabalhar essas experiências por meio da interação verbal. As dificuldades existentes nesse processo são entre a relação do sucesso da linguagem oral, levando em conta as habilidades intelectuais. Essa aprendizagem significativa está relacionada a fatores neurológicos, ou seja, um processo dinâmico de comportamentos e habilidades de interação social.

A Neuropsicopedagogia nesse contexto é definida por um campo do conhecimento que interage diferentes partes das ciências humanas juntamente com o processo comportamental, desconstruindo o fracasso escolar e dando oportunidades de entender o erro, compreendendo como

parte do processo de construção das habilidades cognitivas. Para Fonseca (2014):

[...]“a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo em que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino” (p.01).

Desse modo, caracterizam-se na especialidade do processo de ensino e aprendizagem, avaliando indivíduos com dificuldades de aprendizado, observando processos históricos, sociais, culturais, e econômicos. O processo cognitivo do aluno está integrado ao seu funcionamento do cérebro, a interação dos sistemas neurotransmissores está integrada aos fatores psicológicos ou biológicos, precisam estar em ampla sincronia para o alcance do sucesso escolar.

É importante lembrar que a Neuropsicopedagogia está inserida no processo educacional como propícia de saberes, desde comportamentos, pensamentos, emoções e principalmente, afetividade. Dessa forma, a função de um profissional é buscar tratamentos efetivos para variados distúrbios, transtornos ou doenças que prejudicam a capacidade cognitiva do aluno, para que haja uma intervenção estimuladora para o desenvolvimento do aluno de acordo com o seu ritmo escolar.

Ao longo dos anos, o campo da Neurologia, Psicologia e a Pedagogia, cientificamente estabelecidas pelas Neurociências, têm procurado soluções para indivíduos afetados por distúrbios neuronais, buscando propostas pedagógicas de alcançar o estudo das ciências por meio das áreas do conhecimento cognitivo, ou seja, fazer relações de aprendizagens providos do processo de diagnóstico e reabilitação para a prevenção desses distúrbios de aprendizagem.

Conforme Cosenza e Guerra (2011):

As neurociências não propõem uma nova pedagogia e nem prometem solução para as dificuldades da aprendizagem, mas ajudam a fundamentar a prática pedagógica que já se realiza com sucesso e orientam ideias para intervenções, demonstrando que estratégias de ensino que respeitam a forma como o cérebro funciona tendem a ser mais eficientes. (p.139).

Em linhas gerais, os alunos que apresentam deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou transtornos de comportamento no âmbito escolar, são

amparados pela Educação Inclusiva. Desse modo, a escola tem a função de adaptar e atender essas necessidades e inseri-los em classes regulares sem restrições. O Neuropsicopedagogo tem a função de diagnosticar e procurar novos pareceres clínicos para alcançar um caminho de aprendizado, trabalhando juntamente com outras intervenções para melhor eficácia e redução dos problemas.

Os estudos a respeito do funcionamento do cérebro relacionado às manifestações comportamentais vêm criando impacto no processo educacional, a ciência tem se tornando a chave desse processo de desenvolvimento humano. Segundo Cunha (2013) antes de começar a criar linhas de estudo com um aluno autista, é necessário à observação de comportamentos para o início do trabalho. O autor ainda aponta à importância de se trabalhar a capacidade de atenção e concentração e socialização desse aluno, como trabalhos com massa, pintura, desenhos, jogos, etc., buscando sempre aumentar com atividades de interesse dele. Para Fernández (2001):

Os estudos em Neuropsicopedagogia remetem a prática de um propósito comum de toda construção teórica; contudo esta ocorre como uma intervenção psicopedagógica, onde a psicopedagogia tem como propósito abrir espaços objetivos e subjetivos de autoria de pensamento; sendo necessário propor situações, onde o pensamento não é somente uma produção cognitiva, mas é um entrelaçamento inteligência-desejo, dramatizado, representado, mostrado e produzido em uma ação. (p. 51).

Dessa forma, esses especialistas são instruídos para compreender o cérebro e suas conexões dos neurocognitivos, atuando nos âmbitos sociais e intervendo o aluno autista em seu desenvolvimento, ampliando sua capacidade de intervir e criar situações de socialização. A formação desse profissional especialista traz um impacto positivo no trabalho voltado a crianças com TEA, o trabalho é complexo e envolve diversas funções cognitivas, onde a memorização, interação e a emoção são conteúdos principais desse aprendizado.

3. CONSIDERAÇÕES

Com base nessas reflexões, é possível observar uma vasta melhoria da qualidade de ensino de alunos com Autismo juntamente com o apoio e mediação de professores e profissionais especializados em dificuldades de

aprendizagem e comportamento. O profissional Neuropsicopedagogo traz consigo a visão profissional de compreender e avaliar o aluno e prover um diagnóstico comportamental que poderá auxiliar na mediação de novas propostas de ensino.

Através de estudos realizados durante o desenvolvimento do trabalho, supõe que o autismo esta associado a alta complexidade da prática de uma construção teórica do professor, ou seja, a construção da intervenção pedagógica em caso de alunos com autismo se tem por finalidade reconstruir o processo de aprendizagem, trazendo as ciências humanas com o proposito de criar novas situações de socialização, memorização e desenvolvimento cognitivo. Trabalhar as funções neurológicas é compreender o papel do cérebro em aplicar estratégias de desenvolvimento, podendo criar novas capacidades de intervenção e aprendizagem.

Com relação ao trabalho proposto pelo educador no atendimento a criança, é possível compreender um processo comportamental, a ideia de aprendizagem se dá pela necessidade de trabalhar essas dificuldades e se ver em total interação com a família e a sociedade, portanto, necessita dessa parceria para a construção do ensino.

Conclui-se então, que diante da complexidade educacional que o aluno com autismo se encontra, juntamente com o apoio das neurociências, é necessário que haja uma total orientação e capacitação dos professores e dos sistemas de apoio para essa desmitificação, melhorando as técnicas e didáticas dentro de sala de aula, melhorando a eficácia do ensino, possibilitando ao aluno um ambiente socializador e motivador e com isso, possibilitando ao aluno autista adquirir novas habilidades pedagógicas para a vida.

A partir de então, faz - se imprescindível o apoio das politicas e aproximação da família oportunizando novos caminhos para a inclusão e possibilidades de socialização do aluno com autismo nas escolas de ensino regular.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais**

especiais dos alunos. Brasília: 2005.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV).** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC, SEESP, 2001. CARVALHO, Rosita Elder. O Direito de Ter Direito. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

CASTANHA, Benine **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: Desafios e Possibilidades.** Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor. Versão Online. Paraná. 2016.

FEITOSA, Wagner Avelino. **A neuropsicopedagogia no cotidiano escolar da educação básica.** Revista Educação em Foco – Edição nº 11. 2019.

ERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento.** Porto Alegre: Artmed Editora, página 55, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, A.S.F. **Inclusão social e municipalização.** In: **Novas Diretrizes da Educação Especial.** São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, p. 28, 2006

ORRÚ, E. S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

RODRIGUES. LIMA. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão.** Revista interterritórios. Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

ROTTA, N. T. **Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto alegre: Artmed, 2007.

SANCHES, Papim. **Autismo e inclusão:** levantamento das dificuldades

encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo. UNISALESIANO. São Paulo. 2013.

**ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO
E O FAZER PEDAGÓGICO DO
PROFESSOR ALFABETIZADOR**

Aurora Maria Alves Pinto
Eliane Neves Martins Nunes
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.7105a676-2b27-4ea5-9722-
9e5a751597f5

ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO E O FAZER PEDAGÓGICO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

AURORA MARIA ALVES PINTO

ELIANE NEVES MARTINS NUNES

OZANA DOS ANJOS SANTANA

Resumo:

Apresenta uma breve reflexão sobre Alfabetização e Letramento, tendo como base na prática pedagógica de professores alfabetizadores do ensino fundamental da Escola Municipal Francisco Antonio de Souza POLO. O estudo teve a fundamentação teórica construída com base em autores que disserta relativamente ao tema Alfabetização e Letramento, bem como os saberes do ensino da língua na perspectiva dos gêneros textuais, propondo uma relação ao percurso metodológico, partindo de uma abordagem qualitativa, a qual teve como instrumento de coleta de dados um questionário composto por perguntas abertas e fechadas. Os dados confortados na pesquisa exprimiram que a docente abrange a função do letramento na vida escolar e social dos estudantes, mas que este fator variante, (KLEIMAN, 2006) carece ainda refletir sobre suas práticas pedagógicas, estando concentrados aos diferentes modos do trabalho com a leitura em sala, por meio do uso dos gêneros textuais que circulam em sociedade, por exemplo. Como considerações finais, destacamos a indigência de uma prática reflexiva por parte dos professores alfabetizadores com recensão ao ensino da língua e as práticas de letramento com foco nos gêneros textuais/discursivos.

Palavras-chaves: Práticas pedagógicas; Ensino; Língua; Alfabetização; Letramento.

LITERACY LITERACY AND THE PEDAGOGICAL WORK OF THE LITERACY TEACHER

Summary:

It presents a brief reflection on Literacy and Literacy, based on the pedagogical practice of elementary school literacy teachers at the Francisco Antonio de Souza POLO Municipal School. The study had a theoretical basis built on the basis of authors who spoke on the subject of Literacy and Literacy, as well as the knowledge of language teaching from the perspective of textual genres, proposing a relation to the methodological path, starting from a qualitative approach, which had as a data collection instrument a questionnaire composed of open and closed questions. The data comforted in the research expressed that the teacher covers the role of literacy in the students' school and social life, but that this variant factor, (KLEIMAN, 2006) still needs to reflect on their pedagogical practices, being concentrated on the different ways of working with the reading in the classroom, through the use of textual genres that circulate in society, for example. As final considerations, we highlight the indigence of a reflective practice on the part of literacy teachers with a review of language teaching and literacy practices with a focus on textual/discursive genres.

Keywords: Pedagogical practices; Teaching; Language; Literacy; literacy.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização tem fomentado inúmeros debates na academia e no contexto educacional brasileiro, em especial no que diz respeito ao papel do professor enquanto mediador das práticas de leitura. Assim o fazer pedagógico ganha ênfase pelo fato de compreendermos o professor alfabetizador refletir sobre os processos de alfabetização/letramento com foco no ensino da língua nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O tema destaca o contexto brasileiro o conceito de alfabetização, já muito difundido na literatura especializada, a ação de alfabetizar”, enquanto que, alfabetizar, ainda de acordo com a autora, diz respeito ao ato de tornar o indivíduo capaz de ler e escrever.

As práticas de ensino de língua materna nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que vão além do ensino do conjunto de habilidades de forma individual, pois o aluno necessita apropriar-se da leitura e da escrita com vistas aos seus usos em contextos reais na sociedade. Os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais (ROJO, 2009, p. 98).

Desta forma, o trabalho apresenta uma breve reflexão acerca da prática pedagógica dos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental da escola municipal Francisco Antonio de Souza Polo Município de Jaraguari MS, algumas reflexões acerca da alfabetização e letramento. Vale ressaltar que o objeto de análise, deve -se na compreensão significativa entre alfabetização e letramento, isso por que, enquanto àquele corresponde à aquisição, este diz respeito ao processo de desenvolvimento da língua (SOARES, 2003).

A convicção de letramento refere-se a um conjunto de comportamentos que se caracterizam por sua variedade e complexidade, estando ainda este conjunto, de acordo com Soares (2003), entendido a partir de duas dimensões: uma individual e outra social.

O conceito de letramento é relativamente novo, tendo este aparecido no Brasil, em meados da década de 80. Na literatura, de forma geral, o termo assume diferentes sentidos, e seu uso se deu pelo fato de os linguistas perceberem um vasto horizonte para além da alfabetização, ou seja, o impacto social da leitura e da escrita nas práticas cotidianas dos indivíduos, independentemente do nível de ensino que esses possuam.

Destaca -se a posse individual de habilidades de leitura e escrita, ou seja, um conjunto de habilidades/conhecimentos linguísticos. O social, por sua vez, diz respeito à prática social, não podendo estas serem dissociadas de seus usos em sociedade.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Acerca de o fato de a noção de letramento não estar relacionado, necessariamente, ao nível de escolaridade, Conceição (2013, p.13) argumenta que “Aprender o código escrito e toda a tecnologia que o envolve é importante, é necessário, mas essa é apenas uma forma de letramento.

O letramento inclui o ensino do código escrito, mas requer também outras destrezas, como, por exemplo, o aspecto do convívio em uso, de forma que os sujeitos possam participar ativamente na sociedade da qual fazem parte. Dessa maneira, tal participação ativa nos leva a compreender o letramento enquanto o estado ou a condição de um grupo/indivíduo em decorrência da apropriação da leitura/escrita. No que diz respeito à ação pedagógica e o ensino de língua materna na perspectiva do letramento, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, há um destaque nas diretrizes curriculares nacionais sobre as práticas sociais de leitura e da escrita. Sobre isso, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) destaca que a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização de modo “[...] que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p. 59). Logo, compreendemos a necessidade de dinamizar o processo educativo por meio de uma perspectiva que dialogue com a realidade social do aluno. Nesse sentido, acreditamos que o professor

alfabetizador deve trabalhar o ensino da língua materna pelo viés da prática social, que está situada em um contexto de inter-relação, o que contribui para que os educandos elaborem sentidos e possam reconhecer-se, ou melhor dizendo, perceberem seus papéis na sociedade e no mundo. Nessa concepção interacionista da linguagem, a língua é concebida como uma ação de interação social. Desse modo, na prática pedagógica do professor alfabetizador que trabalha com as práticas de letramento e com o ensino de língua materna, o texto aparece como unidade de ensino, tomado como objeto de estudo a partir do estudo e da análise dos gêneros textuais/discursivos (BEZERRA, 2010). Assim, concebemos neste artigo, que o texto é o lugar da interação no qual os alunos em processo de alfabetização constroem sentidos a partir das leituras dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente. Sobre gêneros textuais, Marcuschi (2008) os define como textos que encontramos em nosso cotidiano, aspecto que, a nosso ver, precisa ser levado em consideração na prática pedagógica do professor alfabetizador, pois este, ao visar o trabalho com as práticas de letramento em suas turmas, deve ter consciência do papel sociocomunicativo dos diferentes gêneros textuais presentes em nosso dia a dia. Nesse sentido, pensando os gêneros enquanto entidades empíricas em situações comunicativas, faz-se necessário enfatizarmos a importância do ensino da língua materna na perspectiva do trabalho com os gêneros textuais, ou seja, tornar central a noção de gênero como instrumento de ensino-aprendizagem. 4 Ao concebermos o gênero enquanto um objeto de ensino-aprendizagem, evidenciamos, por meio do trabalho com os gêneros textuais/discursivos, que as práticas de língua/linguagem se materializam nas atividades dos educandos (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004), contribuindo para a articulação destes (os gêneros) com as práticas de linguagem, compreendendo-os, também, enquanto passíveis de serem aprendidos, mas, principalmente, como forma de interação social⁵. Dito isso, destacamos que os letramentos, “práticas relacionadas com a escrita [e leitura] em toda a atividade da vida social” (KLEIMAN, 2008, p. 489, acréscimos nossos), precisam ser trabalhados na escola com vistas a levar todos os envolvidos - professores e alunos - a refletir sobre as práticas do uso da língua/linguagem. A partir dessa posição, o docente é, sem dúvida, o responsável por colaborar com a construção de sujeitos letrados, os quais possuem papéis sociais.

O professor alfabetizador deve perceber que suas práticas são socioculturais, isso porque é ele o responsável por apresentar “modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente” (VIDAL; BICCAS, 2008, p. 25). Tais reflexões iniciais acerca dos processos de alfabetização/letramento situados no contexto de ensino de língua materna, bem como o papel do professor alfabetizador enquanto o responsável por promover modos de ensinar e aprender as atividades de situadas nas diversas práticas de letramento sociais, trataremos, a seguir, da metodologia adotada nesta investigação.

Conforme o exposto, para uma melhor compreensão do percurso metodológico traçado ao longo desta investigação, destacamos que a abordagem de pesquisa adotada foi a qualitativa com viés descritivo e exploratório. Tal escolha se deu, pois, como é sabido, o estudo qualitativo serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos de acontecimentos. Ademais, corroborando com tal afirmação, Gil (2002) argumenta que a pesquisa dessa natureza se propõe a identificar pontos que determinam para a ocorrência dos fenômenos estudados.

Sendo assim, compreendemos os gêneros textuais enquanto forma de interação social, pois, como bem destaca os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), “Todo o texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, os quais geram usos sociais que os determinam” (BRASIL, 1998, p. 21).

No método de pesquisa, optamos pelo estudo de caso, visto que buscamos investigar a relação da concepção de Letramento e Prática Pedagógica dos professores/alfabetizadores do ensino fundamental. Para tanto, como instrumentos de coleta de dados, utilizamos um questionário composto por perguntas abertas e fechadas.

Cabe destacar ainda que, com vistas às normas éticas exigidas a toda pesquisa que lide com seres humanos, compartilhamos com a colaboradora, logo após seu aceite em participar da pesquisa, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise dos dados se deu por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2016). Tal escolha justifica-se, pois, “A ATD, inserida no movimento da pesquisa qualitativa não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, a reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 33). Na ATD, o material coletado ao longo da pesquisa, ou seja, as respostas ao questionário constituem-se em significantes, os quais os pesquisadores atribuem sentidos e significados (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O tipo de pesquisa, o método e o instrumento de coleta de dados foram pertinentes para esta pesquisa, afinal, tais aspectos, ao serem agrupados dentro deste manuscrito, contribuíram para uma melhor compreensão acerca do tema aqui investigado, conceituando-nos com um maior caráter metodológico e colaborando para a discussão em foco.

Destacamos os resultados e as discussões obtidas por meio da aplicação de um questionário entregue à professora com a finalidade de compreender e refletir sobre o letramento, a prática pedagógica e o ensino da língua nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inicialmente, fora questionada: Quais os tipos de materiais de leitura levados à sala de aula pela docente.

Como resposta, a Professora destaca: “Livros paradidáticos, poemas, tirinhas, gibis, reportagens infantis sobre assuntos de interesse dos alunos”. Embora compreendamos a importância que têm os gêneros textuais por ela citados, consideramos tais textos típicos do ambiente escolar, os quais, em sua maioria, focam as tipologias do narrar e deixam de lado, por vezes, a leitura reflexiva no texto infantil (ALVES; LIMA, 2009).

Contudo, chama-nos a atenção a utilização do gênero “reportagem infantil”. Este gênero, por se tratar de um gênero altamente discursivo, é uma assertiva alternativa para o trabalho com vistas às práticas de letramento dos educandos, pois como bem destaca Koerner (2010, p. 44): “[...] uma proposta pedagógica que envolva a criança já no início de sua trajetória em práticas

sociais com a escrita, certamente gerará nela o reconhecimento desta modalidade como instrumento de interação social.”

A prática pedagógica envolvendo a interação social por meio de reportagens que circulam no cotidiano das crianças é percebida como algo bastante positivo, ganhando ainda mais notoriedade quando descobrimos que, segundo a docente, as reportagens partem de assuntos de interesses dos próprios estudantes.

A professora destacou - se com qual frequência fazia uso das seguintes alternativas em sala de aula: (1) leitura para seus alunos; (2) leitura de livros didáticos ou paradidáticos; (3) leitura de poemas/poesias; (4) troca de textos literários entre alunos; e (5) leitura de textos de circulação em sociedade (bula, jornais, tirinhas/charges etc.).

Observamos, a partir de sua resposta, que há a predominância da leitura de história para seus alunos e a troca de textos literários pelos educandos, sendo notório o pouco espaço dado à leitura dos gêneros textuais que circulam em sociedade, como a bula entre outros.

O trabalho com a leitura em suas aulas, e vimos que se dá de forma “coletiva com os alunos alfabetizados e letrados, onde os alunos têm a oportunidade de discutir e expressar suas impressões sobre o texto lido de forma coletiva.

Em relação aos alunos que ainda estão em processo de letramento e alfabetização, trabalho a leitura individual, ditado mudo e ditado falado”. A resposta fornecida pela professora nos leva a perceber que, após a leitura das histórias contadas por ela aos educandos, ou ainda a partir das trocas dos textos literários entre os alunos, é organizado um momento de conversa, a fim de que, coletivamente, todos possam expressar suas impressões acerca da leitura. Esses tipos de atividade (momentos de compartilhamentos e rodas de conversa) abrem caminhos para o envolvimento de todos os presentes, mas, ao pensar em rodas de conversa, faz-se necessário que esta aconteça a partir de contextos de letramentos compreendidos, visando, de fato, o “desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e escrita nas práticas sociais que envolvam a língua [...]” (SOARES, 2004, p. 16).

Outro ponto que nos chama a atenção, ainda nas respostas dos professores, é o fato de os alunos que estão em processo de alfabetização participarem de atividades, em certa medida defendemos ser fundamental, para uma real motivação por parte dos envolvidos, que os estudantes participem da escolha dos textos a serem lidos/trabalhados em sala (FREIRE, 1996; ZOZZOLI, 2002). Visto que um texto que faça ligação com temas do cotidiano do aluno, certamente, despertará um prazer diferenciado e singular pelo ato de ler (RITER, 2009).

Parece haver, para aqueles em processo de alfabetização, a mera transferência do conhecimento e não a criação de possibilidades para a sua produção ou construção (FREIRE, 1996), o que vai de encontro com a premissa de que a produção do conhecimento sugere o envolvimento do aluno em todo o processo educativo. Ora, o estado e a condição de letramento do indivíduo percorrem o entendimento de que ler é bem mais do que decodificar, visto que a concepção de leitura que assumimos visa à atribuição de sentidos às diferentes linguagens que circulam em sociedade.

Nessa perspectiva, a leitura é uma forma de agir no mundo, assim como assim como escrever não corresponde simplesmente a copiar ou construir estruturas linguísticas. Conforme Koch (2006, p. 29) “A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem”.

No entanto, a construção de sentidos é feita pelo leitor com base nos elementos linguísticos/textuais, assim como pela ativação dos seus conhecimentos prévios. Com a penúltima pergunta do questionário buscou-se saber como se dava o ensino da escrita em sala de aula.

Conforme as respostas dos professores: “Com pequenas produções textuais. De preferência sobre assuntos de interesse dos alunos. Enfatizando sempre o uso da letra inicial maiúscula em inícios de frases, pontuações, ortografia e gramática”. Para analisar tal resposta, inicialmente pontuamos que, novamente, os docentes destacam interesses dos alunos enquanto fator importante no processo de ensino-aprendizagem. Essa prática, sem dúvida, garante que as

crianças possam construir conhecimento entre seus pares e com a educadora, a partir da escrita daquilo que realmente lhes é interessante. Em contrapartida, nas entrelinhas, parece relacionar a escrita à codificação, evidenciando o ensino da gramática, da ortografia e da pontuação, por exemplo. Cabe-nos destacar que entendemos que o ensino de tais aspectos faz-se importante, afinal, o aluno fará uso dessas normas técnicas em toda sua vida escolar, bem como fora dela, mesmo que, por outro lado, o aluno não se detenha a uma reflexão no uso dessas atividades metalinguísticas (GOMBERT, 1996).

Nesse sentido, compreendemos a necessidade do ensino da escrita com foco em sua função social, entendendo o ensino da metalinguagem não enquanto único e exclusivo, definida por Gombert (1996) como uso da linguagem para se referir a si mesma, numa perspectiva linguística.

Na perspectiva psicolinguística cognitiva, a atividade metalinguística inclui processos de reflexão sobre a linguagem, atividades de controle consciente e planejamento interacional por parte do sujeito com relação a seus próprios processos de processamento linguístico, aspecto a ser trabalhado nas aulas, e sim enquanto aspecto que ajudará com que os estudantes venham a vivenciar, em contextos específicos, a interação social através da escrita, seja no momento de escrever um texto formal a pedido da professora ou um bilhete para seus pais. Assim, parece-nos adequado afirmar que embora a professora tenha o papel de contribuir para o letramento do aluno, esta, com base em sua resposta anterior, “[...] preocupa-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, qual seja, a alfabetização [...]” (KLEIMAN, 1995, p. 20). Por fim, o questionário trazia a seguinte pergunta: O que você entende por letramento? Em resposta, a docente nos pareceu bastante assertiva, ao passo que obtivemos como resposta: “Letramento é ir além da alfabetização. O aluno letrado, além de saber ler e escrever, deve responder adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita”.

Soares (2020) quando esta explica que a prática de letramento seria poder estar inserido nas práticas sociais e pessoais envolvendo a língua escrita, o que implica várias habilidades como: capacidade de ler e escrever com a intenção

de atingir seus diferentes objetivos, tendo assim a imersão no mundo da escrita e, com isso, o prazer em ler e escrever.

Embora pareça compreender, mesmo que de forma geral, o que é o letramento, suas práticas em sala de aula não parecem contribuir para a formação de sujeitos letrados.

É importante pontuar que o sujeito alfabetizado nem sempre é letrado, isso porque, como já supracitado, alfabetizar é tornar o aluno apto à leitura e à escrita, sem que este, necessariamente, possa ser percebido enquanto sujeito letrado, ou, dito de outra forma, aquele que participa ativamente em sociedade por meio das diferentes linguagens, fazendo múltiplos usos, em especial, da leitura e da escrita.

Compreendamos a não existência de “gêneros ideais” para o ensino (MARCUSCHI, 2008), é, por certo, segundo o autor, possível identificarmos exemplares que apresentam aspectos necessários para o ensino aprendizagem de língua materna.

Desta forma precisamos observar os gêneros como formas dinâmicas e diversas, levando em conta sua escolha com vistas a atividades discursivas distintas, ou seja, que está a partir de seu uso social. Evidenciando o texto enquanto meio de interação na/pela língua, o trabalho com os gêneros textuais em sala de aula, na perspectiva do gênero textual, tende a ser, de certo modo, facilitado.

Então cabe ao professor propor um trabalho direcionado às práticas de leitura e produção dos diferentes gêneros textuais, buscando desenvolver competências que contribuam para o letramento do educando. Desse modo, cabe ao componente Língua Portuguesa “[...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/ constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2017, p. 67-68).

Para Soares (2009) ao argumentar que alfabetizar letrando, a partir das práticas sociais da leitura e da escrita, deve ser o ideal para a formação do cidadão, de modo que este seja não apenas alfabetizado, mas também letrado.

Nessa perspectiva, a de letramento enquanto prática social a qual contribui para que o aluno esteja apto a realizar a leitura do mundo e, o agir sobre ele que formulamos a nossa compreensão acerca da prática pedagógica do professor de língua materna, este enquanto o profissional incumbido de ensinar, por meio de um fazer pedagógico que vise as práticas de letramento, cidadãos a ler e a escrever para atuar sobre o mundo.

Para finalizar, destacamos a importância de uma prática pedagógica reflexiva do professor alfabetizador, sobretudo, no que concerne o ensino de língua materna com ênfase nas práticas de letramentos que vêm se consolidando por meio de demandas sociais, culturais e tecnológicas e têm influenciado os modos de ensinar e aprender a leitura e a escrita, concebidas como práticas sociais de usos de linguagens que se constituem socialmente enquanto gêneros textuais/discursivos, cada vez mais multissemióticos e multimodais.

CONCLUSÕES

As práticas de letramento do fazer pedagógico do professor alfabetizador é um desafio, isso porque compreendemos, com base nas premissas teóricas apresentadas neste manuscrito, que um trabalho que perpassa a perspectiva do letramento vai além do código linguístico da Língua Portuguesa, cabendo ao professor contribuir para a formação escolar e social do aluno, este, o educando, enquanto sujeito leitor capaz de desenvolver práticas de letramento dentro e fora da instituição de ensino.

Analisando as respostas, observamos o papel do letramento na vida escolar e social dos estudantes, a mudança carece ainda de reflexões sobre suas práticas pedagógicas, estando atenta aos diferentes modos do trabalho com a leitura em sala, por meio do uso dos gêneros textuais que circulam em sociedade, por exemplo.

O ensino das competências a partir de atividades relacionadas com o social ao qual pertencem professores e alunos e o que contribui, sem dúvidas, para um ensino aprendizagem mais significativo.

A prática pedagógica sobre os processos de alfabetização e de letramento, hoje, tem sido um dos grandes desafios no campo educacional. Nesse sentido, é pertinente trazer para esta discussão a relação que se estabelece entre o ensino de língua materna e os processos de alfabetização e letramento.

Com isso, finalizamos ao argumentar, mais uma vez, que não basta apenas realizar atividades de leitura sem que estas habilidades estejam voltadas ao cotidiano do aluno, mas trazer para o campo educacional atividades que construam relação entre leitura, escrita e os usos sociais.

Para tanto, faz-se necessário que o professor alfabetizador possua uma concepção analítica e crítica sobre o letramento e sua importância na concretização de diferentes eventos e práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; LIMA, F. R. Textos argumentativos/opinativos em turmas do 5º ano do ensino fundamental. In: V SIGET (Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais). Caxias do Sul, 2009.

BRASIL. MEC/SEF. Parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC, 1998. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CONCEIÇÃO, R. I. S. Concepções de letramento e a relação entre a fala e a escrita na visão de professores de língua portuguesa em formação. In: GONÇALVES, A. V; BAZARIM, M. (Orgs.). Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMBERT, J. Activités métalinguistiques et acquisition d'une langue. Acquisition et interaction en langue étrangère, n. 8, p. 41-55, 1996.

Disponível em: acesso em: 30 jun. 2021. KOERNER, R. M. Entre saberes e fazeres da/na alfabetização: o ato de mediar do professor alfabetizador. Curitiba: Editora CRV, 2010.

KLEIMAN, A. B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, M. L. G.; BOCH, F. (orgs.). Ensino de Língua: Representação e Letramento. Campinas, SP: Mercado das letras, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
RITER, C. A formação do leitor literário em casa e na escola. São Paulo: Biruta, 2009.

TFOUNI, L. V. Perspectivas históricas e a-históricas do letramento. Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas: Editora da UNICAMP/IEL, n. 26, v. 1, p. 49-62, 1994.

Capítulo 3

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO NO ENSINO APRENDIZAGEM

Claudinei Ferreira Costa
Dória Herradon Ferreira
Lucas Espindola Batalha
Ozana dos Anjos Santana

DOI: 10.46898/home.4e431c5c-ea73-48d1-86aa-
a1de2b64d0a3

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO NO ENSINO APRENDIZAGEM

CLAUDINEI FERREIRA COSTA

DÓRIA FERREIRA HERADON

LUCAS ESPINDOLA BATALHA

OZANA DOS ANJOS SANTANA

RESUMO

O artigo teve como finalidade realizar uma sintética contextualização sobre a importância da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fazendo referências e apontamentos da Educação Física no Brasil, sobre um resumo do cenário da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental e algumas metodologias em desenvolvimento consideradas significativas no processo de aprendizagem. No ponto de vista geral podemos dizer que o ensino da Educação Física experienciou diversas alterações e ainda precisa das condições necessárias para que o ensino aconteça de forma satisfatória e plena, ocupando seu lugar de importância entre as demais disciplinas, buscando o desenvolvimento integral do educando.

Palavras Chaves: Educação Física, Desenvolvimento, Educando, Aprendizagem.

PHYSICAL EDUCATION IN THE SCHOOL INSTITUTION AND ITS CONTRIBUTION IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS

SUMMARY

The purpose of the article was to carry out a synthetic contextualization on the importance of Physical Education in the early years of Elementary School, making references and notes of Physical Education in Brazil, on a summary of the scenario of Physical Education in the early years of Elementary School and some methodologies in development considered significant in the learning process. From a general point of view, we can say that the teaching of Physical Education has experienced several changes and still needs the necessary conditions for teaching to happen in a satisfactory and complete way, occupying its place of importance among the other disciplines, seeking the integral development of the student.

Keywords: Physical Education, Development, Educating, Learning.

1 INTRODUÇÃO

Para tanto a Educação Física, na sua particularidade, tem certamente um papel na construção da justiça, da igualdade e da felicidade que se entrelaçam com as dimensões culturais e corpóreas” (BRITO, 1997, p. 117). O autor, com essas palavras, vem afirmar que a Educação Física tem um papel importante na formação do cidadão, a partir do protagonismo do mesmo, articulando cultura, corpo e movimento.

Os PCNs de Educação Física (BRASIL, 1997), estabelecem os objetivos gerais de Educação Física no Ensino Fundamental, como participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais; adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência; conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais; reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva; solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e devem ocorrer de modo saudável e equilibrado; reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas; conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito.

Apresenta como objetivo principal realizar uma análise do ensino de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apontando tópicos que destaquem possibilidades relevantes no contexto educacional nos dias atuais.

No entanto, a OMS (Organização Mundial da Saúde) define saúde em bem-estar físico, mental e social, podendo ressaltar ainda, que o profissional da área da Educação Física está interligado a saúde dando sua parcela de contribuição para uma vida saudável à população através de suas intervenções, então, partindo deste pressuposto citado acima podemos relacionar o quanto a Educação física é de suma importância para vivência e a pratica dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A ginástica foi por um longo tempo comandada pelos militares e os higienistas, assim, também recriminada devido seus objetivos, eugênicos e preliminares, posteriormente dando o lugar para os higienistas que visavam dentro de uma conscientização educacional o zelo pela saúde prevenindo-se contra doenças.

O Ministério da Saúde investe anualmente com doenças, uma das mais alarmantes são as cardiovasculares inclusive em crianças aumentando a cada dia por motivos de maus hábitos em sua alimentação e a falta de um dos requisitos que os médicos mais recomendam exercício físico, que por sinal se diferencia de atividade física, onde, exercício físico é atividade física planejada estruturada e repetitiva que tem um objetivo final, já atividade física qualquer movimento corporal, produzido pelo músculo esquelético que resulta em gasto energético maior que os níveis de repouso.

Vale ressaltar que seria interessante ao profissional de Educação Física elaborar maneiras aplicáveis nos anos iniciais para que seus alunos possam brincar e ao mesmo tempo aprender de forma dinâmica a importância de suas relações pessoais não deixando de lado a parte cultural implícita muitas vezes na brincadeira mais que o professor tem o dever de saber qual seu objetivo, e que por trás existem crenças e valores a serem passadas para os discentes.

Por tanto é de grande relevância o profissional especializado na área da Educação Física, professores não preparados tão quanto os profissionais de fato, não consigam identificar as dificuldades de seus alunos desde, um desvio postural, aplicar o cálculo do IMC (Índice de Massa Corpórea), são coisas minuciosas como estas que passam despercebidas, embora não seja de responsabilidade de professores de outras áreas, mas a contribuição do professor de Educação Física ao intervir não como médico, e sim alertar e

encaminhar seu aluno para uma avaliação médica podendo evitar complicações futuras.

2. EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Tento como base a evolução histórica da Educação Física, no início do século, foi com a inclusão no currículo de alguns estados, mesmo com o nome de Ginástica. E com a escola-novista, da mesma época, passou-se a ter uma visão da Educação Física (E. F.) no desenvolvimento integral do ser humano e em 1929 na III Conferência Nacional de Educação passou-se a discutir os métodos, práticas e problemas relativos a E. F. (BRASIL, 1997).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 é que foi estabelecida a obrigatoriedade da Educação Física para o primário e médio. Na Lei 5692/71 a Educação Física passou a ser uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno (BRASIL, 1997). Podemos perceber grandes modificações, porém ainda não satisfatória, pois estava voltada a atender aos objetivos da classe dominante. Como acontece nos anos 70, que para manter a Ordem e o Progresso, o governo militar investiu na E. F. pautadas no nacionalismo e na segurança nacional.

No âmbito escolar, a partir do Decreto n. 69.450, de 1971, considerou-se a Educação Física como “a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”.

A falta de especificidade do decreto manteve a ênfase na aptidão física, tanto na organização das atividades como no seu controle e avaliação. A iniciação esportiva, a partir da quinta série, tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais, representando a pátria.

No período, o chamado “modelo piramidal” norteou as diretrizes políticas para a Educação Física: a Educação Física escolar, a melhoria da aptidão física da população urbana e o empreendimento da iniciativa privada na organização desportiva para a comunidade comporiam o desporto de massa que se

desenvolveria, tornando-se um desporto de elite, com a seleção de indivíduos aptos para competir dentro e fora do país. (BRASIL, 1997, p. 21).

Em meio as Pedagogias Progressistas, a Educação Física perde sua ênfase no caráter meramente esportivo, e começa a ganhar características de nível histórico, crítico e social, com a introdução de elementos como aulas teóricas sobre os conteúdos, aulas de história e filosofia da Educação Física, além de contextualizações, discussões e análise de textos sobre os conteúdos programados.

A década de 80 foi marcada pelo debate acadêmico sobre o ensino da Educação Física Escolar, contextualizando-o no sistema educacional, e este, na sociedade capitalista brasileira. Trazendo assim, apreciação e concepção, sobretudo nas práticas educativas corporais que priorizavam o desenvolvimento da aptidão física e de habilidades motoras relacionadas ao esporte competitivo e a caserna. Na maioria das vezes partindo de um referencial teórico de orientação marxista, exercitaram a crítica contundente e a partir de diferentes abordagens ampliaram a reflexão sobre a Educação Física e sua interação com a sociedade. Coloca-se como necessidade a compreensão da Educação Física enquanto processo educacional no interior do processo histórico de desenvolvimento da sociedade; e, a partir deste entendimento, estabelecer quais os limites e possibilidades de atuação da Educação Física no processo de transformação social.

Observa-se a elaboração da Política Nacional de Educação Física e Desportos para o período de 1980 a 1985 onde era enfatizada a necessidade de se expandir o ensino da Educação física no ensino fundamental, com ênfase nas séries iniciais, isto é, de 1ª à 4ª séries. A ideia era de que as aulas gerassem uma ação formativo-educativa que motivasse o aluno para a prática regular permanente e a utilização das horas de lazer em atividades físicas. Por outro lado, a formação profissional necessitava ser adequada e aprimorada nos cursos superiores de Educação Física visando atender às necessidades prioritárias do ensino fundamental.

A Educação Física escolar, elemento indissociável da educação voltado para o ensino de crianças de quinta a oitava série, passou a priorizar o segmento de primeira à quarta série do ensino fundamental, como também, a educação

infantil, desenvolvimento psicomotor da criança, retirando-se da escola a função de promover os esportes de alto rendimento.

As ações desportivas que seriam iniciadas na escola, tinham como finalidade assegurar o interesse e a participação de um número crescente de brasileiros em todas as modalidades desportivas, através de programação e de incentivos adequados à prática de tais atividades.

No modelo desportivo, o Brasil se projetasse internacionalmente no campo dos esportes, entretanto, a ideia de se ter a Educação Física Escolar como a causa e o esporte de alto rendimento seu efeito, tendo como intermediário o esporte participação, envolvendo a população, não atingiu ao objetivo almejado, isto é, gerar atletas de alto rendimento, nessa década.

As abordagens desenvolvidas na década de 1980, as relações entre a Educação Física e a sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da Educação através do questionamento do seu papel e a sua dimensão política. O aspecto biológico foi reavaliado e as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas foram enfatizadas, concebendo-se o aluno como ser humano integral.

Os objetivos educacionais tornaram-se mais amplos, isto é, não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual. Eram aconselhados conteúdos mais diversificados, além dos exercícios físicos e dos esportes e pressupostos pedagógicos voltados mais para o aspecto humano do que para o adestramento.

A abordagem psicomotora de Lê Boulch é a vertente educativa da psicomotricidade, cujo objetivo é favorecer o desenvolvimento da criança preparando-a para interagir num mundo em constante transformação, através de um melhor conhecimento e aceitação de si mesmo, melhor ajuste de sua conduta e de sua autêntica autonomia e acesso à responsabilidade em sua vida social.

A educação psicomotora, por intermédio da ação sobre os movimentos corporais, busca formar um ser total já que o ato motor não é um processo isolado, a educação psicomotora surgiu em clínicas privadas de reeducação motora, tendo sido incorporada aos currículos dos cursos superiores de

Educação Física através de disciplinas relacionadas às crianças como a Educação Física infantil, dado à influência que os autores franceses, que defendiam a corrente da Psicomotricidade, tiveram sobre os professores desses cursos.

O método psicocinético de Jean Lê Boulch e os princípios psicomotores propostos por Pierre Vayer e Lapierre (1971) influenciaram significativamente a Educação Física Infantil no Brasil. Passa-se a discutir as relações entre Educação Física e sociedade sob a influência das teorias críticas da educação, sobre o seu papel e sua dimensão política.

O enfoque, amplia-se a visão da área biológica, enfatizando as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como um ser humano integral. Os objetivos da disciplina se embasam em objetivos educacionais mais amplos, o conteúdo torna-se diversificado e os pressupostos pedagógicos mais humanos, opondo-se à visão comportamentalista expressa no ensino esportivo, vários outros autores ganharam destaque com suas produções de cunho filosófico, sociológico, histórico, antropológico e pedagógico.

3. A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A prática do movimento nas séries iniciais é um caminho para que a criança compreenda melhor suas habilidades e consiga adaptá-las a outras atividades dentro e fora da escola. Segundo Canfield (2000), não se pode negar a importância de o aspecto motor ser trabalhado no decorrer da infância do ser humano; desta forma a escola, enquanto meio educacional, é responsável por oferecer a oportunidade de uma ótima vivência motora, pois ela será determinante no processo de desenvolvimento da criança.

Para Zabala (1998), a atuação educacional sempre será o resultado de uma maneira determinada de entender a sociedade e o papel das pessoas nela. Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs não parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas. A determinação das finalidades e objetivos

da educação, sejam eles explícitos ou não, é o ponto de partida de qualquer análise da prática.

Santin (1992) aborda a Educação Física como uma disciplina que ainda não encontrou sua própria identidade, a história da Educação Física parece arrastar-se de maneira secundária, recebendo de outras instâncias o aval de suas funções.

A Educação Física precisa ser 'inventada', pois atualmente possui um perfil deficiente, parcial, instrumental e serviçal, e até agora foi encarregada de desenvolver corpos saudáveis, fortes, higienizados, disciplinados, dóceis e submissos. Segundo Etchepare (2000), a escola possui hoje a tarefa de desenvolver no aluno as características que lhe permitirão viver de forma eficiente numa sociedade complexa.

A Educação Física deve desenvolver a consciência da importância do movimento humano, suas causas e objetivos, e criar condições para que o aluno possa vivenciar o movimento de diferentes formas, tendo cada uma um significado e uma relação com seu cotidiano.

O projeto pedagógico de qualidade contribui de forma significativa com os professores no planejamento das aulas e para que haja uma sequência lógica dos conteúdos nos diferentes anos, na Educação Física esta relação ainda é mais importante, já que a disciplina muitas vezes carece de objetivos claros, o que dificulta a tarefa dos professores na determinação dos conteúdos a serem ministrados.

Segundo Tani (2001), comprovadamente, crianças sedentárias são potenciais adultos sedentários, e desta forma são plenamente justificados todos os esforços no sentido de garantir um estilo de vida mais ativo e, por conseguinte, uma melhor qualidade de vida às crianças, desta forma percebe a importância do profissional de Educação Física, principalmente nos anos iniciais, atuando de maneira a incentivar as crianças a permanecerem ativas e praticarem exercícios nos anos escolares e fora do meio escolar.

Uma situação problemática quanto à disciplina de Educação Física na escola é que, ao contrário das outras disciplinas, não existe nela uma sequência de

conteúdos que acompanhe o desenvolvimento da atividade curricular do aluno nas diversas séries, acontecendo que os mesmos conteúdos, procedimentos de ensino e objetivos são vivenciados por alunos de diferentes faixas etárias e séries (MOREIRA, 1995).

Para Piccolo (1995), embora muitos professores busquem resultados imediatos, um programa de ensino adequado para as crianças é um processo contínuo e prolongado escolas seguem um programa de atividades realmente condizente com a faixa etária da criança, e isto ocorre por várias razões, entre elas a falta de condições de espaço e materiais das escolas e até mesmo a falta de conhecimento do professor sobre o assunto.

Libâneo (1994, p. 149): O processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos, pelo estudo das matérias, sob a direção do professor, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais, a direção eficaz desse processo depende do trabalho sistematizado do professor que, tanto no planejamento como no desenvolvimento das aulas, conjuga objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino.

Os aspectos metodológicos em Educação Física não diferem das demais disciplinas, no que diz respeito ao fazer pedagógico e na busca constante de novos métodos que venham possibilitar a aprendizagem é uma constância. Ghiraldelli Jr. (1989) destaca cinco tendências ao longo da história da Educação Física, e que a mais aplicada é a antagonista, focada no fim e não no meio. Por conta da falta de preparo que têm os professores para o enfrentamento de novas estratégias metodológicas, da falta de interesse em vivenciar novas abordagens metodológicas, comodismo, a condição de refratário do conhecimento que os docentes assumem no ensino, o medo da instabilidade frente a novos conteúdos e estratégias metodológicas, pois seria um risco assumir a dúvida frente ao aluno, quando no entendimento tradicional o professor tem de saber e o aluno apenas aprender.

Uma nova postura educacional, estar aberto a novos entendimentos e práticas pedagógicas, aceitar o aluno como participante e não como objeto a ser aprimorado e, aceitar ser também um aprendiz dentro da sala de aula não é uma

tarefa fácil de se conseguir. Pois a transposição de entendimentos, conceitos e hábitos demandam tempo, muita dedicação e, acima de tudo, muita coragem. Acreditar nesse processo de alteração é acreditar que uma mudança só se dará de forma gradativa e a longo prazo.

Entretanto, frente as incertezas metodológicas, a área da Educação Física vem avançando cada vez mais nas estratégias e reformulações reflexivas do entendimento e da aplicação da Educação Física na escola, avanços esses com grandes relevâncias dentro para o processo educacional, resolvida como uma prática sem interesse para a formação integral dos educandos e assim por diante.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – lei 9.394/96) expõe a Educação Física como “componente curricular”, dando-lhe uma posição há muito pleiteada pela área, a LDB, entretanto, vale comentar que a mesma pode ser lida e interpretada de acordo com certas conveniências (ditatoriais, financeiras, etc.) sucumbindo com interesses da cidadania.

Estar atentos a esses riscos é condição fundamental na conquista de um melhor ensino, onde os participantes sejam respeitados em seus direitos de cidadãos. Mas, como dito anteriormente, a área tem criado estratégias e encaminhamentos metodológicos diversificados dentro da Educação Física. Porém não distantes frente ao objetivo traçado, que seria o de oferecer uma “disciplina” de Educação Física no sistema escolar com enfoque à formação integral dos sujeitos do processo, assim como com um corpo de conhecimentos historicamente produzidos e útil a todos, visando à autonomia no trato com os mesmos.

CONSIDERAÇÕES

Diante de toda esta trajetória, vale ressaltar que o Ensino de Educação Física é de suma importância para o desenvolvimento integral do educando, e que o mesmo sofreu diversas alterações ao longo da história, e ainda necessita uma mobilização social e cultural para que o reconhecimento da importância da Educação Física aconteça de forma capaz de ajudar no equilíbrio do corpo e da mente.

No que tange aos aspectos históricos a disciplina Educação Física necessita ser enfatizada com o mesmo grau de relevância das demais disciplinas e que nos anos iniciais as aulas devem ser lecionadas por pessoas habilitadas, graduadas para tal função, não menosprezando o papel dos pedagogos, que muito tem se esforçado para que a recreação, como assim chamam, possa acontecer da melhor forma dentro das condições possíveis.

A disciplina de Educação Física tem o papel de proporcionar um espaço democrático, adaptando as atividades a todos os alunos, possibilitando para que todos desenvolvam suas potencialidades, devendo considerar as características dos discentes em todas as suas dimensões: cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, relação interpessoal, e inserção social.

Um dos fatores relevantes são as condições favoráveis para uma boa prática, porém não deve ser o motivo para não se desenvolver de forma eficaz, para isso, deve-se utilizar meios alternativos e metodologias que venham facilitar a aprendizagem.

Nesta conjuntura o professor-educador é aquele que proporciona aos alunos a possibilidade de se tornarem protagonistas em situações que favoreçam serem atores principais no processo da aprendizagem. O professor deve ser um facilitador e os alunos descobridores e construtores neste processo da busca do saber.

Ser professor de Educação Física é ser aquele que deve em todo momento estar buscando uma formação continuada, estar na busca do conhecimento e se adequando no processo, buscando uma atualização permanente, tendo o conhecimento dos alunos em primeiro lugar.

REFERENCIAL

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANFIELD, M. S. A Educação Física nas séries iniciais: paralelo entre 15 anos. Revista Kinesis, Santa Maria, n. 23, p. 87-102, 2000.

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1994.

SANTIN, S. Educação Física “Temas Pedagógicos”. Porto Alegre: EST/ESEF, 1992.

TANI, G. A criança no esporte: implicações da iniciação esportiva precoce. KREBS, R. J; COPETTI, F; KRAEFF, M; SOUZA, P; ROSO, M. R. (Org.). Livro anual da Sociedade Internacional para Estudos da Criança. Florianópolis: UDESC, 2001.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Art. Médicas, 1998.

**A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR
E O APRENDER NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Dória Herradon Ferreira
Rosiane Ferreira da Silva Alves
Rosimerire Ferreira da Silva de Souza

DOI: 10.46898/home.9f62fd64-aad6-47f3-9418-
4187c1383d7c

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E O APRENDER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DÓRIA HERRADON FERREIRA
ROSIANE FERREIRA DA SILVA ALVES
ROSIMERIRE FERREIRA DA SILVA DE SOUZA

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as concepções e as práticas no contexto da Educação Infantil, sobre a importância do brincar e do aprender, durante o processo ensino aprendizagem e na contribuição da socialização e desenvolvimento da criança na Instituição da Educação Infantil. Como metodologia optou-se por realizar uma investigação envolvendo um trabalho de campo, numa perspectiva descritiva, a pesquisa busca apreender as concepções e as práticas existentes na Instituição de Ensino centradas na Educação Infantil, sobre o brincar e o aprender no processo de aprendizagem na Educação Infantil, e sua contribuição para socialização e desenvolvimento da criança. As análises dos resultados apontaram que o brincar na Educação Infantil é prioridade, pois as crianças são pequenas e o lúdico faz parte do seu desenvolvimento, brincar na Educação Infantil é fundamental, a criança nesta idade aprende através do lúdico. A brincadeira propicia à criança o aprendizado de conteúdo e de várias regras de convivência social. Conclui-se, que a brincadeira e os jogos são valorizados no contexto escolar e estão sendo inclusos no planejamento do professor, utilizados diariamente. A escola possui razoável quantidade e variedade de materiais lúdicos necessários.

PALAVRAS-CHAVE: *Brincar, Aprender, Educação Infantil e Práticas.*

SUMMARY

This research aims to investigate conceptions and practices in the context of Early Childhood Education, on the importance of playing and learning, during the process of teaching learning and on the contribution of socialization and development of the child in the Institution of Early Childhood Education. As a methodology, it was decided to carry out an investigation involving a field work, in a descriptive perspective, the research seeks to understand the conceptions and practices existing in the Institution of Education focused on Early Childhood Education, about playing and learning in the learning process in Early Childhood Education, and their contribution to the socialization and development of the child. The analyzes of the results pointed out that playing in Early Childhood Education is a priority, since children are small and playful is part of their development, playing in Infant Education is fundamental, the child at this age learns through play. The play gives the child the learning of content and various rules of social coexistence. It concludes that play and games are valued in the school context and are being included in teacher planning, used daily. The school has a reasonable quantity and variety of play materials.

KEY WORDS: *Playing, Learning, Early Childhood Education and Practices.*

INTRODUÇÃO

Neste artigo tivemos por objetivo investigar as concepções e as práticas no contexto da Educação Infantil. Sobre a importância do brincar e do aprender, durante o processo de ensino e aprendizagem na contribuição da socialização e desenvolvimento da criança na Instituição da Educação Infantil.

A escolha sobre a contribuição do brincar no desenvolvimento da criança na Educação Infantil justifica-se por acreditar que as brincadeiras das crianças evoluem mais a partir dos seis primeiros anos de vida, do que em qualquer outra fase do desenvolvimento humano.

Conforme os objetivos propostos realizamos uma investigação envolvendo um trabalho de campo, numa perspectiva descritiva. Assim, a pesquisa de campo utilizou técnicas específicas, com intuito de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo. A pesquisa buscou investigar a importância do brincar e o aprender no processo de aprendizagem na Educação Infantil, e sua contribuição para socialização e desenvolvimento da criança. E trouxe como problemática compreender o porquê o brincar é indispensável na Educação Infantil?

Tanto o brincar quanto o jogo tem significativa relação com o desenvolvimento infantil, constituindo-se em elemento propiciador desse processo, quanto objeto de conhecimento a ser aprendido pelas crianças. Assim os teóricos mais relevantes para a construção desta pesquisa foram: Vygotsky, Cunha, Moraes e também os Referenciais Curriculares da Educação Infantil.

Desta forma, entende-se que pesquisar o contexto educacional pode ampliar a possibilidade de sua compreensão e assim desenvolver ações educacionais cada vez mais adequadas às crianças da Educação Infantil.

Metodologia

A pesquisa teve por objetivo investigar a importância do brincar bem como as concepções dos professores sobre o brincar e a sua relação com o ensino na Educação Infantil, durante o processo ensino aprendizagem e na contribuição da socialização e desenvolvimento da criança.

Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas individuais, foi utilizado um roteiro previamente elaborado com questões norteadoras, sobre a importância e contribuições da ludicidade para o desenvolvimento integral da criança.

Os participantes dessa investigação foram cinco professores que atuam na Educação Infantil nas turmas (berçário, maternal I, Infantil II, Pré I e Pré II) e coordenadora pedagógica do CEINF, que deram suporte a essa pesquisa respondendo as questões das entrevistas que foram realizadas no mês de março do ano de 2019, relacionando às principais contribuições do brincar na infância.

Neste momento utilizamos a pesquisa de campo que foi fundamental para a construção desta Pesquisa. Segundo Fonseca:

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

Assim tivemos por objetivo investigar a importância do brincar bem como as concepções dos professores sobre o brincar e a sua relação com o ensino na Educação Infantil, durante o processo ensino aprendizagem e na contribuição da socialização e desenvolvimento da criança.

Como descrevemos anteriormente para coletar os dados na pesquisa de campo, entrevistamos cinco professores e uma coordenadora pedagógica e que obtivemos informações importantes referente as questões: 1- Qual a importância do brincar na Educação Infantil? 2- As brincadeiras devem ser utilizadas como fins pedagógicos? Por quê? 3- A escola deve dar espaço às atividades lúdicas sem fins pedagógicos? Por quê? 4- Como os professores consideram os jogos e as

brincadeiras como um recurso pedagógico? 5- A brincadeira é uma atividade inata ou aprendida socialmente? 6- Com relação ao brincar, essa prática faz parte do currículo da instituição? 7- Que brincadeiras as crianças mais gostam de brincar e onde elas preferem estar nos momentos das brincadeiras? 8- Comente sobre a organização das brincadeiras livres entre as crianças, resgate de brincadeiras populares, encenação de historinhas, jogos, música e outras dinâmicas.

A primeira professora entrevistada do Pré I descreve que o brincar mescla-se dentro do processo de ensino e aprendizagem, ela diz que as brincadeiras e os jogos são parte integrante da ação docente, como brincar na sala de aula e aprender do mesmo jeito, ou até aprender melhor.

Já a professora da Pré II destacou sobre a importância do brincar como fonte criativa e inovadora no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo, que possibilita o desenvolvimento integral da criança, efetivamente, socialmente e mentalmente.

Para a professora do Infantil II o objetivo do lúdico é proporcionar interação em grupo e também estimula o desenvolvimento da socialização da criança e não simplesmente brincar por brincar. As crianças se tornam mais capazes de descentrar e coordenar pontos de vista quando estão envolvidas em situações que requerem coordenação.

Ainda menciona que quando uma criança está jogando ela demonstra alegria, habilidade, agilidade e ansiedade e, também, fazem as trocas de experiências, as crianças interagem entre si, aprendem e respeitam as regras, assim como, aprendem e respeitam as regras, assim como, aprendem a lidar e a conviver com as pessoas que a cercam.

Segundo a professora do Maternal, a capacidade crescente das crianças de jogar jogos desenvolve a interação, trabalha a coordenação motora, para a professora os jogos em grupo devem ser usados na sala de aula não pelo mero fato de se ensinar as crianças a jogar, mas para promover sua habilidade de coordenar. A professora ainda relatou que a interação social é indispensável tanto para o desenvolvimento moral como cognitivo, as crianças se desenvolvem não

apenas socialmente e cognitivamente, mas também politicamente e emocionalmente através dos jogos.

Para a professora do Infantil I:

“Até nos adultos gostamos de atividades lúdicas, sem dúvida o lúdico na sala de aula é maravilhoso, pois através do jogo, brinquedo ou brincadeira no âmbito educacional, o educador consegue estimular, analisar e avaliar o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças” (Relato da Professora do Infantil I, 2019).

Por fim, a concepção da coordenadora pedagógica em relação o brincar e às atividades lúdicas na Educação Infantil é também positiva, pois ela destaca o uso dos jogos como instrumento de avaliação é considerado como um subsídio para o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças, porém um requisito muito importante no processo de avaliação. Ainda afirma que quando os professores usam os jogos ou uma atividade lúdica na sala de aula, acredita se que as aulas se tornam motivadoras, dinâmica, interessante e prazerosa. Pois as atividades que envolvem o lúdico proporcionam a liberdade de expressão.

Ainda segundo ela, as brincadeiras livres e as brincadeiras populares (casinha, boneca, carrinho), encenação de historinhas, aplicação de jogos e brincadeiras, atividades livres, músicas e dinâmicas, são atividades lúdicas que ajudam no processo de ensino-aprendizagem, permitindo às crianças que se manifestem através dos seus sentimentos e pensamentos.

Podendo desenvolver vários elementos como atenção, concentração, imaginação, e também aprimora a capacidade motora, nos seus aspectos cognitivo, afetivo, social e psicomotor com interação e cumplicidade.

A ludicidade se processa tanto em torno do grupo como, das necessidades individuais, recrear é educar, pois permite criar a satisfazer o espírito estético de ser humano, oferece ricas possibilidades culturais (MORAES, 2006).

A professora do infantil II destacou a importância do brincar como uma fonte criativa e inovadora no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo, que possibilita o desenvolvimento integral da criança, afetivamente, socialmente e mentalmente, para ela:

“Quando trabalhamos um determinado projeto, através de um jogo ou qualquer atividade lúdica, a criança aprende com mais facilidade, porque tudo que envolve o lúdico permite à criança desenvolver sua imaginação, criatividade e suas fantasias” (Relato Professora Infantil II, 2019).

Conforme o exposto verifica – se que os professores relatam que tudo que envolve o lúdico permite à criança desenvolver sua imaginação e criatividade. Elas são capazes de representar situações reais ou não, e dessa forma, constroem sua identidade pessoal e sociocultural.

Segundo os participantes, existem inúmeras possibilidades de ensinar ludicamente, basta que os educadores tenham criatividade e dedicação para estimular a criança, e o mais importante, é preciso que haja confiança entre o educador e seu aluno, para que assim, ele se sinta tranquilo e esse expresse livremente.

Durante as entrevistas a coordenadora pedagógica mencionou que a unidade de ensino possui um roteiro de atividades recreativas, onde os professores se organizam para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada e também para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborem de forma pessoal e independentes suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais.

Percebe – se que os professores tem consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa.

Todos os educadores afirmaram que o jogo é importante para a educação, pois todos reconhecem mesmo aqueles que habitualmente não lidam com crianças, que o “brincar” é parte integrante do dia – a – dia delas.

O LÚDICO E O BRINCAR

O lúdico faz parte do brincar, e o brincar é nossa primeira forma de cultura é algo que pertence a todos e que faz participar de ideias e objetivos comuns, o mundo da criança na educação infantil é um mundo mágico. A ludicidade domina todas as suas atividades através da imaginação e da fantasia a criança salta as fronteiras do tempo e do espaço e aumenta os limites de sua força real. Sendo assim segue os conceitos de alguns conceitos de alguns teóricos que abordam a respeito da Educação Infantil e o lúdico.

A Lei de Diretrizes e Bases aborda a Educação Infantil referindo-se a idade de 0 a 5 anos, entretanto a legislação educacional referente ao Ensino Fundamental ampliou o tempo de escolarização desta etapa de educação básica, conforme a Lei nº 11.247/2006: Aos seis anos a criança deverá iniciar no Ensino Fundamental, portanto a Educação Infantil deve atender as crianças de 0 a 5 anos.

Hoje a atenção às crianças de zero a cinco anos no Brasil, tem os seus direitos garantidos em lei. Conforme a Lei acima mencionada:

Art.21. A educação escolar compõe-se de:

1. Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Seção II. Art. 29... A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II- pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996 p. 25).

As Diretrizes da Educação Infantil propõem qualidade no desenvolvimento das crianças, em seu contexto social, ambiental e cultural:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1996 p. 28).

A aprendizagem das crianças deve acontecer de maneira integrada no processo do desenvolvimento infantil, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal, de ser e estar com outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança e acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 2001, p. 23).

Teóricos evidenciam que é de grande relevância para a interação realizar atividades lúdicas em sala de aula, pois as crianças trazem consigo alguma brincadeira que já brincou em casa com os pais, para compartilhar com os seus coleguinhas, podendo assim se sentir valorizada por trazer algo do seu cotidiano.

Para Santos (2006) “A educação pela via da ludicidade propõe-se a uma nova postura existencial cujo paradigma é um novo sistema de aprender brincando, inspirado numa concepção de educação para além da instrução.”.

O lúdico na Educação Infantil deve ser trabalhado na prática pedagógica para contribuir com a aprendizagem das crianças e também para possibilitar ao educador uma forma atrativa e prazerosa de conduzir suas aulas.

Segundo Santos (2006 p. 34) “A educação deve proporcionar uma aprendizagem significativa e motivadora, pela via do prazer, do afeto e das emoções e, o lúdico por sua vez, viabiliza todos esses requisitos fundamentais na existência humana”.

Para Piaget (1990), logo nos primeiros anos de vida de uma criança ocorre o período sensório motor caracterizado pela inteligência prática, onde o mundo é algo a experimentar e a conhecer, por meio dos órgãos dos sentidos e das ações.

Conforme a teoria Piaget vale ressaltar que é importante desenvolver atividades lúdicas com as crianças de acordo com as faixas etárias, contemplando as possibilidades das crianças, no planejamento curricular: o brincar, o movimento, a linguagem, a identidade e a autonomia, requisitos pelo qual, são proporcionados através das atividades lúdicas. No entanto toda atividade lúdicas podem livres e espontâneas, só não podem ser consideradas meramente como naturais, mas, como uma criação da cultura.

A Educação Infantil no nosso país já passou por grandes avanços ganhando expressão, tudo se deu em vista de muitas discussões, integrações, interpretações e

definições legais sobre a Educação Infantil, em várias leis que regem nosso país: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993.

A Constituição de 1988 define a criança como sujeita de direito, legaliza e define que os pais, a sociedade e o poder público têm que respeitar e garantir os direitos das crianças definidos no artigo 227 que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (BRASIL, 1998).

Portanto o ingresso de crianças na Educação Infantil é um direito da criança e também dos pais e deve ser em instituições de ensino caráter educacional e não assistencial. É importante que tenhamos em mente que educação e infância são fatores essenciais no desenvolvimento da cidadania e nos estudos acadêmicos.

A Educação Infantil deve ter planejamento pedagógico, que visualize a Educação uma possibilidade de aprendizagem e fonte de capacitação de um ser humano questionador, participativo e ciente de sua cidadania, com certeza será de grande valia na formação de uma sociedade mais capaz.

A elaboração dos currículos da educação infantil faz se necessariamente algumas concepções sobre a criança, educar, cuidar e aprendizagem preparando os para os primeiros anos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998).

Os agrupamentos na educação infantil são feitos por etapas, de acordo com a faixa etária da criança, o lúdico é o companheiro diário, já que desse modo às crianças se conhecem e se expressam melhor, adquirindo conhecimentos, conhecendo limites de maneira agradável e saudável.

Praticamente todas as s atividades realizadas na educação infantil são proporcionadas de forma lúdica: jogos, brincadeiras, expressão corporal, que promovem o desenvolvimento motor e sócio afetivo das crianças.

Qualquer atividade com uma criança de 0 a 5 anos de idade, se faz premente conhecer suas limitações e aprender a respeitá-las, considerando que o desenvolvimento dessa criança está intimamente relacionado ao seu contexto sociocultural de maneira dinâmica e dialética. Desta forma, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores é mediado por outras pessoas do seu grupo sociocultural, indicando, delimitando e atribuindo significados à realidade.

Assim, conforme Vygotsky (1998, p. 29), a experiência social exerce:

[...] seu papel através do processo de imitação; quando a criança imita a forma pela qual o adulto usa instrumentos e manipula objetos, ela está dominando o verdadeiro princípio envolvido numa atividade particular. Eles sugerem que as ações quando repetidas, acumulam-se, umas sobre as outras, sobrepondo-se como numa fotografia de exposição múltipla; os traços comuns tornam-se nítidos e as diferenças tornam-se borradas (VYGOTSKY 1998, p. 29)

Percebe-se a necessidade de abordar algumas concepções a fim de ordenar a logicidade da pesquisa. Estão expostas de maneira objetiva concepções como: criança e infância; educação; Educação Infantil; profissional de Educação Infantil; formação de professores; desenvolvimento infantil; e o brinquedo.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a brincadeira aparece como um importante componente da educação infantil, mas como uma ferramenta para a aprendizagem; de fato, o item brincar é um tópico do item maior aprendizagem e vem no mesmo nível que imitação, oposição, linguagem e imagem corporal; além disso, restringe-se à brincadeira de faz-de-conta, e a prioriza injustificadamente, ignorando as inúmeras modalidades de brincadeiras que precedem o surgimento do jogo simbólico.

Cunha (1994), o brincar é uma característica primordial na vida das crianças, porque é bom, é gostoso e dá felicidade. Além disso, ser feliz e estar mais predisposto a ser bondoso, a amar o próximo e a partilhar fraternalmente, são outros pontos positivos dessa prática.

Muitos teóricos afirmam que o lúdico tem ofício socializador, pois ao brincar a criança se interage, transforma, diverte, expõe suas imaginações, além de adquirir a compreensão de regras e, limites.

Segundo Moraes (2006):

“O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidades, ou cria condições mentais para sair de enrascadas, e ela vai então, assimilando e gastando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades fundamentais, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como também ao longo da construção de seu organismo cognitivo”. (MORAES, 2006, p.45)

Ao brincar a criança consegue se descobrir e ao mesmo tempo aos coleguinhas também, sem contar que aí começa compreensão de seus limites e vem possibilidades e de interação seu grupo, bem como as normas de comportamentos e cultura.

Na infância a criança que brinca facilita o crescimento, tem boa saúde, ajuda no relacionamento familiar, pois brincar é uma forma de comunicação com os outros e consigo mesmo, ela vai se relacionando com o mundo, constituindo um espaço na medida em que essas brincadeiras vão desenvolvendo sua criatividade.

A primeira impressão que nos causa é que as cenas se desenrolaram de maneira a não deixar dúvidas do significado que os objetos assumem dentro de um contexto. Assim os papéis são desenhados com clareza: a menina torna-se mãe, tia, irmã, professora; o menino torna-se pai, índio, polícia ladrão sem script e sem diretor. Sentimo-nos como diante de um mini teatro, sem em que papéis e objetos são improvisados (KISHIMOTO, 1999 p. 16).

Por meio dos jogos simbólicos as crianças constroem um elo entre a fantasia e a realidade, ou seja, por meio do jogo, a criança é capaz de expressar seus sentimentos na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados.

Portanto assim:

O brincar é fundamental para nosso desenvolvimento. É a principal atividade das crianças quando não estão dedicados às suas necessidades de sobrevivências (repouso, alimentação, etc.) Todas as crianças brincam se não estão cansadas, doentes ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca em um contexto de interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetos que servem de proteção ou suportes dela, fazem parte de um mesmo contínuo topológico (KISHIMOTO, 1999 p. 15).

Brincar é mais que aprender, brincando as crianças recriam, desenvolvem e interagem se ao meio de forma lúdica e prazerosa, abrindo se um novo significado

para aprendizagem.

Brincar e jogar são coisas simples na vida das crianças, parecem simples, mas depois de observá-los, se verifica que a atividade lúdica está no centro de muitas ideias sobre o desenvolvimento psicológico, intelectual, emocional ou social do ser humano. O jogo, o brincar e o brinquedo desempenham um papel fundamentalmente na aprendizagem e no processo de socialização das crianças.

Sem dúvida é nesta fase da Educação Infantil que o professor deve despertar na criança a paixão do aprender através do lúdico. Segundo Almeida (2003):

Educar ludicamente tem um significado muito profundo está presente em todos os segmentos da vida, uma criança que joga bolinha de gude ou brinca de boneca com seus companheiros não está simplesmente brincando ou se divertindo, está desenvolvendo e operando inúmeras funções cognitivas e sociais; ocorre o mesmo com a mãe que acarícia e se entretém com a criança, como o professor que se relaciona bem com seus alunos ou mesmo com um cientista que prepara prazerosamente sua tese ou teoria. (ALMEIDA, 2003 p. 14).

A interação social da criança com o adulto é indispensável para o desenvolvimento moral quanto cognitivo. As crianças se desenvolvem não apenas social; moral e cognitivamente, mas também política e emocionalmente através dos jogos.

CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa possibilitaram a constatação de que os professores acreditam que o brincar em qualquer fase da vida, principalmente na educação infantil, contribui na formação social e psicológica da criança, fazendo com que ela aprenda com mais facilidade e de forma acessível à realidade.

Essa capacidade implica diretamente nas possibilidades mais amplas do conhecimento de mundo, portanto, o brinquedo faz parte da elaboração e das noções referentes às áreas de conhecimento, o brinquedo permite exercícios de movimento, linguagem, imaginação, percepção e concentração numa mesma atividade, assim nesse âmbito de aprendizagem a criança constrói seu conhecimento social, afetivo, cognitivo e motor.

Além da interação, a brincadeira, o brinquedo e o jogo proporcionam mecanismo para desenvolver a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem.

Considerando as respostas das questões norteadoras que deram suporte a esta pesquisa, permite considerar que as concepções dos professores são plenamente favoráveis em relação ao brincar como importantes recursos pedagógicos para o desenvolvimento psíquico motor da criança.

Sendo assim, o brincar se destaca para nos revelar que os esquemas que a criança utiliza para organizar as brincadeiras, os jogos, os brinquedos são os mesmos que utiliza para lidar como o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – No 9.394/1996**. 4ª ed. Brasília, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2006.

CUNHA, Nyelse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Maltese, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, et al. **Jogo, Brinquedo, Brincadeiras e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAES MARIA. V.; ALMEIDA. S.; SILVA. A. X.; ALMEIDA. B. C.; FURTADO, J. L.; BARBOSA. R. V. C. **A ludicidade no processo ensino-aprendizagem.** Corpus et Scientia, vol. 5, n. 2, p.5-17, setembro 2006.

PARDAL, L.; Correia, E. **Métodos e Técnicas de Investigação Social.** Porto: Areal 1995.

PIAGET, J. **A formação do Símbolo na Criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

SANTOS, P. **Educação, arte e jogo.** Petrópolis: Vozes, 2006.

VIGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A Construção do Pensamento e da Linguagem:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

**O PAPEL DO PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES
DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS
COM DEFICIENCIA INTELLECTUAL**

Dória Herradon Ferreira
Rosiane Ferreira da Silva Alves
Rosimeire Ferreira da Silva de Souza
Vanessa de Almeida Fonseca Hoerminig

DOI: 10.46898/home.eb112dae-9b2b-44e9-8ec2-
0a7811178ee1

O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Dória Herradon Ferreira
Rosiane Ferreira da Silva Alves
Rosimeire Ferreira da Silva de Souza
Vanessa de Almeida Fonseca Hoerming

Resumo

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade assim como a inclusão escolar de portadores de deficiências tem sido a proposta norteadora e dominante na Educação Especial no Brasil nos últimos anos. Desenvolvida na década de 70, ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: papel do professor de educação especial na superação das dificuldades de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino. Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria dos alunos, não apresenta tais necessidades. Acredita-se que essa situação traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento desses alunos. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque acredita-se que mesmo diante de tanto estudo e diálogo sobre o assunto ainda sim a escola/professores estão despreparados para atender essa clientela. Para sua elaboração desse artigo, o percurso metodológico será operacionalizado por meio das seguintes etapas: a) identificação do tema, estabelecimento dos objetivos, apresentação da justificativa, escolha dos métodos e tipo de pesquisa, palavras chaves e referencial teórico, b) busca de estudos em publicações impressas e on line, c) categorização das publicações selecionados, d) elaboração da revisão.

Palavras-chave: pessoas com deficiência – inclusão – escola regular.

1. INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. A escolha por esse tema surgiu pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão. O planejamento do professor de educação especial não deve ser diferente do professor de classes regulares, pois, num sentido mais amplo, deve atender a todos.

É importante que os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança.

Como a criança com deficiência intelectual tem suas funções comprometidas, ela pode também ter dificuldades em seu desenvolvimento e no seu comportamento, principalmente no aspecto da adequação ao contexto a que pertence, mas igualmente nas esferas da comunicação, do cuidado consigo mesma, dos talentos sociais, da interação familiar, da saúde, na segurança, no desempenho acadêmico, no lazer e no campo profissional.

O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza.

Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma plena. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade. Outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados.

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com essa deficiência.

Diante da situação, a saída encontrada pela maioria dos professores é desvencilhar-se desses alunos que não acompanham as turmas, encaminhando-os para qualquer outro lugar que supostamente saiba como ensiná-los.

Percebemos que há, ainda, uma concepção de deficiência Intelectual que dificulta “enxergar” esse aluno como um ser com possibilidades de aprendizagem. Os aspectos que interferiram na formação e prejudicam o desenvolvimento de uma prática pedagógica que atenda a singularidade da clientela e que promova uma inclusão escolar verdadeiramente efetiva e coerente.

A metodologia usada nesse estudo foi uma pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e periódicos que abordam este tema com enfoque de como é o processo de apropriação da comunicação e interação da criança com deficiência intelectual com meio escolar.

2. A INCLUSÃO E OS DESAFIOS PARA A ESCOLA

A palavra inclusão já traz claramente a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está amparada na dialética inclusão/ exclusão, com a batalha da minoria na defesa dos seus direitos. Antes de falar sobre inclusão escolar é necessário refletir o sentido que se está atribuindo à educação, além de renovar nossas concepções e resinificar o processo de desenvolvimento de qualquer indivíduo, entendendo a enredamento e amplitude que abrange essa temática. É necessário também, uma modificação de paradigma dos sistemas educacionais onde se foca mais no aprendiz, levando em conta suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, privilegiando uma pequena parcela dos alunos. A ideia de uma comunidade inclusiva se baseia numa filosofia que identifica e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Baseando-se nesse princípio e tendo como espelho o cenário ético dos Direitos Humanos, mostra a necessidade de assegurar o acesso e a participação de todos, possibilitando-lhes oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada um.

Tendo como referência o movimento mundial pela Democratização Educacional, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a Resolução CNE/ nº2/2001, o Decreto nº6094/2007 entre outros, contêm o ideal da Educação Inclusiva através da remoção de barreiras para que todos possam acesso à aprendizagem e à participação social, ao designar que os Sistemas de Ensino necessitam matricular todos os alunos, garantindo-lhes currículo, métodos, recursos e organizações próprias para atender às suas especificidades físicas, culturais e individuais. Ou seja, garantindo-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. A partir desses referenciais teóricos, notamos que o movimento pela inclusão requer, em algumas vezes, reflexão e diálogo, tendo em vista que, para a criação de sistemas educacionais inclusivos, a arrumação das escolas passa a ser reconsiderada, no sentido de erguer a condição de sujeito; por outras, instiga a novos desafios, ao instituir mudanças estruturais e culturais da entidade, para que todos os alunos possam igualdade nas oportunidades educacionais.

Nesse toada, ao identificarmos a diferença na sociedade e na escola, entendemos que as necessidades educacionais não se referem apenas aos alunos, os Sistemas Educativos também possuem necessidades a serem concedidas; ou seja, prover-se com todos os recursos educativos para a acessibilidade e permanência de todos os educandos para a formação de participação social e conhecimento.

Assim que a educação inclusiva recomenda o diálogo para a promoção de mudanças culturais e estruturais na escola, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, numa perspectiva inclusiva deve constar de novos paradigmas em busca do exercício da cidadania plena de todos os nossos alunos, como sugere Carvalho (2006, p.23-26).

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino está embasada nessa perspectiva de educação para todos, pois, ao serem feitas mudanças pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência, leva-se em conta diferentes formas de ensinar e de aprender. Levando em conta, em como realizar da melhor forma as práticas inclusivas para essas pessoas, de maneira a desenvolver suas potencialidades, busca-se também a qualidade do ensino para todos os estudantes, independentemente de terem ou não deficiência. O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo, ou seja, indivíduos com diferentes deficiências ou necessidades educacionais específicas, de diferentes origens socioeconômicas e contextos culturais distintos, com habilidades igualmente distintas entre si, poderão beneficiar-se de estratégias didático-metodológicas heterogêneas; afinal, em uma escola cada vez mais plural e democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender.

A inclusão não é uma atividade fácil, porém é, sem dúvida, possível. E se a realidade enfrentada é complicada, seria necessário buscar formas para mudá-la: salas lotadas; alunos sem disciplina; quadro negro e giz na maioria das escolas, enquanto há novas tecnologias que muitas vezes não são disponibilizadas para uso, por medo de que os alunos quebrem, ficando, por isso, "bem guardadas" e trancadas; esses são alguns dos entraves. Isso, quando existe mobiliário e ambiente adequados para que os alunos estudem.

Existem diferentes correntes para determinar o grau da deficiência intelectual, mas as técnicas psicométricas são as mais utilizadas medindo o QI para a classificação de cada grau.

Esta condição torna-se mais exigente se a ação do professor se dirigir a crianças portadoras de uma deficiência. Cabe então ao professor analisar todo o contexto escolar, social e familiar, no sentido de promover a diferenciação pedagógica e assegurar, de facto, a inclusão de crianças diferentes.

A escola do ensino regular abrange uma diversidade de alunos que devido os seus atributos heterogêneas complicam o, já por si, difícil processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, a diferença pedagógica a par da individualidade que tem o Projeto Curricular de Turma, assim se pretende, precisa integrar-se como fator simplificador quer do processo de ensino/aprendizagem, quer da integração e, por consequência, da inclusão da criança diferente.

É necessário uma alteração ao nível de mentalidades no que refere-se à sociedade escolar, mas também à sociedade em geral.

A posição de deficiente intelectual não pode preordenar o limite de desenvolvimento do indivíduo, deve-se beneficiar ao aluno a procura pela independência, respeitando sua posição. Santomé (1997, p. 176), declara que as instituições escolares “precisam ser lugares onde se aprenda, mediante a prática cotidiana, a analisar como e por que as discriminações surgem que significados devem ter as diferenças coletivas e, é claro, individual”.

Não pode esquecer-se da importância de oportunizar para o aluno um ambiente social estimulante, livre de segregação, um ambiente que não proporciona as suas limitações, mas instiga o desenvolvimento e a aprendizagem de novas habilidades.

Pesquisas citadas por Araújo (2004) e Mantoan (1996) afirmam que o trabalho com o deficiente intelectual requer dos docentes, além das condições específicas a todo educador, demonstre atributos de habilidades, conhecimentos e personalidade adequados ao atendimento a essa categoria de docentes.

Para trabalhar com um aluno deficiente, a afeição deve percorrer por todas as ocasiões, bem como, é necessário que esse aluno se sinta aceito, possuindo seu tempo respeitado, eis que um dos maiores obstáculos é o fato de que o currículo das entidades diversas vezes é estagnado em decorrência de uma sequência progressiva de conteúdo, como se todas as crianças com determinada idade tivessem a capacidade de aprender ao mesmo tempo. Nesse contexto, o profissional precisa respeitar o tempo desse aluno, considerando às relações e sua aprendizagem, com o intuito de que ele não seja excluído.

Espera que se for possível evoluir os debates que apontam para a articulação das relações intrínsecas entre deficiência e aprendizagem no âmbito da educação, se as mesmas forem introduzidas no dia-a-dia escolar, com estudo sistematizado como dos obstáculos de aprendizagem e deficiências, considerados como objetos de conhecimento.

Protegendo o conceito de que os conteúdos relativos à vida privada e pessoal dos indivíduos com a deficiência podem ser inseridos no serviço educativo, perpassando por todos os conteúdos oferecidos. Assim, o princípio referente é de que os conteúdos expostos sejam tratados de forma comum, entretanto é necessário respeitar o tempo da criança em seus aprendizados, e que integrem de forma indisciplinar e transversal os conteúdos tradicionais da entidade e aqueles ligados à deficiência.

Estende-se que uma boa estrada para a promoção da referida proposta utilizar o emprego para “velhas praticas” de aprendizagem no dia-a-dia das entidades, essencialmente, se a questão

demonstrar atributos extrapolados e que exigem aos sujeitos levar em consideração os aspectos cognitivos e afetivos que caracterizam o raciocínio humano.

Os deficientes intelectuais podem conseguir aquisições muito complexas a todos os níveis. Reportando-nos às teorias Piagetianas, poderemos dizer que todos eles aprendem, basta que as condições sejam favoráveis uma vez que, a adaptação às situações passa por um equilíbrio e uma organização entre os processos de assimilação e de acomodação.

Assim sendo, somos confrontados com a necessidade de criar currículos que assentem nas teorias do desenvolvimento, tendo sempre em conta os períodos críticos da criança. Deste modo, o conhecimento pormenorizado das sequências de desenvolvimento apresenta-se imprescindível, apesar de haver alguma variação, consoante os autores, há unanimidade quanto à integração/inclusão, o mais possível, do indivíduo na vida normal de uma sociedade.

O currículo escolhido para uma criança deficiente terá de respeitar o seu nível de aptidão, terá que se adequar ao seu perfil intra-individual, garantindo assim que os objetivos a atingir partam de pressupostos concretos. Surgem assim os currículos alternativos e funcionais que se destinam a desenvolver competências que permitam à criança deficiente funcionar de forma autónoma e eficaz nos diferentes ambientes em que se insere.

A análise de tarefas é um sistema de observação e de (re) avaliação de acordo com o desenvolvimento da criança, evitando, desta forma, colocá-la perante tarefas demasiado fáceis, o que provoca desinteresse, ou demasiado difíceis, levando à frustração. Para evitar esta situação devemos elaborar, para a criança deficiente mental, um bom programa educacional que, no concreto, vise a prevenção dos efeitos secundários da deficiência mental.

De acordo com o Parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (1999) “a maioria das crianças e jovens com necessidades educativas especiais é constituída por aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de comportamento, de socialização ou de saúde que não se relacionam com qualquer deficiência”.

Os alunos com deficiência mental apresentam dificuldades ao nível da aprendizagem, contudo, a escola do ensino regular deve estar preparada para os receber.

O ensino inclusivo, tão referenciado pelo Despacho Conjunto 105/97, requer o empenho e esforço de todos os intervenientes no processo educativo, escola, família e comunidade, em trabalho de parceria.

O Ministério da Educação, ECAE's e órgãos de gestão e administração das escolas deveriam trabalhar de uma forma articulada, de modo a proporcionar formação aos professores que trabalham com alunos com deficiência mental, promovendo ações de sensibilização e de formação acerca das temáticas relacionadas com esta problemática.

Por sua vez, os professores e técnicos que trabalham com a criança deveriam trabalhar em parceria, uma vez que as medidas de comportamento adaptativo, para estas crianças, não podem ser administradas diretamente em gabinetes, devem sim resultar de uma série de observações em diferentes contextos e durante períodos consideráveis de tempo, por parte desses intervenientes.

As escolas do ensino regular deveriam estar munidas de recursos humanos e materiais que auxiliassem a integração e aprendizagem destes alunos, nomeadamente, professores de apoio especializados, psicólogos, terapeutas, entre outros técnicos que possam contribuir para melhorar as práticas pedagógicas do professor que trabalha com estas crianças.

Com a realização deste trabalho percebemos que os alunos com deficiência mental apresentam um conjunto de características específicas que dificultam a sua integração na escola e consequentemente a sua aprendizagem, por tal, pretendemos, de alguma forma, poder contribuir para promover a inclusão, facilitar a avaliação de diagnóstico, melhorar as práticas pedagógicas (a nível pessoal e profissional) e fomentar o sucesso educativo da criança portadora de deficiência mental.

Todavia não podemos nunca esquecer que de nada vale este empenho por parte do professor se o aluno não tiver uma participação ativa no processo, na medida em que, é fundamental “reforçar as capacidades do sujeito para gerir ele próprio os seus projetos, os seus processos, as suas estratégias” (Perrenoud, 1999: 97).

O portador de deficiência está sujeito à exclusão social tanto por fatores sociais decorrentes da sua condição de classe, quanto por fatores individuais decorrentes da presença da deficiência. Logo, a luta pela inclusão social do deficiente se insere num movimento mais amplo da sociedade aquele que comporta também a luta pela eliminação das desigualdades sociais. A eliminação das desigualdades sociais traz como consequência o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. O direito do deficiente e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.

Questionar esse direito seria retroceder no tempo que antecede as conquistas sociais. Mesmo que o acesso à escola não seja ainda na prática garantido a todos os portadores de deficiência, faz-se urgente incorporar na luta pela democratização da escola, a luta por uma educação de qualidade.

A inclusão do deficiente na escola e mais precisamente no ensino regular alerta para a promoção de um ensino que corresponda não somente às necessidades específicas deste aluno, mas que corresponda aos interesses e necessidades de todos os alunos da classe. "Isto requer a adaptação do ensino que, entre outros aspectos, significa alocar os recursos humanos na escola

para trabalharem conjuntamente no sentido de desenvolver métodos e programas de ensino, adaptados à nova situação, bem como para atuarem em conflitos e desafios que toda situação educacional apresenta. Desse modo, a presença de crianças portadoras de deficiência não se constitui num problema para a escola, mas numa possibilidade de aprendizagem e enriquecimento para todos" (Boneti, 1993).

No processo de inclusão, a instituição e os professores demandam tanta atenção quanto à criança (CAMARGO; BOSA, 2009).

Na inclusão é o sistema educacional e social que deve adaptar-se para receber a criança. Segundo a Declaração de Salamanca, UNESCO (2003, p.17-18):

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras. Devem acolher crianças com deficiência ou bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Para Stainback&Stainback (1999, p.21) “O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

Com o objetivo de demonstrar como pode ser o desenvolvimento do trabalho da Educação Especial numa perspectiva inclusiva em escolas da rede pública de ensino, encontramos o artigo intitulado: *Escola Inclusiva: O papel de colegas e professores na constituição do sujeito*, que foi publicado nos Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial em São Carlos, no ano de 2008. O artigo foi escrito por Daniela C. Zampieri, Daniele de Paula Souza e Maria Inês B. Monteiro, da Universidade Metodista de Piracicaba – SP.

O texto parte do princípio de que por meio das relações interpessoais é que o indivíduo se constitui como sujeito. Sendo que essas relações têm contribuição direta no processo de apreensão do conhecimento, da constituição do real, do desenvolvimento humano e da construção da própria sociedade.

A pessoa com deficiência que está sendo inserida na escola regular tem mais um grupo no qual possa participar e que colabora como referencial a partir do qual o outro cria sua identidade.

O artigo em questão explora o que os professores e colegas da sala de aula tem a dizer a respeito de uma aluna com deficiência, inserida na escola regular, fornecendo um panorama no qual podemos nos basear. Dando indicativos de como se dá essa relação entre professores, colegas e o aluno com deficiência.

Para fundamentar o texto, as autoras utilizaram as concepções de Vygotsky (1991, 2001) e Bakhtin (1995), que destacam a importância das relações sociais para formação da consciência individual e o papel fundamental da linguagem na constituição do sujeito. Apontando que a linguagem e as interações sociais vão sendo construídas ao mesmo tempo em que vão constituindo o sujeito nas relações sócio-históricas, por meio das funções superiores (linguagem racional, pensamento conceitual, atenção voluntária e a memória lógica).

De modo que o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência pode fugir desse padrão, momento em que o professor tem que atuar com maior ênfase, no entanto, o que foi observado pelas autoras deste artigo é que o profissional acompanhado por elas desempenhava mais um papel de cuidador do que de mediador do processo de aprendizagem.

A pesquisa que deu origem ao artigo foi realizada numa escola pública regular, em uma série da educação infantil, que foi observada no período de um ano. As pesquisadoras também realizaram reuniões com os profissionais envolvidos, com o estudante e os colegas de classe, e recebiam narrativas dos professores e profissionais da escola sobre como se relacionavam e enxergavam o aluno com deficiência.

Embora a legislação brasileira garanta o direito da pessoa com deficiência à educação inclusiva e exija uma qualificação profissional, o docente esbarra em muitas dificuldades. Entre elas, a falta de estrutura, de recursos, de incentivo à qualificação, de modo que, ainda não é possível efetivar a educação inclusiva de maneira adequada.

Um dos relatos da pesquisa demonstra que o processo de constituição do sujeito com deficiência é permeado, na maioria das vezes, pelas significações dadas pelos outros que com ela interagem. Sem que, nessa perspectiva do cuidar, o adulto se coloca entre a pessoa com deficiência e os demais. Interrompendo a construção de sentido que possivelmente, nesse caso, a criança com deficiência poderia estar fazendo, revelando os pré-conceitos existentes ainda, impedindo que o aluno exercite a comunicação e interação social e dificultando, mesmo que não intencionalmente, a aproximação dos outros alunos com o aluno com deficiência.

Dessa forma, demonstram que as ações dos adultos interferem diretamente nas atitudes das crianças e do aluno com deficiência, e ainda nos discursos que repercutem no desenvolvimento da pessoa com deficiência, na postura das pessoas, criando uma barreira para o relacionamento interpessoal.

A aprendizagem com os pares, bem conduzida, revela-se uma estratégia quase indispensável numa escola que se quer de todos e para todos, onde todos possam aprender com os instrumentos que se têm, onde todos devem poder ir o mais longe possível, utilizando o seu perfil de aprendizagem que pode ser igual ou diferente do seu colega e mesmo do professor. (SANCHES, 2005, p. 135).

No entanto, para isso acontecer é necessário o empenho de todos os envolvidos, não podemos generalizar e afirmar que todas as experiências na Educação Especial são assim, até pelo fato, como afirma Sanches nos trecho acima, de cada pessoa apresentar suas particularidades, inclusive as pessoas com deficiência, a depender do tipo e grau de deficiência que a pessoa apresente.

O artigo intitulado *A atuação do professor diante do processo de Inclusão e as contribuições de Vygotsky*, com autoria de Elizabete Humai de Toledo e de João Batista Martins, da Universidade Estadual de Londrina para o IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia da PUC – PR, realizado em outubro de 2009 diz que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem sido motivo de preocupação para alguns professores que atuam em classes cada vez mais heterogêneas.

Considerando a mesma perspectiva de significação do texto anterior, esse artigo aponta que o professor pode ser um importante coadjuvante do processo de ensino e aprendizagem, ao realizar as mediações necessárias, através de vários instrumentos de ensino e práticas pedagógicas adequadas que propiciam o desenvolvimento do educando de acordo com suas potencialidades.

O professor deve desempenhar sua prática docente de modo que seja proativo e contribua para o aprendizado do seu aluno, sem deixar de tomar os devidos cuidados que eventualmente o aluno especial possa exigir, esse profissional não pode deixar de estabelecer como prioridade a aquisição de conhecimento para seu aluno, o seu processo de aprendizagem.

De acordo com Toledo e Martins (2009), as mudanças necessárias para o acolhimento das crianças com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) requerem professores com uma nova visão sobre essa população, um acolhimento que se pautem em princípios éticos, igualitários e solidários. Nesse sentido, Martins afirma: “O educador ético é reflexivo, analisa os porquês da sua ação, por isso sabe o que faz, para que faz, por que o faz, para o que faz e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer.” (MARTINS, 2006, p. 44-45).

Sabemos que ainda está em andamento à qualificação desses profissionais, muitas vezes o professor que recebe um aluno especial não tem experiência nenhuma com pessoas com

deficiência, por isso, a importância de refletir sobre a prática docente e o trabalho com um aluno com NEE.

[...] preventivamente, cabe examinar a formação inicial de todos os professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a trajetória profissional, aliando qualidade com equidade. Pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. O art. 18 Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica dispõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo: [...] professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN [...] a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. (BRASIL, 2001, p.77).

Mesmo com a determinação no texto da lei, precisamos ressaltar que nem sempre o professor que recebe o aluno com deficiência se enquadra nesse perfil, e que independente do seu preparo, eles continuarão chegando nas escolas regulares.

Silva (2004, p. 34) afirma: [...] é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular o seu processo de construção intelectual. Os autores discordam dessa colocação, dizendo que se fosse assim, não precisaríamos repensar a escola e sua estrutura. Os professores, segundo essa perspectiva, estariam livres do compromisso de garantir a aprendizagem desse aluno, bastando recebê-lo em sua sala de aula, o que seria sem dúvida aliar-se a uma idéia equivocada e excludente.

Oliveira (2007) aponta três idéias básicas de Vigotski relacionadas ao ensino escolar. A primeira consiste no olhar prospectivo sobre o desenvolvimento psicológico e considera que o sujeito tem uma trajetória a ser percorrida, e nela ocorrerão transformações a partir do que o sujeito já sabe fazer com autonomia e o que ainda virá a fazer; está ligada à zona de desenvolvimento proximal. A segunda idéia refere-se ao movimento dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, sendo o desenvolvimento impulsionado pela aprendizagem; este se dá de fora para dentro, através da internalização de processos interpsicológicos. A terceira idéia refere-se à atuação do outro, através da mediação entre a cultura de um grupo e o indivíduo, geradora de processos interpsicológicos que serão internalizados. Temos então a idéia de zona de desenvolvimento proximal, a idéia da relação entre aprendizagem que gera desenvolvimento e finalmente a idéia da mediação. Todas essas idéias estão diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, o que implica que o professor conheça o aluno e saiba o que ele já é capaz de fazer e o que ainda poderá fazer, visto que a aprendizagem efetivada promove o desenvolvimento, que se dá através da ação mediadora do professor, de

alguém do grupo, dos instrumentos utilizados e até mesmo através da reflexão sobre as aprendizagens anteriores. (MARTINS, TOLEDO, 2009, p. 7)

Dessa forma, podemos afirmar que ainda que o professor esteja qualificado, ao atender um aluno especial ele precisará conhecer melhor o quadro que se lhe apresenta, a fim de traçar estratégias que o ajudem a levar o aluno ao aprendizado.

Pela perspectiva de Vygotsky as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, por isso, destacamos que quanto maior o grupo de relações em que a criança participar, melhor será seu desenvolvimento.

De modo que a escola torna-se um espaço social capaz de desenvolver um papel de estimulação ao relacionamento, na qual decorrem as trocas entre os pares, o que facilita ao professor desenvolver atividades desafiadoras, estimulantes, nas quais ele também será o mediador das situações favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico.

Cabe ao professor buscar alternativas para atender esses alunos, buscando meios de colocá-lo cada vez mais perto do outro, contribuindo para estreitar as interações sociais dos atores envolvidos em cada cenário que se apresente. O professor tem assim um papel fundamental na construção de uma educação especial de fato inclusiva, por meio de qualificação profissional, de boa vontade e da capacidade de se despir dos preconceitos que a sociedade nos impõe.

O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial apresentou o documento Educação Inclusiva, no ano de 2006, com o objetivo de formar professores e gestores para atuarem nas escolas regulares contribuindo para o processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e orientações e informações para a organização do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência.

Esse documento afirma que o Atendimento Educacional Especializado está previsto na Constituição Federal de 1988, e traz em seu artigo 208 a determinação de atender o aluno com deficiência, preferencialmente, pela rede regular de ensino.

De modo que o aluno tenha acesso ao atendimento que contemple suas necessidades educacionais diferentes da ofertada nas salas regulares.

CONCLUSÕES

A subvalorização ou mesmo destinação recreativa das possibilidades de trabalho com a música para docentes da Educação Infantil nas práticas cotidianas de sala de aula, não raro, é reflexo não de uma falta de reconhecimento ou interesse na musicalização como instrumento de aprendizagem.

Entende-se que as dificuldades e desafios são enormes tanto para a escola (direção, coordenação pedagógica e professores) quanto para os alunos. As leis são feitas e põe-se em prática, mas não se leva em consideração o despreparo dos professores para enfrentarem a situação. A realidade é crítica, alunos com problemas diversos são inclusos em salas de aula com elevados números de alunos e o professor tem que dar conta muitas vezes sem a ajuda da orientação escolar. O trabalho de inclusão não poderá ser finalizado enquanto existir necessidade de aprimoramento tanto das práticas de ensino como também dos sistemas educacionais. A inclusão é uma realidade que não pode mais esperar melhores preparos por parte das instituições de ensino, como também dos responsáveis em promover a dignidade humana, buscando com isso os valores éticos para que todos tenham lugar e vez nos demais segmentos da sociedade. Todos são responsáveis pela inclusão, tanto a escola como a sociedade de em geral.

Percebe-se que esses alunos portadores de necessidades especiais educacional, mesmo em passos vagarosos, estão cada vez mais próximos da inclusão no ensino regular, isso vem ocorrendo graças à iniciativa de professores que buscam ajudar e incluir alunos com deficiência intelectual em suas aulas, fazendo com que o aluno não se sinta excluído.

Para se desfrutar da inclusão escolar é necessário que haja mudanças na sociedade, para que deficientes sejam vistos como cidadãos normais. Fatores como reestruturação no sistema de ensino, formação de profissionais competentes, interdisciplinaridades, são determinantes na ação da inclusão. A escola auxilia na inclusão, porém é necessário que haja uma transformação no geral para que o aspecto da inclusão seja reconhecido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Margareth. Música na educação básica: situações e reações nesta fase pós-LDBEN/96. Revista da ABEM, v. 12, n. 10, 2014.

ARAÚJO, U. F. Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de Educação Especial. A alfabetização de Crianças com Deficiência: uma Proposta Inclusiva. Brasília: MEC/SEB, 2012.b

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Portaria. n. 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda aspectos ético-plítico educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001: dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 1997.

PAULON, Simne Mainier. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. & PINHO, Gerson Smiech. Educação Inclusiva, Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Ministério da Educação – Secretaria de Educação. Brasília, 2007.

RODRIGUES, D. Educação e diferença, valores e prática para uma educação inclusiva. Porto: Porto Editora, 2005.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. Currículo na educação Infantil. Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica, 2ª edição revista e ampliada. Ed. Ática. 2012.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da S. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SAMPAIO DÓRIA. Direito Constitucional – Comentários à Constituição de 1946, v. 3, p. 602

SANTOS, M. R. O Plano Decenal de Educação Para todos e as Diretrizes Políticas de Formação do Magistério da Educação Básica. P. 30- 31. Revista Integração. Brasília, MÊS/SEE, Ano 5, n.14, 1994.

SASSAKI, R. K. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, jul./ago., 2004

SATO, C.; CARDOSO, A. M.; TOLOCKA, R.E. A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares: Receio ou Coragem? In:

VENÂNCIO, S.; AUGUSTO, D. I. L. S. Pedagogia do movimento: coletânea de textos. Campinas: Unicamp – FEF/DEM, 2002.

SAHFFER, D. R. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. Alfabetização: a ressignificação do conceito. *Alfabetização e Cidadania*, nº 16, p. 9-17, jul. /2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca. São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos/USP, 2003.

**O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
ESCOLA NOVA E SUA INFLUENCIA
NO DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA
LEITURA DE PRODUÇÕES SOBRE
O TEMA**

Rosiane Ferreira da Silva Alves
Rosimeire Ferreira da Silva de Souza
Vanessa de Almeida Fonseca Hoerming

DOI: 10.46898/home. 8a331511-491d-4dab-b434-
22ddc3061fa4

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA E SUA INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA LEITURA DE PRODUÇÕES SOBRE O TEMA

THE MANIFESTO OF NEW SCHOOL PIONEERS AND THEIR INFLUENCE ON THE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN EDUCATION: A READING OF PRODUCTS ABOUT THE THEME

ROSIANE FERREIRA DA SILVA ALVES
ROSIMEIRE FERREIRA DA SILVA DE SOUZA
VANESSA DE ALMEIDA FONSECA HOERMING

RESUMO

Este estudo resultou em um artigo científico, traz como tema: O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e sua Influência no Desenvolvimento da Educação Brasileira: uma literatura de produções sobre o tema, buscando aprimorar meus conhecimentos em relação à história da educação. No entanto tem como objetivo pesquisar as reformas da educação brasileira, as inovações educacionais desde o movimento inovador até aos novos tempos. A princípio apresenta-se uma breve descrição porque ocorreu a escola nova, o que levou ao movimento da escola nova e o que foi isso? Iniciou-se na Europa, tendo como um dos fundadores o suíço Adolphe Ferrière e Rui Barbosa, que exerceram papéis de influência nas mudanças promovidas no ensino na década de 1920, a educação era percebida como o elemento-chave para promover a remodelação requerida. O Manifesto foi dirigido ao povo brasileiro e ao governo em março de 1932, foi assinado por vários educadores que na época assumiram compromisso com debate público sobre a reconstrução nacional e atribuíram à escola pública o papel democratizador do acesso à educação. Durante o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a metodologia científica com técnicas de uma revisão bibliográfica que *alicerça nas teorias psicológicas de vários teóricos, pesquisadores, educadores e intelectuais da educação que abordam sobre o movimento dos pioneiros e suas influências para educação*. A pesquisa bibliográfica efetivou-se por meio de estudos, com instrumentos de busca de dados nos quais foram utilizados livros, artigos de periódicos e internet. Concluiu-se com os resultados da pesquisa que o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi de extrema importância para a educação para renovação educacional do país. A escola nova trouxe qualidades que aprimorou o ensino e organizou-se a exclusividade que antes era apenas destinada a elite, apresentou melhorias para desenvolvendo do poder, da iniciativa e o espírito de cooperação social entre as classes, no entanto é mais humana e a sua função social e preparar e formar hierarquia democrática expandindo direitos a todos os grupos sociais com pleno desenvolvimento integral do ser humano em seu crescimento para concepção de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento; Educação; Manifesto; Escola.

ABSTRACT

This study resulted in a scientific article, whose theme is: The Manifesto of Pioneers of Escola Nova and its Influence on the Development of Brazilian Education: a literature of productions on the subject, seeking to improve my knowledge in relation to the history of education. However it aims to research the reforms of Brazilian education, educational innovations from the innovative movement to the new times. At first a brief description is given why the new school took place, what led to the new school movement and what was that? It began in Europe, having as one of its founders the Swiss Adolphe Ferrière and Rui Barbosa, who played an influential role in the changes brought about in the 1920s education, and education was perceived as the key element to promote the required remodeling. The Manifesto was addressed to the Brazilian people and the government in March 1932, signed by several educators who at the time made a commitment to public debate on national reconstruction and attributed to the public school the democratizing role of access to education. During the development of the research was used the scientific methodology with techniques of a bibliographic revision that bases on the psychological theories of several theorists, researchers, educators and intellectuals of the education that approach about the movement of the pioneers and their influences for education. The bibliographic research was accomplished through studies,

with data search instruments in which books, journal articles and internet were used. It is concluded from the research results that the New School Pioneers Manifesto was extremely important for education for educational renewal of the country. The new school brought qualities that improved teaching and organized the exclusivity that was once only aimed at the elite, presented improvements for the development of power, initiative and the spirit of social cooperation between the classes, however it is more human and its social function and prepare and form democratic hierarchy expanding rights to all social groups with full integral development of the human being in their growth for world conception.

KEYWORDS: Movement, Education, Manifesto and School.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa relatar os dados da realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o manifesto dos pioneiros da escola nova e sua influencia no desenvolvimento da educação brasileira: uma leitura de produções sobre o tema, buscando aprimorar meus conhecimentos em relação à história da educação. A pesquisa tem por objetivo entender a Influência do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova nas reformas da educação brasileira, as inovações educacionais desde o movimento até aos novos tempos.

Apresenta se uma breve descrição de como ocorreu a Escola Nova, o que levou ao movimento e o que foi esse movimento, no entanto que a Escola Nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX.

Destacando em seguida o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual foi datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas, e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou se a metodologia científica com técnicas de revisão bibliográfica que alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho³, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira. (SANDER, 2007, p.28) também nos livros de ARANHA, 2008, XAVIER, 2004, SAVIANI, 2008, 500 Anos de Educação no Brasil, 2000, CAMURRA, 2008, e FERREIRA JÚNIOR, 2010. Com base nesses teóricos fez se uma análise sobre a Escola Nova e suas características, a história do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 e seus principais representantes e finaliza se com algumas considerações sobre a contribuição desse movimento para a educação de hoje.

REFERENCIAL TEÓRICO /JUSTIFICATIVA

Escola Nova foi movimento renovador que surgiu no fim do século XIX, na Europa, um dos fundadores o suíço Adolphe Ferrière, esse ideário chegou ao Brasil em 1882, pelas mãos de Rui Barbosa, e exerceu grande influência nas mudanças promovidas no ensino na década de 1920, quando o país passava por uma série de transformações sociais, políticas e econômicas que defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuito e foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela circunstancia era forte concorrente do Estado na esperança de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação expressiva das escolas da rede privada.

Escola Nova foi o nome dado ao movimento renovador do ensino na metade do século XX, nesta época o escolanovismo desenvolveu-se no Brasil importante impactos de transformações econômicas, políticas e sociais para a construção de uma sociedade democrática.

De acordo com alguns pensadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada pelo cidadão atuante e democrático. No entanto o movimento surgiu para propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias, que eram o marco inovador da época.

Desta forma pretendeu promover a pedagogia da “existência” superando o estudo da essência que se tratava de não mais submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos e sim voltá-lo para ser único, diferenciado, interagindo com o mundo dinâmico (HISTEDBR. n. 22, p. 132-133). Os grandes inspiradores da Escola Nova foram os escritores Jean Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel, e John Dewey.

Assim, a Escola Nova é definida como:

Um movimento que defendia a educação ativista, a partir da renovação da pesquisa pedagógica, na busca teórica dos fundamentos filosóficos e científicos de uma prática educativa mais eficaz, ao lado de uma atenção especial na formação de cidadão em uma sociedade democrática e plural que estimava o processo de socialização da criança e havia o empenho em desenvolver a individualidade, autonomia, o que não seria possível em uma escola não autoritária que permitisse ao educando aprender por si mesmo, e fazer fazendo. (ARANHA, 2008 p. 263).

Portanto, assim vários seguidores iniciaram os estudos para um universo maior da educação e com passar dos tempos a história Educacional passou a oportunizar acesso de qualidade a uma minoria, o ensino brasileiro se tornou se privilégio de uma pequena

classe dominante em que a maioria da população encontrava-se em prejuízo, formada apenas para trabalhar. A escola brasileira deste período contribuía para formação de uma casta intelectualizada.

No entanto o objetivo do movimento era ter uma educação voltada para todos sem discriminação de classe social, sendo que na verdade a organização escolar não atendia as necessidades modernas do Brasil.

Com intuito de mudanças na reforma escolar, o movimento assinou um manifesto, com propostas inovadoras para defender a educação, lutava contra o empirismo dominante no sistema tradicional, apresentou medidas administrativas para os planos político-sociais, a solução dos problemas escolares.

O documento apresentado pelo grupo do movimento desafiava ideias e defendia que a educação tinha que ser papel do poder público, e que não podia ser organizada para privilegiar uma minoria economicamente hegemônica. Tal documento também colocou em evidência a preparação dos docentes. O texto dos (as) educadores (as) previa que todos os (as) professores (as) tivessem uma formação científica, “desinteressada”, universitária e formação continuada.

A educação nova teve sua finalidade, assumindo feição mais humana, a sua função social, no intuito de formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades” com oportunidades iguais de educação, com objetivo de organizar, desenvolver meios de ações com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma de suas etapas de crescimento (CAMURRA, 2008, p.03).

Redigiu-se um plano de ação com diretrizes políticas para a educação nacional, como uma síntese discursiva:

Constitui simultaneamente um plano de ação nacional visando à estruturação de um sistema educacional, e um documento emblemático, capaz de revelar um grande teor simbólico, transformando-se num lugar de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social da primeira metade do século XX, mais especificamente dos anos 20 e 30. (FERREIRA, 2010 p.75).

O movimento de reforma foi se ampliando e acabou por incomodar pessoas e grupos, assim veio o fortalecimento de novas ideias, tendências estratégicas de reivindicação por políticas para uma educação democrática que teve grandes desfechos e resultou em novos desafios.

As ideias provocaram tantas inquietações pelo envolvimento que se efetivou e se expandiu em algumas regiões:

Nas regiões de população mais densa e de uma civilização mais industrial e urbana, criaram-se por esse e outros movimentos subsequentes de renovação

intelectual, artística e pedagógica, diversos centros culturais que tiveram como ponto de partida o Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo (o centro-sul) e de que se irradiaram, por algumas zonas culturais, na periferia, essas novas ideias e tendências tanto mais fracas e menos generalizadas quanto mais se distanciavam dos principais focos de elaboração e de difusão da cultura nacional. (FERREIRA, 2010, p.75).

Desta forma as reformas aconteciam isoladamente com pouco fortalecimento por conta da pressão ideológica, percebendo isso Fernando Azevedo, decidiu juntar todos os documentos em um só, evidenciando as principais ideias com intuito de articular as ações coletivas em defesa de uma nova política de educação para o Brasil, assim o fez e publicou.

Alguns trabalhos publicados anteriormente contendo referências à Escola Nova, como *Educação*, 1909; *O Brasil e a educação popular*, 1916; e *Problemas de educação*, 1919, de Carneiro Leão, pode-se dizer que o primeiro livro empenhado em divulgar o ideário renovador no Brasil, de forma sistemática, foi *Introdução ao estudo da Escola Nova*. (SAVIANI, 2008 p. 200).

Consta, nas referências as publicações de Lourenço Filho, que a 1º edição dessa obra é de 1930, no entanto, na 9º edição, que veio à luz em 1967, há um “Prólogo da Editora” que começa afirmando que o livro “foi pela primeira vez” publicado no ano de 1929. Ao que parece, o texto teria sido concluído e entregue para a publicação de 1929, mas a publicação propriamente dita só ocorreu em 1930, pois o prefácio é datado de maio desse ano e uma informação da editora registra julho de 1930 como data de publicação do livro.

Informa-se que, após a 6º edição, o autor resolveu reescrever a obra. Assim, 13 anos depois (6º edição é de 1948), veio à luz a 7º edição, em 1961, inteiramente revista:

1º edição o livro foi organizado sob a forma e lições. A primeira lição empenhou-se em explicar o que se deve entender por Escola Nova, abordando o tripé científico em que a proposta se assenta: os estudos de biologia, de psicologia e de sociologia, destacando as conquistas da Escola Nova nesses três domínios. As três lições intermediárias foram dedicadas à representação dos sistemas de Educação Nova, distinguindo-se os que tinham um caráter de experimentação e ensaio e aqueles de base científica. (SAVIANI, 2008, p. 2003).

Na Europa, essas duas escolas foram instaladas por iniciativa particular, de forma isolada e à margem das redes públicas de ensino. É curioso que Lourenço Filho destaque exatamente essas duas experiências:

Em articulação com sua experiência de reformador de sistemas escolares (dirigiu as reformas do Ceará em 1922-1923 e de São Paulo em 1931-1932 e participou da reforma do Distrito Federal), diretor da Escola de Professores no Distrito Federal e organizador e dirigente do INEP (à época denominado Instituto Nacional de Pedagogia), Lourenço

Filho publicou *Tendências da educação brasileira*, em 1940; *Educação comparada*, do qual saíram duas edições, uma em 1961 e a outra em 1964; e *Organização e administração escolar: curso básico*, com sete edições, entre 1963 e 1976. Também de sua experiência na reforma cearense resultou o livro *Joaseiro do Padre Cícero: cenas e quadros do fanatismo no Nordeste*, em 1926. (SAVIANI, 2008, p. 204).

A particularidade do Brasil foi exatamente o fato de que o movimento da Escola Nova, como se explicitou no “Manifesto”, teve em mira principalmente a reconstrução educacional dos sistemas públicos.

“Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos” e também o artigo “A escola de alma branca: o direito biológico à educação no movimento da Escola Nova”. Ainda contribuíram para alguns questionamentos a orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado cujos temas e fontes analisados pelos orientados me possibilitaram ampliar o campo de interrogações. (VEIGA, 2004, p. 67).

Conforme as análises da autora ela destaca alguns pontos de maior investimento por parte dos historiadores da educação no sentido de ampliar às interpretações do manifesta-documento e ao contexto educacional da época e indica alguns itens que possivelmente poderiam contribuir com as discussões.

METODOLOGIA

O estudo optou se por uma pesquisa bibliográfica a respeito da “O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e sua Influencia no Desenvolvimento da Educação Brasileira”

Nessa pesquisa, tivemos a pretensão de investigar e analisar mais acuradamente a literatura específica sobre a temática, bem como as legislações vigentes sobre a o Manifesto apresentou várias propostas que tornou se um grande beneficio para o futuro, sem difundir algumas ideias que atualmente em nossas escolas se tornaram propostas e atitudes, bem como metodologias calcadas nos princípios da Escola Nova.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vimos que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova teve sua história marcada em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava o segmento da elite intelectual, com diferentes ideias que propagava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira em relação à educação.

No dia 29 de março de 1932, tingia as páginas de vários jornais em todo Brasil, na íntegra ou parcialmente, o texto que ficou conhecido pela historiografia educacional como o *Manifesto dos pioneiros*:

Era assinado por educadores de prestígio no cenário educativo, que atuavam em distintos níveis do sistema educacional, seja assumindo diretorias de instrução pública em diferentes estados brasileiros, trabalhando no recém-criado Ministério da Educação da Saúde, agindo no interior de escolas como diretoras e professores e/ou engajando-se na difusão jornalística de notícias e opiniões sobre a educação no país. Entre os 26 nomes, três mulheres ofereciam apoio ao documento: Noemy da Silveira (conhecida posteriormente como Noemy Rudolph), Cecília Mirelles e Amanda Alberto. (VIDAL, 2004, p. 89).

O Manifesto teve intuito de consolidar um segmento da elite intelectual, com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação da escola nova.

O documento do Manifesto dos Pioneiros foi redigido e coordenado por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto¹², Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, entre outros.

Esses educadores consolidavam o Manifesto e analisava sua importância na educação do país, pois acreditavam em um movimento reformador e o seguidor de Émile Durkheim¹⁴, pregava que a educação deveria ter como objetivo integrar os indivíduos, tendo normas de conduta social, coletividade com princípios de Sociologia a cultura brasileira, assim o ensino deveria estar acima dos problemas econômicos nos planos de reconstrução do país.

O documento foi lançado, no processo de reordenação política da revolução, tornando-se um marco inaugural do projeto de renovação educacional do país e constatou a desorganização escolar, pois propunha que o Estado estruturasse um plano geral de educação.

Desta forma Fernando de Azevedo destacou a educação como centro prioritário no país e pregava como se fosse um livro a ser seguindo com ideias educacionais modernas com necessidades da própria vida em sociedade. Assim garantia as reformas lutando sempre com o Estado para que a educação chegasse junto às classes inferiores.

Lourenço Filho (1897-1970), bacharel em Direito, teve como mestres: Durkheim, Claparède, Wallon, Dewey, Decroly, Montessori e foi contemporâneo de Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, tinha uma visão de educacional de que a escola

tradicional não era útil para a população, pois estava montada para uma concepção social já vencida. Ele mantinha uma grande articulação entre a escola e a vida social.

No documento o manifesto apresenta uma nova política educacional de fortalecimento para o ensino:

[...] diretrizes de uma política escolar, inspirada em novas ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper contra as tradições excessivamente individualistas da política do país, fortalecer os laços de solidariedade nacional, manter as ideias democráticas de nossos antepassados e adaptar a educação. O próprio Manifesto constituía um "apelo" ao Estado e à sociedade, buscando uma ação nacional que mobilizasse a população em relação aos problemas sociais e gerasse vontade de mudança. Tal mudança, dentro do contexto de um novo governo, o governo Provisório de Getúlio Vargas, idealizava um plano geral de educação que promovesse uma organização da estrutura orgânica, com vistas a três eixos norteadores: a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. (FERREIRA, 2010, p. 90).

Foram várias às ideias apresentadas pelo manifesto em relação à uniformidade da educação nacional, a exigência de um sistema de organização educacional deveria gerar a unidade e não a uniformidade educativa. Ainda a unidade educativa deveria contar com a multiplicidade presente quando se comparavam vários estados brasileiros, afim de que a educação se tornasse mais relevante e proveitosa para todos, isto é, para os estados e suas administrações, para a sociedade como um todo e para os indivíduos em formação.

Para tanto o Estado teve que organizar um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo (SAVIANI, 2004, p. 34).

Desta forma o manifesto organizou a reconstrução educacional do Brasil, tanto para o povo quanto para o governo e assim o texto do Manifesto propriamente inicia referindo que os problemas nacionais e os problemas econômicos não conseguem disputar com o problema educacional, porque se o desenvolvimento cultural de um país depende do setor econômico seria impossível desenvolver este, sem a ajuda das forças culturais e intelectuais.

Destaca se que o Manifesto dos Pioneiros é um documento:

É rico em sugestões, firme em relação à necessidade de o país construir um 'sistema unificado' de ensino público capaz de oferecer ensino de qualidade a

todos e de garantir aos educando a possibilidade de ascensão a qualquer de seus níveis conforme a capacidade, aptidão e aspiração de cada um, independentemente da situação econômica do aluno. Neste sentido, podemos entender o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como uma proposta de “reconstrução social pela reconstrução educacional”. (XAVIER, 2004, p. 24).

O documento de 1932 tomou um ponto de partida de que a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, o seu turno, pela estrutura da sociedade.

Segundo Jamil Cury, 2004, p. 115, podem ser apontados, pelo menos, quatro seguimentos interlocutores:

- Os interlocutores identificados com a manutenção da educação existente na Velha República, os quais o *Manifesto* se contrapõe. A crítica incide sobre o bacharelismo, visto como empecilho para o progresso. A voz do documento se enuncia como aquela de um segmento de intelectuais que, reunidos em torno de objetivos comuns, busca se afirmar sendo pioneiros e reconstrutores, já desde o interior da velha república;

- Outro interlocutor a que o *Manifesto* se contrapõe é o Estado liberal provindo de 1889. Tal Estado foi guiado por oligarquias tradicionais, cujo federalismo não legou nada de consistente no âmbito de um sistema educacional e cujo individualismo, acobertados de múltiplas exclusões, criou condições de manutenção de um sistema de odiosas hierarquias. Mas o documento se propõe a dialogar com outro Estado (nascido em 1930) cujo governo propicie políticas alternativas nas quais haja um equilíbrio liberdade e intervenção, priorizando a educação escolar;

- Da mesma forma a Igreja Católica representa outra contraposição. A sua força tradicional, á época assemelhada a outras tendências antiliberais, que, embora se colocasse no eixo da denúncia do Estado liberal – burguês –, o fazia com um projeto autoritário e reacionário de reconstrução da sociedade e do Estado, por meio de um sistema organicista de corte religioso. Assim, o grupo de signatários se inscreve como quem inspira a uma nova direção hegemônica para o país.

A autora Marta Araújo, 2004, p. 133, destaca a promoção a mobilização de intelectuais e educadores simpatizantes do Movimento Renovador Educacional:

Em prol do reconhecimento da educação escolar como o “principal problema nacional, de cuja solução depende a solução de todos os outros problemas”, devendo-se, assim, abraçar essa causa educacional, foi a estratégia adotada pelo então ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Epitácio da Silva Pessoa, Joaquim Ferreira Chaves, em seu discurso de abertura da Conferência Interestadual de Ensino Primário, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1921, com mais de 200 representantes de todos os estados brasileiros, do governo federal, do Congresso Nacional e de entidades civis. (ARAUJO, 2004, p. 217).

Para Dermeval Saviani, 2004, p. 185, o *Manifesto* expressa a posição de uma corrente de educadores que busca se firmar pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública tanto no âmbito do governo central como nos dos estados federados.

Manifesto emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública, abarcando desde a escola infantil até a formação dos grandes intelectuais pelo ensino universitário. E esta me parece ser uma originalidade do caso brasileiro. Com efeito, na Europa (o caso dos Estados Unidos deve ser considerado à parte) as iniciativas que integraram o movimento da Escola Nova em geral se deram no âmbito das escolas privadas, ficando à margem do sistema público de ensino. Mesmo nos casos em que se pretendeu atuar no âmbito do ensino público, a tentativa fracassou como foi o caso de Freinet, na França, que acabou sendo demitido de seu cargo como professor público no município de Vence.

Conforme relata Mirian Warde, 2004, p. 221, o que se tem, hoje, são raras as menções em torno do assunto e aparentemente a memória do *Manifesto* de 1932:

Os seus destinatários explícitos, governo e povo, não dão mostras de conhecer a pauta nele contida; no que tange às políticas oficiais em curso, se é descabido afirmar que elas negam milimetricamente as teses dos pioneiros, em contrapartida não se pode afirmar em sã consciência que as afirmam. Quanto ao povo, tal como nos idos de 1932, continua um ente abstrato cuja existência é postulada pelos discursos que, ao instituí-lo, falam em seu nome. Como já se declarou anteriormente, a autora não se arroga tanto. (WARDE, 2004, p. 221).

Conforme citações de Ana Waleska Mendonça, “O fato da ciência trouxe consigo uma nova mentalidade” e o homem “ganhou o hábito de mudar, de transformar-se, de progredir”:

Escola contínua transformação, para uma civilização em permanente mudança, orientada pelas *tendências gerais da sociedade progressiva*, a saber, a ciência, enquanto a aplicação do método científico a todos os setores da vida social, e a democracia, enquanto modo de viver que se estende a todas as dimensões da vida humana. Na percepção de Anísio Teixeira, a “tendência democrática”, juntamente com a “aplicação ciência à civilização humana” e o “industrialismo”, como características essenciais das sociedades contemporâneas, estavam a exigir uma mudança radical da escola, configurando-se como os “fundamentos sociais” da “escola renovada” (MENDONÇA, 2004, p. 244).

A renovação da escola, que Anísio Teixeira propunha era sua transformação radical, tornando-se cada escola, se possível, um laboratório de ensaios, de experiências pedagógicas. No entanto a visão de Anísio Teixeira, deixa explícita a sua clara vinculação a uma determinada vertente do movimento da renovação da escola e aponta, por outro, para a própria ambigüidade do termo da *Escola Nova*.

O manifesto não foi o único documento publicado em prol da renovação pedagógica, mas, tornou-se marco histórico na fundamentação para as deliberações educacional como forma de privilégio para o desenvolvimento dos princípios democráticos e de participações nas instituições educacionais.

Vale ressaltar que a escola nova trouxe qualidades que aprimorou o ensino e organizou-se a exclusividade que antes era apenas destinada a elite, apresentou melhorias para desenvolvendo do poder, da iniciativa e o espírito de cooperação social entre as classes, no entanto é mais humana e a sua função social e preparar e formar hierarquia democrática expandindo direitos a todos os grupos sociais com pleno desenvolvimento integral do ser humano em seu crescimento para concepção de mundo.

Sem dúvida, o movimento do manifesto para educação foi um marco simbólico na construção da educação no Brasil, pois propôs um sistema de educação sob a organização do Estado, afirmando que “cada indivíduo” tem o direito a uma educação integral e sendo dever do Estado e ainda considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações como uma função social e eminentemente e tornou este movimento, pela sua contribuição, um documento relevante na história da educação brasileira.

De acordo (ARANHA, 2008), a história da Educação brasileira desde o Manifesto até os dias atuais passou por várias reformas significantes, dentre podemos destacar algumas principais:

A atuação na Ala Católica - Os presentes da ala católica expressavam-se na revista *A Ordem*, fundada em 1921, pelo filósofo Jackson de Figueiredo¹⁹, no “Centro de Estudos D. Vital” (1922) e, posteriormente, na Liga Eleitoral Católica (LEC) e na Confederação Católica de Educação. Baseavam-se nos princípios do tomismo, a chamada “filosofia perene” de Santo Tomás de Aquino (século XII), que na Idade Média adaptou o pensamento aristotélico à teologia cristã;

Reforma Francisco Campos - A Educação na década 1930 desperta maior atenção, quer pelo movimento dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais, ou ainda pelos resultados concretos efetivamente alcançados, compreende essas mudanças analisando o contexto político, social e econômico;

As Primeiras Universidades - As universidades surgiram na Europa ainda na Idade Média, pois na época contemporânea a reformulação era nos moldes dos interesses da economia industrial capitalista e das novidades científicas. No entanto, enquanto a Espanha permitira a criação de universidades e suas colônias na América Latina, ainda

no século XIX, vimos que os brasileiros do Brasil colônia precisavam encaminhar-se a Portugal e França para a diplomação universitária;

Reforma Capanema - O ministro Gustavo Capanema, empreendeu outras reformas no ensino, regulamentadas por diversos decretos-leis assinados de 1942 a 1946 e denominados Leis Orgânicas do Ensino. A reforma do ensino primário só seria regulamentada após o Estado Novo, em 1946, com introdução de diversas modificações;

Ensino Profissional - Iniciou no começo do período republicano eram poucas as iniciativas voltadas para o ensino profissional. Quando muito, a necessidade da ampliação desse tipo de educação às vezes dependia de justificativas ideológicas, tais como preparar para o trabalho a fim de evitar, nos segmentos mais pobres, a ociosidade, a desordem pública, o governo federal criou dezenove escolas de aprendizes e artífices, uma em cada estado;

Expansão de Ensino - A educação na Primeira República sofreu transformações, muita em decorrência das necessidades da configuração social e econômica do país. Apesar de os assuntos sobre educação terem merecido posteriormente atenção incomparavelmente maior, sobretudo com os debates instigados pelos escolanovistas, nem todas as reformas se concretizaram;

Período da República Populista - De 1945 a 1964, o país retornou ao estado de direito, com governos eleitos pelo povo e marcados pela esperança de um progresso acelerado, ocorreram mudanças no modelo econômico. O desenvolvimento – até então caracterizado pelo nacionalismo – começou a entrar em contradição das empresas multinacionais, no governo de Juscelino Kubitschek, também houve na educação, um debate nunca visto teve como pano de fundo o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que levou treze anos para entrar em vigor;

Lei de Diretrizes e Bases 1961 - A Constituição de 1946 refletiu o processo de redemocratização do país, após a queda da ditadura de Vargas. Em oposição à Constituição outorgada de 1937, os “pioneiros da educação nova” retomaram a luta pelos valores defendidos anteriormente;

Movimentos da Educação Popular - Os intelectuais lutavam por LDB mais democrática, na primeira metade da década de 1960 sucedeu-se um período de profunda efervescência ideológica, a *Pedagogia* definiu a nossa identidade nacional provocou abundante produção teórica – com a produção intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb);

Anos de Chumbo - Durante vinte anos (de 1964 a 1985) os brasileiros viveram o medo gerado pelo governo do arbítrio e pela ausência do estado de direito. Esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e “desaparecidos”, foram desastrosos para a cultura e a educação. Também provocaram prejuízos econômicos e políticos ao país;

Reflexos da ditadura na educação - A repercussão imediata do governo autoritário na educação se fez sentir na reestruturação da representação estudantil. Em 1967, foram postas fora da lei às organizações consideradas subversivas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE);

Reforma universitária de 1968 – Lei nº 5.540/68 tratava do ensino de 3º grau, introduziu diversas modificações na LDB de 1961, foi recorte do GTRU (Grupo de Trabalho da Reforma Universitária), formado por pessoas especialmente designadas pelo presidente general Costa e Silva, que definiu as diretrizes da reforma;

Reforma do 1º e 2º graus de 1971 – Realizou-se durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici, a reforma dispõe da Lei 5.692/71: O ensino de 1º e 2º grau traça seus objetivos em proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento da auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania;

Transição democrática - Na década de 1980, o regime militar dava sinais de enfraquecimento, entrando em curso o lento processo de democratização, a sociedade civil, a classe política, as organizações estudantis apresentavam-se de modo mais contundente contra o arbítrio, buscando recuperar espaços perdidos. Exilados políticos anistiados retornavam ao Brasil.

A Constituição de 1988 – Destaca alguns pontos importantes na nova Constituição: gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, extensão do ensino obrigatório e gratuito no ensino médio, atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, valorização dos profissionais do ensino com planos de carreira para o magistério público, autonomia universitária, aplicação anual pela União de nunca menos de 18% pelos estados e Distrito Federal e Município no mínimo 25% para o desenvolvimento do ensino, entre outras garantias;

A nova LDB de 1996 - Depois da Constituição de 1988, aprovada, restava elaborar a lei complementar para tratar as diretrizes e bases da Educação Nacional, oferecendo no final um texto já envelhecido, havia motivo de preocupação a respeito de sua regulamentação, o que ocorreu em dezembro de 1996, com a publicação

da lei nº 9.394. O primeiro projeto da LDB resultou de amplo debate, não só na Câmara, mas também foi ouvida a sociedade civil, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, composta de várias entidades sindicais, científicas, estudantis e de segmentos organizados da educação;

Democracia e inclusão – Surge então o empenho em universalizar a educação pela defesa da integração dos diferentes e mais recentemente pela inclusão, atribuindo primeiro um tipo de inserção e criam-se as salas especiais separadas das salas regulares destinadas aos “normais”, vem a subdivisão em modalidades de ensino especial e ensino regular.

CONSIDERAÇÕES

Com Estudo desta pesquisa, vimos que os Pioneiros da Escola Nova surgiram em um destaque político, de transformações econômicas e de mudanças sociais e nesse contexto havia uma necessidade de lutas por mudanças educacionais no país.

Foram lutas que passaram por interferências estrangeiras com princípios de escola única, pública, obrigatória, gratuita e para todos sem discriminação de classe social, o Manifesto faz se um documento importante de renovação nacional, voltado aos problemas educacionais brasileiros.

O Manifesto apresentou várias propostas que tornou se um grande benefício para o futuro, sem difundir algumas ideias que atualmente em nossas escolas se tornaram propostas e atitudes, bem como metodologias calcadas nos princípios da Escola Nova.

Vale ressaltar que foi devido ao Manifesto, e os legados que atualmente os alunos têm oportunidades de: falar, pensar, criticar, e agir de forma independente. O mesmo foi um marco de extrema importância para a educação, ou seja, uma renovação educacional para o país.

Sem dúvida com o Manifesto, a visão de ensino e aprendizagem passou por grandes mudanças, abandonando o tradicionalismo e a memorização e passando a despertar o interesse e a curiosidade na escola renovadora.

Conclui se que com o presente estudo mostrou se uma gama de conhecimentos em relação a história da educação brasileira bem como a escola nova, o manifesto dos pioneiro e suas ideias plantadas nas instituições para a transformação e luta de uma

escola para todos e democrática que é tão sonhada para a formação de verdadeiros cidadãos.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo-SP, Ed, Moderna, 2008.

ARAÚJO, Marta Maria de. **A Educação Tradicional e a Educação nova Dos Manifestos dos Pioneiros**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. . **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

CAMURRA, Luciana. Escola Pública: **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação**. Campos Cascavel - PR, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Um Olhar Sobre os Manifestos dos Pioneiros**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

FERREIRA, Amarílio Jr. **História da Educação Brasileira**. São Carlos – SP, 2010.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **Anísio Teixeira e a Escola Nova**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. . **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

VEIGA, Cyntia Greive. **Manifesto dos Pioneiros de 1932: direito Biológico à Educação**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Manifesto e a Profissionalização Feminina**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. . **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

WARDE, Mirian Jorge. **Legado e Legatários: Questões sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova**. Citado por XAVIER, Maria do Carmo. . **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

XAVIER, Maria do Carmo. **Manifestos dos Pioneiros da Educação: Um Legado Educacional em debate**. FUMEC, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

**A ARTE VISUAL E A MEDIAÇÃO
DE LEITURA DE IMAGEM**

Aurora Maria Alves Pinto
Jainy de Andrade Weber
Ozana dos Anjos Santana
Rosiane Ferreira da Silva Alves
Rosimeire Ferreira da Silva de Souza

DOI: 10.46898/home.03710380-d707-4407-a3b4-
b098e5eff470

A ARTE VISUAL E A MEDIAÇÃO DE LEITURA DE IMAGEM

AURORA MARIA ALVES PINTO

JAINY DE ANDRADE WEBER

OZANA DOS ANJOS SANTANA

ROSIANE FERREIRA DA SILVA ALVES

ROSIMEIRE FERREIRA DA SILVA DE SOUZA

RESUMO: O presente artigo foi com base na vivência de campo, realizado no Ensino Fundamental e Médio Escola Estadual José Serafim Ribeiro, localizada à Rua Orlando Nogueira, Nº 1180, telefone 3285-1210, e-mail para contato eejsr@sed.ms.gov.br, Código do INEP: 50009460 - Centro Município de Jaraguari MS. Para alcança-se o objetivo proposto, buscou se apoiar nos objetivos específicos, tais como: 1. Conceituar a leitura de imagens como processo de desenvolvimento da criatividade; 2. Analisar a importância da leitura de imagens como recurso didático para o processo ensino-aprendizagem nas aulas de Artes; 3. Apresentar teoria prática no método de ensinar e aprender as Artes Visuais; 4. Propor atividades de leitura de imagens como recurso didático para o ensino de Artes Visuais; 5. Realizar as atividades de leitura de imagem com procedimentos metodológicos de arte; 6. Incentivar os alunos leem imagens produzidas por artistas; 7. Possibilitar a experiência do ver de forma crítica e não reprodutiva. A Metodologia aplicada no projeto de extensão de Artes Visuais: “A Arte visual e a Mediação de Leitura de Imagem”, procedeu-se pelo processo descrito pelo modelo de pesquisa qualitativa para a produção de dados, utilizou se do aporte bibliográfico, ou seja, das fundamentações teóricas sobre a temática apresentada e uso de entrevista semiestruturada, com a participação da Escola da Rede Estadual Os teóricos estudados e pesquisados foram Favaretto, Celso. A invenção de Hélio Oiticica. São Paulo: Edusp, 2000. Fleith, 2006, Foerste, 2002, Gombrich, 1985. Luckesi, Cipriano 1995. Com base na pesquisa realizada, o processo de mediação de leitura de imagem é muito concebido mediante imagens, a uma realidade que faz parte do dia a dia desde o início da nossa história, na era ante-histórica, a Leitura de Imagens já procedia como forma de desenvolvimento da criatividade humana, utilizou-se das imagens para registrar ideias e os acontecimentos marcantes daquela época. A expressão de sentimentos era registrada em forma de desenhos e hoje são textos lidos e decodificados, vale ressaltar que as imagens refletem várias ideias e conceitos, transmitem informações, estão carregadas de intenções e também podem ensinar.

Palavras-chave: Palavra1. Palavra2. Palavra3.

VISUAL ART AND IMAGE READING MEDIATION

ABSTRACT: This article was based on field experience, carried out in Elementary and High School José Serafim Ribeiro State School, located at Rua Orlando Nogueira, Nº 1180, telephone 3285-1210, e-mail for contact eejsr@sed.ms.gov.br, INEP code: 50009460 - Center Municipality of Jaraguari MS. In order to reach the proposed objective, it sought to rely on specific objectives, such as: 1. Conceptualize the reading of images as a process of developing creativity; 2. Analyze the importance of reading images as a didactic resource for the teaching-learning process in Arts classes; 3. Present practical theory in the method of teaching and learning the Visual Arts; 4. Propose image reading activities as a didactic resource for teaching Visual Arts; 5. Carry out image reading activities with art methodological procedures; 6.

Encourage students to read images produced by artists; 7. Enable the experience of seeing in a critical and non-reproductive way. The methodology applied in the Visual Arts extension project: “Visual Art and the Mediation of Image Reading”, proceeded through the process described by the qualitative research model for the production of data, used the bibliographic contribution, that is, of the theoretical foundations on the theme presented and the use of a semi-structured interview, with the participation of the Escola da Rede Estadual. The theorists studied and researched were Favaretto, Celso. The invention of Hélio Oiticica. São Paulo: Edusp, 2000. Fleith, 2006, Foerste, 2002, Gombrich, 1985. Luckesi, Cipriano 1995. Based on the research carried out, the image reading mediation process is very much conceived through images, a reality that is part of everyday life since the beginning of our history, in the antehistoric era, Image Reading was already proceeding as a way of developing human creativity, images were used to record ideas and the remarkable events of that time. The expression of feelings was recorded in the form of drawings and today they are read and decoded texts, it is worth mentioning that the images reflect various ideas and concepts, transmit information, are loaded with intentions and can also teach.

KEYWORDS: Word1. Word2. Word3.

1 INTRODUÇÃO

A Arte brasileira é usada para representar expressões desde a época do Brasil colonial até os dias de hoje, sendo uma referencia no componente curricular de arte como qualidade de ensino. As novas técnicas, a autonomia e a liberdade, dentro do contexto educacional tende aumentar o interesse e o desempenho dos alunos.

O Paper apresenta ponderações relativamente à mediação de leitura de imagens e sua relevância, para o leitor; com objetivo de interagir e mediar à aproximação ao entendimento, contextualizando o método de ensinar e aprender as Artes Visuais.

Consequentemente estruturado num breve resumo dos conceitos, em seguida refere-se à área de concentração, com a fundamentação teórica, no que concerne a mediação de leitura de imagem, um breve conceito da arte na educação e a mediação de leitura de imagem, assim acompanhado dos planos de estágios remotos, sendo 04 planos de aulas para o Ensino Fundamental I, 04 planos Ensino Fundamental II e 02 planos para o Ensino médio. Finalmente será encaminhado o template, através do produto virtual cartilha.

2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escolha da temática intitulada “A arte Visual e a mediação de leitura de imagem”, busca contribuir e intensificar-se, propondo conceitos de mediação leitura de imagem, experiência visual com a pretensão de desenvolver o pensamento, a percepção

e o discernimento, levando o indivíduo ao desenvolvimento da habilidade crítica e reflexiva.

A imagem está presente em nossa vida desde início do princípio, e em toda imagem encontra-se uma estrutura com cores e formas, equilíbrio, harmonia, luz, ao direcionarmos ao espaço circundante, identificaremos multiplicidade de símbolos que significam o mesmo que ler e perceber uma imagem como texto escrito.

Conforme ressalta, Buoro, 2008, juntamente com suas colegas de pesquisa e estudo relativo ao tema:

Nascemos leitores de imagens muito competentes. A expressão do rosto de nossa mãe, o desenho do livro de histórias, o logotipo do caminhão, tudo é texto para nós. Até que nos ensinam que textos são feitos somente de letras que formam palavras que formam frases que formam parágrafos... diante do poder da palavra escrita, é preciso estimular o olhar para as imagens, todas elas: do anúncio ao grafite, do desenho animado ao álbum de família...isso precisa acontecer para o bem da própria palavra escrita, que se renova e se reinventa quando dialoga com a imagem. (BUORO, KOK, ATIHÉ, 2008, p.01).

Compreender e entender uma imagem são conceder análises sobre o próprio conteúdo, mas para isto, é imprescindível uma a definição visual, do mesmo modo em que se foi aletrado para a escrita, pois é necessário que se entenda as imagens, que decifre seus códigos, que apontam o conhecimento cultural de si mesmo, que levam a lembrança de outras informações adquiridas em experiências de leitura, antes realizadas.

Desta forma as pesquisadoras fazem suas ponderações pertinentes as investigações sobre o assunto em questão:

[...] funcionam também como um recurso de memória, onde através de outras imagens podem se recordar; comparam imagens distintas. Foram atribuídos novos significados às imagens a partir de exercícios de comparação; realizam uma leitura seletiva. Destacaram apenas um aspecto presente na imagem; utilizam-se de diversos modos semióticos para identificar ou acompanhar a leitura. Apontar e acompanhar com o dedo das mãos ajuda na leitura e detalhamento da imagem; nem sempre fazem uma leitura da imagem no contexto do texto ao redor. O texto ao redor da imagem é ignorado. Em alguns momentos os alunos atribuem facilidade à leitura da imagem e acreditam que o texto não é necessário para o entendimento da mesma; leem o texto ao redor. Atribuem dificuldade de compreensão da imagem, sem a leitura dos textos anexos. Atribuem importância e papel pedagógico à legenda. Realizam uma leitura situada das imagens na página, em relação ao texto ao redor dão atenção aos aspectos composicionais das imagens. Imagens mais nítidas favorecem o entendimento. (GOUVÊA; MARTINS; PICCININI, 2005, p. 39).

A Leitura de Imagens como Processo de Desenvolvimento da Criatividade para Buoro, Kok, Atihé (2008 p. 2), “Existem muitas maneiras de ler imagens”:

[...]” a comunicação entre objeto artístico e a sociedade; os símbolos, os signos e os sinais presentes na imagem, as características do estilo, o estudo dos conteúdos e significados da obra; o entender a obra dentro de um contexto ou cultura; a estética e a estrutura formal, sendo esses elementos considerados separadamente e no todo da forma. [...] é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a capacidade criadora de maneira a mudar a realidade que foi analisada.

Leitura imagens é uma proposta de sugestão metodológica surpreende e fundamental em sala de aula; poder-se-á perceber certos as inovações e cooperações, com uma intensa exploração da linha, da cor e do espaço. No entanto é necessário dominar para reproduzir, desde momento em que o educando entra em contato com uma nova maneira de expressão ou novas formas, naturalmente vai usá-las em suas produções, e será capaz de alterar suas representações.

A arte contribui com o desenvolvimento humano, fazendo parte da humanidade desde os primórdios dos tempos, quando este descreveu seu mundo através de desenhos, quando usou a imagem como meio de comunicação e expressão.

Na sociedade contemporânea discute-se a necessidade de uma alfabetização visual, como leitura de imagens e compreensão crítica da cultura visual. Nessa sociedade, de acordo com Sardelich (2006, p. 452), Na vida contemporânea, quase tudo do pouco que sabemos sobre o conhecimento produzido nos chega via Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – que, por sua vez, constroem imagens do mundo. Nômades em nossas próprias casas, capturamos imagens, muitas vezes sem modelo, sem fundo, cópias de cópias, no cruzamento de inúmeras significações. Imagens para deleitar, entreter, vender, que nos dizem o que vestir comer, aparentar, pensar.

É relevante destacar que, de um lado, a sociedade começa a demonstrar compreensão a Leitura de Imagens como Processo de Desenvolvimento da Criatividade sobre os efeitos educativos da arte, e de outro, ainda observa-se um distanciamento em perceber e aceitar que a arte e o aprendizado em arte vêm se processando no decorrer da história, dentro de cada corrente teórica.

A arte pode ser classificada de várias maneiras: artes plásticas, artes cênicas e artes visuais:

Artes Plásticas Artes plásticas é a designação dada ao conjunto constituído pela arquitetura, a escultura, as artes gráficas e o artesanato artístico. As artes plásticas são caracterizadas, tal como as restantes artes, tanto global como individualmente, pelo efeito recíproco da forma e do conteúdo, cuja investigação é do foro da história da arte.

Arte Cênica é uma forma de arte apresentada em um palco ou lugar destinado a espectadores, é compreendido como qualquer local onde acontecem representações podendo acontecer tanto em praças como em ruas. A arte Cênica abrange o estudo e a prática de toda forma de expressão que necessita de uma representação, como o teatro, a música ou a dança.

Artes visuais é a designação dada ao conjunto de artes que representam o mundo real ou imaginário e que tem a visão como principal forma de avaliação e apreensão, a arte visual está relacionada com a beleza estética e com a criatividade do ser humano, capaz de criar manifestações ou obras agradáveis aos olhos, o conceito de arte visual é muito amplo, envolvendo áreas como os teatros, danças, pinturas, colagens, gravuras, cinema, fotografia, escultura, arquitetura, moda, paisagismos, decorações, etc.

As novas tecnologias também têm revolucionado o conceito de artes visuais, em áreas como o web design, que tem um grande impacto na sociedade atual, as artes visuais podem ser criadas através de várias ferramentas ou instrumentos, como o papel, madeira, gesso, argila, programas informáticos, máquinas de captação e reprodução de imagens como filmadoras ou máquinas fotográficas.

A **arte brasileira** surgiu da mistura de outros estilos e se inicia desde o período da Pré-História há mais de 5 mil anos, até a arte primitiva, ela também foi influenciada pelo estilo artístico de outras sociedades.

A influência da Missão Artística Francesa, no início do século XIX, quando a família real veio ao Brasil foi intensa. A população começou a imitar a cultura europeia. Eram pintados retratos da família real e algumas imagens dos índios brasileiros.

A Pintura Acadêmica, também no século XIX, na arte brasileira, retrata a riqueza clássica, sendo que era refletido um padrão de beleza ideal (padrões propostos pela Academia de Belas Artes).

No século XX, veio o **Modernismo Brasileiro**, marcado inicialmente pela Semana de Arte Moderna. E, antes disso, o **Expressionismo** já começa a chegar ao Brasil e fazer história com *Lasar Segall* (1891-1957) que contribui para o Modernismo.

Destaca – se as mais famosas, na Arte da Pré-História no Brasil, dentre tantas, vele ressaltar: A Serra Pintada no Piauí, entre cerca de 13000 a.C, Pedra Pintada, na Paraíba, em torno de 11 mil anos de idade, Minas Gerais que chama atenção da arte rupestre localizados em várias cavernas do vale do Peruaçu, com seus raros desenhos de padrões geométricos, as pinturas de animais descobertas em grutas calcárias no vale do rio das Velhas e não se esquecendo de Lagoa Santa e Minas Gerais.

Portanto estudos mostram que na arqueológica brasileira, influenciam o uso de materiais como osso, chifre, pedra e argila, nas confecções de objetos utilitários bem como recipientes, agulhas, espátulas, pontas de projétil, pingentes, colares e também nos cerimoniais, comprovando a preocupação estética na variação de formas geométricas e no tratamento das superfícies e dos retoques.

Arte Indígena no Brasil teve início no período entre 5000 a.C. e foi até 1100 d.C. ainda encontravam vestígios de culturas amazônicas com estilo de fabricação e decoração de artefatos de cerâmica: Ilha de Marajó, Bacia do rio Tapajós, vasos antropomorfos e zoomorfos, estatuetas de terracota, apresentando características femininas e de animais.

Generalizando a forma genérica, a arte plumária indígena e a pintura corporal atingiram tamanho complexidade em termos de cor e desenho, utilizando penas e pigmentos vegetais como matéria-prima, sem contar dos adornos peitorais, labiais, encontrados em diversas culturas diferentes espalhadas por todo o território brasileiro.

A arquitetura do Brasil teve início graças à colonização e a influenciada pelos diversos povos que formam o povo brasileiro e pelos diversos estilos arquitetônicos vindos do exterior. Contudo, a arquitetura bandeirista e o Barroco mineiro são considerados por muitos estudiosos como expressões de estilos europeus que encontraram no Brasil, a primeira se refere à produção realizada pelas famílias dos bandeirantes, inspirando-se em uma estética, a segunda corresponde ao Barroco (ainda que muitos o considerem mais próximo do Rococó) representado especialmente pelas igrejas construídas por Aleijadinho.

Porém a partir do Modernismo definiu – se mudanças drásticas na paisagem urbana, num processo coroado nos anos mais recente a arquitetura brasileira tem continuado uma trajetória desde o Modernismo respeitada internacionalmente e vem buscando definir o que será uma arquitetura nacional num mundo globalizado.

As artes cênicas no Brasil começou em meados do século XVI como instrumento de catequese dos Jesuítas vindos de Coimbra como missionários. Através do teatro, com função religiosa, evangelizar os índios e apaziguar os conflitos existentes entre eles e os colonos portugueses e espanhóis. Assim as artes cênicas alcançaram seus objetivos tornando – se símbolos da vida cultural do Império do Brasil.

A ópera era uma forma de lazer, tocada muito nos Saraus (um evento cultural ou musical realizado geralmente em casa particular onde as pessoas se encontram para se expressarem ou se manifestarem artisticamente). Compositores de ópera brasileiros

notáveis foram Alberto Nepomuceno, Carlos Gomes, Heitor Villa-Lobos, autor de óperas como *Izath e Aglaia*, e Mozart Camargo Guarnieri, autor de *Um Homem Só* e as tendências da música de vanguarda, de Jorge Antunes, e Ronaldo Miranda, e O Cientista Silvio Barbatto.

O teatro brasileiro manifestou - se como grande centro dos intelectuais da época. João Caetano, considerado por muitos o primeiro grande nome do teatro brasileiro, é desta época, e conquistou enorme prestígio. Atualmente o Brasil é um grande produtor de peças teatrais, se destacando a atriz Fernanda Montenegro, apelidada de *Dama do Teatro*.

A dança no Brasil originou-se dos mais variados lugares, recebendo muitas influências de outros países. Com as danças, há uma mistura de ritmo e som, que fazem as pessoas criarem cada vez mais passos e modos diferentes para dançar. As danças no Brasil são diversas em cada região do país, sendo as mais conhecidas o Forró, o Baião, o Frevo e a Gafieira, destacando como evento o Festival de Dança de Joinville, o maior das Américas, e como dançarinos Carlinhos de Jesus e Ana Botafogo.

A arte plástica no Brasil surgiu mais tarde em relação à descoberta e colonização do território. Apesar de haver registros de atividade de pintores, desenhistas e aquarelistas em atividade no Brasil desde 1556, estes vieram apenas de passagem, realizando a mera documentação visual destas terras para os monarcas e naturalistas europeus.

O cinema brasileiro possui hoje grande caráter social, além das comédias que grandes sucessos e alguns filmes lançados nos primeiros anos do novo século, com uma temática atual e novas estratégias de lançamento, como *Cidade de Deus* (2002) de Fernando Meirelles, *Carandiru* (2003) de Hector Babenco e *Tropa de Elite* (2007) de José Padilha, alcançam grande público no Brasil e perspectivas de carreira internacional.

O Cinema Brasileiro tem um momento histórico: Uma continuação de sucesso com *Se Eu Fosse Você 2* de direção de Daniel Filho com Tony Ramos e Glória Pires nos papéis dos protagonistas que ultrapassa 1 milhão de espectadores com menos de uma semana.) Se tornando a segunda maior arrecadação da história do cinema no Brasil, com 49 milhões de reais, perdendo apenas para *Titanic*.

O design brasileiro, como prática empírica, nasceu junto com a cultura nacional, com sinais de atividades ligadas ao design já aparecem nitidamente no século XIX,

embora sem uma estrutura de ensino regular e mesmo sem seu reconhecimento como atividade distinta da arquitetura e da arte.

Tento em vista a proliferação de escolas especializadas e de profissionais capazes, incorporando recursos *high-tech* e várias atribuições historicamente sob o cuidado das belas artes, o design brasileiro só recentemente tem assimilado a rica contribuição do artesanato popular, ainda não foi objeto de estudos suficientes, não delineou sua história com profundidade, não desenvolveu meios eficientes para avaliar seu impacto econômico nem mereceu a atenção do poder público, não tendo condições de concorrer pelas verbas do governo para o desenvolvimento de pesquisa.

3 VIVÊNCIA EM CAMPO

O trabalho de Extensão desenvolvido dirigiu-se a **área de concentração:** Didática e Metodologias das Artes Visuais; **Programa de Extensão:** Metodologia e Estratégia de Ensino e de Aprendizagem; **Projeto de Extensão:** Mediação de Leitura de Imagem; **Produto Virtual:** Cartilha e **Tema:** “Mediação de Leitura de Imagem, desta forma utilizará como Produto Virtual Cartilha”.

A proposta do plano preparada e desenvolvida através do Produto Virtual Cartilha durante as aulas remotas suspensas por que foram encaminhadas aos alunos através do Produto Virtual e teve grande repercussão, os compromissos por parte dos alunos foram de suma importância, pois as propostas de atividades foram em conformidade de forma criativa e em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Utilizou-se do modelo descrito de uma pesquisa qualitativa, por compreender que esse tipo de pesquisa “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21) e, em especial o ambiente escolar.

Quanto aos objetivos propostos, pesquisa esta foi classificada como exploratória e, para a produção de dados, o uso do aporte bibliográfico, ou seja, das fundamentações teóricas sobre a temática apresentada; uso de entrevistas semiestruturada aos seguintes sujeitos: Direção, Coordenação Pedagógica 2 professores sendo um 1 do Fundamental e outro do Ensino Médio.

Os dados produzidos pelos sujeitos serão coletados por ligações, via WhatsApp e consulta no blog e face book da Escola Estadual José Serafim Ribeiro

Percebe-se que a escola é ministrada com base nos fins e objetivos em universalizar o acesso e a erradicação do analfabetismo; Proporcionar formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, com condições efetivas de intervenção para a transformação da realidade local e da sociedade; Formar integralmente a apropriação pelo educando, dos conhecimentos historicamente acumulados e articular o ensino com a produção e a preservação do meio ambiente; Proporcionar o acesso aos conhecimentos universais e específicos relacionados à realidade social dos educando, por meio de organização curricular, de carga horária e calendário que atendam as características gerais e as especificidades da região.

CONSIDERAÇÕES

A vivência de campo trouxe riquíssimas contribuições para sua formação de futura profissional na área de Artes Visuais, porém, os objetivos propostos alcançados com sucesso, na realidade em que vivemos surgiram algumas dificuldades, mas, no entanto, possibilidades foram encontradas, conclui - se os resultados.

Esta etapa de estágio supervisionado foi bastante diferente, com desafios, dúvidas, mas com uma gama de experiência. Pois diante da atual situação em que o país encontra – se, devido pandemia da Covid-19, as escolas estão com as aulas suspensas, assim ficamos impossibilitados realizar na prática dentro da Instituição de Ensino.

Vale ressaltar que os materiais disponíveis de aula, os vídeos aula, material de arquivo disponibilização de links na atividade, atenderam os objetivos propostos pela disciplina, que enriqueceram nossos conhecimentos e fez aumentar nossas habilidades como educadoras. O estágio supervisionado proporcionou-me conhecimentos, em relação às teorias e práticas no que tange o campo social, profissional e cultural. No entanto o estágio trouxe oportunidades de interação com a realidade educacional, possibilitando a ampliação do contexto sócio educacional em que estamos inseridos.

Ficou evidente que o estágio traz experiências e sem dúvidas vem fortalecer e enriquecer a nossa formação profissional, pois o estágio é compreendido como uma disciplina obrigatória que visa o aprendizado de competências próprias das atividades

profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Tento a oportunidade de analisar o Projeto Político Pedagógico, foi conhecer a importância desse documento para a escola, das suas particularidades, sabendo que cada escola elabora o seu projeto, de acordo com as suas necessidades, necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

O estágio supervisionado é imprescindível para a formação acadêmica, pois é o momento e que se colocam em prática as teorias de sala de aula, mesmo ocorrendo de uma forma atípica, pode-se observar essas diferenças, pois quando se está em sala de aula a realidade é diferente, o dia a dia do professor exige empenho e dedicação no desenvolvimento das suas atividades.

Ressaltando essencial a proposta de conhecer um pouco mais sobre as áreas de concentração do curso de Arte e oportunizando a escolha, para realiza-se o produto virtual, método este que trouxe a oportunidade de ler, conhecer e apreciar, o Referencial Curricular, as diretrizes e os direitos de aprendizagem, conforme a nova BNCC, conhecimentos pertinentes para atender o Ensino Fundamental I.

Ainda permitiu analisar e fazer a comparação com o real e o ideal da Gestão Escolar prática esta com grandes desafios do gestor escolar diante dessa nova realidade da educação, buscando promover uma gestão democrática, uma gestão que promova a participação de todos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

FAVARETTO, Celso. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: Edusp, 2000.

FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice Maria Soriano de. **Percepção de alunos do ensino fundamental quanto ao clima de sala de aula para criatividade**. Maringá, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722006000300007&lang=pt. Acesso em 01/05/2011.

FOERSTE, Gerda Margit Schütz. **A leitura da imagem nos cursos de formação de professores em arte**. 25ª reunião anual da Anped. 2002. Disponível em

<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced251.htm#gt16>. Acesso em 04/04/2011.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LUCKESI, Cipriano. et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1995.

PLANO DE AULA PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA	
Nome da escola	Escola Estadual José Serafim Ribeiro
Diretor	Adilson José Francischini
Turma	Fundamental e Médio (1º ano Fundamental I, 6º ano Fundamental II e 1º ano Ensino Médio).
Disciplinas/Campo de Experiência	Língua Portuguesa, Ciências e História.
Tema	A Arte visual e a Mediação de Leitura de Imagem
Objetivos/Habilidades	<p>Orientar os princípios de busca ao aluno na mediação da leitura da imagem; Identificar as imagens de forma geral e das produções artísticas de maneira mais significativa; Realizar as atividades de leitura de imagem com procedimentos metodológicos de arte; Incentivar os alunos leem imagens produzidas por artistas e Possibilitar a experiência do ver de forma crítica e não reprodutiva.</p> <p>Através da leitura como mediação do processo ensino-aprendizagem aproximar-se ao contexto dos/as estudantes, que possui um arcabouço cultural, e este, revela sua afinidade e a partir dela pode-se buscar formas mais significativas de leitura e de aproximação com as obras de arte e com qualquer outro tipo de imagem.</p> <p>Composição visual, por meio de leitura diversas e de obras de arte e as observações formais impressas, considerando as expressões gráficas, examinando o gosto individual pelo fazer artístico, o respeito e a pluralidade de ideias ao novo e mediações de imagens leitura de imagem, salienta que seu estudo não se refere a métodos, a metodologia utilizada para a leitura de uma obra de arte varia de acordo com o conhecimento anterior do professor, podendo ser estética, semiológica, com preparados e métodos de leitura.</p>
Recursos/Materiais	Imagens, Livro literário, computador, vídeo, internet, google meet, whatsapp.

Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos

A proposta do plano preparada será desenvolvida através do Produto Virtual Cartilha das aulas remotas suspensas por que foram encaminhadas aos alunos através do Produto Virtual “Trilha de Aprendizagem”

Lembrando que o compromisso por parte dos pais é de suma importância. Que as atividades das crianças nesse momento são necessários dizer que juntos nós podemos enfrentar melhor esse momento complicado. No projeto estão propostas atividades que as crianças estão familiarizadas e que fazem parte do currículo, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Projeto de Extensão a ser desenvolvido será “Mediação de Leitura de Imagem, desta forma utilizará como Produto Virtual Cartilha”. Terá como modelo descrito de uma pesquisa qualitativa, por compreender que esse tipo de pesquisa “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21) e, em especial o ambiente escolar.

Quanto aos objetivos propostos, essa pesquisa é classificada como exploratória e, para a produção de dados, farei também o uso do aporte bibliográfico, ou seja, das fundamentações teóricas sobre a temática apresentada; uso de entrevistas semiestruturada aos seguintes sujeitos: Direção, Coordenação Pedagógica 2 professores sendo um 1 do Fundamental e outro do Ensino Médio. Os dados produzidos pelos sujeitos serão coletados por ligações, via WhatsApp e consulta no blog e face book da Escola Estadual José Serafim Ribeiro, localizada à Rua Orlando Nogueira, Nº 1180, telefone 3285-1210, e-mail para contato cejsr@sed.ms.gov.br, Código do INEP: 50009460 Centro Município de Jaraguari MS.

4 Aulas de 4 horas aulas - 1º Ano Ensino Fundamental I

1ª Aula: Apresentar a aula por meio do vídeo para vídeo - Pedro e o Lobo “Sergei Prokofiev”



Propor as crianças conhecerem o conto russo “Pedro e o Lobo”, que é uma composição infantil feita pelo russo Sergei Prokofiev em 1936. Nessa melodia, cada personagem é representado por um personagem diferente, da seguinte forma: Pedro: Cordas; O Pássaro: Flauta; O Pato: Oboé;

O Gato: Clarinete; O Avô: Fagote; O Lobo: Três Trompas; Os Caçadores: o tema é introduzido por madeiras e os disparos são representados pelos Tímpanos e pelo Bumbo.

Senhores pais, apoio e alunos, durante o filme realizar uma leitura visual das imagens que aparecem nas cenas, prestando bastante atenção em cada detalhe.

Atividade: Confeção de um brinquedo musical, utilizando material reciclável.

2ª Aula: Leitura de imagem, fazendo uma interpretação das imagens história: PEDRO E O LOBO. Gravar um vídeo curto explicando oralmente fazendo apenas a leitura das imagens:

3ª Aula 1º Ano Fundamental I: Apresentar o livro “O Jacaré com Dor de Dente”, observando atentamente as imagens desde a capa do livro, quantificando a ordem dos animais através das imagens de cada animal.



O livro “O Jacaré com dor de dente” do Autor Walcyrr Carrasco, 2ª Edição e ilustração de Fábio Sgroi, leitura de ficção para a faixa etária de 05 á 06 anos, podendo ser trabalhado interdisciplinar, “Joca era um jacaré que se achava muito esperto”. Mas, desconfio que Joca não fosse tão esperto assim. Certo dia, Joca acordou com uma terrível dor de dente. Jacaré com dor de dente? É pra você ver, até jacaré tem dor de dente.

“ O Jacaré com dor de dente”, disponível no site:

<https://deimportantehistoria.blogspot.com/2019/01/historia-do-jacare-com-dor-de-dente.html> ou assistir a história no youtube

<https://www.youtube.com/watch?v=jl2KVR3ldjI>

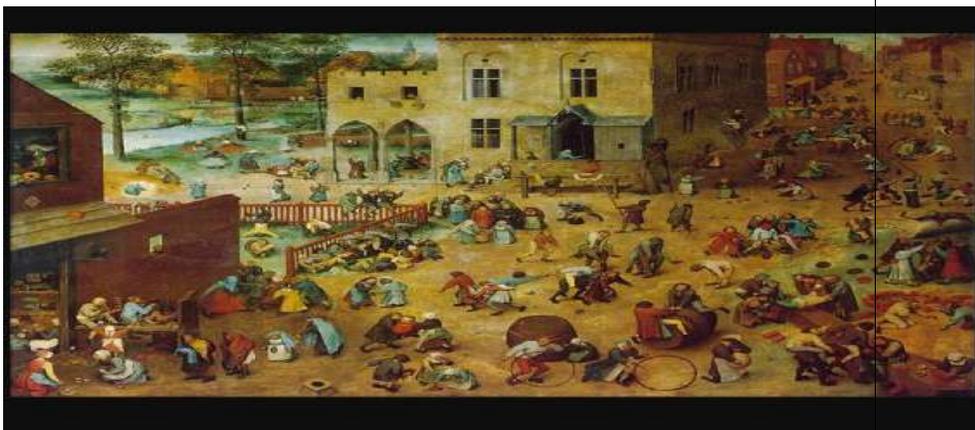
Desenhar e ilustrar os animais de acordo com a sequência em que aparecem nas imagens da história.

1º	2º	3º
----	----	----

4º	5º	6º
7º	8º	9º
10º		

4ª Aula: Releitura de imagem, fazendo uma interpretação das imagens da capa livro: O JACARÉ COM DOR DE DENTE elabore um cartaz representando a mediação da sua leitura visual de imagem. Fotografe e poste no grupo do 1º ano. Podendo seguir exemplos no site <https://www.pinterest.es/pin/518195500873168642/>

6º Ano Ensino Fundamental II



Exercitar a linguagem oral e o espírito crítico como forma de se expressar sobre diferentes imagens apresentadas, na obra de Pieter Bruegel, o Velho. *Jogos Infantis*, 1560. Kunsthistorisches Museum, Viena. É uma pintura muito antiga, salientar que nessa tela foram identificadas 250 personagens participando de 84 brincadeiras e que grande parte delas é conhecida ainda hoje.

1ª Aula: Observem bem as imagens e identifiquem algumas brincadeiras conhecidas, na sequência e elabore um texto descritivo no caderno de língua portuguesa, ressaltando um tema para pintura, quem é o pintor? Quando o quadro foi pintado? Relatar o que o artista pintou em seu quadro? Quais as cores o pintor utilizou mais? Mencionar brincadeiras as brincadeiras que mais chamou sua atenção, observando, atenção, coordenação; tranquilidade, autoconfiança; riso, alegria; relação com o ambiente circundante; descoberta, imaginação, criatividade; ritmo, música, movimento e sociabilidade.

2ª Aula: salientando que nesta tela foram identificadas 84 brincadeiras e que grande parte delas é conhecida ainda hoje. Escolha uma das brincadeiras abaixo, fazer um texto instrucional e publicar no blog da Escola.

- Plantar Bananeira;
- Cabo de Guerra;
- Pular Sela;
- Corrida com Aros

3ª Aula: Com base na leitura de imagem faça uma lista de 12 brincadeiras, jogos, e outras atividades lúdicas da atualidade que estão inseridas nas novas tecnologias de comunicação.

4ª Aula: Em poucas descreva, dando sua opinião se as brincadeiras, jogos, e outras atividades lúdicas da atualidade inseridas nas novas tecnologias de comunicação, apresentam influências e consequências positivas ou negativas na vida das crianças e adolescentes.

1º Ano Ensino Médio

A obra abaixo mostra o início da ocupação dos morros das grandes cidades, simplificação e estilização das formas promovem certa relação com o cubismo, mostrando a vida simples, o dia a dia das pessoas (roupas no varal), vizinhas que se visitam, mãe com filhos.



1º Aula: Agora faça a mediação de leitura desta obra de arte e descreva em poucas palavras uma reflexão sobre as mudanças nos dias de hoje, comparando com as novas tecnologias organizacionais tem crescido no ambiente corporativo, nos ramos mercadológicos, e sua primordial importância para solucionar problemas cada vez mais complexos que exigem uma sistemática adequada de gestão tecnológica.

2º Aula: Pesquisar a biografia a vida e obra da artista Tarsila do Amaral e sua

contribuição para a construção da identidade artística nacional. Depois observar algumas de suas obras desenhar e ilustrar uma que expressa a natureza tropical.

Avaliação

Considerar-se o pensamento e a ideia do aluno, entre os vários instrumentos e ferramentas ajustando a forma de limitações dos estudantes. Favorecer-se uma avaliação coerente, justa e adequada, é importante considerar a utilização de instrumentos variados com diferentes estilos de aprendizagens compondo as verificações do ensino remoto com diferentes abordagens e práticas quantitativas e qualitativas.

Referências

<https://deimportantehistoria.blogspot.com/2019/01/historia-do-jacare-com-dor-de-dente.html> ou assistir a história no yotube
<https://www.youtube.com/watch?v=jl2KVR3IdjI>
<https://www.pinterest.es/pin/518195500873168642/>
<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced251.htm#gt16>. Acesso em 04/04/201

**BAIRRO PRIMAVERA X ELEIÇÕES
2024 EM IBIRITÉ/MG: apatia dos
eleitores pela política municipal**

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.180912f7-05ed-40e2-bb41-
b9d93d197bfd

BAIRRO PRIMAVERA X ELEIÇÕES 2024 EM IBIRITÉ/MG: apatia dos eleitores pela política municipal

BAIRRO PRIMAVERA X 2024 ELECTIONS IN IBIRITÉ/MG: voters' apathy for municipal politics

Paulo César de Souza¹

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: “BAIRRO PRIMAVERA X ELEIÇÕES 2024 EM IBIRITÉ/MG: apatia dos eleitores pela política municipal” O presente trabalho acadêmico tem por finalidade analisar o cenário político no bairro Primavera (Região do Morada da Serra), levantamento estatístico informal com moradores do bairro Primavera e possíveis nomes para concorrer ao cargo de prefeito e vice prefeito - administração 2025/2028 do município de Ibirité, Estado de Minas Gerais, bem como, aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no Curso de Graduação em Direito (PUC Minas) e Ciências do Estado (UFMG). Utilizou-se referência bibliográfica: trabalhos acadêmicos publicados no Fórum Nacional de Publicações (Editoras Home) de Paulo César de Souza, Portal transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité/MG, portal Mercado Mineiro, Rachel Meneguello e Fabíola Brigante Del Porto, conversa informal com 152 eleitores no bairro primavera, entre os dias 14.08.2023 a 17.08.2023 e informações capturadas da página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral.

Palavras Chaves: Apatia. Eleições 2024. Ibirité. Morada da Serra. Município. Política. Prefeito. Primavera. Vice-Prefeito. Voto.

ABSTRACT

It is an academic work entitled: “BAIRRO PRIMAVERA X ELECTIONS 2024 IN IBIRITÉ/MG: voters' apathy for municipal politics”. informal statistical survey with residents of the Primavera neighborhood and possible names to run for mayor and vice mayor - administration 2025/2028 of the municipality of Ibirité, State of Minas Gerais, as well as to improve the knowledge acquired in the Graduate Course in Law (PUC Minas) and State Sciences (UFMG). Bibliographical references were used: academic works published in the National Forum of Publications by Paulo César de Souza, Transparency Portal of the Municipality of Ibirité/MG, Mercado Mineiro portal, Rachel Meneguello and Fabíola Brigante Del Porto, informal conversation with 120 voters in the Primavera neighborhood , between 08/14/2023 to 08/17/2023, and information captured from the website of the Superior Electoral Court.

Keywords: Apathy. Elections 2024. Ibirité. Mountain House. County. Policy. Mayor. Spring. Vice Mayor. Vote.

¹ Acadêmico de Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG
<https://orcid.org/0000-0002-1649-7344>

1. INTRODUÇÃO

Entre os dias 14.08.2023 a 18.08.2023, este acadêmico, matriculado no curso de Ciências do Estado, (Percurso Democracia e Governança Social), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), matricula sob numero 2020430791, informalmente, consultou **152 munícipes** entre as ruas Austrias, Chile e toda extensão da Avenida Minas Gerais (CEP: 32.405-080 Bairro Morada da Serra; CEP: 32.405-200 bairro Primavera e CEP: 32.405-151 bairro Nossa Senhora de Lourdes) no bairro Primavera - **REGIÃO DO MORADA DA SERRA**, município de Ibirité/MG.

Os dados coletados dos munícipes entrevistados são preocupantes e merecem profunda reflexão. **Na primeira bateria de perguntas e respostas**, percebemos que a maioria dos munícipes não souberam apontar o nome de candidato a prefeito e vice-prefeito de Ibirité. **A segunda bateria de perguntas e respostas**, constatamos que mais de 80% dos munícipes do bairro Primavera, região do **MORADA DA SERRA**, não confiam nos políticos. Nos quatro dias de questionamento, o percentual, conforme quadro anexo, superam a margem de 70% por cento dos entrevistados, ou seja, a cada dez entrevistados, aproximadamente, sete não confiam nos políticos do município.

Nessa linha de raciocínio, constata-se que os moradores da Região do Morada da Serra, bairro primavera, participam pouco da vida da cidade, em assuntos de interesse público. Nesse sentido, a falta de participação e interesse pela política, possibilita ingresso por critério político. Verifica-se que inúmeros vereadores na atual legislatura, 2021/2024, não correspondem às expectativas dos eleitores em elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo. A falta de transparência e a desorganização administrativa.

2. APATIA DOS ELEITORES DO BAIRRO PRIMAVERA PELA POLÍTICA

A descrença da população do bairro Primavera e Região do Morada da Serra, possivelmente, se estende a outros bairros e regiões do município de Ibirité, bem como, nas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Como é sabido, o bairro Primavera integra a região do MORADA DA SERRA, onde possui um conjunto de bairros (Primavera, Morada da Serra, Nossa Senhora de Lourdes, Barreirinho, Morada do Sol, Águia Dourada e Vista Alegre).

A possível explicação da falta de interesse dos eleitores pela política do município são: a) falta de transparência dos agentes públicos, b) elevados salários sem a devida qualificação de servidores no serviço público municipal, c) inchaço na máquina pública, d) gastos exorbitantes com eventos, d) falta de incentivo aos artistas do município, e) elevado número de parentes de políticos no serviço público com elevados salários, f) descumprimento do artigo 37 da Constituição Federal, onde estabelece os princípios da Administração Pública - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência no serviço público municipal, entre outros.

Preleciona Rachel e Fabíola (2022, p. 185)

(...)A confiança política pode ser definida como a probabilidade de que os regimes, instituições e autoridades produzirão os resultados preferidos pelos cidadãos sem que estes necessitem supervisionar os objetos políticos confiados. Essa confiança é, em parte, formada por processos de socialização, que apontariam ser um dever cívico confiar nos incumbentes de cargos oficiais. Por outra parte, a confiança (ou desconfiança) é formada pela experiência que os cidadãos têm com as autoridades e instituições através do tempo, que os qualifica para avaliar racionalmente o desempenho das mesmas (Easton, 1975). Desse modo, pode-se dizer que a confiança nas instituições é embasada pela avaliação racional, mediada por valores culturais e normativos, que os cidadãos fazem do seu desempenho e dos resultados por elas produzidos (Letki, 2018; Miller & Listhaug, 1990; Mishler & Rose, 2001; Moisés, 2010; Uslaner, 2018; Warren, 1999, 2018).

A maioria da população não acompanha o dia a dia da cidade, sequer consulta, informações básicas nos sites públicos da prefeitura municipal e câmara

dos vereadores. Poucos municípios acessam dados publicados no Diário Oficial do Município.

Outro ponto relevante da descrença da população é o desinteresse da Administração Pública Municipal por profissionais qualificados desatrelados da política local.

PASTOR DJALMA 45107

Vereador - IBIRITÉ/MG
Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
CNPJ - 25.589.695/0001-10

Situação Candidato Deferido Deferido

Página Inicial / Município / Lista de Candidatos / Candidato

Consultas: Lista de Bens Declarados, Declarações Anuais

Vices / Suplentes

Dados do Candidato

DJALMA JUSTINO DE MATOS
NOME COMPLETO

MASCULINO
GÊNERO

Casado(a)
ESTADO CIVIL

Ensino Fundamental completo
GRAU DE INSTRUÇÃO

BRASILEIRO NATA / MG SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO
NACIONALIDADE / NATURALIDADE

Outros
OCUPAÇÃO

Documentos

909420166130351
PROCESSO DE REGISTRO DE CANDIDATURA

Aparentemente, o critério de contratação de servidores no Município de Ibirité, basicamente, é político. Em breve análise às informações oficiais no site Transparência, disponíveis para consulta, constatamos a remuneração do senhor Djalma Justino de Matos, ensino fundamental completo, com supersalário de **R\$ 6.772,08 (seis mil e setecentos e setenta e dois reais e oito centavos)**. Lado outro, constatamos advogados com salário inferior a **R\$3.000,00**.

Período Consultado: julho de 2023

20 resultados por página

Pesquisar: DJALMAJUSTINO DE MATO

Matrícula	Nome	Cargo	Remuneração	Holerist
38744	DJALMA JUSTINO DE MATOS	DIRECAO E ACESSORAMENTO	R\$ 6.772,08	Detalhes

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros (Filtrados de 5.977 registros)

Anterior 1 Próximo

Remunerações

Entidade: Mês/Exercício:

Período Consultado: Julho de 2023

20 resultados por página Pesquisas: DJALMA JUSTINO DE MATOS

Matrícula AA	Nome	Cargo	Remuneração	Holerith
387**	DJALMA JUSTINO DE MATOS	DIRECAO E ASSESSORAMENTO	R\$ 6.772,08	<input type="button" value="Detalhes"/>

Mostrando de 1 ate 1 de 1 registros (Filtrados de 5.977 registros) 1

** Todos os valores expressos em reais.
** Por questões de segurança e privacidade alguns dados foram ofuscados seguindo a orientação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Mais informações: **LGPD**

OBSERVE O SALÁRIO DO SERVIDOR que sequer possui Ensino Medio receber salário superior a **R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)**. Este servidor saberia manejar um **RECURSO DE APELAÇÃO?** agravo de instrumento? Embargos de Declaração? com toda e absoluta certeza **NÃO (demanda conhecimento técnico)**.

ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - Faculdade de Direito da UFMG

Período Consultado: Julho de 2023

20 resultados por página Pesquisas: advogado

Matrícula AA	Nome	Cargo	Remuneração	Holerith
61**	ANA RITA PAES	ADVOGADO	R\$ 4.980,67	<input type="button" value="Detalhes"/>
242**	CHARLES CORREA DRUMOND	ADVOGADO	R\$ 3.188,36	<input type="button" value="Detalhes"/>
414**	GABRIEL PINHEIRO DE SA E SOUZA	ADVOGADO	R\$ 3.059,02	<input type="button" value="Detalhes"/>
1441**	GILMAR FRANCISCO DOS SANTOS	ADVOGADO	R\$ 2.444,94	<input type="button" value="Detalhes"/>
1424**	JENNIFER DANDARA MARTINS	ADVOGADO	R\$ 2.444,94	<input type="button" value="Detalhes"/>
418**	PEDRO HENRIQUE CARNEIRO VILACA	ADVOGADO	R\$ 2.444,92	<input type="button" value="Detalhes"/>

Mostrando de 1 ate 6 de 6 registros (Filtrados de 5.977 registros) 1

OBSERVE OS ADVOGADOS DO MUNICÍPIO todos os operadores do direito com formação superior, inscritos nos quadros da **OAB** serem constrangidos com **“gorjeta”** inferior a **R\$ 3.000,00 Vergonha e humilhação** do município aos valorosos advogados

ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - Faculdade de Direito da UFMG

Cargo comissionado Direção e Assessoramento (político) DJALMA JUSTINO DE MATOS (Vulgo Bigode) Ensino Fundamental completo (conforme print site TSE)		R\$ 6.772,08
Advogado da Prefeitura Municipal de Ibirité (vergonha) Gilmar Francisco Dos Santos - OAB/MG 210499 Jennifer Dandara Martins - OAB/MG 220395 Pedro Henrique Carneiro Vilaca - OAB/MG 211915		R\$ 2.444,94 R\$ 2.444,94 R\$ 2.444,92
Qual a motivação desses valorosos advogados?		
Custo de uma graduação em Direito Faculdade particular Conforme Mercado Mineiro	Bacharel em Direito 12 x R\$ 2.860,00 R\$ 34.320 X 5 (anos)	R\$ 171.600,00
No IBMEC graduar em Direito custa em 5 anos (R\$ 2.860,00 X 60)		
R\$ 171.600,00		
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - Faculdade de Direito da UFMG		

3. POSSÍVEIS NOMES PARA OS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DE IBIRITÉ

No levantamento realizado entre os dias 14.08.2023 a 18.08.2023, conclui-se que ainda é cedo para cravar os nomes dos candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Ibirité por algumas razões. Como é sabido, uma campanha para o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito, custa muito dinheiro e movimentam centenas de cabos eleitorais. É pouco provável ganhar as eleições para Prefeito e Vice-Prefeito apenas no desejo e no querer.

Há risco em apontar nos nomes de candidatos, pois nem todos enfrentarão as urnas. No aspecto financeiro, dois grupos políticos possuem maior condição em vencer o pleito, sendo um o indicado(a) pelo grupo William Parreira e o outro indicado(a) pela família Pinheiro. Os demais grupos, sem aporte financeiro para calibrar a disputa, é praticamente impossível vencer as eleições.

Vários fatores direcionam para a vitória e derrota em campanha para majoritário. Há possibilidade de alguns nomes apontados no presente trabalho em ser candidatura artificial (alguém que se declara publicamente ser candidato, na reta final desiste da campanha e migra para um dos dois grupos (Grupo Parreira ou Grupo Pinheiro).

Sem esquivar da pesquisa e dos assuntos de Ibitaré, podemos comparar com as Eleições Presidenciais - 2022, onde André Janones, pelo partido avante, não tinha a menor condição em disputar com os candidatos Lula e Jair Bolsonaro, porém, em fase avançada da campanha, pactuou apoio ao candidato Lula, conseqüentemente, renunciou ao cargo de presidente e disputou ao cargo de Deputado Federal, sendo um dos mais votados do Estado de Minas Gerais. O fato de constar nomes de possíveis candidatos, não significa que todos disputarão às eleições no município de Ibitaré, o que é praticamente incompatível com as exigências para esse tipo de disputa.

A campanha para as majoritárias no município de Ibitaré é extremamente pesada e cara. Nem todos os candidatos possuem capilaridade suficiente para enfrentar os dois grupos políticos no município (Grupo William Parreira e Grupo Pinheiro). A possibilidade de construir outra força política, não é simples e fácil. Dois pontos dificultam a criação de grupos fortes e consistentes para furar a bolha dos dois grupos, sendo um o quesito financeiro e o outro o desinteresse da população pela política.

Alguns possíveis nomes serão candidatos ao cargo de Prefeito e Prefeito de Ibitaré para 2024: Chande; Beto Alegria; Pinheirinho; Pastora Dolores; Paulo Telles; Leide Fernandes; Ione Pinheiro; Edilson Vieira; Henrique Lazzarotti; Professor Enos Pontes; Toninho Pinheiro; Mário Lúcio; Natalia Pinheiro; Toninho CDL; Ricardo Bernadão; Enir Fonseca; Wagner Miguel; Ana Paula; Cleimara Suelen; Naldo; Carina Bitarães; Alexandre do Planeta Pizza; Júlio César; Agnaldo San Marino; Dinis Pinheiro; Daniel Belmiro; Marcinho Grossi; Guilherme Costa; Dinizinho; Daniel Sergio; Elias Dutra e Alan da Música.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a descrença da população nos políticos no bairro Primavera (Região Morada da Serra) em Ibirité/MG colaboram para a desorganização administrativa no serviço público no município. Conforme dados coletados entre os dias 14.08.2023 a 17.08.2023, mais de cinquenta por cento dos eleitores não souberam apontar os nomes dos candidatos ao cargo de prefeito e vice-prefeito, para as eleições de 2024.

No dia 14.08.2023, 84,21% dos entrevistados disseram não confiar nos políticos do município; em 15.08.2023, foi 78,94%; em 16.08.2023, foi 89,47% e 17.08.2023, foi 73,68%. Avaliando o resultado global de 81,57% dos munícipes entrevistados, do bairro Primavera disseram não confiar nos políticos do município, lado outro, apenas 18,42% disseram confiar nos políticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Disponível em:** < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Antônio Pinheiro Júnior (Toninho Pinheiro) e Alan Fernandes Rocha (Alan da Música). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/389418/5_1601071387594.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Enos Vagner Pontes (Professor Enos Pontes) e Jaime Moreira Sousa (Jaime Missionário). **Disponível em:** < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/673548/5_1601139050871.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de Henrique Lazarotti de Oliveira (Henrique Lazarotti) e Leandro Victor Rodrigues (Victor Rodrigues).

Disponível em: <
https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/433664/5_1600462771426.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de João César Santos Reis (João César) e Elias Dutra Câmara (Elias Dutra). **Disponível em:** <
https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/818081/5_1601088662674.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de Governo de William Parreira Duarte (William Parreira) e Paulo Telles da Silva (Paulo Telles). **Disponível em:** <
https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/MG/45950/426/candidatos/802192/5_1601053390597.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rcl 57238 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 01/03/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-042 DIVULG 06-03-2023 PUBLIC 07-03-2023.

DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues. Exercício da cidadania: um guia para os pais. Prof. Me. Mônica Fernandes. Alfenas, 2021. **Disponível em:** <
<https://www.unifenas.br/extensao/cartilha/Exercicio%20da%20Cidadania%20-%20ATEx%20I.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Manual do Prefeito. **Disponível em:** <
https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_prefeito15ed2017_2.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

MERCADO MINEIRO. Consulta de mensalidades de curso de direito. **Disponível em:** <
<https://www.mercadomineiro.com.br/pesquisa/faculdade-mensalidade-precos> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. **Disponível em:** <
<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

MINAS GERAIS. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Acesso ao link de pesquisa para conectar ao corpo de email Funcional de Membros. **Disponível em:** <
https://transparencia.mpmg.mp.br/form/contato/email_funcional. **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Pesquisa de processos e procedimentos. Pesquisa de procedimentos extrajudiciais. Disponível em: < <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/consulta-processual/procedimentos-e-extrajudiciais/> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

PORTO, Fabíola Brigante e **MENEGUELLO** Rachel. Revista USP • São Paulo • n. 134 • p. 179-196 • julho/agosto/setembro 2022

RESENDE, Antônio José Calhau de. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008.

RESENDE, Antônio José Calhau de. AUTONOMIA MUNICIPAL E LEI ORGÂNICA. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1266/3/0001266.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SANTOS, Paulo Ângelo. Os direitos sociais em relação à saúde e sua aplicabilidade nos dias atuais: a necessidade da intervenção dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal para a garantia de uma saúde melhor (2023). Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170601131558.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SILVA, Beatriz do Espírito Santo. Direitos fundamentais sociais: teoria e prática. Pelotas: Ed. UFPel, 2022.

SOARES, David Willian. Direito constitucional direitos sociais. Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional - 2017. Disponível em: < <https://www.fag.edu.br/mvc/assets/pdfs/anais-2017/DAVID%20WILLIAN%20SOARE S--1.pdf> >. **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. COMPILADO DE ATIVIDADE ACADÊMICA ENTRE 2020/2023. Disponível em: < https://www.homeeditora.com/_files/ugd/1044df_aaa12dec71049d1ba61cc604166fdfd.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Eleição Na Câmara Municipal de Ibitiré Biênio 2023/2024 E O Tabuleiro Político Municipal: breves comentários Disponível em: < https://www.homeeditora.com/_files/ugd/1044df_b9db4f4bc6af4b16b6828c9e69bb4f14.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 71 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Paulo César de Souza e Natalia Regina Pinheiro Queiroz) Disponível em: < https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_sociais_2-71.pdf >. **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CIÊNCIAS DO ESTADO: liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias. **Disponível em:** < <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2021/07/EIREVICE.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 28 - GESTÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. **Disponível em:** < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/06/capitulo-humanas2-28.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CAPÍTULO 118 -JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE PREFEITO E VICE DE IBIRITÉ/MG. **Disponível em:** < https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_3-118-1.pdf > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Capítulo 20 - Projeto de Lei Municipal nº 026/2022 e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ibirité/MG. **Disponível em:** < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/12/capitulo-livro-humanas-dez-20.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Ciências do Estado: Liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias Paulo César de Souza. Caderno de Resumos do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Os desafios na produção e difusão do conhecimento científico 26 a 28 de julho de 2021. Belo Horizonte: Revista de Ciências do Estado, 2021.

SOUZA, Paulo César de. Justiça eleitoral cassa mandato de prefeito e vice de Ibirité/MG. Pesquisa e inovações em ciências humanas e sociais: produções científicas multidisciplinares no século XXI, volume I, Organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Cassação de William Parreira e Paulo Telles: Breves Considerações. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução nº 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Introdução ao Conhecimento Científico do Direito e do Estado. **Disponível em:** <
<https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIT074.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Introdução à Política. **Disponível em:** <
<https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIR108.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Pensamento Jurídico-Político Brasileiro. **Disponível em:** <
<https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/2periodo/DIT076.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

UFMG. Faculdade de Direito. **Graduação em Ciências do Estado**. Organização dos Poderes do Estado Brasileiro, Departamento: Direito Público. **Disponível em:** <
<https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/4periodo/DIP205.pdf> > **Acesso em:** 19 de Agosto de 2023.

ANEXOS / PESQUISAS

a. Candidatos ao cargo de Prefeito e Vice-Prefeito em 2012, 2016 e 2020

2012		2016	
 Pinheirinho	 Pastora Dolores	 William Parreira	 Paulo Telles
 Paulo Telles	 Toninho CDL	 Pinheirinho	 Pastora Dolores
 Ricardo Bernadão	 Mario Lucio	 Enir Fonseca	 Netinho do PT
Elaboração: Paulo César de Souza Acadêmico de Ciências do Estado - Faculdade de Direito da UFMG			

ELEIÇÕES IBIRITÉ 2020 - ADM 2021/2024			
 William Parreira	 Paulo Telles	 Toninho Pinheiro	 Alan da Música
 Henrique Lazarotti	 Leandro Victor	 João Cesar	 Elias Dutra
 Enos Pontes	 Jaime missionário	 Daniel Sergio	 Geraldo Nonato CHAPA IMPUGNADA - TSE
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - Faculdade de Direito da UFMG			

Estado de Minas Gerais
Região Metropolitana de
Belo Horizonte
Município de Ibirité

b. Possíveis candidatos ao Prefeito e Vice-Prefeito em 2024

 CHANDE	 Beto Alegria	 Pinheirinho	 Pastora Dolores
 Paulo Telles	 Leide Fernandes	 Ione Pinheiro	 Edilson Vieira
 Henrique Lazarotti	 Professor Enos	 Toninho Pinheiro	 Mario Lucio
 Natália Pinheiro	 Toninho CDL	 Ricardo Bernadão	 Enir Fonseca

Estado de Minas Gerais
Região Metropolitana de
Belo Horizonte
Município de Ibirité

 Wagner Miguel	 Ana Paula	 Cleimara Suelem	 Naldo
 Carina Bitarães	 A Planeta Pizza	 João César	 Agnaldo San Marino
 Dinis Pinheiro	 Daniel Belmiro	 Marcinho Grossi	 Guilherme Costa
 Dinizinho	 Daniel Sergio	 Elias Dutra	 Alan da Música

Estado de Minas Gerais
Região Metropolitana de
Belo Horizonte
Município de Ibitaré

c. Consulta informal aos **152 municípios** do bairro Primavera

Bairro Primavera (Região do Morada da Serra) - Ibirité/MG Em quem você votaria para Prefeito e Vice-Prefeito ?			
14/08/2023	15/08/2023	16/08/2023	17/08/2023
P.Chande V.Beto Alegria - 04	P.Chande V.Beto Alegria 06	P.Chande V.Beto Alegria 02	P.Chande V.Beto Alegria 02
P.Dinis Pinheiro V.Daniel Belmiro - 07	P.Dinis Pinheiro V.Daniel Belmiro - 09	P.Dinis Pinheiro V.Daniel Belmiro - 05	P.Dinis Pinheiro V.Daniel Belmiro - 07
P.Carina Bitarães V.Alexandre do Planeta Pizza - 02	P.Carina Bitarães V.Alexandre do Planeta Pizza - 02	P.Carina Bitarães V.Alexandre do Planeta Pizza - 02	P.Carina Bitarães V.Alexandre do Planeta Pizza - 02
P.Paulo Telles V.Leide Fernandes - 01	P.Paulo Telles V.Leide Fernandes - 00	P.Paulo Telles V.Leide Fernandes - 02	P.Paulo Telles V.Leide Fernandes - 01
P.Henrique Lazarotti V.Enos Pontes - 01	P.Henrique Lazarotti V.Enos Pontes - 01	P.Henrique Lazarotti V.Enos Pontes - 02	P.Henrique Lazarotti V.Enos Pontes - 00
P.Marcinho Grossi V.Guilherme Costa - 01	P.Marcinho Grossi V.Guilherme Costa - 02	P.Marcinho Grossi V.Guilherme Costa - 00	P.Marcinho Grossi V.Guilherme Costa - 01
NINGUEM - 23	NINGUÉM - 19	NINGUÉM - 23	NINGUEM - 25
Entrevistados: 38	Entrevistados: 38	Entrevistados: 38:	Entrevistados: 38
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado Faculdade de Direito da UFMG < http://lattes.cnpq.br/8539192938743166 >			

Município de Ibirité
Bairro Primavera (83 ruas)
Região do Morada da Serra

152 ELEITORES DO BAIRRO PRIMAVERA / IBIRITÉ-MG					
 Chande	 Beto Alegria	9,21 %	 Dinis Pinheiro	 Daniel Belmiro	18,42 %
 Carina Bitarães	 Alexandre do Planeta Pizza	5,26 %	 Enos Pontes	 Henrique Lazarotti	2,63 %
 Paulo Telles	 Leide Fernandes	2,63 %	 Marcinho Grossi	 Guilherme Costa	2,63 %
NINGUÉM: 59,21 %					
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado Faculdade de Direito da UFMG < http://lattes.cnpq.br/8539192938743166 >					

Município de Ibirité
Bairro Primavera (83 ruas)
Região do Morada da Serra

EXTRATO DA PESQUISA INFORMAL (NÃO CIENTÍFICA)

BAIRRO Primavera - Região do MORADA DA SERRA

Município de Ibité/MG

Autor: Paulo César de Souza

C.A - **Prefeito:** Chande, **Vice:** Beto Alegria - 14 municípios

C.B - **Prefeito** Dinis Pinheiro, **Vice:** Daniel Belmiro - 28 municípios

C.C - **Prefeita** Carina Bitarães. **Vice:** Alexandre Pizza - 08 municípios

C.D - **Prefeito** Paulo Telles, **Vice:** Leide Fernandes - 04 municípios

C.E - **Prefeito** Henrique Lazzarotti, **Vice:** Enos Pontes - 04 municípios

C.F - **Prefeito** Marcinho Grossi, **Vice:** Guilherme Costa - 04 municípios

Ninguém - 90 municípios

C.A - 9,21 %

C.B - 18,42 %

C.C - 5,26 %

C.D - 2,63 %

C.E - 2,63 %

C.F - 2,63 %

NINGUÉM: 59,21%

ALGUÉM (T) 40,78%

Ninguém: 59,21%

Resultado: 99,99 %

ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado
Faculdade de Direito da UFMG <<http://lattes.cnpq.br/8539192938743166> >

Município de Ibité Bairro Primavera (83 ruas) Região do Morada da Serra



Você confia nos políticos - Executivo e Legislativo do Município ?			
14/08/2023	15/08/2023	16/08/2023	17/08/2023
SIM: 06 - 15,75%	SIM: 08 - 21,05%	SIM: 04 - 10,52%	SIM: 10 - 26,31%
NÃO: 32 - 84,21%	NÃO: 30 - 78,94%	NÃO: 34 - 89,47%	NÃO: 28 - 73,68%
<p><u>RESULTADO FINAL</u></p> <p>SIM: 28 munícipes / eleitores - 18,42 %</p> <p><u>NÃO:</u> 124 munícipes / eleitores - 81,57 %</p>			
<p>ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado Faculdade de Direito da UFMG <http://lattes.cnpq.br/8539192938743166 ></p>			

Município de Ibirité
Bairro Primavera (83 ruas)
Região do Morada da Serra



d. Conclusão do resultado

RELATÓRIO FINAL

BREVE RESUMO: Entre os dias 14.08.2023 a 17.08.2023, foi consultado (informalmente) **152 municípios/eleitores do bairro Primavera**, entre as ruas Áustria, Chile e toda a extensão da Avenida Minas Gerais (CEP 32.405-080 - Morada da Serra; CEP 32.405-200, Primavera e CEP: 32.405-151, Nossa Senhora de Lourdes), **REGIÃO DO MORADA DA SERRA**, município de Ibitaré/MG, região metropolitana de Belo Horizonte, sendo o quantitativo de **38 municípios por dia**, sendo que foi formulado perguntas sobre política, **sem revelar a identidade do entrevistado**, visto que o objetivo das entrevistas nas ruas junto à população do bairro, foi no sentido em desenvolver trabalho acadêmico. Conclui-se que 62 municípios apontaram o nome de candidato a prefeito e vice-prefeito, somando 12 candidatos citados. **Entretanto, 90 municípios não apontaram o nome de nenhum candidato, o que reforça a ideia do desinteresse da população do bairro Primavera pela política do município**, sobretudo às eleições para majoritária de **Prefeito e Vice-Prefeito em 2024**. Noutro giro, foi formulado a pergunta sobre: **Você confia nos políticos do município ?** 28 municípios (18,42%) sim e 124 municípios (81,57%) responderam NÃO. ou seja, segundo a consulta informal aos eleitores do bairro Primavera, **a maioria dos entrevistados NÃO confiam nos políticos do município (Prefeitura e Câmara Municipal)**

EXTRATO DA PESQUISA INFORMAL (NÃO CIENTÍFICA)

BAIRRO Primavera - Região do MORADA DA SERRA

Município de Ibirité/MG

Autor: Paulo César de Souza

C.A - **Prefeito:** Chande, **Vice:** Beto Alegria - 14 municípes

C.B - **Prefeito** Dinis Pinheiro, **Vice:** Daniel Belmiro - 28 municípes

C.C - **Prefeita** Carina Bitarães, **Vice:** Alexandre Pizza - 08 municípes

C.D - **Prefeito** Paulo Telles, **Vice:** Leide Fernandes - 04 municípes

C.E - **Prefeito** Henrique Lazzarótti, **Vice:** Enos Pontes - 04 municípes

C.F - **Prefeito** Marcinho Grossi, **Vice:** Guilherme Costa - 04 municípes

ALGUÉM - 62 municípes

NINGUÉM - 90 municípes

C.A - 9,21 %

C.B - 18,42 %

C.C - 5,26 %

C.D - 2,63 %

C.E - 2,63 %

C.F - 2,63 %

NINGUÉM: 59,21%

ALGUÉM (T) 40,78%

Ninguém: 59,21%

Resultado: 99,99 %

ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado
Faculdade de Direito da UFMG <<http://lattes.cnpq.br/8539192938743166> >

Município de Ibirité
Bairro Primavera (83 ruas)
Região do Morada da Serra



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

TRABALHO ACADÊMICO DE PAULO CÉSAR DE SOUZA
SOBRE O PROJETO DE LEI 002/2023 (R\$ 70.000.000,00)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32.400-538 – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 002/2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE ATÉ R\$ 70.000.000,00 (SETENTA MILHÕES DE REAIS) JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- PROGRAMA FINISA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. Prefeito do Município de IBIRITÉ:

FAÇO SABER que a CÂMARA de vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar junto à Caixa Econômica Federal - Programa FINISA, operações de crédito até o limite de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Art. 2º. Os recursos das operações de crédito de que tratam o art. 1º serão aplicados em obras de **Infraestrutura Urbana e Rural, Manutenção e Ampliação de Prédios Públicos**, conforme ações definidas no plano plurianual.

Art. 3º. As operações de crédito de que tratam esta Lei, serão contratadas de acordo com as disposições legais em vigor e com as normas da entidade de crédito.

Parágrafo único. Os recursos resultantes das operações de crédito autorizadas nesta Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução das finalidades dispostas no art. 2º desta Lei.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer como garantia para a realização da operação de crédito prevista nesta Lei as parcelas oriundas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta Lei ou autorizado a vincular, como contra garantia à garantia da União.

§ 1º. A operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretroatável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem o inciso IV, do art. 158 e a alínea "b", do inciso I do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas referente a operação de crédito principal e o pagamento dos valores acessórios à dívida.

§ 2º. Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Instituição Financeira Oficial (Caixa Econômica Federal), autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Notícias e Informativos

Comissão de Justiça

Fonte: Comunicação Câmara Publicado em: 15/02/2023 Assunto: Informativo



A Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas se reuniu hoje na Sala de Reuniões para a discussão de matérias.

Presidida pelo vereador Rivaldo Souza (Presidente da Comissão), participaram também Vereadores da Casa, servidores e população.

Para conhecer a composição das comissões, ata de temas, presença e acompanhar os trabalhos, acesse o site da Câmara Municipal de Ibirité, na aba "Atividade Legislativa".



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Ofício 023/2023

Ibirité, 15 de fevereiro de 2023.

A/C do Presidente da Câmara Municipal de Ibirité – MG

V. Sa. Sr. Alexandre Braga Soares

Referência:

Requerimento - Pedido de Vista/Sobrestamento ao Projeto de Lei 002/2023

Sirvo-me do presente documento para encaminhar a V.Exa. a solicitação dos munícipes de nossa cidade referente ao pedido de vista/sobrestamento referente ao projeto de lei 002/2023.

Eu, vereador Francisco Soares de Aquino Neto, no uso de sua prerrogativa constitucional, art. 31 CR/88, art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais, artigo 13 da Lei Orgânica do município de Ibirité e inciso II do art. 39 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ibirité/MG, requer:

Pedido de vista **Atecnia Legislativa - ausência de artigo específico sobre pedido de vista e sobrestamento no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ibirité. Na ausência de citação específica no regimento interno, usamos como base o modelo legislativo do Senado Federal**, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 132 do Regimento Interno do Senado Federal e cominado com o artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Ibirité/MG que estabelece revisão anual da referida lei, inclusive a redação do artigo 30, para inserir no Regimento Interno o pedido de vista e sobrestamento com as suas especificações, em conformidade com as referências de outras casas legislativas.



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança – Ibirité – MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Justificativa do pedido de vista aos artigos 1º e 2º do Projeto de lei nº 002/2023

Em apertada síntese, a redação do artigo 1º do projeto de lei nº 002/2023 solicita ao Poder Legislativo autorização para a contratação de empréstimo junto à Caixa de até **R\$70.000,00 (SETENTA MILHÕES DE REAIS)**. No artigo 2º do referido projeto, o Poder Executivo aponta que a aplicação do recurso será direcionada em obras de infra estrutura, manutenção e ampliação de prédios públicos assemelhando-se ao plano plurianual.

Noutro giro, devido ao valor, pela realidade do município e o ônus aos cofres públicos, a contratação de empréstimo deve ser realizada com responsabilidade na contratação, especificação dos recursos, o que não é o caso do presente Projeto de Lei. O Poder Executivo, embora tenha pretensão em realizar as obras, no mínimo, no bojo do artigo segundo, não apontou a localização das obras, organizando por planilha em área urbana e rural, elencando os locais.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA (QUADRO EXEMPLIFICATIVO)	
RURAL	URBANA
Obra A: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 2.000,00	Obra A: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 15.000,00
Obra B: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 1.000,00	Obra B: Endereço: XXXXX Custo: R\$ 25.000,00
Obra C: Endereço: XXXXX Custo: R\$ XXXXXXX	Obra C: Endereço: XXXXX Custo: R\$ XXXXXXX



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança – Ibirité – MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010

PRÉDIOS PÚBLICOS (QUADRO EXEMPLIFICATIVO)	
MANUTENÇÃO	AMPLIAÇÃO
Endereço: Rua transparência, bairro dinheiro público Custo: R\$ 5.000,00 (cinco milhões)	Endereço: Rua comprometimento, bairro verdade Custo: R\$2.500,00
Endereço: XXXX Custo: R\$ 3.000,00	Endereço: XXXX Custo: R\$ 5.000,00

Constata-se que a ampliação de prédios públicos, no mínimo, deveria apontar a quantidade e a descrição dos locais. A transparência e clareza na redação do artigo segundo é importante para o Poder Executivo, Legislativo e toda a população, no sentido em evitar qualquer desconfiância dos agentes envolvidos diretamente com a administração pública.

Devido a complexidade da redação do artigo 2º do projeto de Lei e a ausência de artigo específico quanto ao pedido de vista, constata-se, por analogia, em outras casas legislativas a redação que se presente alcançar no presente projeto.

Regimento Interno do Senado Federal

Referência: <

<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4> >

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer. **§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias,** devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.



CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Avenida São Paulo, 695
Vila Nova Esperança – Ibirité – MG
Tel: (31) 3531-7900 - ramal 2010



Regimento Interno da Câmara Municipal de Cláudio/MG

Referência < <https://www.camaraclaudio.mg.gov.br/atividade-legislativa/regimento-interno> >

Do Adiamento da Discussão

Art. 213 - **O pedido de vista poderá ser requerido** por escrito ou verbalmente, por qualquer Vereador, e será concedido a critério da Presidência ou por deliberação do Plenário, observando o seguinte:

I - o requerimento de vista deverá ser justificado, para deliberação da Presidência ou do Plenário;

II - o prazo de vista não ultrapassará a sete dias.

Regimento Interno da Câmara Municipal Betim/MG

Referência: <

<https://legislativo.camarabetim.mg.gov.br/NormaJuridica/ShowNormaJuridica/47234> >

Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho do Presidente da Câmara

Art. 236. É decidido, em despacho, pelo Presidente o requerimento que solicite:

XXII - pedido de vistas à proposição.

Verifica-se nos três paradigmas apontados, cada casa legislativa tem redação elaborada, de forma diferente sobre o pedido de vista. O regimento da Câmara Municipal de Cláudio/MG estabelece a discricionariedade do presidente em deferir ou não. Na Câmara Municipal de Betim/MG, a redação aponta que a decisão do Presidente é por despacho o pedido de vista.

DESPACHO

Cuida-se de Representação encaminhada por Henrique Lazarotti de Oliveira. Conforme narra o Representante, após as Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021 que autorizaram o Poder Executivo de Ibirité a realizar empréstimos no valor de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), novo Projeto de Lei aportou na Câmara Municipal para que empréstimo de mais de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) fosse autorizado. Aduz o Representante que as justificativas para a realização dos empréstimos são genéricas e evasivas. Discorre sobre o fato de o orçamento público municipal ter dobrado nos últimos 5 anos, chegando atualmente a mais de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), em descompasso com Municípios similares a Ibirité. Afirma que a falta de transparência em relação às obras e intervenções que o Executivo pretende fazer indica a inexistência de planejamento prévio para gastos tão relevantes.

Depois foi encaminhada por Paulo César de Souza a manifestação nº 589999022023-8 à Ouvidoria do Ministério Público. Segundo o Manifestante, no dia 15/02/2023 houve a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Ibirité, ocasião em que foi lido pelo Procurador da Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 002/2023. Relatou o Manifestante que participou da CCJ e que foi identificado que a redação do Projeto de Lei não apontava os locais das obras, ou mesmo os prédios públicos em que seriam investidos o valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) pelo Município junto à Caixa Econômica Federal – Programa Finisa.

Visando angariar elementos mínimos a supedanear o juízo de instauração acerca da instauração de Inquérito Civil, instauro Notícia de Fato com os seguintes dados:

Representante: Henrique Lazarotti de Oliveira e Paulo César de Souza

Representado: Município de Ibirité

Município: Ibirité

Objeto: Supostas irregularidades nas contratações de empréstimos pelo Município de Ibirité por meio das Leis Municipais Leis Municipais nº 2.296/2021, nº 2.298/2021 e Projeto de Lei nº 002/2023.

Área de Atuação: Patrimônio Público

Senhor Oficial:

1. Realize o registro da Notícia de Fato no MPE e junte ao procedimento a manifestação encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público e os documentos que a acompanham.
2. Junte aos autos cópia das Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021.
3. Expeça ofício ao Prefeito Municipal solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecimentos acerca dos empréstimos autorizados pelas Leis Municipais nº 2.296/2021 e nº 2.298/2021, bem como do empréstimo pretendido pelo Projeto de Lei nº 002/2023, especialmente sobre a destinação dos mesmos e encaminhando:
 - a. Descrição pormenorizada acerca das obras a serem realizadas;
 - b. Cópia dos projetos básico e executivos elaborados para a realização das obras;
 - c. Informações acerca dos procedimentos licitatórios realizados ou em andamento para a realização das obras pretendidas;
 - d. Demais informações pertinentes.

Ibirité, 16 de fevereiro de 2023.

GISELLE LUCIANE DE OLIVEIRA LOPES VIVEIROS MELO

Promotora de Justiça

**A EVOLUÇÃO ESTILÍSTICA DO
CANTOR JÃO: UM ESTUDO
SEMIÓTICO DA MODA AO LONGO
DA SUA TRAJETÓRIA MUSICAL**

Marcos Daniel da Silva Oliveira

DOI: 10.46898/home.7f8cc2e2-c8d0-4469-817b-
b329114eca09

A EVOLUÇÃO ESTILÍSTICA DO CANTOR JÃO: UM ESTUDO SEMIÓTICO DA MODA AO LONGO DA SUA TRAJETÓRIA MUSICAL

THE STYLISTICAL EVOLUTION OF SINGER JÃO: A SEMIOTIC STUDY OF FASHION THROUGHOUT HIS MUSICAL TRAJECTORY

Marcos Daniel da Silva Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1019>

RESUMO

Este estudo explorou a evolução estilística do cantor brasileiro Jão através de uma análise semiótica das suas escolhas de moda ao longo da sua carreira musical. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, coletando dados de fontes visuais e auditivas, como videoclipes, apresentações ao vivo e entrevistas. A análise semiótica revelou como as escolhas de moda de Jão funcionam como signos visuais que comunicam mensagens simbólicas e emocionais. A relação entre suas escolhas de moda e o conteúdo lírico das músicas foi examinada para identificar possíveis interações. Os resultados demonstraram a importância da moda na construção da identidade artística de Jão e na interação com seu público, enriquecendo a compreensão das complexas relações entre moda, música e significado.

Palavras-chave: Evolução estilística, moda, semiótica, identidade artística e música.

ABSTRACT

This study explored the stylistic evolution of Brazilian singer Jão through a semiotic analysis of his fashion choices throughout his musical career. The research employed a qualitative approach, collecting data from visual and auditory sources such as music videos, live performances, and interviews. Semiotic analysis revealed how Jão's fashion choices function as visual signs that communicate symbolic and emotional messages. The relationship between his fashion choices and the lyrical content of his songs was examined to identify possible interactions. The results demonstrated the significance of fashion in shaping Jão's artistic identity and engaging with his audience, enriching the understanding of the intricate connections between fashion, music, and meaning.

Keywords: Stylistic evolution, fashion, semiotic, artistic identity and music.

INTRODUÇÃO

Jão, cujo nome completo é João Vitor Romania Macedo, é um cantor, compositor e produtor musical brasileiro. Ele nasceu em 24 de junho de 1994, em Américo Brasiliense, São Paulo. Jão ganhou destaque na cena musical brasileira com suas músicas que abordam temas emocionais e relacionados à juventude, combinando pop, R&B e influências de outros gêneros. Sua carreira começou a ganhar visibilidade em meados de 2018, quando lançou seu primeiro álbum de estúdio, intitulado "Lobos". O álbum apresentou canções que exploravam sentimentos profundos, como amor, saudade e desilusão, e rapidamente conquistou uma base de fãs apaixonada. Desde então, Jão continuou a lançar singles e álbuns, consolidando sua presença no cenário musical brasileiro. Através de suas músicas e videoclipes, Jão também ganhou atenção por sua estética visual única e suas escolhas de moda, que muitas vezes desempenham um papel importante na sua expressão artística e na construção de sua imagem pública.

A interseção entre a música e a moda desempenha um papel fundamental na expressão artística e na construção da identidade de muitos artistas contemporâneos. Nesse contexto, o cantor Jão emergiu como um notável exemplo de como a moda pode servir como um veículo poderoso de comunicação visual e simbólica ao longo da trajetória musical de um artista. Através da lente da semiótica, este projeto de pesquisa se propõe a explorar a evolução estilística de Jão ao longo de sua carreira, analisando como suas escolhas de moda têm sido empregadas como uma forma de comunicação não verbal que transcende o âmbito musical. Com um repertório que mescla vulnerabilidade lírica com uma estética visual marcante, Jão não apenas cria músicas que ressoam emocionalmente com seu público, mas também constrói uma imagem visual que amplifica o impacto de sua mensagem.

A semiótica, enquanto ferramenta analítica, permite-nos desvendar as múltiplas camadas de significado presentes nas roupas, acessórios e estilos adotados por Jão ao longo do tempo. Ao examinar a relação entre o conteúdo lírico de suas canções e as escolhas estilísticas correspondentes, podemos desvendar os códigos visuais utilizados pelo artista para comunicar sentimentos, identidade e narrativa. Este estudo buscará não apenas identificar as mudanças estilísticas ao longo das diferentes fases da carreira de Jão, mas também compreender como essas mudanças se relacionam com os momentos musicais e eventos pessoais que influenciaram sua jornada artística. Além disso, a pesquisa pretende lançar luz sobre a percepção e interpretação dessas escolhas de moda e como essas contribuem para a construção da imagem de Jão como um ícone musical contemporâneo. Ao mergulhar na evolução estilística do cantor sob uma perspectiva semiótica, esperamos revelar os elementos visuais que ajudaram a moldar sua identidade artística e a criar conexões emocionais duradouras com seus ouvintes. Em última análise, este estudo visa enriquecer nossa compreensão das complexas interações entre música, moda e significado, destacando o papel da semiótica na decodificação dessa interação única na jornada de Jão como artista.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é analisar a evolução estilística do cantor Jão ao longo de sua trajetória musical, utilizando uma abordagem semiótica para compreender como suas escolhas de moda têm sido empregadas como uma forma de comunicação não verbal, contribuindo para a construção de sua identidade artística e a transmissão de significados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar a relação entre as escolhas de moda de Jão e as fases distintas de sua carreira musical, identificando mudanças estilísticas e padrões recorrentes;
- Analisar como as roupas, acessórios e estilos adotados por Jão podem ser interpretados como códigos visuais que comunicam sentimentos, narrativas e identidade;

- Relacionar as mudanças estilísticas de Jão com os momentos musicais e eventos pessoais que podem ter influenciado suas escolhas de moda;
- Demonstrar como a interseção entre moda, música e semiótica contribui para uma compreensão mais profunda da expressão artística de Jão e sua conexão com os ouvintes;
- Contextualizar o estudo dentro do cenário mais amplo da relação entre música, moda e cultura contemporânea, destacando a relevância desse fenômeno para a indústria musical e a comunicação visual.

Através desses objetivos específicos, pretende-se realizar uma análise abrangente e aprofundada da evolução estilística de Jão, explorando como a moda desempenha um papel vital na construção da identidade artística e na transmissão de mensagens simbólicas ao longo de sua carreira musical.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A semiótica, conceito desenvolvido por Charles Peirce (1931-1958), desempenha um papel crucial ao examinar as escolhas de moda de Jão em sua carreira musical. Segundo Peirce, os signos são elementos que representam algo para alguém, e é por meio da análise desses signos visuais que podemos desvendar os significados subjacentes das roupas e acessórios adotados pelo artista. Umberto Eco (1976) reforça a ideia de que a semiótica é essencial para interpretar as múltiplas camadas de significado presentes na linguagem visual da moda.

Na esfera da comunicação visual, Kress e van Leeuwen (2020) argumentam que os elementos visuais são recursos cruciais para transmitir significados complexos. Quando aplicado à moda, esse conceito se torna fundamental para entender como as escolhas estilísticas de Jão transmitem mensagens simbólicas e emocionais para seu público.

Roland Barthes (1967), em "O Sistema da Moda", analisa a moda como um sistema de signos que constrói e comunica identidade. Nesse contexto, as escolhas de moda de Jão podem ser vistas como uma forma de comunicação não verbal que reflete suas aspirações artísticas e sentimentos pessoais. A relação íntima entre moda e identidade também merece destaque.

Roche (2015) destaca a moda como uma expressão visual da identidade, onde as roupas se tornam uma extensão do "eu" interior. Como observado por Steele (2015), a moda é uma forma de auto expressão, permitindo que os indivíduos comuniquem quem são por meio de suas roupas. No caso de Jão, mudanças em seu estilo podem ser um reflexo das mudanças em sua identidade artística ou de sua resposta a eventos pessoais, tornando-se um componente essencial de sua narrativa visual.

A intersecção entre música e moda também é explorada no trabalho de Connell e Gibson (2003), que ressalta como os artistas contemporâneos utilizam a moda para construir imagens visuais distintas que complementam suas narrativas musicais. Dyer (2019) introduz o conceito de "star image" ao discutir como as escolhas estilísticas ajudam a moldar a percepção pública dos artistas. A moda, nesse sentido, desempenha um papel fundamental na construção e manutenção da imagem de Jão como um artista notável.

Em relação ao contexto contemporâneo de figuras musicais, Bennett e Kahn-Harris (2020) exploram a construção de identidades de artistas na era da mídia moderna. Suas reflexões sobre como as escolhas estilísticas são fundamentais na formação da imagem pública de músicos são particularmente relevantes ao analisar a trajetória de Jão.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza exploratória, com objetivos de compreensão e análise, sendo abordagem qualitativa (GIL, 2008), uma vez que busca compreender e interpretar as escolhas de moda do cantor Jão ao longo da sua trajetória musical. Essa abordagem permitirá uma análise profunda das interações entre moda, música e significado.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

1. Coleta de Dados: A coleta de dados será realizada através da análise de fontes visuais e auditivas, como videoclipes, apresentações ao vivo, sessões fotográficas e capas de álbuns. Além disso, serão analisadas letras de músicas para compreender as escolhas estilísticas em contexto;

2. Análise Semiótica: As escolhas de moda de Jão serão analisadas através de uma lente semiótica, identificando os elementos visuais como signos que comunicam significados. A relação entre a moda e o conteúdo lírico das músicas será examinada para desvendar possíveis interações e simbolismos;

3. Interpretação: Com base na análise semiótica, os dados serão interpretados para identificar padrões, mudanças estilísticas e conexões entre a moda de Jão e sua identidade artística. Serão formuladas interpretações considerando a evolução temporal e as narrativas musicais.

No geral, os procedimentos metodológicos adotados neste estudo qualitativo proporcionarão uma visão aprofundada da evolução estilística do artista, enriquecendo a compreensão das interações entre moda, música e simbolismo ao longo da sua carreira musical.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com análise feita em toda a carreira do cantor Jão, desde quando postava em seu canal do YouTube covers de músicas famosas e a seu primeiro lançamento de uma faixa autoral intitulada "Dança pra mim" (2016) em parceria com o produtor Pedrowl, até o seu último e recente lançamento, o álbum SUPER (2023).

COVERS E PRIMEIRA MÚSICA AUTORAL

Os covers interpretados por Jão no início de sua carreira musical representaram não apenas um trampolim para sua jornada artística, mas também uma oportunidade de demonstrar sua versatilidade, paixão e habilidade interpretativa. Ao escolher músicas de outros artistas para recriar, Jão não apenas honrou suas influências, mas também deu aos ouvintes uma visão inicial da sua voz única e poderosa.

A forma como Jão se vestia nas gravações dos seus covers no início da carreira revelava um cuidado meticuloso em transmitir uma imagem coesa, que se alinhava tanto com sua expressão musical quanto com sua identidade artística em desenvolvimento. Suas escolhas de moda eram uma extensão da sua narrativa musical, contribuindo para a construção de sua imagem pública de maneira impactante (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2 - Covers



Fonte: canal do YouTube Jão

Como podemos perceber, os visuais utilizados nas gravações eram sempre lugares com luzes coloridas ou com ambientação de casa de interior. O estilo visual de Jão durante as gravações dos covers capturava a essência do momento, muitas vezes alinhando-se com o gênero musical da canção que estava interpretando. Seu guarda-roupa variava de acordo com o tom e o sentimento da música, demonstrando uma compreensão consciente da conexão entre moda e emocionalidade. As roupas e acessórios escolhidos por Jão não eram apenas elementos visuais, mas componentes simbólicos que acrescentavam camadas de significado à sua performance.

O estilo visual de Jão nos covers também começou a construir uma narrativa estilística única, que mais tarde se tornaria uma parte integral da sua imagem artística. As escolhas de roupas, cores e estilos ajudaram a moldar a percepção que os fãs tinham dele como um artista, e gradualmente contribuíram para sua evolução estilística ao longo do tempo.

Já a forma como Jão se vestiu na capa da música "Dança pra Mim", sua primeira música autoral lançada, de 2016 reflete uma cuidadosa consideração estilística que já indicava sua abordagem única para a moda como parte integrante da sua identidade artística. A capa é um microcosmo visual que encapsula o sentimento da música e, ao mesmo tempo, comunica elementos importantes da sua imagem emergente como artista (Figura 3).

Figura 3 - Capa do single Dança pra mim



Fonte: Instagram do Jão

Na capa, Jão optou por um estilo que equilibra a simplicidade com toques de expressão pessoal. Sua roupa, que consiste em uma regata preta e uma calça rasgada em mesmo tom, sugere um visual despojado, porém sofisticado. Essa escolha pode ser interpretada como uma metáfora visual para a musicalidade dele - acessível, mas com camadas de profundidade e emoção. Os elementos presentes na imagem como fumaça, carro de fulga e bebida, fazem alusão a parte da música onde ele diz "*Roubei um cigarro e um vinho barato, você me ensina a fumar?*". O tom preto que está presente por toda a capa e o minimalismo das roupas refletem a sensibilidade da música e as emoções contidas na letra.

O estilo de Jão na capa de "Dança pra Mim" também alude a um sentido de atemporalidade. Suas roupas não seguem tendências efêmeras, mas são escolhas que poderiam ser relevantes em diferentes momentos. Essa abordagem ressoa com a universalidade da música e das emoções que ela evoca.

ÁLCOOL E RESSACA

A forma como Jão se veste nos clipes de "Álcool" e "Ressaca", ambas de 2017, reforça a evolução estilística do artista, revelando um compromisso contínuo em utilizar a moda como parte integrante da sua narrativa musical e expressão artística.

Nos clipes de ambas as músicas, Jão apresenta um estilo visual que combina elementos contemporâneos com toques de individualidade. Suas escolhas de moda são marcadas por uma sofisticação descontraída e jovial, uma abordagem que se encaixa perfeitamente com as emoções abordadas nas letras das músicas.

Em "Álcool", Jão veste roupas que evocam uma sensação de descontração e conforto. As roupas bem mais largas, os tons escuros e detalhes em cores sugerem um certo mistério e profundidade emocional, assim como as luzes e cenários ao longo de todo vídeo, alinhando-se com o tema da canção. O figurino não apenas reflete a sonoridade da música, mas também enfatiza a intensidade das emoções transmitidas na letra (Figura 4).



Fonte: canal do YouTube Jão

Já em "Ressaca", Jão opta por um estilo mais casual esportivo, que corresponde ao espírito da música. Suas roupas casuais e cores mais claras sugerem um sentimento de renovação e recuperação após a "ressaca" emocional mencionada na letra. O visual mais relaxado adiciona autenticidade à sua expressão, criando uma conexão visual com o público (Figura 5).

Figura 5 - Música ressaca



Fonte: canal do YouTube Jão

O que é notável nos clipes de "Álcool" e "Ressaca" é como as escolhas de moda de Jão contribuem para a narrativa visual. Seu estilo não é apenas um acessório, mas sim um componente integral da história contada pelos clipes. As roupas, junto com a direção artística dos vídeos, transmitem sensações e ressoam com as emoções que permeiam suas músicas. Suas escolhas de moda não apenas enfatizam as mensagens líricas, mas também adicionam uma camada adicional de significado e emoção à sua identidade artística em constante evolução.

IMATURO E O ÁLBUM LOBOS

A forma como Jão se veste e age no clipe de "Imaturo"(2018), e em todo o álbum "Lobos" (2018), encapsula a maturidade artística e a exploração emocional que caracterizam essa fase crucial da sua carreira. Tanto visualmente quanto em sua performance, Jão revela uma evolução notável que reflete sua capacidade de usar a moda e o comportamento como uma extensão da sua expressão musical.

No clipe de "Imaturo", Jão apresenta um estilo que combina descontração e atitude firme desse seu novo eu. Suas roupas, acessórios, locação do clipe e companhias transmitem uma

Anais/Vol 8
assertivo. Sua performance exala uma intensidade emocional que corresponde à temática da música. O visual e a atitude de Jão no clipe revelam uma nova faceta da sua identidade artística, marcada por uma combinação de vulnerabilidade e força (Figura 6).

Figura 6 - Música Imaturo



Fonte: Instagram do Jão

O álbum "Lobos" como um todo também testemunha essa evolução estilística e comportamental. Jão apresenta um conjunto diversificado de estilos visuais ao longo das músicas, variando de looks mais ousados a visuais mais sofisticados. Cada escolha de moda parece estar alinhada com o estado emocional e o contexto das músicas, criando uma narrativa visual coesa que se complementa com a narrativa lírica.

Na capa do álbum "Lobos", Jão apresenta uma imagem que remete a essência emocional e a evolução artística explorada ao longo das músicas do álbum. A capa é uma representação visual do universo musical e emocional que os ouvintes estão prestes a explorar, tornando-se um ponto focal para a interpretação do conteúdo lírico e da sonoridade do álbum (Figura 7).

Figura 7 - Capa do álbum Lobos



A imagem apresenta Jão em um cenário que cria uma atmosfera íntima e misteriosa. Seu olhar direto para a câmera é marcante, transmitindo uma conexão direta com o espectador e estabelecendo uma relação emocional imediata. A expressão facial, o tom da capa ser preto e branco e ele com aspecto de sujo de terra, combina vulnerabilidade e força, sugerindo a complexidade das emoções que podem ser encontradas nas músicas do álbum. A escolha das cores pode ser interpretada como uma representação visual das emoções e temas explorados no álbum, como amor, paixão e luta emocional.

A imagem na capa é complementada pela tipografia do título do álbum, que apresenta uma estética contemporânea e elegante. A combinação de elementos visuais e de design na capa cria uma identidade visual única para "Lobos", que se torna uma parte integrante da experiência do álbum como um todo.

"Lobos" é uma representação visual poderosa da jornada emocional e artística de Jão. A imagem captura a intensidade das emoções exploradas nas músicas e comunica uma conexão profunda entre o artista e o público. A capa não apenas introduz o conteúdo lírico e musical do álbum, mas também estabelece a atmosfera emocional que os ouvintes podem esperar experimentar ao longo da audição.

O cantor ainda produziu dois cliques de músicas do álbum, "Vou Morrer Sozinho" e "Me Beija com Raiva", neles continua a explorar a intersecção entre moda e visuais simbólicos de maneira marcante, utilizando esses elementos para reforçar as mensagens emocionais das músicas e enriquecer sua narrativa artística.

No clipe de "Vou Morrer Sozinho", Jão emprega escolhas de moda e elementos visuais que acentuam a solidão e a vulnerabilidade abordadas na música. No início do clipe Jão acorda em uma maca de hospital, dando a entender que ele está morrendo. Seu figurino, que inclui uma camisa com estampas de lobos e óculos amarelo, reflete um estado emocional de força e melancolia. A semiótica das roupas e da direção artística comunica uma sensação de isolamento, reforçando a mensagem lírica da música. Além disso, a locação urbana e sombria contribui para a construção de um ambiente que ecoa a temática emocional (Figura 8).

Figura 8 - Clipe de Vou Morrer Sozinho



Fonte: canal do YouTube Jão

Já em "Me Beija com Raiva", Jão adota uma abordagem visual mais arrojada e apaixonada. Seu estilo combina peças extravagantes e ousadas, como jaquetas de couro e acessórios marcantes. Essas escolhas de moda comunicam uma energia intensa e apaixonada que ressoa com a letra da música. As roupas e a paleta de cores vibrantes colaboram para criar uma atmosfera emocional carregada de paixão e intensidade. A coreografia de festividade também desempenha um papel importante na semiótica do clipe, adicionando camadas visuais à narrativa (Figura 9).

Figura 9 - Clipe de Me Beija Com Raiva



Fonte: canal do YouTube Jão

Ambos os clipes demonstram a habilidade de Jão em usar a moda como uma linguagem visual para aprofundar a experiência emocional dos espectadores. Suas escolhas de moda e a direção artística não são apenas estéticas, mas sim símbolos que enriquecem as narrativas líricas das músicas. A semiótica das roupas, das cores e dos elementos visuais contribui para criar uma experiência sensorial completa, onde o visual reforça e amplifica o impacto emocional das músicas.

Com o lançamento do álbum o cantor começou uma nova fase na sua vida, a turnê "LOBOS", ela apresentou um capítulo emocionante na sua carreira musical, mas também demonstrou a importância dos visuais como uma extensão da sua expressão artística e da conexão com o público. A turnê não foi apenas uma série de shows; foi uma experiência visual e emocional, desde as músicas envolventes e melancólicas, até o cenário montado no palco para suas apresentações, que expressou a essência do álbum e da sua evolução (Figura 10).

Figura 10 - Palco da turnê



Fonte: canal do YouTube Jão

Os visuais da turnê "LOBOS" foram cuidadosamente planejados para complementar a narrativa e a atmosfera do álbum. Jão continuou a explorar o uso da moda e da semiótica como ferramentas para transmitir mensagens emocionais e simbólicas. Seus figurinos, sempre peças pretas, refletem a intensidade das emoções presentes nas músicas e ajudaram a criar uma conexão emocional profunda com o público.

Além disso, os visuais não eram apenas roupas; eram elementos visuais que se fundiam com a iluminação, cenografia e a produção do palco. Essa sincronia criou um espetáculo audiovisual imersivo que cativou os espectadores e os envolveu ainda mais na experiência musical (Figura 11).

Figura 11 - Look turnê



A turnê "LOBOS" não foi apenas uma celebração das músicas do álbum, mas também uma celebração da jornada artística de Jão. Os visuais desempenharam um papel crucial na contação dessa história, transmitindo a evolução estilística, emocional e artística do cantor de forma impactante. Através dos visuais, Jão fortaleceu sua conexão com os fãs, permitindo que eles mergulhassem profundamente na experiência da turnê e na sua identidade artística.

Jão não apenas apresentou visuais impressionantes, mas também demonstrou o poder dos visuais como um meio de contar histórias, comunicar emoções e construir uma conexão autêntica com o público. A turnê foi uma jornada emocional e estilística que trouxe à vida a essência do álbum de uma forma visualmente deslumbrante e memorável.

ENQUANTO ME BEIJA E O ÁLBUM ANTI-HERÓI

A primeira música do segundo álbum do cantor Jão, intitulada "Enquanto Me Beija" (2019), marca o início de uma nova fase na sua carreira musical. Lançada como o primeiro single do álbum "Anti-Herói" (2019), a música serve como uma introdução emocionalmente intensa à sonoridade e às temáticas exploradas no álbum.

"Enquanto Me Beija" é uma balada pop melancólica marcada por uma mistura de vulnerabilidade e paixão. A música transmite as complexidades de um relacionamento através da sua letra sincera e da entrega emocional na interpretação de Jão. A voz emotiva do cantor se destaca, transmitindo as nuances das emoções abordadas na canção (Figura 12).

Figura 12 - Clipe da música Enquanto Me Beija



Fonte: canal do YouTube Jão

O visual de Jão no clipe e performance da música "Enquanto Me Beija" é marcado por uma estética que reforça a vulnerabilidade e a paixão abordadas na letra. Sua roupa é escolhida para transmitir uma sensação de intimidade e conexão emocional. Cores suaves e tons pastéis podem simbolizar a delicadeza e a ternura da situação amorosa descrita na música. Os gestos e expressões de Jão durante a performance também são componentes importantes da semiótica. A maneira como ele interage com a câmera e o público transmite a profundidade das emoções contidas na música. A semiótica gestual adiciona camadas de significado visual que se alinham com a mensagem lírica, enriquecendo ainda mais a experiência emocional. A direção artística dos clipes também desempenha um papel crucial na semiótica visual. A escolha de cenário íntimo e aberto, iluminação natural e composições visuais que focam em detalhes emocionais contribuem para criar uma atmosfera que amplifica as emoções presentes na música.

A música estabelece o tom para o álbum "Anti-Herói", que se concentra em explorar os sentimentos e as experiências humanas de maneira crua e honesta. O título "Anti-Herói" sugere uma narrativa que vai além das expectativas convencionais, e Jão cumpre essa promessa através das músicas do álbum. A capa do álbum trás o cantor caindo do céu com uma flecha em seu peito

Figura 13 - Capa do álbum Anti-herói



Fonte: Instagram do Jão

"Anti-Herói" como um todo mergulha em emoções profundas, abordando temas como amor, auto descoberta, vulnerabilidade e reflexão pessoal. O álbum apresenta uma mistura eclética de gêneros musicais e melodias cativantes, todas servindo como veículos para a narrativa emocional de Jão. As letras sinceras e introspectivas ressoam com uma autenticidade que se tornou uma marca registrada do seu estilo musical.

"Enquanto Me Beija" serve como uma poderosa introdução ao álbum "Anti-Herói", encapsulando a profundidade emocional e a autenticidade que permeiam a obra. O álbum continua a explorar as complexidades da experiência humana, revelando mais facetas da identidade artística de Jão e consolidando seu lugar como um dos cantores e compositores mais importantes da música brasileira contemporânea.

Além disso, Jão também demonstra uma abordagem mais madura e frágil em sua performance. Sua expressão vocal e gestual transmitem uma profundidade emocional que ressoa com as letras e temas do álbum. A maturidade de Jão não apenas se manifesta na escolha das roupas, mas também na maneira como ele se conecta emocionalmente ao longo da turnê Anti-Herói, com suas músicas e com o público.

A turnê "Anti-Herói" do cantor Jão foi uma jornada emocional e artística que levou os fãs a uma experiência única, onde a música, a performance e a estética se uniram para contar uma história envolvente. Desde os figurinos escolhidos por Jão até a cenografia, iluminação e projeções visuais no palco, cada elemento contribuiu para a criação de um ambiente emocional e envolvente (Figura 14). A estética da turnê transportou os fãs para o universo emocional das músicas, amplificando as mensagens líricas através de elementos visuais impactantes.

Figura 14 - Palco da turnê



Fonte: canal do YouTube Jão

Os visuais escolhidos por Jão na turnê mantiveram uma coerência estilística com a evolução do álbum. Os figurinos variam desde looks mais sofisticados e elegantes até visuais mais arrojados e ousados. Essa diversidade visual não apenas espelhou as diferentes emoções exploradas no álbum, mas também refletiu a maturidade artística que Jão alcançou.

A interação de Jão com o público durante a turnê também foi uma parte fundamental da experiência. Sua performance ao vivo, repleta de emoção e autenticidade, estabeleceu uma conexão genuína com os fãs. A forma como ele se comunicava, interagiu e compartilhava suas histórias pessoais adicionava uma dimensão íntima à experiência da turnê.

Além disso, a turnê "Anti-Herói" não se limitou a ser apenas um espetáculo musical. Ela contou uma história completa, guiando o público através de uma jornada emocional que acompanhou a narrativa do álbum. Os visuais, a performance e a narrativa se uniram para criar uma experiência holística que proporcionou aos fãs uma compreensão mais profunda do álbum e do artista por trás dele.

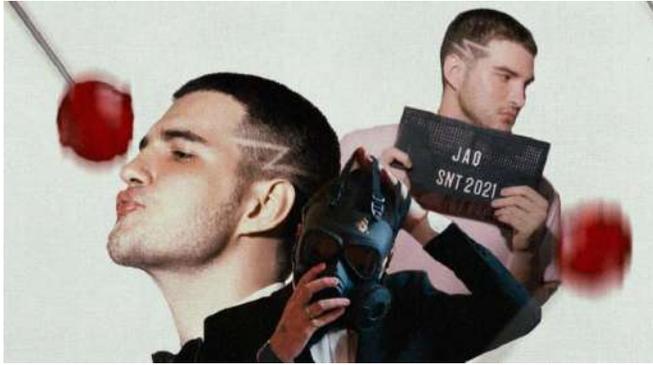
Em resumo, a turnê "Anti-Herói" de Jão não apenas apresentou visuais deslumbrantes, mas também contou uma história visual e emocional coesa. A estética e a direção artística da turnê enriqueceram a experiência musical, transportando os fãs para o mundo emocional do álbum. A turnê não apenas mostrou o amadurecimento artístico de Jão, mas também reforçou seu status como um dos artistas mais envolventes e inovadores da cena musical brasileira contemporânea.

O ÁLBUM PIRATAS

A música "Coringa" (2021), que é o primeiro single do quarto álbum intitulado "Piratas" (2021) marca uma nova etapa na sua carreira, demonstrando a continuidade da sua evolução artística e a habilidade em explorar temas complexos e emocionais através da música.

"Coringa" é uma canção que se destaca pela sua sonoridade envolvente e pela profundidade das letras. Com uma melodia cativante e uma produção cuidadosa e misteriosa, a música cativa os ouvintes e cria uma atmosfera emocionalmente carregada. As letras de "Coringa" exploram sentimentos de dor, vulnerabilidade e a complexidade dos relacionamentos. Jão entrega a letra com uma intensidade emocional que ressoa com sua autenticidade característica. No clipe da canção, o artista traz referências do seu antigo clipe "Imaturo", como seus amigos e as mesmas roupas usadas, dando assim uma continuação para a história (Figura 15).

Figura 15 - Clipe Coringa



Fonte: Página de fã do Jão

O álbum "Piratas" como um todo expande ainda mais as fronteiras da sua música, mergulhando em uma variedade de estilos e emoções. O título "Piratas" sugere uma narrativa de aventura e exploração, e o álbum oferece exatamente isso. Cada música parece ser uma jornada emocional por diferentes facetas da experiência humana.

O cantor investiu em um conceito que acompanha todo o trabalho de divulgação do disco, desde a capa (Figura 16), figurinos à performance ao vivo e o palco das apresentações.

Figura 16 - Capa do álbum Piratas



Fonte: Instagram do Jão

A capa do álbum, traz a narrativa de um homem pirata, tais aspectos são perceptíveis pela camisa utilizada, tapa olho, cabelo do artista, paleta de cores e profundidade no olhar.

O cantor ainda lançou videoclipe para música "Idiota", e rapidamente se tornou uma das faixas preferidas dos fãs. Para seu clipe, dirigido por Pedro Tófani, Jão estrela em várias cenas inspiradas em grandes casais do entretenimento mundial e brasileiro.

Logo na primeira cena, Jão aparece segurando em uma superfície de madeira enquanto está dentro d'água, referenciando o clássico *Titanic*, romance estrelado por Leonardo DiCaprio e Kate Winslet (Figura 17) .

Figura 17 - Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube e Titanic/Divulgação

Jão também aparece ao lado de outro ator, ambos vestidos como Heath Ledger e Jake Gyllenhaal no romance *O Segredo de Brokeback Mountain* (Figura 18).

Figura 18- Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube e O Segredo de Brokeback Mountain

A cena de Heath Ledger como Patrick Verona cantando “Can’t Take My Eyes Off You” em *10 Coisas que Eu Odeio em Você* se tornou um marco das comédias românticas adolescentes e Jão aproveitou para incluí-la no vídeo de “Idiota” (Figura 19).

Figura 19 - Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube) e 10 Coisas que Eu Odeio em Você

Cantor é um grande fã do Homem-Aranha e resolveu reproduzir o icônico beijo de ponta cabeça entre Peter Parker (Tobey Maguire) e Mary Jane (Kristen Dunst). Jão incorporou o herói e até mesmo se pendurou de cabeça para baixo para filmar a cena (Figura 20).

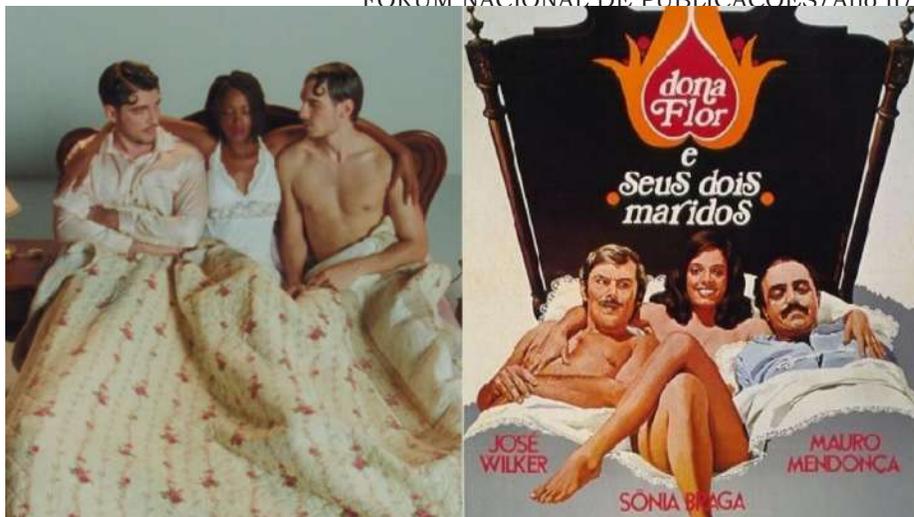
Figura 20 - Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube) e Homem-Aranha

E não foram apenas referências à produções estrangeiras. Em uma das cenas de “Idiota,” Jão dividiu a cama com mais dois atores para referenciar o filme *Dona Dlor e Seus Dois Maridos*, baseado no livro homônimo de Jorge Amado (Figura 21).

Figura 21 - Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube) e Dona Flor e Seus Dois Maridos

Em outra cena, Jão se vestiu como o piloto brasileiro Ayrton Senna na frente da bandeira enquanto abraçava uma atriz que interpretava a apresentadora Xuxa. O momento faz referência ao relacionamento deles que aconteceu entre 1988 e 1989 (Figura 22).

Figura 22 - Clipe Idiota



Fonte: Reprodução/YouTube e acervo Ayrton Senna e Xuxa

A estética do clipe "Idiota" de Jão é uma escolha visual que intensifica a experiência emocional da música. Através das cores, simbolismo, cenografia e performance, o clipe cria uma atmosfera envolvente que amplifica a mensagem lírica. A estética não apenas enriquece a experiência visual do espectador, mas também oferece uma nova camada de significado para a música, mostrando a profundidade do trabalho artístico de Jão. O clipe e música foram o pontapé inicial para o sucesso do álbum e também a turnê.

A turnê do álbum "Piratas" consagrou o artista entre os nomes mais bem sucedidos da música nacional, conquistando o que muitos cantores de sua geração sonham em ter. O palco de

Anais/Vol 8
suas apresentações durante toda a turnê foi um dos maiores já produzidos pelo cantor, trazendo referências de mar e barcos (Figura 23).

Figura 23 - Palco turnê Piratas



Fonte: canal do YouTube Jão

O visual estilísticos e estéticos também desempenham um papel crucial no álbum "Piratas". Em cada apresentação e foto postada pelo cantor em suas redes sociais durante a trajetória de sua turnê mostra visivelmente sua evolução na moda (Figuras 24 e 25).

Figura 24 e 25 - Looks para apresentações



Fonte: Instagram do Jão

O álbum "Piratas" representa uma continuação da evolução artística de Jão. Suas músicas continuam a tocar em temas profundos e complexos, enquanto a sua habilidade em fundir música, letras e visuais cria uma experiência envolvente para os fãs. É uma afirmação da sua capacidade de inovar e explorar novos territórios musicais e estilísticos, quando o cantor larga suas peças confortáveis, descontraídas e esportivas por peças ousadas, estilosas, minimalista, confiantes e maduras, consolidando seu lugar como um dos artistas mais influentes, talentosos e estilosos da cena musical brasileira contemporânea.

ÁLBUM SUPER

O álbum "Super" (2023), é o quarto álbum de estúdio do cantor Jão, seu lançamento ocorreu no dia 14 de agosto de 2023 de acordo com artista, projeta encerra uma série de quatro álbuns

e fogo (Super, 2023). Musicalmente, o álbum traz inspirações de gêneros como pop e pop rock, o álbum foi considerado como melhor álbum de Jão. Em seu lançamento, o álbum quebrou o recorde de maior estreia no Spotify Brasil.

Super representa o fogo da série de lançamentos do cantor, e completa o ciclo falando de amores, desamores, traição, vingança, interior, cidade grande, sonhos e realizações. A capa traz um Jão liberto, sem medo e sem amarras, que se ama e que se aventura (Figura 26).

Figura 26 - Capa do álbum Super



Fonte: Instagram do Jão

Jão vem revelando uma evolução estilística e artística marcante em todo álbum, desde a capa até as fotos promocionais do disco (Figura 27 e 28). Sua capacidade de usar a moda como uma ferramenta de comunicação visual e sua habilidade em transmitir emoções autênticas através de sua performance destacam sua crescente maturidade como artista.

Figura 27 e 28 - Fotos promocionais



Fonte: Instagram do Jão

Essa fase da sua carreira é caracterizada pela coesão entre sua expressão musical, sua imagem visual e sua identidade emocional, criando um impacto duradouro na cena musical brasileira.

A estreia da turnê do álbum Super está prevista para da início em 2024, com shows marcados em vários estádios por todo país, o cantor já esgotou datas, assim, se consolidando no meio artístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este estudo explorou de maneira abrangente e aprofundada a relação entre a moda, a semiótica e a evolução estilística do cantor Jão ao longo de sua carreira musical. Através da análise das escolhas de moda, visuais, performances e direção artística em seus clipes, álbuns e turnês, pudemos compreender como Jão utiliza a moda como uma ferramenta de expressão visual, enriquecendo sua narrativa artística e transmitindo emoções de maneira única.

O estudo revelou como Jão transforma suas roupas em elementos simbólicos que dialogam com as mensagens líricas, amplificando o impacto emocional de suas músicas. Ficou claro como

ele utiliza a semiótica para construir narrativas visuais coesas e autênticas, permitindo que o público mergulhe mais profundamente em sua música.

No entanto, este estudo apenas arranhou a superfície de um campo tão complexo e fascinante. Uma pesquisa futura poderia se aprofundar ainda mais, explorando a recepção do público em relação aos visuais de Jão, analisando a influência cultural e artística por trás de suas escolhas de moda e investigando como sua abordagem estilística impactou a cena musical e a indústria da moda no Brasil.

Além disso, seria interessante explorar como Jão se posiciona dentro do cenário musical mais amplo, comparando sua abordagem estilística com outros artistas contemporâneos. Uma pesquisa futura também poderia investigar a colaboração de Jão com designers de moda e diretores de arte, desvendando os processos criativos por trás dos visuais apresentados em suas produções.

Em última análise, o estudo sobre a moda, a semiótica e a evolução estilística de Jão oferece um vislumbre do profundo vínculo entre a música e a estética visual, destacando como a expressão artística se estende para além do som e se torna uma experiência sensorial completa para os fãs e para a cultura contemporânea.

REFERÊNCIAS

ASIÁTICOS, Britânicos. Abercrombie, N., Hill, S. e Turner, B. (1984) O Dicionário Penguin de Sociologia. Londres: Penguin. Abrams, M. (1959) O Consumidor Adolescente. Londres: Press Exchange.—(1990)'On Popular Music', em Frith, S. e Goodwin, A.(eds) On Record: Rock, Pop and the Written Word. Londres: Routledge, pp. **Além da Subcultura: Pop, Juventude e Identidade em um Mundo Pós-colonial** , v. 181, 2007.

BARTHES, Roland. *Système de la mode*, éditions du Seuil. **Deutsch: Die Sprache der Mode. Edition Suhrkamp, Bd**, v. 318, 1967.

BENNETT, André; KAHN-HARRIS, Keith (Ed.). **Depois da subcultura: estudos críticos na cultura jovem contemporânea** . Publicação Bloomsbury, 2020.

CONNELL, John; GIBSON, Chris. **Trilhas sonoras: música popular, identidade e lugar** . Imprensa de Psicologia, 2003.

David Hesmondhalgh e Keith Negus. Arnold, 2002. ISBN 0 340 76247 0. 272 pp. - - Volume 22 Edição 3 - Allan Moore

DYER, Richard; MCDONALD, Paulo. **Estrelas** . Publicação Bloomsbury, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

<https://portalpopline.com.br/jao-clipe-idiota-referencias-casais-iconeos/>

<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/the-town/2023/noticia/2023/08/15/jao-lanca-album-super-e-resume-letras-e-uma-forma-de-pedir-desculpas-para-mim-mesmo.ghtml>

<https://www.papelpop.com/2022/12/com-a-turne-pirata-jao-ancora-os-pes-como-o-grande-nome-do-pop-nacional-e-atrai-um-mar-de-fas/>

Anais/Vol 8

Jonathan Roche (2015) - "Self-Presentation and Expression in the Music Industry", Bloomsbury Publishing

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: The grammar of visual design**. Routledge, 2020.

Peirce, CS (1931-1958) Os artigos coletados de Charles Sanders Peirce. Imprensa da Universidade de Harvard, Cambridge, vol. 1-8.

STEELE, Valerie (Ed.). **O companheiro Berg da moda** . Publicação Bloomsbury, 2015.

Eco, Umberto. "Peirce's notion of interpretant." *MLN* 91.6 (1976): 1457-1472.

Capítulo 10

SERÁ QUE É PINTURA O ROSTO DA ATRIZ... ATOR E PERSONAGEM, DUAS FACES NAS ENTRANHAS DA INTERPRETAÇÃO

Aurora Almeida de Miranda Leão

DOI: 10.46898/home.a6ee33da-334a-426f-b4db-
17c2cb70fcec

Será que é pintura o rosto da atriz...¹

Ator e personagem, duas faces nas entranhas da Interpretação

Aurora Almeida de Miranda Leão²

Resumo

A importância do Teatro como matriz fundadora de todas as demais artes nas quais a encenação é atributo principal não deve ser esquecida por quem aprecia, estuda ou pesquisa as artes do ator/atriz. O teatro é basicamente uma atividade na qual são elementos fundamentais e inescapáveis um intérprete, um espaço e alguém para ouvi-lo. Posto isso, este artigo debruça-se sobre a relevância desta arte milenar, qual seja a de interpretar um texto – seja ele narrativo, dramático, imagético, musical, literário, etc -, traduzida na pessoa do atuante, na ausência de quem o espetáculo cênico não acontece. Guiando-nos por considerações de Aderbal Freire-Filho, Antônio Januzelli, Stella Adler e Constantin Stanislavski, objetiva-se mostrar o quanto a pessoa do intérprete e a personagem a ser interpretada estão intrinsecamente amalgamadas quando se pretende exercer a prática teatral priorizando a chamada “verdade cênica”. Além disso, o ator é elo crucial na interação do receptor com a fonte dramática, balizando o processo de transmissão da teatralidade. Este percurso investigativo segue metodologia unindo a pesquisa bibliográfica às proposições de Luiz Gonzaga Motta (2013) e Luiz Carlos Maciel (2017), autores para quem a narrativa e a construção do roteiro audiovisual são alicerces analíticos.

Palavras-chave: Ator; Teatro; Personagem; Interpretação; Verdade cênica.

Introdução

O Teatro atua sobre uma espécie de dispositivo sensorial que aciona o desejo pelo conhecimento, ensina a importância da diversidade, da escuta ativa, de se colocar no lugar do outro, de entender as várias matrizes culturais formadoras do mundo. Sendo uma das manifestações artísticas mais complexas e integradoras, a prática teatral é alimento vivo para as mentes ávidas por desvendar novas fontes de entendimento, descortinar novas reflexões e ousar trajetórias inusuais. As histórias contadas e vividas pelos atores espelham o cotidiano de pessoas, lições de vida e posicionamentos sociais relevantes na construção do indivíduo e da sociedade.

Cada vez mais percebe-se o quanto o teatro opera no sentido de ampliar a visão de quem o faz e de quem o assiste, constatação que talvez explique a procura cada vez maior por escolas e cursos formadores de pessoas para o exercício teatral. “O teatro e a educação devem caminhar juntos. Educar não é só ensinar a ler e escrever mas é também, e sobretudo, ensinar a pensar e sentir o mundo de outras formas”. Esta afirmação de Fernanda Montenegro expressa com bastante propriedade o que entendemos sobre o significado amplo da arte da representação por acreditarmos no

¹ Versos extraídos da canção “Beatriz” (1982), homenagem de Chico Buarque e Edu Lobo ao trabalho das atrizes.

² Doutoranda em Comunicação do PPGCom/UFJF. Bolsista CAPES. E-mail: auroraleao@hotmail.com

teatro como ferramenta potencial para o aprendizado sobre sociabilidade, favorecendo o autoconhecimento e, através dele, uma melhor expressão de si mesmo, maior interação com o outro, abertura a novas possibilidades, qualificando o processo da comunicação, para o qual contribuem corpo, voz e emoções.

A conexão do “Se”

O legado de Constantin Stanislavski (1863-1938) para o teatro tem indiscutível relevância. Ator/pedagogo/dramaturgo e mestre russo, o nome dele é até hoje o mais referenciado quando se fala na complexa e fascinante Arte do Ator. O princípio norteador de sua proposta de traça prática teatral baseia-se na natureza orgânica como motor da criatividade do intérprete.

A arte do ator³ consiste em colocar-se numa situação semelhante à do personagem, daí a importância da “senha” mágica prospectada por STANISLAVSKI (1997), o famoso “E se fosse eu?” antes de iniciar o trabalho de interpretação. Essa máxima serve para a criação de qualquer personagem em qualquer das modalidades de encenação, seja no palco à italiana, no teatro de rua e dos espaços públicos, na dramaturgia do cinema, do audiovisual ou da televisão. A propósito, ressaltamos a instigante assertiva de Aderbal Freire-Filho (1941-2023), de quem tivemos a honra de ser aluna por várias vezes: “O teatro tem mais público que a missa e o futebol”.⁴

Os anos ensinam e a experiência confirma: “A primeira exigência para quem deseja ser ator é a contínua predisposição ao estudo e à pesquisa para se chegar a construir um trabalho de melhor qualidade” (JANUZELLI, 1992, p.&).

Por sua vez, a atriz e pesquisadora Stella Adler (1901-1992) afirma:

O primeiro conceito que um ator precisa dominar é bem simples: atuar significa a eliminação de barreiras humanas. Ele deve derrubar as paredes entre si mesmo e os outros atores. Isso lhe dará uma sensação de liberdade no palco. O ator dá provas de uma generosidade especial ao sugerir à plateia: ‘vou dar-lhe ideias, ‘vou dar-lhes prazer’, ‘vou dançar para vocês’, ‘vou expor-lhe as dores do meu coração’. (ADLER, 1988, p.20).

A defesa da experiência do teatro como ponto de profunda importância para a formação do ser humano fundamenta-se porque essa arte fornece ao homem

³ O artigo refere-se sempre a ator de modo genérico, embora o uso do termo refira-se aqui a todas, todos e todes que fazem do teatro seu ofício principal.

⁴ A frase foi proferida pelo saudoso ator/diretor/dramaturgo e encenador cearense durante oficina ministrada em Fortaleza em 1987 e consta de entrevista a ser publicada em e-book desta autora, com previsão de lançamento para 2024.

possibilidade singular de conhecer-se a si mesmo. Sobre isso, as palavras de Antônio Januzelli (1992) são precisas:

Existe uma senda muito particular no processo da aprendizagem humana que possibilita uma experiência de autoinvestigação do indivíduo, cuja proposta não se situa na área da terapia, mas sim no domínio do laboratório dramático teatral, e que tem nos jogos, nas improvisações, em exercícios específicos e na atitude reflexiva o seu centro de gravidade. (JANUZELLI, 1992, p.7)

Ao fazer teatro observa-se os outros, entra-se em contato com pessoas dos mais diversos níveis sociais/culturais/intelectuais/políticos/sentimentais e, a partir desses contatos, a porta da sensibilidade humana se amplia, evidenciando o quanto somos diferentes e o quanto há de semelhante nessas dessemelhanças.

O estudo do ator começa com a investigação sobre sua própria natureza, e a disciplina interna deve ser sua primeira técnica. O seu primeiro passo é encontrar internamente um espaço claro, vazio, através do qual a corrente viva não informada possa mover-se; para isso o ator terá que dar licença a si mesmo, ser capaz de descobrir-se e chamar-se de dentro, se autodirigir, guiando seu próprio processo e compondo suas regras, estar presente em seu corpo e em sua voz, com cada parte e o todo do corpo acordados; estar sensível para reagir através do imaginário e dos estímulos imediatos. (JANUZELLI, 1992, p 36).

As situações postas em cena facultam ao ator o colocar-se no lugar do outro e assim vai-se descobrindo diversos outros "eus", possíveis em cada um. Além disto, trabalha-se no teatro com exercícios corporais e vocais, pelos quais se descobre os meandros do próprio corpo, a capacidade de ser muitos sendo um só, o alcance de gestos e expressões, um leque de vozes possíveis e sonoridades múltiplas.

Para enveredar por esse universo, o ator precisa observar o mundo e suas manifestações sociais com interesse para, a partir disso, tirar suas conclusões e formar sua posição ante os acontecimentos, adquirindo visão crítica perante a vida. Ou seja, o teatro, sendo guia na busca pela essência do homem, instiga reflexão sobre o agora, o outrora e o porvir. Onde quer que aconteça, o teatro é cenário aberto para a criatividade, imaginação e desenvolvimento de potencialidades.



Fernanda Montenegro em “As lágrimas amargas de Petra Von Kant”, do dramaturgo alemão Rainer Werner Fassbinder, pelo qual ganhou os prêmios Mambembe e Molière especial em 1982.

Entretanto, como em tudo na vida, não há somente flores e tempo bom pelo caminhar de quem escolhe seguir nas veredas da arte dramática. Como bem esclarece Fernanda Montenegro, só é possível dizer que alguém é ator depois que ele passa 10 anos pelejando e ainda assim prossegue na profissão. Porque a estrada é árdua, cheia de altos e baixos, os obstáculos são muitos; medos, inseguranças e dúvidas aparecem e é preciso muita garra, uma grande vontade e inarredável disposição para não desistir.

Do ponto de vista financeiro, a atividade cênica nunca foi compensadora, dizem tantos conhecedores do *métier*, como Sábato Magaldi (1927-2016) e o saudoso diretor cearense Haroldo Serra (1934-2019), entre tantos outros. É sabido o quanto, vezes sem conta, quem se dedica à atuação, precisa exercer outras funções para poder se manter trabalhando com arte, como ocorreu, por exemplo, com a atriz Léa Garcia, falecida neste 2023, que conciliava a carreira com o serviço público, pois não conseguia se manter financeiramente apenas com o que ganhava no teatro.

Para quem vive distante do polo onde concentram-se as maiores produtoras de teatro, cinema e TV, isso é ainda mais perceptível pois o público costuma ser diminuto, ao contrário de capitais como Rio e São Paulo. Não porque nelas a plateia tenha predileção especial pelo teatro, mas nessas praças o público flutuante colabora para fomentar e manter temporadas de espetáculos com regular constância. São turistas estrangeiros e de várias partes do país que respondem pelas bilheteria satisfatórias, uma vez que o cidadão local também tem presença ínfima como espectador, conforme ouvi tantas vezes durante entrevistas feitas com atores como Rubens Corrêa, Yara Amaral,

Paulo Gracindo, José Wilker, Jonas Bloch, Esther Goes e Bete Mendes, entre tantos outros.



“O santo guerreiro e o herói desajustado”: teatro de rua com a Cia São Jorge de Variedades (ECA/USP).

Como dizia o grande mestre Constantin Stanislavski (1863-1938), o objetivo final do trabalho interpretativo é estabelecer a total intimidade entre ator e personagem para que ambos vivam uma relação de identificação e o produto final da criação, no palco, seja “a expressão da vida de nossa alma”.

Para tanto, somente os sentimentos verdadeiros não são suficientes, é preciso dominar os meios expressivos para alcançar a plateia, daí a importância dos exercícios de relaxamento, a noção de tempo/espaço/ritmo, a colocação da voz, a dicção, conhecimentos de dança, acrobacia e o que mais servir para ampliar o escopo interpretativo, substanciando o ator para conseguir passar da fase criadora interna à expressão cênica, do conteúdo imaginário à forma acabada, finalidade da obra artística.

O impulso da Interpretação

O fenômeno do teatro caracteriza-se pela presença do ator e este pode ser considerado um instrumentista, cujo instrumento é o próprio corpo, já dizia o jornalista, professor e crítico de teatro Sábado Magaldi (1986).

Desde as primeiras aulas de teatro ou nos primeiros ensaios de alguma peça, costuma-se ouvir grandes educadores do teatro e encenadores defenderem a importância do ator acreditar no que está fazendo porque disso dependerá a crença da plateia no que está vendo. E quando se começa a enveredar pelo atraente universo da atuação, essa

constatação não tarda a chegar: acreditar na “vida do espírito humano” (STANISLAVSKI, 1997) é a essência do trabalho do ator.



Esta autora na contracena com Mazé Figueiredo em ensaio de “E eu joguei flores nas minhas memórias”, de Caio Quinderé, com direção dele e do saudoso Ilclemar Nunes.

Transmitir pensamentos, sentimentos, emoções e impressões sobre o mundo ou sobre determinado contexto é tarefa a ser empreendida pelo intérprete através de um personagem, e acreditar na “existência” desse ser imaginário é fundamental para tornar a encenação crível à plateia. A isso se chama “verdade cênica” e faz-se necessário ao ator estar organicamente ligado ao material fictício ou ficcional com o qual irá trabalhar para que essa verdade se estabeleça. Em cena, é a verdade pessoal do atuante que será empregada no exercício de incorporar os sentimentos do ser imaginário, tornado vivo e presente na medida em que o ator autentica sua realidade no ambiente cênico através de um mergulho interior profundo, necessário para que o personagem ganhe vida através de sua interpretação sobre a problemática vivida pelo ente que representa.

STANISLAVSKI (1997) defendia a valorização das ações físicas, base da criação de um complexo sistema criado para facilitar a tarefa do ator. Mas ele mesmo nunca fechou posição quanto a isso, deixando seguidores mundo afora com plena liberdade para modificar, incluir, ressignificar, introduzir novos desafios, experimentar

diferentes asserções sobre o que muitos chamam “método”, e assim suas ideias seguem tendo ascendência primordial. Sua lição primeira é que as ações físicas nascem a partir das emoções e da criação de sentimentos internos do personagem, “a ação exterior alcança seu significado e intensidade interiores através do sentimento interior, e este último encontra sua expressão em termos físicos”, logo, os sentimentos são os geradores das ações físicas: é de dentro para fora que nasce a compreensão do ofício da interpretação:

Não há ações dissociadas de algum desejo, de algum esforço voltado para alguma coisa, de algum objetivo, sem que se sinta, interiormente, algo que as justifique; não há uma única situação imaginária que não contenha um certo grau de ação ou pensamento, nenhuma ação física deve ser criada sem que se acredite em sua realidade, e conseqüentemente, sem que haja um senso de autenticidade. Tudo isso atesta a estreita ligação existente entre as ações físicas e todos os chamados “elementos” do estado interior de criação (STANISLAVSKI, 1997, p. 2).

E ademais, ratificava a necessidade de toda ação ter uma justificativa interior para ser lógica, coerente e verdadeira:

Em cena é necessário agir, não importa se exterior ou interiormente. [...] No caso das ações criadas por mim, para dar vida ao meu personagem, não me baseava em justificativas interiores e nem coerentes à verdade. Fui criando a partir dos estímulos das improvisações, do espaço, dos objetos que mais tarde seriam objetos de cena. (STANISLAVSKI, 1997, p 1 e 2).

Enfatiza-se aqui esse aspecto por ser bastante definidor do estar no espaço da representação. Por experiência própria, observamos o quanto é contraproducente estar em cena sem ter motivação interior para concretizar uma ação. Esse é um dos dilemas mais constantes em atores com pouca experiência, aflitivo para atuantes em início de carreira. É difícil estar no palco sem ter falas e não “desmanchar” o personagem (isso vale também para a cine e a teledramaturgia). Porque quando isso acontece e o ator se desvencilha da postura e dos sentimentos do ente ficcional - está em cena fisicamente mas seu pensamento/sentimento está alheio -, essa condição é captada pelo espectador e a interpretação perde força. Faço essa consideração por experiência própria.

Aprendi com o passar do tempo, a prática da atuação, muita leitura, observação atenta ao trabalho de tantos atores e atrizes, e aulas sobre o ofício com os mais diversos profissionais, que quando se está em cena pleno, preenchido por um monólogo interior, o movimento brota de um impulso intuitivo: sabe-se onde colocar as mãos, para onde olhar, qual expressão esboçar ou como se portar nos espaços da cena, mesmo se não há

texto a dizer. Portanto, não é a ausência de falas que deve afligir o ator em início de carreira ou mesmo em qualquer fase: isso não é motivo para preocupar o intérprete porque a motivação dramática surge naturalmente quando se estuda o material dramático e compreende-se o personagem em toda sua profundidade e extensão.

Entendendo como se constitui, em todas as dimensões, a personalidade do ser a quem cabe a você interpretar, as disposições para movimentos e sentimentos vão aparecer no período de ensaios e, a partir deles, as ações físicas vão se definindo e ganharão autenticidade, conforme ensinou Stanislavski. Na mesma sintonia, Jerzy Grotowski (1933-1998), discípulo do teórico russo, aponta: “Os impulsos vêm antes das ações físicas, sempre. Os impulsos: é como se a ação física, ainda praticamente invisível de fora, já tivesse nascido do corpo. É isso, o impulso.” (GROTOWSKI *apud* RICHARDS, 2012, p.108).

Assim, o ator em cena deve ser movido por uma propensão interior que não o abandone mesmo quando seu personagem não possui falas nem ação visível. O fato de estar preenchido emocionalmente traduz-se em “verdade cênica” e torna críveis as emoções do personagem.



Ensaio do Teatro de Arte de Moscou (TAM) com Stanislavski.

Verdade cênica

A chamada “verdade cênica” é atributo do intérprete, por isso ele precisa estar organicamente ligado ao material fictício ou ficcional com o qual irá trabalhar. Nome exponencial na seara teatral, o diretor italiano Eugenio Barba, criador do Terceiro Teatro⁵ (com quem Aderbal Freire-Filho tinha estreita ligação), defende a qualidade do

⁵ Conceito desenvolvido pelo encenador e dramaturgo italiano Eugenio Barba na década de 1970, assim definido: “Terceiro Teatro não implica um estilo específico; não é uma aliança de grupos, um movimento ou associação internacional. Tampouco é uma escola, uma estética ou um conjunto de técnicas. Não é

processo criativo como elemento fundamental para emprestar vida à ação, dotando-a de realidade e tornando-a verdadeira:

Mesmo apresentando o teatro como teatral (não-realista) são necessárias sempre ações reais. [...] O núcleo pré-expressivo diz respeito ao caráter “real” da ação do ator, independentemente dos efeitos de dança ou teatro, de realismo ou não realismo que podem resultar da obtenção de tal qualidade. O caráter “real” da ação, de fato, se refere à qualidade do processo criativo. É isso que faz existir o ator enquanto ator. Não é o que caracteriza o seu estilo de representação. Não é uma escolha de estilo. Dá um fundamento à escolha deste ou daquele estilo. É o caso de repetir mesmo correndo o risco do tédio: dizer que a ação do ator deve ser “real”, não quer absolutamente dizer que deve ser realista. [...] É um princípio fundamental de teatro: em cena a ação deve ser real, não importa que seja realista. (BARBA *apud* BONFITTO, 2007, p. 79).

Essas considerações vem ao encontro do que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado sobre a questão da narrativa pois transitam em viés similar de entendimento. Senão vejamos: ao seguir uma narrativa, sempre aprendemos algo sobre nós mesmos e nossa realidade, como aponta o filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2015), em citação de Motta (2013). Ou seja: ao mesmo tempo no qual ficamos conhecendo mais sobre o mundo, ganhamos oportunidade de criar laços e entendimentos com nossa própria história de vida. Afinal, as situações apresentadas por um criador de histórias produzem analogias e elas também falam de seres humanos, esboçando condições de assimilação/identificação com quem as conhece. Caberá à habilidade maior ou menos do narrador, no caso da leitura, a criação de empatia. No caso da encenação, essa tarefa cabe ao intérprete.

Aspecto bastante curioso pois certifica o entrelaçamento ator-personagem, real-ficção, personificação-autoria: realça o caráter de humano de toda e qualquer personagem⁶ porque toda personagem representa um ser humano (MOTTA, 2013, p. 172):

Personagem é sempre uma criação, uma invenção do discurso narrativo, mesmo quando baseada em pessoas reais. [...] As personagens vivem e realizam as ações, são elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado: toda estória é intriga entre personagens [...] Não existe estória sem personagem, não “existe uma só narrativa no mundo sem personagens” (BARTHES, 1972, p. 41 *apud* MOTTA, p. 173).

uma tendência. Terceiro Teatro é uma definição relacionada a pessoas do teatro que não fazem parte dos teatros tradicional ou avant-garde, e que tentam moldar seus próprios ‘por quês?’”

⁶ Vamos usar aqui a palavra personagem no feminino para intensificar o sentido de figura de papel, máscara, uma definição para quem está no comando da ação, ao mesmo tempo em que nossa pesquisa também opta por ressaltar aspectos do feminismo.

O autor sublinha também a necessidade de não separar a pessoa do ator da ‘persona’ que ele assume ao interpretar a personagem. E sobre a capacidade de autonomia de um personagem, o roteirista Luiz Carlos Maciel (1938-2017) recorre ao roteirista norte-americano Robert McKee: “O verdadeiro personagem só se expressa em um dilema de escolha. Como a pessoa age sob pressão é quem ela é – quanto maior a pressão, mais verdadeira e profunda é a escolha do personagem” (MACIEL, 2017, p.141). “Se você quer criar grandes personagens, faça-os livres”, já dizia Sartre nos anos 1940. E Maciel corrobora: “Se os seus personagens surpreendem por essas ações que você não estabeleceu rigidamente antes, você vai sempre criar personagens mais ricos dramaturgicamente” (Ibid, p.145).

Destarte, é propício lembrar que Robert McKee, destaca a relevância do subtexto⁷ na criação dos intérpretes, ressaltando que as decisões do personagem com relação ao que pretende fazer com sua liberdade de escolha é princípio fundamental. E isso é determinado pela vontade, assinala Maciel (2017): **“Se observarmos bem, veremos que no cinema, os grandes atores, nas grandes interpretações, não estão representando aquilo que estão falando, mas sim, o subtexto”** (MACIEL, 2017, p. 141, grifo nosso).

Outrossim, assenta-se uma unidade intrínseca entre personagem e história. E ao falar em criação de personagem, voltamos a Stanislavski, para corroborar sua defesa no sentido de que o ator deve encontrar em seu íntimo emoções análogas às suas para representar uma personagem capaz de trazer e expressar uma verdade interior⁸. Baseado na observação de processos psicológicos entranhados na prática dos grandes atores, o mestre russo detectou a vontade como fonte da ação humana, renovando-se nas palavras de MACIEL (2017):

O ator não representa as palavras e os gestos do personagem, na sua manifestação externa; antes, ele se identifica, na sua origem interna, com as motivações, intenções e objetivos do personagem. A arte do ator surge da sua capacidade de querer e de exercê-la de forma artística [...] o personagem está permanentemente exposto a estímulos sensoriais – visuais, auditivos, tácteis, olfativos – aos quais ele responde de maneira imediata. Para atingir essa velocidade instantânea da resposta sensorial, é preciso que ele torne o estímulo imaginário tão real quanto os que ele experimenta em sua própria vida cotidiana. Esse é o faz-de-conta infantil e extremamente sutil que dá

⁷ Subtexto é a parte do roteiro vivida pelos personagens mas não enunciada, apenas pensada pelos personagens. MACIEL, p.13(9).

⁸ Atributo da interpretação, segundo o ‘sistema’ de Stanislavski, baseado na elaboração do mundo interior ou subjetivo do personagem, privilegiando seus pensamentos e emoções. Os personagens tem menos ação, ao passo que estão pensando, refletindo e sentindo, sem verbalizar. Isso aproxima a criação da personagem ao texto pois é preciso mergulhar nas palavras do autor para tentar enxergar a vida interior do ser ficcional.

verdadeiro poder à arte do ator. O ator é aquele ser humano capaz de imediatamente responder ao estímulo imaginário como se ele fosse real (MACIEL, 2017, p. 71 e 72).

“Ser claro quanto às ideias do autor e eficiente ao comunicá-las é responsabilidade do ator”, dizia Stella Adler (1901-1992), uma das ex-alunas de Stanislavski que levou aos Estados Unidos os preceitos do grande mestre do teatro. Por outro lado, Andrei Tarkovski (1932-1986), roteirista e cineasta russo, realça a relação teatro e cinema:

Uma das diferenças entre o teatro e o cinema é que este último registra a personalidade a partir de um mosaico de imagens registradas na película, às quais o diretor confere unidade artística. No cinema, tudo o que se exige é a verdade daquele estado de espírito do momento. Mas como é difícil conseguir isso, às vezes ! Como é difícil impedir que o ator represente a sua própria vida; como é difícil penetrar nas camadas mais profundas do estado psicológico do ator, naquela região que pode oferecer os mais extraordinários recursos para que um personagem se expresse (TARKOVSKI, 1998, p. 178 e 179).

Portanto, o renomado criador do filme *Solaris*⁹ corrobora Stanislavski, sequenciado por MOTTA(2013) e MACIEL(2017): a interpretação do ator é absolutamente perpassada por sua condição emocional, sua sensibilidade, portanto, a pessoa do ator e a *persona* do personagem constituem um binômio, cujos dois termos são indissociáveis. Nessa linha, é lapidar a definição de Antônio Januzelli (1992):

O ator aproxima-se de um papel com suas próprias ideias e pensamentos, usando suas sensações e emoções reais, sua experiência pessoal de vida, e deve expor seus próprios traços, sejam eles quais forem – bons ou maus, mas que sejam os mais íntimos e secretos - sem se ocultar atrás de qualquer anteparo. Ele deve atacar o papel como a si mesmo, segundo sua vida, e não de acordo com os carimbos convencionais. [...] A primeira obrigação na arte é o expressar-se através de seus próprios motivos pessoais, procurando usar sempre as próprias experiências, reais, específicas, íntimas. O papel será apenas um dos instrumentos para ele penetrar em si, numa autoanálise... O trabalho do ator começa com a investigação sobre a sua própria natureza, e o estudo que faz da personagem será o estudo do seu eu em relação as forças que os unem. A representação é um testemunho do ator (JANUZZELLI, 1992, p. 81 e 82).

Considerações finais

A arte do ator é ser um arauto da verdade, é preciso ser capaz de traduzir um certo entendimento sobre a vida e a condição humana para alcançar o outro que vê e também pretende compreender um pouco mais sobre o grande mistério que é a vida da espécie humana.

⁹ Filme do gênero de ficção científica realizado e coescrito por Andrei Tarkovski em 1972. Ver em http://www.telacritica.org/solaris_tarkovski.htm. Acesso em 01 set 2023.

Nos mais de dez anos nos quais ministrei aulas de iniciação ao teatro, criando e montando espetáculos, percebi a experiência da sala de aula como consequência natural da observação do cotidiano à luz de preceitos da arte teatral, cujo estudo iniciei ainda na pré-adolescência. Considero relevante mostrar às gerações de todas as épocas e às idades de todos os tempos: o Teatro é sendeiro prazeroso e promissor para o autoconhecimento. Não é arte para alguns iniciados, não exige pré-requisito, não estabelece regras para aquisição de passaporte nem enumera padrões especiais exclusivos para especialistas. Aprender a ser plateia e provar do gosto inigualável de estar no palco. Fazer-Teatro. Para todos. Com os que quiserem vir. Ser mais e ser melhor. Ser muitos e Único, indivisível. “Ser 2 e ser 10, e ainda ser Um”, como diz a canção do poeta Herbert Vianna. Daí porque o grande ator faz do ato de representar um depoimento pessoal.

Fazer Teatro aproxima você de suas verdades mais profundas. Facilita o entendimento das diferenças e promove o convívio pacífico dos divergentes. Aceitar-se a si mesmo e assim estender a ponte para o verdadeiro encontro com o Outro. Eis o mistério e o encantamento do Teatro. Arte necessária quanto mais o tempo passa e mais caminha o homem na direção das máquinas e do nefasto embrutecimento.

Referências

- ADLER, Stella. **Técnica da representação teatral**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 2002.
- BARBA, Eugenio. **Queimar a casa**: origens de um diretor. São Paulo: editora Perspectiva, 2010.
- CAFEZEIRO, Edvaldo; GADELHA, Carmem. **História do Teatro Brasileiro**: um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: editora UFRJ-Funarte, 1996.
- JANUZELLI, Antonio. **A aprendizagem do ator**. São Paulo: editora Ática, 2ª edição, 1992.
- MACIEL, Luiz Carlos. **O poder do clímax** – Fundamentos do roteiro de cinema e TV. São Paulo: editora Giostri, 2ª ed, 2017.
- MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: editora Ática, 3ª edição, 1986.
- MONTENEGRO, Fernanda. **Viagem ao outro** – sobre a arte do ator. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional de Artes Cênicas, 1988.
- MONTENEGRO, Fernanda; RITO, Lúcia. **O exercício da paixão**. Rio de Janeiro: editora ROCCO, 1990.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise crítica da narrativa**. Brasília: UNB, 2013.
- PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro**. 14a ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. Coleção Primeiros Passos, nº 10.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 41ª edição, 1994.
- _____. **A construção da personagem**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 31ª edição, 1993.

**EXPLORANDO A EFICÁCIA DOS
JOGOS NO APRIMORAMENTO
DO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM**

Guízela Silva Medeiros
Ricardo José Rodrigues de Toledo

DOI: 10.46898/home.afce1034-9102-4563-92fa-
e4e3dbb5b688

EXPLORANDO A EFICÁCIA DOS JOGOS NO APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

*EXPLORING THE EFFECTIVENESS OF GAMES IN ENHANCING THE
TEACHING-LEARNING PROCESS*

Guízela Silva Medeiros
Ricardo José Rodrigues de Toledo

RESUMO

O objetivo primordial deste estudo é aprofundar a exploração da utilização dos jogos como recursos didáticos e complementares, capacitando os educadores a estabelecerem uma abordagem clara e objetiva. Em busca desse propósito, foi conduzida uma revisão bibliográfica abrangente, com o intuito de desvendar a conexão intrincada entre o envolvimento em atividades lúdicas e suas potencialidades inerentes para aprimorar a compreensão de conteúdos diversos.

Ao examinar minuciosamente pesquisas existentes, este estudo busca lançar luz sobre as vantagens multifacetadas que a gamificação na educação pode oferecer. Isso inclui fomentar um ambiente de aprendizado dinâmico e interativo, promover o pensamento crítico e cultivar habilidades de resolução de problemas por meio da aprendizagem experiencial. Além disso, essa investigação se esforça para revelar até que ponto os jogos podem efetivamente cativar a atenção dos alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e eficaz.

Palavras-chave: Jogos. Ensino-aprendizagem. Recursos didáticos.
Atividades lúdicas.

ABSTRACT

The primary objective of this study is to delve into the exploration of using games as didactic and complementary resources, empowering educators to establish a clear and objective approach. In pursuit of this purpose, a comprehensive bibliographic review was conducted, with the aim of unraveling the intricate connection between engagement in playful activities and their inherent potential to enhance the comprehension of diverse contents.

By closely examining existing research, this study aims to shed light on the multifaceted advantages that gamification in education can offer. This encompasses fostering a dynamic and interactive learning environment, promoting critical thinking, and nurturing problem-solving skills through experiential learning. Furthermore, this investigation strives to unveil the extent to which games can effectively capture students' attention, making the teaching-learning process more engaging and effective.

Keywords: Games. Teaching-Learning. Didactic Resources. Playful Activities.

1. INTRODUÇÃO

A integração de elementos lúdicos no âmbito educacional tem sido objeto de interesse e pesquisa há décadas, à medida que educadores e pesquisadores buscam abordagens inovadoras para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Uma abordagem que tem ganhado destaque é a incorporação de jogos como recursos didáticos, visando não apenas transmitir informações, mas também estimular o envolvimento ativo dos alunos. A ascensão da tecnologia e a evolução das metodologias pedagógicas trouxeram à tona uma discussão ampliada sobre como os jogos podem efetivamente contribuir para o aprimoramento da educação.

O papel dos jogos como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem tem gerado considerável interesse em ambientes educacionais, impulsionando a análise das vantagens intrínsecas que essa abordagem pode oferecer. O crescente corpo de conhecimento que sustenta a relação entre jogos e aprendizado busca discernir como a gamificação pode ser estrategicamente incorporada para aprimorar a assimilação e a retenção de informações.

Ao examinar a influência dos jogos no contexto educacional, é imperativo considerar não apenas os aspectos teóricos, mas também as implicações práticas que essa abordagem pode apresentar. A medida em que a educação enfrenta desafios cada vez mais complexos, como a diversidade de estilos de aprendizagem e a necessidade de promover um engajamento mais profundo, os jogos emergem como uma via que pode promover uma abordagem mais holística e dinâmica para a disseminação do conhecimento.

Neste contexto, a presente pesquisa se propõe a investigar a eficácia dos jogos como instrumentos que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. Através de uma revisão abrangente da literatura, análise empírica e a exploração de exemplos concretos, busca-se fornecer um entendimento mais profundo sobre como a gamificação pode influenciar positivamente a experiência educacional. Ao fazê-lo, este estudo almeja contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e inovadoras, em consonância com as demandas da educação contemporânea.

A complexidade e o dinamismo do cenário educacional atual requerem uma análise mais crítica das estratégias instrucionais. A incorporação de jogos no processo de ensino-aprendizagem suscita questionamentos não apenas sobre sua eficácia, mas também sobre como esses elementos interativos podem ser devidamente alinhados aos objetivos educacionais e aos currículos estabelecidos. Dessa forma, esta pesquisa também se dedica a examinar as considerações pedagógicas e metodológicas que moldam a integração dos jogos, garantindo que essa abordagem seja implementada de maneira coesa e significativa.

Enquanto a literatura acumulada já sugere que os jogos podem promover o engajamento dos alunos, a construção de habilidades cognitivas e a aplicação prática de conhecimentos, persiste a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender os mecanismos subjacentes a esses efeitos. É imperativo considerar variáveis como a natureza dos jogos empregados, as características dos alunos e os contextos educacionais específicos, a fim de obter uma compreensão mais holística.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - O Papel do Jogo no Processo de Ensino-Aprendizagem

A definição do conceito de jogo é um tema de amplo debate na contemporaneidade, abordado por uma multiplicidade de perspectivas que englobam desde sua função como meio de relaxamento e recreação até seu papel no desenvolvimento orgânico, educacional, entre outras facetas. Uma abordagem de suma importância, digna de análise, é a perspectiva cultural, que nos conduz pela trajetória do jogo ao longo da evolução humana. No âmbito educacional, o jogo é amplamente reconhecido como um elemento social crucial e uma ferramenta indispensável para os profissionais envolvidos na área educativa. Nos primórdios, os jogos no contexto brasileiro apresentam raízes europeias, um legado decorrente da chegada dos portugueses ao território brasileiro, que trouxeram consigo uma gama diversificada de maneiras de expressar tradições, abarcando brincadeiras, jogos, músicas e culinária. Essa influência foi determinante para a construção da identidade cultural brasileira.

Conforme observado por Kamii (1990), em tempos antigos, o ato de brincar era uma característica não apenas das crianças, mas também dos adultos, pois os jogos e diversões proporcionavam ocasiões propícias para fortalecer os laços sociais. Jogos e brincadeiras desempenhavam papéis significativos na estrutura da sociedade em geral. Kamii (1990) ressalta que povos como os egípcios, romanos e maias faziam uso dessas atividades como ferramentas para transmitir aos jovens valores, conhecimentos, normas e padrões de vida, fundamentados nas experiências dos adultos. No entanto, para uma minoria poderosa, como a Igreja Católica em ascensão, essas práticas eram consideradas profanas, imorais e transgressoras, sendo prontamente rejeitadas. Essa

abordagem rígida e disciplinadora do cristianismo em relação à educação resultou na supressão do florescimento das práticas de jogos, contrapondo-se à natureza lúdica das atividades.

Conforme indicado por Kishimoto (2007), o surgimento dos jogos educativos remonta ao século XVI, quando foram concebidos para embasar estratégias didáticas voltadas à aquisição de conhecimento. A partir do movimento científico do século XVIII, esses jogos também adquiriram uma nova função ao serem empregados na preparação da juventude para o contexto bélico, emergindo como aliados essenciais nos treinamentos militares. Embora a natureza lúdica esteja inerente às atividades cotidianas dos indivíduos, mesmo quando desprovidas de objetivos educacionais explícitos, e possa ser uma ferramenta e recurso valioso para educadores em várias disciplinas, persiste uma resistência, particularmente por parte dos defensores do ensino tradicional, que não reconhecem a importância do aspecto lúdico. Segundo Moura (2004), remontando aos primórdios da humanidade, os povos ancestrais já se engajavam em jogos como parte integrante de suas rotinas diárias, uma realidade tangibilizada através de desenhos rupestres encontrados em cavernas pertencentes a antigas civilizações, tais como os Maias e os Astecas.

Em sua pesquisa, Jaeger (1995) destaca que, na Grécia antiga, a relação entre o jogo e a educação já era objeto de indagação, sendo que Platão demonstrava interesse em atividades dinâmicas para fomentar um desenvolvimento ótimo das crianças e sua expressão criativa.

No panorama atual, o modelo tradicional de instrução, que se concentra na reprodução, reescrita, repetição e memorização de símbolos matemáticos, está sendo substancialmente desafiado.

Nesse contexto, a ludicidade surge como um recurso de inestimável valor na pedagogia, uma vez que o ato de brincar desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, ultrapassando as fronteiras do ambiente escolar e conservando sua relevância ao longo de toda a trajetória de vida. No contexto do aprendizado formal, os jogos podem se transformar em instrumentos eficazes, contanto que estejam intrinsecamente entrelaçados com os conteúdos a serem transmitidos e atendam às necessidades individuais dos alunos. A aplicação de jogos e atividades lúdicas no ensino almeja despertar o interesse dos estudantes por esse componente curricular, reconfigurando a dinâmica da sala de aula e fomentando o engajamento no processo de aprendizagem. O jogo assume o papel de estímulo ao estudo, conferindo um toque de atratividade às aulas e proporcionando uma oportunidade para o cultivo do raciocínio lógico e a promoção da interação social através da colaboração entre os alunos. Contudo, é imperativo ter uma compreensão clara de que a utilização de jogos em contextos educativos específicos não pode resultar em atividades desconectadas da realidade vivida pelos estudantes. Nesse contexto, é crucial que o professor desempenhe um papel central na seleção e criação dos jogos, assegurando que eles alcancem os objetivos educacionais delineados.

O uso de jogos para ensinar aritmética não é uma prática nova. Muitos professores já utilizavam há longo tempo. No entanto, ele

tem sido usado apenas como um complemento para reforço de aprendizagem parte de lições (...) também usado como prêmio em atividade extra para indivíduos que já acabaram o trabalho. (KAMII, 2001, p.16).

Moura (2004) salienta que as bases teóricas de Piaget se tornaram referências cruciais na esfera educacional, ressaltando a relevância dos jogos no fomento das capacidades cognitivas, afetivas, motoras, sociais e morais nas crianças. A prática lúdica deve ser encorajada e reconhecida como um direito, constituindo um desafio contínuo para a melhoria da qualidade de vida na infância, ao instilar, desde cedo, um espírito de participação cooperativa e solidariedade.

Piaget (1967, p. 189) afirma que:

O jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral. Através dele se processa a construção do conhecimento, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório. Agindo sobre os objetos, as crianças, desde pequenas, estruturam seu espaço e seu tempo. Com a manipulação do jogo as crianças ficam mais motivadas para usar a inteligência, pois querem jogar bem, esforçam-se para superar obstáculos tanto cognitivos como emocionais. “E, estando mais motivados, ficam mais ativas durante o jogo”. (PIAGET, 1967, p. 189).

Para Petry e Quevedo (1993), o jogo é uma excelente alternativa para ser aplicada na sala de aula, conforme afirma a citação que segue:

O jogo em sala de aula é uma ótima proposta pedagógica porque propicia a relação entre parceiros e grupos e, nestas relações, podendo observar a diversidade de comportamento do educando para construir estratégias para a vitória, como também as relações diante da derrota. (PETRI & QUEVEDO, 1993, p. 34-35).

O jogo, em suas múltiplas manifestações, assume um papel essencial no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo de maneira abrangente tanto para o desenvolvimento psicomotor, que engloba a coordenação motora fina e grossa, quanto para o cultivo de habilidades cognitivas, como imaginação, interpretação, tomada de decisão, criatividade, formulação de hipóteses, coleta e organização de informações, e aplicação de conceitos e princípios em contextos novos. Essas aptidões se desenvolvem de forma orgânica durante a prática lúdica, na observação de regras e no enfrentamento de desafios em competições, bem como em outras atividades.

Através do envolvimento em atividades lúdicas e do jogo, o indivíduo constrói conceitos, seleciona ideias, estabelece conexões lógicas, integra percepções e realiza estimativas condizentes com sua

evolução física e desenvolvimento intelectual. Além disso, o jogo se revela um instrumento de extrema relevância para o processo de socialização do indivíduo.

Quando o indivíduo, joga, imita e representa, o educador pode aproveitar esse interesse natural e adaptá-lo às suas práticas pedagógicas. Por meio dos jogos, o indivíduo conquista autonomia, desenvolve sua personalidade e adquire esquemas práticos necessários para a vida adulta. A ação de brincar e de se envolver em atividades lúdicas desperta entusiasmo e desempenha um papel emocionalmente importante, atuando como motivador para a aprendizagem.

Observa-se que, através do lúdico, o indivíduo forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, supera dificuldades, fantasia, compreende o mundo, desenvolve a linguagem, aprende a concentrar-se, a pensar e a criar estratégias, entre outros benefícios.

Os jogos, quando utilizados como estratégias de ensino, têm o objetivo de agilizar, ampliar e estimular a aprendizagem nas áreas em que são aplicados. Além disso, a utilização dessas estratégias frequentemente influencia a autoestima, a cognição e até mesmo a parte afetiva dos envolvidos no processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desfecho desta pesquisa, emerge uma perspectiva mais clara sobre o papel crucial dos jogos como ferramentas enriquecedoras no cenário educacional. A análise profunda dos estudos e das evidências disponíveis permitiu uma compreensão mais nuançada das vantagens oferecidas pela gamificação no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Este estudo reitera a potencialidade dos jogos como catalisadores de engajamento e eficácia educacional, promovendo uma síntese entre o mundo lúdico e o acadêmico.

A revisão abrangente da literatura revelou que a gamificação não apenas estabelece um ambiente propício para a absorção de conteúdos, mas também estimula a autonomia dos alunos na construção do conhecimento. A interatividade inerente aos jogos induz ao desenvolvimento de habilidades de raciocínio crítico, resolução de problemas e tomada de decisões informadas. O compromisso ativo dos alunos é fomentado por um ambiente que valoriza a exploração, a experimentação e o aprendizado autêntico, transcendendo as fronteiras tradicionais das metodologias de ensino convencionais.

A pesquisa destacou que a eficácia dos jogos não é um resultado isolado, mas um processo sensível à concepção e implementação pedagógica. A adequação dos jogos ao contexto educacional, aliada à clareza dos objetivos de aprendizagem, emerge como fator crítico para uma experiência efetiva. Ademais, a diversidade de abordagens lúdicas e a customização dos jogos podem responder à heterogeneidade de estilos de aprendizagem e necessidades dos alunos, estendendo os limites da personalização educacional.

No entanto, ressalta-se que a integração bem-sucedida dos jogos requer uma abordagem equilibrada e estratégica. O envolvimento não deve ser um fim em si mesmo, mas sim um meio para atingir os objetivos educacionais. A busca pelo equilíbrio entre diversão e aprendizado desafia os educadores a adotarem uma mentalidade flexível, atentos às dinâmicas individuais dos alunos e à evolução contínua das práticas pedagógicas.

Em última análise, esta pesquisa reforça a importância de uma abordagem reflexiva e adaptativa na incorporação de jogos no processo de ensino-aprendizagem. A gamificação, quando embasada em teoria sólida e aplicada de maneira estratégica, emerge como um recurso promissor para otimizar a experiência educacional. No entanto, ela não é uma panaceia, mas sim um complemento que amplifica o potencial dos educadores de inspirar e capacitar uma geração de alunos engajados, curiosos e prontos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Ao final deste estudo, lança-se um convite à contínua exploração, inovação e adaptação, com o objetivo de criar um cenário educacional mais resiliente, dinâmico e eficaz.

Como a pesquisa atesta, o campo da gamificação na educação é dinâmico e em constante evolução. À medida que novas tecnologias emergem e as abordagens pedagógicas evoluem, o potencial dos jogos como ferramentas de ensino-aprendizagem continuará a ser explorado e refinado. O comprometimento contínuo com a pesquisa e a prática é essencial para refinar as estratégias, avaliar o impacto e moldar a integração dos jogos de maneira alinhada aos objetivos educacionais.

As considerações finais deste estudo não apenas reforçam a relevância dos jogos no cenário educacional, mas também enfatizam a necessidade de um enfoque holístico. O papel dos educadores como facilitadores, a interação entre colegas e a criação de ambientes de aprendizado colaborativos continuam sendo aspectos fundamentais. A gamificação não substitui, mas sim amplifica, a riqueza das interações humanas que impulsionam a educação significativa.

A medida que encerramos este estudo, fica evidente que a jornada para a integração eficaz de jogos na educação está em andamento. Educação, afinal, é um processo fluido e adaptável, sempre em busca de métodos que estimulem a curiosidade, a exploração e a aprendizagem ao longo da vida. A eficácia dos jogos reside não apenas em seu potencial intrínseco, mas também na maneira como são moldados, contextualizados e alinhados aos valores educacionais.

A jornada continua com a exploração de como a gamificação pode se tornar uma parte orgânica e eficaz do ecossistema educacional, atendendo às necessidades individuais dos alunos, promovendo a criatividade, a colaboração e a resolução de problemas. À medida que educadores e pesquisadores abraçam essa abordagem com uma mentalidade aberta e uma busca contínua por melhorias, os jogos podem, de fato, desempenhar um papel catalisador na transformação positiva da experiência de ensino-aprendizagem.

Portanto, esta pesquisa não é um ponto final, mas sim um ponto de partida para uma jornada contínua em direção a uma educação mais

envolvente, personalizada e impactante. Enquanto caminhamos adiante, convidamos educadores, pesquisadores e interessados a se unirem a essa exploração, contribuindo para uma educação que seja dinâmica, significativa e alinhada às demandas do século XXI.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.”
(Jean Piaget)

Nesta investigação, procurou-se analisar o papel desempenhado pelos jogos como ferramentas pedagógicas, constatando que a adoção dos jogos como estratégia no ensino contribui de maneira significativa para a amplificação e compreensão dos conceitos abordados. Em uma sociedade caracterizada por transformações contínuas, a presença crescente da informática na educação abarca múltiplos âmbitos.

Profissionais especializados em educação têm explorado a aplicação dos jogos como instrumentos pedagógicos no ensino, reconhecendo os benefícios que essa abordagem proporciona ao fomentar um pensamento mais ágil e estratégico nas crianças. Em busca da otimização da qualidade do ensino, examinamos como a informática pode ser empregada para a promoção do ensino e aprendizagem, incorporando tecnologias como novos paradigmas educacionais que facilitam o aprendizado e despertam o interesse dos estudantes por essas ferramentas.

O paradigma educacional em evolução tem gerado um impacto profundo na sociedade, exigindo que os educadores estejam em sintonia com o mundo, possuam audácia, responsabilidade e compromisso na incessante busca por vias mais eficazes e atrativas para os alunos.

Pode-se concluir que as tecnologias educacionais se revelam recursos positivos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, e o uso adequado do computador desempenha um papel central nesse contexto. Ao ser empregado de maneira apropriada, o computador fomenta uma aprendizagem de significado profundo, estimula a criatividade e incita o interesse e a motivação dos alunos, transformando as aulas em experiências dinâmicas e interativas.

REFERÊNCIAS

KAMII, Constance. ***O indivíduo e o número: Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos*** / Constance Kamii; tradução: Regina A. de Assis. – 11ª Ed. – Campinas, SP: Papirus, 1990.

MOURA, C. M.; ***Teorias Psicogenéticas: a construção do sujeito por meio dos jogos.*** Monografia de conclusão de curso em pós-graduação em psicomotricidade. UNIBMR. Rio de Janeiro, 2004.

JAEGER, Werner W. ***A formação do Homem Grego.*** 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P. 61-84.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). ***Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.*** 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Norma Brasileira (NBR) 6023: ***Informação e documentação – Referências – Elaboração.*** Rio de Janeiro: 2022.

**PERSONALIZAÇÃO E MARKETING
DIRECIONADO NA WEB:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS
NA ERA DIGITAL**

Guízela Silva Medeiros
Ricardo José Rodrigues de Toledo

DOI: 10.46898/home.cf3be085-44cd-4fd9-b293-bdf0faca5312

**PERSONALIZAÇÃO E MARKETING DIRECIONADO NA WEB:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA ERA DIGITAL**

*PERSONALIZATION AND TARGETED MARKETING ON THE WEB:
POTENTIALS AND CHALLENGES IN THE DIGITAL ERA*

Guízela Silva Medeiros

Ricardo José Rodrigues de Toledo

RESUMO

Este artigo investiga as interações complexas entre a personalização e o marketing direcionado na web, destacando suas potencialidades e desafios em meio à era digital em constante evolução. A personalização, que envolve a adaptação de conteúdo e experiências online de acordo com as características individuais dos usuários, emerge como uma estratégia fundamental para aprimorar o engajamento e a fidelização. Combinada com o marketing direcionado, que utiliza abordagens específicas para atingir segmentos de público, essa prática visa otimizar os resultados das estratégias de marketing online. No entanto, à medida que essas abordagens ganham destaque, questões éticas e técnicas, notavelmente relacionadas à privacidade dos dados do usuário, também emergem como desafios significativos.

O artigo também analisa as tendências emergentes e futuras dessas abordagens, enfatizando a crescente influência da inteligência artificial e da análise de dados na personalização e no marketing direcionado. A análise apresentada oferece insights para as empresas ajustarem suas estratégias de marketing, garantindo uma sintonia mais precisa com as preferências e necessidades individuais dos consumidores. Compreender tanto os benefícios quanto os desafios intrínsecos à personalização e ao marketing direcionado proporciona uma visão abrangente das complexidades e oportunidades presentes no cenário do marketing digital.

Neste contexto dinâmico, este artigo científico busca apresentar uma análise aprofundada e rigorosa, lançando luz sobre a intersecção complexa da personalização, marketing direcionado e os desafios únicos trazidos pela era digital. Ao explorar essas temáticas, o artigo visa estimular discussões informadas sobre as estratégias de marketing mais eficazes para cativar e envolver o público-alvo em um cenário digital em constante mudança.

Palavras-chave: Personalização. Marketing Direcionado. Web. Potencialidades. Desafios.

ABSTRACT

This article investigates the complex interactions between personalization and targeted marketing on the web, highlighting their potentials and challenges amidst the ever-evolving digital era. Personalization, which involves adapting online content and experiences based on individual user characteristics, emerges as a fundamental strategy to enhance engagement and loyalty. Combined with targeted marketing, which employs specific approaches to reach audience segments, this practice aims to optimize the outcomes of online marketing strategies. However, as these approaches gain prominence, ethical and technical issues, notably related to user data privacy, also emerge as significant challenges.

The article also examines the emerging and future trends of these approaches, emphasizing the growing influence of artificial intelligence and data analysis in personalization and targeted marketing. The presented analysis provides insights for companies to adjust their marketing strategies, ensuring a more precise alignment with consumer preferences and individual needs. Understanding both the benefits and inherent challenges of personalization and targeted marketing offers a comprehensive view of the complexities and opportunities in the digital marketing landscape.

In this dynamic context, this scientific article seeks to provide a thorough and rigorous analysis, shedding light on the intricate intersection of personalization, targeted marketing, and the unique challenges brought

about by the digital era. By exploring these themes, the article aims to stimulate informed discussions about the most effective marketing strategies to captivate and engage the target audience in an ever-changing digital environment.

Keywords: Personalization. Targeted Marketing. Web. Potentials. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da internet e das tecnologias digitais revolucionou a forma como as empresas se conectam com seus clientes. A abundância de dados gerados a cada clique, interação e compra online possibilitou uma compreensão mais profunda do comportamento e das preferências dos consumidores. Nesse cenário, a personalização e o marketing direcionado emergem como abordagens cruciais para otimizar a eficácia das estratégias de marketing e melhorar a experiência do usuário (Li et al., 2019).

A personalização na web refere-se à adaptação de conteúdo, produtos e serviços de acordo com as características individuais de cada usuário. Isso pode variar desde recomendações de produtos com base no histórico de compras até a adaptação de conteúdo de um site de notícias com base nas preferências de leitura (Jing et al., 2020). A personalização não apenas aprimora a relevância do conteúdo apresentado aos usuários, mas também pode aumentar o engajamento e a fidelidade do cliente (Verhoef et al., 2017).

No entanto, a implementação eficaz da personalização enfrenta desafios significativos. Questões éticas, como a privacidade e a segurança dos dados do usuário, tornaram-se uma preocupação central à medida que as empresas buscam coletar informações para personalizar as experiências (Hannak et al., 2014). Além disso, a tecnologia por trás da personalização exige algoritmos sofisticados e sistemas de recomendação robustos para analisar grandes volumes de dados e oferecer recomendações precisas (Adomavicius & Tuzhilin, 2015).

Este artigo tem como objetivo geral examinar as potencialidades e desafios da personalização e do marketing direcionado na web.

Especificamente, busca analisar como a personalização pode ser empregada de forma ética e eficaz para melhorar a experiência do usuário e impulsionar as estratégias de marketing online. Além disso, pretende investigar como a combinação de personalização e marketing direcionado pode levar a resultados mais eficientes em comparação com abordagens tradicionais de marketing. Para alcançar esses objetivos, o artigo apresentará estudos de caso relevantes, revisão de literatura e diretrizes práticas para implementação bem-sucedida.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A confluência da tecnologia digital com as estratégias de marketing tem gerado dois pilares estratégicos de importância crucial: a personalização e o marketing direcionado na web. Estas abordagens intrinsecamente conectadas buscam a coleta e análise de dados do usuário para fornecer experiências online altamente relevantes e adaptadas às necessidades individuais. Neste segmento do artigo, mergulharemos em uma exploração detalhada dos principais conceitos, vantagens, desafios e tendências que delineiam a personalização e o marketing direcionado na web.

A personalização na web envolve uma transformação fundamental na maneira como o conteúdo é entregue e como a experiência é moldada para cada usuário. Isso abrange recomendações de produtos específicos, sugestões de conteúdo altamente adequado e adaptação das interfaces do usuário conforme os traços distintos, preferências e comportamentos individuais de cada visitante. A personalização é uma busca por aumentar significativamente a relevância das interações, proporcionando, por consequência, uma experiência mais atraente, o que eleva as chances de engajamento e conversão (VERHOEF et al., 2017).

2.1 Benefícios da Personalização: Engajamento e Fidelidade do Cliente

Os benefícios oferecidos pela personalização transcendem as métricas convencionais de marketing. Ao entregar conteúdo e ofertas personalizadas, as organizações podem construir uma atmosfera virtual que ressoa profundamente com os interesses individuais dos usuários. Esse engajamento personalizado não apenas aumenta as taxas de conversão, mas também estabelece bases sólidas para a fidelidade do cliente. A sensação de ser entendido e atendido fortalece a probabilidade de criar relacionamentos duradouros e, em última análise, de gerar uma vantagem competitiva (LI et al., 2019).

2.2 Desafios da Personalização: Ética e Complexidade Tecnológica

Embora a personalização ofereça vantagens consideráveis, ela também se depara com desafios complexos que não podem ser subestimados. A questão ética é central à medida que se considera a coleta e utilização de dados pessoais dos usuários. A necessidade de equilibrar as recompensas da personalização com a proteção da privacidade e a transparência no tratamento dos dados exige uma abordagem altamente sensível e ética (HANNAK et al., 2014). Além disso, a aplicação bem-sucedida da personalização requer sistemas de recomendação avançados, algoritmos de análise de dados sofisticados e uma infraestrutura tecnológica robusta (ADOMAVICIUS; TUZHILIN, 2015).

2.3 Tendências e Futuro da Personalização e Marketing Direcionado

As tendências atuais indicam uma evolução empolgante no campo da personalização, impulsionada pela incorporação de tecnologias como aprendizado de máquina e inteligência artificial. Essas ferramentas não apenas refinam a precisão da personalização, mas também permitem análises mais aprofundadas dos comportamentos do usuário. Isso, por sua vez, viabiliza personalizações contextuais e em tempo real que oferecem valor agregado. Contudo, à medida que a personalização se aprofunda, também se acentuam as discussões sobre ética e privacidade, apontando para a necessidade constante de equilibrar o uso dos dados para personalização com o respeito aos direitos individuais.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo busca analisar de maneira abrangente e rigorosa as interações entre personalização e marketing direcionado na web, bem como investigar suas potencialidades e desafios na era digital em constante evolução. Para alcançar esse objetivo, foram seguidos os seguintes passos:

3.1 Introdução da Metodologia

Nesta seção introdutória, é delineada a abordagem geral da metodologia adotada para examinar a interseção entre personalização, marketing direcionado e os desafios inerentes à era digital.

3.2 Coleta de Dados

A primeira etapa da metodologia consistiu na coleta de dados relevantes, incluindo estudos de caso, pesquisas acadêmicas e relatórios de mercado. Esses dados ofereceram uma base sólida para a análise das práticas atuais de personalização e marketing direcionado na web.

3.3 Análise Qualitativa

Uma análise qualitativa aprofundada foi realizada para examinar os padrões e as tendências emergentes nas estratégias de personalização e marketing direcionado. Isso envolveu a categorização de abordagens utilizadas por diferentes empresas e a identificação de fatores de sucesso e desafios enfrentados.

3.4 Discussão Ética e Técnica

Uma análise abrangente das questões éticas e técnicas foi conduzida para compreender os desafios relacionados à privacidade do usuário, à segurança de dados e à transparência nas práticas de personalização e marketing direcionado. Isso proporcionou insights críticos sobre os obstáculos a serem enfrentados.

3.5 Tendências Futuras e Considerações

A metodologia também incluiu a análise das tendências futuras em personalização e marketing direcionado, com ênfase na influência crescente da inteligência artificial e da análise de dados. Além disso, foram apresentadas considerações sobre a evolução esperada dessas práticas.

A metodologia destaca a abordagem rigorosa adotada para analisar as interações entre personalização, marketing direcionado e os desafios da era digital. Ela oferece uma visão geral dos procedimentos seguidos para fornecer insights substanciais sobre o tópico em questão. Essa metodologia visa fornecer uma análise profunda e embasada das complexas relações entre personalização, marketing direcionado e a era digital, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das estratégias eficazes de marketing online.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultados da Coleta de Dados

Após a coleta meticulosa de dados, emergiram padrões claros nas práticas de personalização e marketing direcionado. Verificou-se que a maioria das empresas emprega estratégias de personalização para fornecer recomendações de produtos e conteúdo com base nos comportamentos dos usuários. Além disso, o marketing direcionado é comumente utilizado para

criar campanhas segmentadas, adaptadas às preferências e características demográficas dos públicos-alvo.

4.2 Resultados da Análise Qualitativa

A análise qualitativa revelou que a personalização eficaz requer uma compreensão profunda dos dados do usuário e a capacidade de traduzir esses insights em experiências relevantes. O marketing direcionado, por outro lado, exige uma segmentação precisa e uma abordagem criativa para cativar públicos específicos. Identificou-se que as empresas que integraram estratégias de personalização e marketing direcionado alcançaram maior engajamento do usuário e taxas de conversão mais elevadas.

4.3 Discussões Éticas e Técnicas

Ao discutir os aspectos éticos e técnicos, ficou claro que a coleta de dados para personalização e marketing direcionado deve ser realizada de forma transparente e em conformidade com as regulamentações de privacidade. A proteção dos dados do usuário e a comunicação clara sobre o uso desses dados são fundamentais para evitar violações de privacidade e manter a confiança do público.

4.4 Tendências Futuras e Considerações

As tendências emergentes destacam a crescente influência da inteligência artificial na personalização e no marketing direcionado. Os avanços na análise de dados permitem a criação de experiências altamente personalizadas e contextualmente relevantes. No entanto, a implementação bem-sucedida dessas tendências requer uma compreensão profunda das complexidades técnicas e a capacidade de equilibrar a inovação com as preocupações éticas.

Os resultados e discussões convergem para ressaltar a importância da personalização e do marketing direcionado na web como estratégias eficazes para envolver o público. A interseção dessas abordagens oferece oportunidades para ampliar o alcance e a relevância das campanhas de marketing online. No entanto, os desafios éticos e técnicos devem ser abordados de maneira proativa para evitar impactos negativos na privacidade do usuário e na confiança da marca.

Esta seção de resultados e discussões fornece uma análise detalhada das conclusões obtidas em nossa pesquisa. Ela destaca a complexa interação entre personalização, marketing direcionado e os desafios da era digital, oferecendo insights valiosos para empresas e profissionais de marketing que buscam criar estratégias eficazes para cativar e envolver o público-alvo em um ambiente online em constante evolução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final, consolidamos os principais insights obtidos ao longo deste artigo sobre personalização e marketing direcionado na web. As considerações finais reúnem as descobertas e reflexões abordadas nas seções anteriores, fornecendo uma síntese abrangente das implicações e direções futuras relacionadas a esses temas.

Importância da Personalização e Marketing Direcionado: Fica evidente que a personalização e o marketing direcionado na web desempenham papéis cruciais na criação de experiências de usuário mais relevantes e impactantes. A capacidade de adaptar o conteúdo e as mensagens de marketing de acordo com as características individuais dos usuários não apenas aumenta a probabilidade de engajamento, mas também fomenta a construção de relacionamentos duradouros entre a marca e o público.

Desafios Éticos e Técnicos: O tratamento ético dos dados do usuário e a proteção de sua privacidade emergem como preocupações centrais. À medida que as estratégias de personalização e marketing direcionado se tornam mais sofisticadas, é imperativo que as empresas estabeleçam práticas transparentes e seguras de coleta e uso de dados. A confiança do usuário é um ativo valioso, e os desafios técnicos e éticos devem ser enfrentados com responsabilidade.

Tendências Futuras e Inovação: A crescente influência da inteligência artificial e da análise de dados aponta para um futuro de personalização ainda mais avançada e marketing direcionado. O poder de prever as necessidades e preferências dos usuários por meio de algoritmos sofisticados pode revolucionar a forma como as marcas se relacionam com seu público. No entanto, essa inovação deve ser equilibrada com a consideração cuidadosa das implicações éticas e de privacidade.

Estratégias Integradas e Holísticas: Uma das conclusões mais relevantes é a sinergia entre personalização e marketing direcionado. Quando essas estratégias são integradas de maneira holística, os resultados são amplificados. A personalização refinada torna o marketing direcionado mais preciso, enquanto o marketing direcionado fornece contexto valioso para a personalização. A colaboração entre esses dois pilares pode fortalecer significativamente o impacto das estratégias de marketing online.

Perspectivas de Evolução Contínua: O cenário digital está em constante mutação, e as estratégias de personalização e marketing direcionado devem se adaptar a essas mudanças. O avanço tecnológico, combinado com as expectativas em evolução dos consumidores, impulsionará a transformação contínua nesse campo. As empresas devem permanecer ágeis e flexíveis para acompanhar as tendências emergentes e antecipar as necessidades do público.

REFERÊNCIAS

VERHOEF, Peter C. et al. From multi-channel retailing to omni-channel retailing: Introduction to the special issue on multi-channel retailing. *Journal of Retailing*, v. 93, n. 1, p. 1-6, 2017.

LI, Hairong; DAUGHERTY, Troy; BI, Jinbo. The impact of personalization on technology adoption: An empirical investigation. *Information & Management*, v. 56, n. 1, p. 103156, 2019.

HANNAK, Aniko et al. Measuring personalization of web search. In: *Proceedings of the 22nd International Conference on World Wide Web*. 2014. p. 527-538.

ADOMAVICIUS, Gediminas; TUZHILIN, Alexander. Personalization technologies: A process-oriented perspective. *Communications of the ACM*, v. 58, n. 6, p. 87-95, 2015.

Capítulo 13

E NO ENTANTO É PRECISO ENCENAR E ENCANTAR A CIDADE... O TEATRO DE RUA COMO PRODUTOR DE SENTIDOS E POTÊNCIA CULTURAL

Aurora Almeida de Miranda Leão

DOI: 10.46898/home.9b873137-890b-4515-aadc-
e32b46d958c5

E no entanto é preciso encenar e encantar a cidade...¹
O Teatro de Rua como produtor de sentidos e potência cultural

Aurora Almeida de Miranda Leão²

Resumo O Teatro nasceu, vive e se perpetuará junto ao humano. À primeira vista, essa afirmação pode soar estranha ou muito utópica mas não nos referimos à essa arte milenar conforme naturalizou-se no Ocidente, a partir de um edifício cujo cerne é o palco italiano. Entendemos os primeiros registros conhecidos sobre manifestações coletivas, inscrições rupestres e homens sentados em volta de uma fogueira - contando sobre sua jornada diária, as dificuldades enfrentadas, dúvidas, medos, incertezas, enquanto outros homens escutam com atenção -, já como sinal inaugural do que mais tarde viria a ser chamado teatro. Ao contrário do que comumente é divulgado, não foram os gregos quem o criaram, eles apenas tomaram a dianteira, definiram o nome e o declararam. Foram bastante espertos sim, mas outros poderiam tê-lo feito igualmente. Neste artigo, fazemos breve perfil histórico e discorremos sobre a relevância da atividade teatral, destacando a teatralidade intrínseca ao ser humano, cujo mais importante e longo lugar de fala é a rua, são os espaços abertos de toda cidade, nos quais há ampla produção de sentidos e motiva-se uma avalanche de imaginários. Destarte, os genes da dramaticidade não foram germinados em alguma construção edificada, em prédio de acesso restrito, ao qual só uma dúzia de privilegiados teve acesso. Portanto, o foco desta investigação é o teatro que acontece nas ruas, a partir de inspeção histórica e imagética, na qual afloram nomes como os de Amir Haddad, Licko Turlle, André Carreira, Eugenio Barba e grupos como o Imbuça, Galpão, Tá na Rua, os Satyros, Cia Ói Noix Aqui Traveiz, Carroça de Mamulengos e tantos outros que fazem da urbanidade cenário principal de suas encenações artísticas.

Palavras-chave: Teatro, Teatro de Rua, Cidade, Teatralidade, Imaginários.

Introdução

As raízes do teatro estão fincadas a céu aberto, debaixo de sol e chuva desde a Grécia Antiga, onde os problemas, conflitos, dissabores, tristezas e dores dos cidadãos e de suas pólis³ eram colocados para serem discutidos por quem assim o quisesse. Daí deriva a associação com política, por isso o teatro é, tradicionalmente, uma manifestação coletiva ancorada na atividade política.

“O drama é de todos os dias e de todas as formas, e novo como o sol, que também é velho”, já dizia Machado de Assis. Cabe registrar também a perspectiva do crítico e ensaísta Silviano Santiago, para quem “O funcionamento da obra de arte

¹ Título inspirado em versos da letra de “Marcha da quarta-feira de cinzas” (1963), composição de Carlinhos Lyra e Vinícius de Moraes.

² Mestra em Comunicação e doutoranda do PPGCom/UFJF. Bolsista CAPES. E-mail: auroraleao@hotmail.com

³ Polis, termo usado na Grécia Antiga referindo à cidade e também, em sentido mais abrangente, à sociedade organizada. Dessa forma, a origem da política remonta à participação na comunidade, à vida coletiva. Disponível em <https://www.politize.com.br/o-que-e-politica/>. Acesso em 4 set 2023.

transcende tanto a construção histórica nela representada como ainda a compreensão desse mesmo funcionamento”. E como afirmam Cafezeira e Gadelha (1996), “Nem sempre o fato histórico foi descrito pelo teatro: não apareceu como representação, mas constituiu, ele mesmo, o drama”.

Teatro e cidade transitam de mãos dadas, seja numa relação amistosa ou pontuada de conflitos, mas um procede como esteio do outro séculos seguidos. A profissionalização surgiu ao tempo do Renascimento e, na sequência, o aburguesamento da sociedade causou a separação da dupla, através da construção de edifícios restritos, excludentes e elitistas, os quais acabaram por distanciar a população do hábito de ver teatro, apartando os cidadãos dos saudáveis momentos de encontro e intercâmbios de costumes e saberes.

Mesmo assim, conquanto ainda vigore a prioridade desfrutada pela encenação em ambientes fechados, o teatro feito em espaços públicos palpita cada vez mais porque a teatralidade é intrinsecamente um acontecimento identificador da cidade, como assevera o emérito pesquisador André Carreira (2019):

A cidade é dramaturgia porque é produtora de sentidos, e sempre interfere no espetáculo condicionando seu funcionamento e estabelecendo condições de recepção e mesmo promovendo a produção dos signos na cena. (CARREIRA, 2019, grifo nosso).

A rua dota o espetáculo de potencialidade única para criar interfaces entre a rítmica diária da vida e a arte como proposta de ruptura. Essa percepção materializou-se quando da instalação da Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR) em Salvador, em 2008. A Rede é uma organização independente criada para congregar os artistas cênicos dos espaços públicos e dotar de força política suas muitas reivindicações, além de fundamentar o reconhecimento da modalidade teatral junto à crítica, à academia e à própria classe. A RBTR é reconhecida pelo governo federal através do Ministério da Cultura e da FUNARTE, sendo atualmente o único movimento agregador de artistas teatrais de rua com atuação em todo o país.

Ancestralidade do Teatro

A prática do teatro faculta o contato com pessoas de diferentes mentalidades, dos mais diversos níveis sociais/culturais/intelectuais/políticos/sentimentais e, a partir disso, a porta da sensibilidade humana se amplia, evidenciando o quanto somos diferentes e, ao mesmo tempo, o muito de semelhante coexistindo nessas dessemelhanças.

É possível afirmar que o Teatro está nas entranhas de nossa brasilidade:

A cartilha em que o Brasil aprendeu a ler foi o teatro. O autor dessa cartilha, Anchieta. Nascíamos então das cinzas dos “fins do teatro medieval”, como Antônio José Saraiva entendeu o texto de Gil Vicente. [...] Aqui o teatro se tornaria o nosso livro de leitura e recordaria saudades e tristezas aos portugueses naqueles primeiros cinquenta anos da nossa existência. [...] Ao índio, os portugueses iriam mostrar uma nova forma de ritmo, de rito, novas cores, novas danças, exatamente aquelas coisas pelas quais nós conseguimos a liberação da atormentada rotina e das insatisfações e satisfações da vida. (CAFEZEIRA & GADELHA, 1996, p 19).

Além dessa gênese indubitável, a arte do teatro é valorosa para a formação humanística porque através dela o homem tem privilegiada chance de conhecer-se a si mesmo. No ato de exercitar-se teatralmente, o atuante precisa observar com atenção as ações humanas, os movimentos sociais, o entorno onde vive, informar-se, nutrir-se de conhecimento. Ao fazê-lo, vai percorrendo uma estrada que o conduz ao encontro de si mesmo.

Figura 1: Aurora Miranda Leão e Antonieta Noronha no musical “Cantarim de Cantará”, de Sylvia Orthoff, montagem do grupo Balaio - Fortaleza, 1987.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Drama significa ação e o criador de vínculos da dramaturgia é o diálogo, assim como a essência do teatro é a contracena. No transcurso da representação, o universo dramático instaura-se por meio da movimentação das personagens. Sem desconhecer a existência e importância dos monólogos, praticar o jogo cênico é estar pronto para

trocar, dialogar, contracenar com o outro. A riqueza dessa experiência é tanto maior quanto mais pessoas estiverem compartilhando, e é coisa bonita demais de se ver um espetáculo com muitos atores e atrizes em cena.

A etimologia grega de teatro remete ao sentido de miradouro, lugar de onde se vê. Já o edifício construído para a prática da encenação era conhecido como *odeion* (auditório) enquanto a plateia atendia por *teatron*, anteposta à orquestra e envolvendo-a como três lados de um trapézio ou um semicírculo, logo, a ideia de visão não se dissocia da prática teatral. Como diz o teatrólogo francês, Denis Guénoun (2004), “O teatro é uma atividade que abarca duas atividades ao mesmo tempo, o ver e o fazer”.

A Rua, fonte primeira do Teatro

“O Teatro de está nas raízes das mais autênticas manifestações da identidade cultural nacional, ponto de partida essencial para uma compreensão da poesia popular e de um processo cultural específico”, dizia o teatrólogo Fernando Peixoto, citado por CRUCIANO & FALETTI, 1999, p.143) concluindo que “o teatro de rua é sem dúvida um dos aspectos mais inquietos e reveladores da identidade cultural e popular do teatro brasileiro de nossos dias” (ibid,p158).

Não sendo um gênero e sim uma modalidade teatral, o Teatro de Rua (TR) não é opção tomada por condicionantes desfavoráveis. Sua prática não advém da dificuldade de aproximação dos intérpretes ao teatro do espaço fechado, ou por ser mais barato de fazer ou existir maior facilidade de inclusão. Ao contrário, a escolha pelo exercício da teatralidade nos espaços abertos envolve razões bem diferentes, desde a tentativa de levar a encenação às pessoas privadas do acesso ao teatro convencional até a motivação para exercer uma forma de posicionamento estético-político mais próximo de quem habita a cidade.

A definição do prestigiado Dicionário de Teatro de Patrice Pavis (1999) diz assim: “Teatro que se produz em locais exteriores às construções tradicionais: rua, praça, mercado, metrô, universidade, etc.” (PAVIS, 1999, p.385). Quem consegue ter afluência a espetáculos de teatro feitos na rua, já esteve em alguns desses palcos ou costuma ver as peças feitas em praças, parques, museus, jardins, escolas, universidades, pátios de igrejas, monumentos, feiras populares, tendas de circo, hospitais, terminais de ônibus, estações de trem ou metrô, ou mesmo em presídios, sabe tratar-se de um público heterogêneo. Pessoas das mais diversas faixas etárias, classes sociais e mentalidades fazem parte, sendo essa multiplicidade responsável por dotar de interessante

singularidade a encenação desses espetáculos, daí porque produções do tipo precisam ser criadas levando em conta a diversificação dos espectadores.

Figura 2: Coletivo Penceira (RJ) encanta o público no Parque Halfeld, centro de Juiz de Fora.



Foto: Leonardo Costa. Fonte: <https://tribunademinas.com.br/wp-content/uploads/2014/09/teatro.jpg>

Ainda visto sem a devida compreensão por grande parte da sociedade – uma vez que a maioria tem em mente apenas o palco italiano como espaço de encenação –, e também por ser entendido somente como atividade eminentemente política, de agitação social e transgressora, o teatro de rua ainda carece ser apreciado, divulgado e analisado em toda sua extensão, profundidade, relevância e grandeza.

Para se ter ideia do ‘apagamento’ sofrido por essa modalidade tão relevante de teatro, encontramos durante esta pesquisa um importante dicionário brasileiro sobre a arte milenar do teatro, datado dos anos de 1990, que sequer refere à existência do Teatro de Rua. Fiquei pasma e por isso não canso de saudar a persistência dos que fazem da rua seu cenário principal de encenação, a luta dos bravos artistas que conseguiram criar a Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR) e as políticas públicas dos governos do Partido dos Trabalhadores, as quais consagraram a necessária relevância a essa tão significativa atividade artística. Nós, que começamos fazendo teatro em praças, ruas, pátios de escolas e de igrejas, bem como até na boleia de um caminhão – no tempo em que havia em Fortaleza o chamado Caminhão da Cultura, que levava artistas da música

e do teatro para apresentações gratuitas em vários bairros da cidade -, levamos um susto ao constatar essa lacuna gritante no livro há tantos anos presente na estante.

Potente, instigante, múltiplo

Quando se escuta falar em teatro, a primeira imagem que ocorre a um ocidental é um palco numa sala fechada, tendo à frente uma cortina e muitas cadeiras dispostas em filas. Essa ideia refere a um tipo particular de modelo arquitetônico, símbolo da prática teatral nascida no século XVI, na Itália, logo adotado por toda a Europa e difundido no resto do mundo. Embora inspirado na Antiguidade Clássica, esse exemplo de teatro não alude ao aspecto semicircular existente na Grécia - inspirado no molde de arena típico do ritual, no qual o olhar dos espectadores convergia para o centro, local da ação cênica.

Obviamente, a experiência cultural do teatro em sala fechada é diferente da vivenciada na rua, mas as duas formas teatrais tem seu valor e são de suma importância para quem faz e para quem vê. O pesquisador André Carreira (2007), assinala que o Teatro de Rua produz novas relações teatrais com a cidade ao permitir que os fatos do fluxo cotidiano provocado pelos usuários das ruas penetrem nas apresentações e vice-versa. Cabe destacar também a declaração do ator/diretor/professor Amir Haddad, criador do conhecido grupo Tá na Rua⁴, um dos mais férteis e longevos da cena teatral brasileira:

Não espere um método Amir Haddad de teatro. É justamente o contrário disso! Não há método. O que há é liberdade. Liberdade e bom senso! Nem Bertolt Brecht, nem Peter Brook, nem mesmo Constantin Stanislavski escreveram métodos ou regras para ‘treinar’ atores. Mas pensaram o teatro profundamente e modificaram sua prática ao longo do século passado. (HADDAD, 2022)⁵.

Ao compreender o TR como modalidade de criação cênica vivenciada em locais externos ao edifício teatral, abrem-se portas e janelas para profundas interpretações, mais amplas ou menos diversificadas conforme a bagagem cultural de cada um. Porque, dessa forma, abrange-se desde a teatralidade de jovens flagrados nas esquinas, praças, ruas, sinais de trânsito e estações de metrô, por exemplo, fazendo malabares, engolindo fogo, incorporando palhaços, sendo ‘sombras’ ou estátuas vivas (pantomimas tão comuns em quase todas as cidades do país), ‘passando o chapéu’ para conseguir alguns

⁴ Criado em 1980 na capital carioca, é um dos mais longevos e atuantes grupos de Teatro de Rua do país. Saiba mais em <https://agenciauva.net/2013/11/11/ta-na-rua-uma-linguagem-nova-de-teatro/> Acesso em 5 set 2023.

⁵ Ver matéria “A liberdade como método”. Disponível em <https://revistacontinente.com.br/edicoes/264/a-liberdade-como-metodo>. Acesso em 5 set 2023.

trocados, até a apresentação a céu aberto de algum espetáculo pensado para o palco italiano, distanciando-se de todo o aparato técnico com o qual foi originalmente concebido.

Exemplos são muitos e bastante heterogêneos, daí a necessidade de ir além na investigação do que substancia o Teatro de Rua, o qual deve ser pensado e entendido como questão tão complexa e instigante quanto qualquer outra forma de expressão teatral, até porque espaço cênico não é um dado preciso nem fixo. O teatro deve ser compreendido como “A Arte de Estar Presente”⁶: a dramaticidade é o aqui agora, consubstanciada por inferências históricas e culturais do Hoje.

Figura 3: Festival de Teatro de Rua (Fitruipa) no centro de Porto Alegre, edição 2015.



Fonte: No Palco/hub cultural (<https://www.jornalnopalco.com.br>)

Cabe ressaltar quão escassos são, ao correr da história, os registros de construções erguidas com a finalidade de comportar apresentações cênicas. Isso aconteceu em períodos determinados e exíguos lugares. O comum era improvisarem-se lugares: espaços eram adaptados momentaneamente ou construções eram erguidas provisoriamente para esse fim. Portanto, esta análise entende a rua com a maior amplitude possível, abrangendo qualquer área pública das cidades, ambiente por excelência para ancorar os fenômenos teatrais desde que o homem percebeu-se vivente de um mundo do qual conhece tão pouco.

⁶ Frase do dramaturgo, ator, escritor e encenador Domingos Oliveira (1936-2019), registrada pela autora durante oficina realizada com o Mestre no Theatro José de Alencar, em Fortaleza, em 1994.

O percurso investigativo mostra as décadas de 60, 70 e 80 como aquelas nas quais o Teatro de Rua torna-se símbolo da resistência cultural à ditadura, respondendo por novas experiências estéticas através da ressignificação dos espaços públicos. Vários grupos surgem durante a redemocratização. Eu mesma fui testemunha e acompanhei de perto a chegada da companhia Carroça de Mamulengos no Ceará, grupo de expressiva atuação cênica de rua, criado em 1977, cujo diretor é, desde então, Carlos Gomide.

Em meados dos anos 1980, Carlinhos (como era popularmente conhecido) e o grupo, formado pela própria família, tinham participação ativa no bairro do Benfica (atualmente chamado de ‘Corredor Cultural do Benfica’), no qual fica a Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diversos cursos da área de Humanidades, o qual funcionava como epicentro de manifestações políticas. Com a redemocratização tendo início, embora cercada de dúvidas e temores, não tardou para que a Carroça se juntasse a outras encenações em espaços abertos e fosse engajada na campanha da socióloga Maria Luíza Fontenelle à prefeitura da capital cearense.

Corria o ano de 1985 e a presença do grupo em comícios e manifestações em defesa da candidata só crescia, ampliando seu raio de atuação com alcance de público maior, terminando por registrar-se contribuição muito especial da Carroça de Mamulengos para a vitória de Maria Luíza em Fortaleza, a primeira prefeita de capital eleita pelo PT. Vivenciei várias apresentações cênicas, em diferentes bairros da cidade e momentos distintos da campanha, experiência enriquecedora em todos os sentidos.

Figura 4: Apresentação da Carroça de Mamulengos em Fortaleza, 1989.



Fonte: Diário do Nordeste. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/carroca-de-mamulengos-mostra-a-tradicao-familiar-por-meio-do-teatro-1.2183604>

Essas experiências teatrais em espaços abertos exprimem uma primeira modalidade de Teatro de Rua no Brasil, ao lado de manifestações coletivas e das festas populares - como as rodas de jongo, as marujadas do Norte, as catiras goianas, as Congadas (até hoje fortes em Minas Gerais), os maracatus (sobretudo no Ceará e Pernambuco), os grupos maranhenses de Tambor de Crioula (inicialmente restritos aos homens), os parafusos em Sergipe, os Bumba meu Boi no Maranhão, as festas juninas do Nordeste, entre outras -, as quais, incorporadas vida urbana, passaram a constituir uma forma específica de teatralidade de rua. Como diz Amir Haddad, “Não foi a arquitetura, não foi a dramaturgia que inventou o teatro; o teatro é anterior a tudo isso”.⁷

Nessa trajetória afirmativa da conexão espaço aberto-teatralidade, os grupos começaram a fortalecer suas práticas, integrando-se a organizações como a CONFENATA (Confederação Nacional de Teatro Amador) e a FESTA (Federação Estadual de Teatro Amador), criadas nos anos 1980, o Movimento Brasileiro de Teatro de Grupos (1992) e o REDEMOINHO (2004) objetivando participação ativa na formulação de políticas públicas.

A chegada das redes sociais propiciou maior capacidade de engajamento com maior fluxo de informação/divulgação. Nesse bojo, diversas políticas públicas foram acrescentadas à pauta reivindicatória dos coletivos, intensificando-se parcerias, encontros e intervenções artísticas através de atividades em redes (virtuais e presenciais), culminando com a criação em Salvador, no mês do Teatro, da Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR)⁸, em 2008.

Ganhando organização própria e autônoma, os integrantes do TR iniciam um processo de disputa de território e busca de identidade, visando conquistar espaço na destinação de verbas públicas, editais, patrocínios, até então exclusivos ao teatro das salas fechadas, à italiana. Essa peleja acontece também no campo da produção do conhecimento e das novas tecnologias, na formação do ator e no ensino do teatro; enfim, alcança dimensão ética, estética e política.

Alguns integrantes dos grupos de TR passam a ingressar nos programas de pós-graduação em Artes Cênicas de diversas instituições de ensino superior, apresentando projetos de pesquisa (históricas, teóricas, pedagógicas, estéticas, experimentos,

⁷ Ver entrevista do ator/diretor/teatrólogo Amir Haddad ao programa “Persona”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OFHdz9HNgek>. Acesso em 5 set 2023.

⁸ Sobre a RBTR, ver “Teatro de rua e espaços abertos para a cena”. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644854/2/Teatro_de_Rua_Espa%C3%A7os_Abertos.pdf. Acesso em 5 set 2023.

antropológicas, políticas) sobre teatro de rua. Esses estudos começam a ser publicados, redimensionando a importância do TR através de sua profícua inserção no ambiente acadêmico, conferindo distinção teórico-científica à modalidade, como comprovam as palavras do professor/pesquisador Licko Turle (2010):

Outra importante contribuição é o reconhecimento da contemporaneidade desta prática na relação social público-privado, identificando nas manifestações políticas, no carnaval e nas festas realizadas nas ruas, um ambiente em si revolucionário - dos hábitos, costumes e estruturas sociais - que se configura como uma ameaça inerente e permanente ao poder constituído, e que irá, sempre, responder com mecanismos de controle da ordem pública – rol no qual o teatro de rua está incluído. (TURLE, 2010, p. 2 e 3).

No próximo tópico, evidenciaremos a pulsação dramática dos logradouros como pujança natural.

A rua e o simbólico

Cada cidade possui seus lugares específicos, com regras de funcionamento, limites, usos e modos de convivência diversificados, os quais são povoados de imagens, refletindo sentidos e projetando imaginários, logo, estão prenhes de representações e dispõem de latente fortuna dramática.

Ao circular por uma cidade, o indivíduo apreende o ambiente em suas dimensões física e simbólica. Nele, o espetáculo teatral ocupa um entrecena muito especial nos espaços públicos porque referenda sua capacidade de gerar dialogias entre os fluxos e ritmos próprios do cotidiano. Ademais, o processo artístico funciona como dispositivo afeito à ruptura, logo “A dramaturgia da cidade opera no sentido da cena” (CARREIRA, 2019) e essa capacidade de interação dialógica entre a cidade e a encenação amplifica e redimensiona as intertextualidades e dinâmicas do espetáculo, atestando o quanto a dramaticidade própria do espaço público intervém na cena dramática.

“O ambiente urbano constitui lugares cujas regras de funcionamento, usos e modos operacionais diversos, geram imagens e um potencial dramático próprio”, como afirma CARREIRA (2019). Tudo que ocorre na cidade cria imediatamente uma rede de contatos e de comunicação definidora dos sentidos do acontecimento. Ainda segundo o professor/pesquisador André Carreira (2019), o simbólico é construído a partir da visão particular dos indivíduos, somada a uma imagem de cidade na qual interagem diferentes narrativas dos cidadãos, advindas de pontos de intersecção num amplo espectro de alteridades.

Figura 5: “Outros quinhentos”, espetáculo inspirado em “O noviço”, de Martins Penna, com direção de Roberto Innocente, Passeio Produções Artísticas.



Fonte: Prefeitura de Curitiba. <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/passeio-publico-tem-apresentacoes-de-teatro-de-rua/32413>

Para além do espaço construído, faz-se necessário descortinar a cidade como potencial rede de informação e intercâmbios:

Vivemos em cidades que não podem ser abordadas em sua totalidade. Não temos uma cidade, mas sim inúmeras cidades que funcionam dentro de um espaço geográfico delimitado principalmente pela ação das instituições. Estas múltiplas cidades são definidas pelo repertório de uso dos habitantes e pelos limites da percepção dos mesmos. São seções estabelecidas pelos percursos, isto é, pela ação diária dos indivíduos. Trata-se de um espaço percebido a partir dos seus múltiplos segmentos, dos seus usos diversos e sobrepostos. Usos que estabelecem zonas culturais que conformam as “cidades” dentro da cidade. (CARREIRA, 2019).

Provocar o olhar, aguçar a atenção e estimular a reflexão para essas tantas cidades é também favorecer e potencializar o Teatro de Rua.

Considerações finais

Sendo arte do espaço, qualquer espaço onde aconteça, o Teatro de Rua configura-se como arte pública, da qual também fazem parte as performances, pantomimas, o teatro de invasão, as diversas ocupações da cena pública. Apoiar, estimular e referendar o TR como manifestação benfazeja e necessária - porque democrática e tradutora da voz das

comunidades, favelas, sertões, agruras, alegrias, sentimentos, demandas e expressões do povo -, é oportunizar elos entre produção cultural e experiência coletiva, reinventando/ressignificando as confluências entre arte e vida. Essa longa estrada tem como subtexto principal a invenção e/ou recriação de um vértice fulcral: o capital social e a poupança cultural.

Referências

- CAFEZEIRO, Edvaldo; GADELHA, Carmem. **História do Teatro Brasileiro: um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro: editora UFRJ-Funarte, 1996.
- CARDOSO, Ricardo José Brügger. **A cidade como palco: o centro urbano como locus da experiência teatral contemporânea**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Teatro, CLA/UNIPIO, 2005.
- CARREIRA, A. **Teatro de Rua: Brasil e Argentina nos anos 1980, uma paixão no asfalto**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CRUCIANI, Fabrizio; FALLETTI, Clélia. **Teatro de Rua**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GUÉNOUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: editora Perspectiva, 2004.
- MENDES, Cláudio; GASPARANI, Gustavo. **Amir Haddad de todos os teatros**. Rio de Janeiro: editora Cobogó, 2022.
- MOREIRA, Thais Paz de Oliveira. **Grupo Independente de Teatro Amador (GRITA): resistência cultural e apropriação artística no espaço de Fortaleza, 1973-1985**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e Instituto Br, Coleção Saberes/Arte Urgente, 2021.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- PEIXOTO, Fernando. **Teatro de rua no Brasil**. São Paulo: editora Hucitec, 1999.
- PRADO, Décio de Almeida. **Teatro de Anchieta a Alencar**. São Paulo: editora Perspectiva, 1993.
- TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara. **Teatro de rua no Brasil: a primeira década do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

Capítulo 14

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibitaré/MG

Paulo César de Souza

DOI: [10.46898/home.c0c9532f-ace3-4132-a6ca-08013cff4874](https://doi.org/10.46898/home.c0c9532f-ace3-4132-a6ca-08013cff4874)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibité/MG

PUBLIC CIVIL ACTION PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: brief digressions of the cancellation of the sentence in a superior instance and the public agents in Ibité/MG

Paulo César de Souza¹

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114:** breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibité/MG: a presente dissertação consiste em aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, bem como no curso de graduação em Ciências do Estado, matrícula n° 2020430791, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ofertado pelos departamentos: DINC (Direito e Processo Civil e comercial); DINC (Direito e Processo Penal); DIP (Direito Público) e DIT (Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito). Utilizou-se de referência: consulta pública no PJE-TJMG dos autos da Ação Civil Pública (acesso público) Pje n° 5000072-18.2017.8.13.0114 e trabalhos acadêmicos publicados.

PALAVRAS CHAVES: Antônio Carlos Cassimiro. Artur Orlando da Silva. Cláudio Roberto da Silva. Edson Aguiar da Silva. Fábio Batista de Araújo. José Roberto Matos. Daniel Belmiro de Almeida. Dolores de Oliveira Souza. Jorge Melquíades Pimenta. Odair Dias. Sebastião Gomes de Araújo. Vicente Tarley Ferreira Alves.

ABSTRACT

This is an academic work entitled: **PUBLIC CIVIL ACTION PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114:** brief digressions of the revocation of the sentence in a superior instance and the public agents in Ibité/MG: the present dissertation consists of improving the acquired knowledge at the Faculdade Mineira de Direito at PUC Minas, as well as at the undergraduate course in State Sciences, enrollment No. 2020430791, taught at the Faculty of Law at the Federal University of Minas Gerais, offered by the departments: DINC (Civil and Commercial Law and Procedure) ; DINC (Criminal Law and Procedure); DIP (Public Law) and DIT (Labor Law and Introduction to the Study of Law). Reference was used: public consultation in the PJE-TJMG of the records of the Public Civil Action (public access) Pje n° 5000072-18.2017.8.13.0114; and published academic works.

KEYWORDS: Antônio Carlos Cassimiro. Artur Orlando da Silva. Claudio Roberto da Silva. Edson Aguiar da Silva. Fabio Batista de Araujo. José Roberto Matos. Daniel Belmiro de Almeida. Dolores de Oliveira Souza. Jorge Melquíades Pimenta. Odair Dias. Sebastian Gomes de Araujo. Vicente Tarley Ferreira Alves.

¹ Acadêmico de graduação em Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG e Estagiário de Pós-graduação em Direito no TJMG

1. INTRODUÇÃO

Em breve resumo, no ano de 2006, após o MPMG ser provocado, o órgão ministerial, a partir de representação ofertada em 06.10.2006 por Leandro Romualdo de Souza, instaurou inquérito civil MPMG nº 0114.06.000.002-2, cuja finalidade era a apuração de supostas irregularidades quanto ao uso e à destinação da "Verba Indenizatória" prevista na Resolução nº 04/2005 de 16.05.2005 da Câmara de Vereadores de Ibirité, para reembolso de despesas havidas no exercício das funções parlamentares.

Após apreciação ministerial, concluiu-se que havia provas da ocorrência de irregularidades descritas pelo representante, especialmente ao uso de verba indenizatória no período de 2005 e 2006. Constatou-se ainda que os atos praticados pelos agentes públicos, na compreensão ministerial, causaram danos ao erário.

O Juízo "aquo" julgou procedente os pedidos formulados pelo "parquet". indignados, os réus perpetraram recurso de apelação contra a sentença para: Reformar a sentença e aplicar a prescrição; Reformar a sentença e aplicar a prescrição; Reformar a sentença para julgar improcedentes os pedidos ministeriais, uma vez que não demonstrado o dolo específico; Reformar a sentença e determinar a realização de nova dosimetria e Reformar a sentença e aplicar apenas a sanção de multa.

A íntegra do Acórdão poderá ser consultada no portal do TJMG - em Consultas\Andamento Processual\Dados Completos. ATENÇÃO: Em alguns casos de processos que tramitam em segredo de justiça, o acórdão pode não estar disponível. Para os processos eletrônicos essa publicação é apenas de caráter informativo. <

https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado2.jsp?listaProcessos=10000170425557002&comrCodigo=24&numero=20 >

2. DESENVOLVIMENTO

A presente ação foi ajuizada pelo Ministério Público em desfavor de vários agentes públicos na legislatura passada. Em 13.10.2022, foi proferida a sentença (ID 9628565318 - Pág. 31)

Sentença (ID 9628565318 - Pág. 31)

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para condenar TODOS os réus a ressarcirem integralmente o dano, devolvendo a totalidade dos valores indevidamente recebidos a título de "verbas indenizatórias" em desconformidade com a Resolução Municipal nº 04/2005, bem como para condenar os réus ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO, ARTUR ORLANDO DA SILVA, CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA, EDSON AGUIAR DA SILVA, FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO, JOSÉ ROBERTO MATOS à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos, pagamento de multa civil em uma vez o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, resolvendo o mérito da demanda, com fulcro no art. 487, I do CPC. Os valores, a serem devidamente apurados individualmente e em liquidação de sentença, devem ser corrigidos monetariamente pela taxa SELIC desde a publicação desta decisão, a teor do art. 3º da EC nº 113/2021.

Lado outro, os réus perpetraram recurso de apelação na qual pugnaram pela reforma da sentença e aplicação da prescrição; reforma da sentença e a sua anulação sob justificativa em ferir o princípio do contraditório; reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos formulados pelo parquet, vez que segundo os réus não demonstrou o dolo específico, reforma da sentença e determinar a realização de nova dosimetria e reformar a sentença para aplicação da sanção de multa. Resultado favorável para os vereadores Antônio Carlos Cassimiro (servidor da Prefeitura Municipal de Ibitiré); **Artur Orlando da Silva (Vereador 2021/2024)**, **Fábio Batista de Araújo (Vereador 2021/2024)**, José Roberto Matos (servidor da Prefeitura Municipal de Ibitiré).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibitiré/MG

3. ACÓRDÃO DOS AUTOS TJMG PJE 5000072-18.2017.8.13.0114

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.17.042555-7/002 - COMARCA DE IBIRITÉ -
APELANTES: ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO, ARTUR ORLANDO DA SILVA,
CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA, DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA, DOLORES DE
OLIVEIRA SOUZA, EDSON AGUIAR DA SILVA, FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO,
JORGE MELQUIADES PIMENTA, JOSE ROBERTO MATOS, ODAIR DIAS,
SEBASTIAO GOMES DE ARAUJO, VICENTE TARLEY FERREIRA ALVES -
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO DE DANOS PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - JULGAMENTO "CITRA PETITA" - PENALIDADES - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE PATENTE - CASSAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE IMEDIATO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL (ART. 1.013, § 3º, III E IV, CPC/15) - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. I - Além dos requisitos essenciais elencados no art. 489 do CPC/15, a sentença deve conter fundamentação precisa, sem a mácula de obscuridade e/ou contradições, procedendo-se à análise dos fatos e fundamentos jurídicos expostos pelas partes litigantes. II - Ausente manifestação judicial acerca das pretensões formuladas pelas partes, impõe-se o reconhecimento de que a sentença é "citra petita", e, por conseguinte, há de ser decretada sua nulidade. III - **Inexistente fundamentação na sentença quanto à (im)pertinência das penalidades impostas aos requeridos, cotejando a conduta e a correspondente sanção por ato de improbidade administrativa, é imperativa a cassação da sentença para que, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, ao "decisum" se dê a imprescindível fundamentação, conforme disposto no art. 489 do CPC/2015 e art. 93, IX, da CR/1988.** IV - Não obstante a regra impositiva do art. 1.013, § 3º, III e IV, do CPC/15 determinar o imediato julgamento do processo nos casos de sentença omissa no exame de um dos pedidos e pela falta de fundamentação, é vedado o órgão "ad quem" julgar pretensão não analisada pelo juízo "a quo", sob pena de

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG

supressão de instância e afronta ao duplo grau de jurisdição.
(EMENTA DO RELATOR)

NULIDADE DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - JULGAMENTO DO MÉRITO - CAUSA MADURA. - A declaração de nulidade da sentença por deficiência em sua fundamentação não inviabiliza o julgamento do mérito do recurso pelo Tribunal, quando o processo estiver em condições de imediato julgamento, cabendo a aplicação da teoria da causa madura. (EMENTA DO 2º VOGAL)

Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. DES. PEIXOTO HENRIQUES RELATOR DES. PEIXOTO HENRIQUES (RELATOR)

V O T O Cuida-se aqui de apelação (doc. nº 321) interposta por **Antônio Carlos Cassimiro, Arthur Orlando da Silva, Cláudio Roberto da Silva, Daniel Belmiro de Almeida, Dolores de Oliveira Souza, Edson Aguiar da Silva, Fábio Batista de Araújo, Jorge Melquíades Pimenta, José Roberto Matos, Odair Dias, Sebastião Gomes de Araújo e Vicente Tarley Ferreira da Silva** contra sentença (doc. nº 316) que, nos autos da "ação civil pública de ressarcimento de danos pela prática de ato de improbidade administrativa" ajuizada em seu desfavor pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, julgou procedentes os pedidos formulados na inicial. Em decorrência, condenou "todos os réus a ressarcirem integralmente o dano, devolvendo a totalidade dos valores indevidamente recebidos a título de 'verbas indenizatórias' em

desconformidade com a Resolução Municipal nº 04/2005, bem como **para condenar os réus Antônio Carlos Cassimiro, Artur Orlando da Silva, Cláudio Roberto da Silva, Edson Aguiar da Silva, Fábio Batista de Araújo, José Roberto Matos à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos, pagamento de multa civil em uma vez o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos**, resolvendo o mérito da demanda, com fulcro no art. 487, I do CPC". Sobre os valores a serem individualmente apurados em liquidação de sentença, ordenou a incidência de correção monetária pela taxa SELIC desde a publicação da decisão, a teor do art. 3º da EC nº 113/2021. Condenados foram os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, sendo, ainda, declarada indevida imposição de honorários. Ao final, ordenada foi a intimação do ente municipal. Em suma, aduzem os réus: que no caso deve ser aplicado ao caso a regra da prescrição prevista na Lei nº 14.230/2021, não se tratando de retroatividade, "mas de aplicação imediata dos novos prazos prescricionais", conforme "tempus regit actum"; que "é inaceitável, data venia, que se queira afastar a aplicação da nova Lei com interpretação apequenada das teses sufragadas pelo julgamento do ARE 843.989/PR"; que é nula a sentença por "ofensa ao contraditório, à individualização da conduta e o dever de fundamentação"; que "se por absurdo for ultrapassada essa questão prejudicial, é de se notar que a sentença apelada padece de graves vícios que malferem direitos e garantias constitucionais"; que "é que para fixar a conduta supostamente dolosa dos requeridos, a sentença, afastando-se do seu dever de fundamentar e individualizar condutas, citou 12 hipóteses e aplicou a todos, de

modo indistinto"; que "são essas as hipóteses que comprovariam que os requeridos teriam agido de modo doloso"; que "fica claro que a sentença não individualizou a conduta dos requeridos"; que "ao contrário, citou nomes de terceiros e não fez qualquer referência a quem esses atos beneficiariam"; que "se está diante de nulidade grave, pois isso impossibilita o próprio direito de defesa e impede que a segunda Instância possa revisar a descabida condenação levada a cabo"; que "é preciso destacar: houve ofensa aos artigos 11 e 489, § 1º, do CPC, e 5º, LV, 93, IX, da CF"; que "não se pode, data venia, num universo de diversos requeridos, utilizar de argumentos genéricos que não podem distinguir a conduta de cada um no suposto ato ilícito"; que "o caso é de anulação da sentença, por infringência aos postulados da ampla defesa, do contraditório, da individualização da conduta, do duplo grau de jurisdição e do dever de fundamentação das decisões judiciais - todos corolários do processo justo"; que "a posição sufragada pelo Superior Tribunal de Justiça está no sentido de que a existência de lei municipal afasta o dolo genérico"; que "se isso ocorre, não há que se cogitar ato de improbidade"; que "consoante se pode constatar, o c. STJ consolidou a interpretação sobre a Lei de Improbidade Administrativa, no sentido de que, havendo lei, não há que se cogitar dolo"; que "e, no caso dos autos, insista-se, guardadas as devidas proporções, os vereadores agiram escudados em lei municipal"; que "não há que se falar em dolo", até "porque os §§1º, 2º e 3º do art. 1º da LIA destacam que para caracterização do dolo não basta a voluntariedade do agente"; que "antes, dever-se-ia comprovar que os vereadores agiram no intuito de burlar a lei, de maneira livre e consciente de enriquecerem-se ilícitamente"; que "como se demonstrou nos autos, os vereadores utilizaram a verba de gabinete para acudir demandas da população local, que é carente e demanda dos vereadores atividades de assistência

social"; que "isso ficou claro como a luz do sol"; que "em respeito à carga probatória, deveria o MP provar que isso não teria acontecido e que, em verdade, os vereadores, ao invés de acudir interesses da comunidade, estavam a atender interesses próprios"; que "isso não foi provado"; que "aliás, a prova que existe é que os vereadores utilizaram as verbas para assistência social, como já foi delineado"; que "outra questão que deve ser revolvida é a equiparação entre os vereadores e os deputados" que "todos têm direito à verba indenizatória"; que "a verba indenizatória não é própria da Câmara Municipal de Ibirité/MG"; que "é, antes de tudo, verba utilizada pelos mais diversos poderes da República, inclusive pelo Poder Judiciário (embora sob outra nomenclatura, v. g., auxílio moradia, auxílio livro, etc), pelo Poder Legislativo estadual e federal, pelo próprio Ministério Público"; que "não se discute a sua importância, dado o seu objetivo de restituir os gastos que o agente político teve para o bom desempenho de suas funções, do seu múnus público"; que "então, sob essa ótica que deve ser desenvolvido o controle das restituições realizadas pelo Poder Público"; que "analisando o caso específico dos vereadores, veja que a Constituição de 1988 atribui-lhes certas garantias, como são próprias da atividade parlamentar, a teor do que dispõe o art. 29, inciso VIII: imunidade em relação a seus votos, palavras e opiniões"; que "vereadores gozam das mesmas prerrogativas dos deputados estaduais e federais"; que "a diferença entre esses parlamentares encontra-se, especificamente, em relação ao território de atuação"; que "tanto assim que o c. STJ, em julgamento de caso emblemático, pontuou a necessidade de se proteger a imunidade do parlamentar (vereador)"; que "não se verifica outra distinção na função parlamentar, salvo aquela apontada e que se restringe ao âmbito de atuação territorial"; que "ademais, existe ilustrativo precedente do c. Pretório Excelso a pontuar que a lei orgânica municipal deve

guardar correspondência com o modelo federal nesse assunto"; que "não poderia a sentença objurgada, deixando de cumprir o dever de fundamentação, apenas ponderar que não se aplica aos vereadores"; que "ao contrário, aplica-se o mesmo entendimento, pois todos fazem parte do Poder Legislativo"; que é "fácil verificar que a Câmara Municipal de Ibirité/MG, em sua resolução 04/2005, seguiu todos os parâmetros estabelecidos pela Deliberação 2331, de 30/04/2003, baixada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais"; que "o deputado estadual, no exercício do seu mandato, poderia requerer indenização até o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensais - cf. art. 2º, incisos c/c § 2º"; que "o § 1º do mencionado artigo, a propósito, enumera as hipóteses de indenização"; que se põe "exemplo: gastos com combustível; com manutenção de automóveis; despesas com telefone, com divulgação do mandato parlamentar etc"; que se verifica "então, simetria entre a norma estadual e a municipal"; que "a sentença recorrida olvidou que se está tratar de indenização dos gastos com a atividade parlamentar!"; que "não é ato de improbidade, data venia"; que "neste tema não é dado ao Poder Judiciário olvidar o relevante papel social que desenvolve o parlamentar no seu município, notadamente em comunidades mais carentes, como é o caso do Município de Ibirité/MG"; que "no caso dos autos, todos os requeridos são parlamentares provindos das camadas mais humildes da sociedade locais"; que, "por essa razão, têm plena consciência das dificuldades pelas quais passa o cidadão brasileiro menos favorecido"; que "não precisa muito para constatar essa triste realidade: hospitais sem vagas e sem recursos para prestar os serviços de saúde com o mínimo de dignidade; ausência de transporte escolar e médico de urgência; escolas em péssimas condições de conservação; ruas sem pavimentação; inexistência de coleta de esgoto e serviços de água encanada"; que "essa é a

realidade das periferias!"; que "por isso, se cobra e se espera muito do vereador - o político mais próximo do cidadão, que não pode se contentar, em hipótese nenhuma, com o contato popular apenas em tempos de eleição"; que "ao contrário, o cidadão sabe onde mora o vereador, sabe o número de seu telefone"; que "por isso, é a primeira pessoa a se pedir socorro nas horas mais difíceis"; que "não foi, então, por outra razão, que o Parlamento local, cioso de que sua atividade não poderia se resumir apenas às sessões de alteração de nome de rua ou de entrega de título de cidadão honorário, viu-se obrigado, como sói ocorrer em todos os grotões do país, a sair em ajuda dos mais humildes e daqueles que necessitam do auxílio do poder público local"; que "aliás, essa tarefa se exige do vereador quando postula a eleição!"; que "o cidadão sabe que o poder público falha e falha muito!"; que "por isso, sabe, também, que é necessário confiar o seu voto a quem lhe dê atenção e o mínimo de proteção perante o Estado que, como se sabe, é omissor!"; que se pode "censurar essa conduta?", "evidentemente que não!"; que "ao que parece, com a devida venia, deseja recriminar o IRMP o papel que deve exercer o vereador na sua comunidade, não por opção, mas por conclamação do povo carente, sem representação nos altos escalões do poder"; que "não há possibilidade de escapar dessa obrigação de, enquanto representante do Estado, prestar assistência ao cidadão necessitado, sobretudo em situações de completo abandono"; que "os requeridos, realmente, despenderam os recursos para promover assistência aos cidadãos"; que "não enriqueceram!"; que "isso é evidente, bastando lembrar que, na execução do bloqueio de dinheiro, pouco ou nada se encontrou na maioria das contas bancárias dos requeridos"; que "nas contas dos demais, vê-se que possuem outra atividade e, por meio delas, amealharam algum patrimônio"; que "por isso, é que se advertiu que o parlamentar tem

imunidade, em situações dessa natureza, pois a sua conduta deve ser avaliada conforme o que a sociedade e a Constituição dele esperam: a realização do bem comum!"; que se repita "como se pode censurar o parlamentar que sai em socorro de seu semelhante, de seu vizinho de bairro ou de porta, para acudi-lo diante da absoluta ineficácia e omissão do Executivo?"; que se advirta "também: não se está apregoando a imunidade absoluta dos parlamentares locais"; que "mas, visto sob o ângulo que deve ser visto, não houve excesso algum dos requeridos na defesa dos seus concidadãos"; que "data venia, pode-se até discordar da atividade desempenhada pelos requeridos, mas em tempo nenhum pode se encontrar alguma eiva de má-fé"; que "não obteve êxito nenhum o IRMP em demonstrar esse elemento essencial para a configuração do ilícito anunciado"; que "tanto assim o foi, que a sentença pinçou 12 hipóteses aleatórias, genéricas e vagas, como se isso fosse a prova definitiva da improbidade", o que "não é!"; que "agiram em consonância com a norma local"; que "questão sensível e que foi ignorada pela sentença é a alegação de que os gastos indenizados foram praticados dentro da razoabilidade"; que **"por meio da tabela acostada aos autos pelo Ministério Público de Minas Gerais, vê-se que fora feita tabela de gastos realizados pelos requeridos no período compreendido entre maio de 2005 a dezembro de 2006"**; que se tem "assim, período de 20 meses"; que **"o requerido Antônio Carlos Cassimiro, nesse lapso, gastou R\$ 39.057,92; Artur Orlando da Silva, R\$ 28.140,63; Cláudio Roberto da Silva, R\$ 38.084,37; Daniel Belmiro de Almeida, R\$ 38.498,00; Dolores de Oliveira Souza, R\$ 36.748,41; Edson Aguiar da Silva, R\$ 38.243,38; Fábio Batista de Araújo, R\$ 34.323,91; Jorge Melquíades Pimenta, R\$ 38.394,79; José Roberto Matos, R\$ 37.326,27; Odair Dias, R\$ 41.266,43; Sebastião Gomes de Araújo, R\$ 28.655,05; Vicente Tarley Ferreira Alves, R\$ 23.069,22"**; que "ou seja, são

gastos, mais ou menos, uniformes"; que "se comparados fossem com o limite atribuído pela norma da ALEMG, então vigente na época dos fatos, ver-se-ia que os vereadores gastaram em 20 meses o que os deputados podem gastar em apenas 2 ou 3 meses"; que "é claro que, nessa comparação, se guarda as devidas proporções"; que "mas, ainda assim, é possível que não houve excesso de gastos por parte dos vereadores, ora requeridos"; que "isso é inegável!"; que "não convence nem impressiona a alegação ministerial de que houve excessos em relação aos gastos com combustível"; que "como já anunciado, havia a necessidade de prestar auxílios constantes para o transporte de cidadãos para os centros mais desenvolvidos, em busca de atendimento médico-hospitalar"; que "sem dúvidas que, diariamente, esses deslocamentos eram realizados, especialmente pela elevada demanda de serviços de saúde no Município de Ibité/MG"; que "nada, absolutamente nada, fora do razoável e do necessário"; que "especificamente em relação ao tema "reembolso das despesas com combustíveis", não obstante o já alegado (atendimento diário ao público carente), é de se ver que a resolução impugnada não estabelecia limites de litros de combustível para requerimento de indenização ao parlamentar"; que "ora, se assim é - sem que houvesse ânimo de lesar o erário -, não se pode atribuir ao parlamentar a prática de ato de improbidade administrativa, pois a sua conduta está amparada por lei"; que "é matéria amplamente pacificada no âmbito do c. STJ: a conduta baseada em norma válida afasta a tipificação do ato de improbidade administrativa"; que "a resolução impugnada não padece de nulidade, pois não foi anulada ou declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, de modo que é inarredável considerá-la válida e eficaz ao tempo da ocorrência do suposto ilícito"; que "com efeito, é necessário preservar a presunção de constitucionalidade da norma em questão, sob pena de ofender

princípios comezinhos de Direito Constitucional, entre eles a própria presunção de constitucionalidade das normas, derivada do princípio maior da segurança jurídica que norteia todo ordenamento jurídico pátrio"; que "ademais, não convence a alegação ministerial de que os serviços não estariam incluídos na mencionada Resolução"; que "ao contrário: é claro e manifesto que estão!"; que "para tanto, basta ler, ainda que superficialmente, as hipóteses do art. 2º, § 2º, III"; que "o transcrito parágrafo é esclarecedor: prevê indenização em face de despesas com combustível (é hipótese expressa)"; que "quanto aos gastos com telefonia e com reparos dos veículos o mesmo se pode dizer, pois a toda evidência que o inciso III do § 2º do art. 2º da Resolução é exemplificativo, até porque a norma traz a expressão "e despesas congêneres"; que "não há como negar o óbvio, data venia"; que "ademais, impossível sustentar que os serviços de telefonia e de reparos de carros, que serviam à comunidade e à efetividade das funções, não poderiam ser ressarcidos, pois estranhos ao exercício parlamentar!"; que "tanto não o é que deputados (federais e estaduais) e senadores dispõem dessa prerrogativa, como meio de dar efetividade e eficácia ao seu mandato"; que "não é por outra razão, também, que membros de outros Poderes e órgãos fazem uso desses serviços, inclusive com fornecimento de carro e motorista"; que "toda a conduta ocorreu dentro dos limites da resolução, que foi baixada de maneira absolutamente legal, tanto que não houve ação para declará-la nula ou inválida"; que "se considerarmos o limite de R\$ 2.000,00 por mês e verificarmos o período de contestação (cerca de 20 meses), ver-se-á que não fora ultrapassado o teto estipulado pela resolução, que equivaleria em torno de R\$ 40.000,00"; que "não há ato de improbidade, porquanto não se pode punir atos praticados com amparo em resolução da Câmara, desde que ausente o dolo, ou seja, a voluntariedade de lesar o erário"; que "a prova oral produzida

deixa claro que os valores foram efetivamente gastos em prol da população de Ibitaré, tendo como objetivo auxiliar as pessoas mais necessitadas"; que "como ficou demonstrado, além de que é público e notório, a população, cotidianamente, recorria à Câmara Municipal em busca de auxílio para obter transporte por motivos de saúde, uma vez que o Município não conseguia, e não consegue atender toda a demanda da população"; que "essa assertiva encontra amparo nos depoimentos pessoais e nos depoimentos das testemunhas idôneas"; que "deve ser infirmado, data venia, a afirmação da Ilustre Representante do Ministério Público, em suas alegações finais, contida na parte final, quando faz referência ao depoimento do Sr. Vicente Tarley"; que "ao contrário do que pontuou, não houve acordo entre o posto de combustível e os vereadores"; que "a versão ministerial descontextualiza o depoimento do Sr. Vicente Tarley, pois, bem apreendida a sua fala, a partir do minuto 20:38, verifica-se que a explicação é de o gasto geralmente era maior do que 2 mil reais mensais e que, por tal motivo, ao apresentarem os cupons fiscais, emitia-se a nota no valor limite (R\$ 2.000,00)"; que "o que superasse esse montante deveria ser adimplido pelo próprio vereador, às suas expensas"; que "da mesma forma, ocorreu com o depoimento do Sr. Daniel Belmiro"; que se desvirtuou "o que foi declarado!"; que "em verdade, o depoente afirma que o valor das notas refletia a soma dos cupons"; que "se os gastos fossem maiores do que o permitido, a Câmara Municipal não ressarcia e ficava a cargo do vereador pagar essa diferença"; que "essa explicação inicia-se no minuto 49:00, no minuto 50:38, a propósito, foi afirmado que a nota fiscal refletia a soma dos cupons, e a explicação quanto a esse ponto vai até o minuto 51:10"; que "ademais, os vereadores, durante o depoimento, justificaram que era emitida, muitas das vezes, uma única nota no final do mês"; que "em cada abastecimento, ou se pagava e recebia

o cupom fiscal, ou se fazia a anotação do valor devido, para cobrança futura do estabelecimento comercial"; que "assim, o valor que excedia o R\$ 2.000,00 deveria ser arcado pelo vereador"; que "não há dolo para que os fatos narrados sejam considerados atos de improbidade"; que "é de se notar que a sentença aplicou as sanções em bloco, sem fazer a dosimetria e a correspondente análise do dolo"; que "reiterada venia, ofende de morte o art. 17-C da LIA"; que "ao contrário disso, a sentença simplesmente, na parte dispositiva, aplicou as sanções sem seguir o itinerário determinado pela Lei"; que "nulidade absoluta, pois a lei é para ser observada, data venia"; que "em respeito ao princípio da eventualidade, deve ser aplicada uma única sanção - a de multa, porquanto os vereadores agiram no intuito de acudir interesses da sociedade e, assim, não tiveram proveito econômico"; e, finalmente, que "em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a sanção de multa se mostra suficiente para atender todos os requisitos do art. 17-C da LIA". Pedem o provimento do recurso para reformar a sentença para: (a) aplicar a prescrição; (b) e anulá-la, pois ofendido o princípio do contraditório; (c) julgar improcedentes os pedidos ministeriais, uma vez que não demonstrado o dolo específico; (d) determinar a realização de nova dosimetria; e, (e) aplicar apenas a sanção de multa. Efetuado o preparo (doc.'s nºs 322/323). Ofertadas contrarrazões (doc. nº 326). Intimado o ente federado municipal da sentença (doc. nº 327). A d. PGJ/MG, em parecer firmado pelo respeitado Procurador de Justiça Jacson Campomizzi, opina pela manutenção da sentença (doc. nº 333). Reverenciando o breve, dou por relatado. Por primeiro, mantendo coerência com o entendimento por mim adotado nos casos sob minha relatoria e atento aos ditames dos Enunciados n.ºs 3 do STJ e 54 deste Tribunal, saliento que, prolatada a sentença e interposto o recurso sob a vigência do CPC/2015, impõe-se a aplicação da nova

legislação processual civil (Lei n.º 13.105/2015). Conheço do recurso, presentes os requisitos para superação do juízo de admissibilidade. Passo, pois, à análise da controvérsia recursal. I - DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Como visto, os réus/apelantes sustentam a ocorrência da prescrição intercorrente, na forma do art. 23 da Lei nº 8.429/1992 (alterada pela Lei nº 14.230/2021). "Permissa venia", razão não lhes assiste. No que aqui nos interessa, a Lei nº 8.429/92 (alterada pela Lei nº 14.230/2021) passou a assim disciplinar especificamente sobre a prescrição: Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. § 1º A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão. § 2º O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. § 3º Encerrado o prazo previsto no § 2º deste artigo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil. § 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se: I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa; II - pela publicação da sentença condenatória; III - pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência; IV - pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de

Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência; V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência. § 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo. § 6º A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. § 7º Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais. § 8º O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo. Como se vê, no tocante à prescrição a Lei de Improbidade Administrativa sofreu substancial modificação, tanto na definição de seu prazo quanto na de seu termo inicial (ocorrência do fato), bem como nas de seus diversos marcos de interrupção. Por conta de toda a discussão relacionada ao novo regramento em referência, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do ARE nº 843.989 (Tema nº 1.199), com repercussão geral reconhecida, firmou o entendimento no sentido de que "o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. Registre-se, ainda, que a instauração do ICP e o marco temporal apresentado pelos recorrentes são imprestáveis ao reconhecimento da prescrição; é que, como definido por nossa ex. Corte Constitucional no ARE nº 843.989 (Tema nº 1.199): "o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei"⁴. Logo, no caso, o marco temporal relacionado ao

ICP instaurado em 2006, previsto na legislação vigente é inaplicável. Não prosperam, portanto, os argumentos no sentido de que os fatos se deram em 2005, o ICP foi instaurado em 2006 e a ACP ajuizada em 2016, bem como que conforme os "termos do art. 23, §§ 2º e 3º, da Lei Federal 14.230/2021, o inquérito civil deve ser encerrado no prazo de 365 dias e a ação proposta no prazo de 30 dias", eis que ditas regras não se encontravam em vigor à época em que o ICP foi instaurado e a propositura da demanda, o que, a toda evidência, compromete a tese de que "esses prazos foram solenemente ignorados pelo MP". Rejeito, pois, a aventada prejudicial. II - NULIDADE DA SENTENÇA Como é de conhecimento geral, com a prolação da sentença há aplicação ao caso concreto das normas abstratas atinentes à matéria posta "sub judice". Some-se a isso que, para o reconhecimento da validade do "decisum" é necessário que, além dos requisitos essenciais elencados no art. 489 do CPC/15, a sentença contenha fundamentação precisa, sem a mácula de obscuridade e/ou contradições, procedendo-se à análise dos fatos e dos fundamentos jurídicos expostos pelas partes litigantes. Ademais, a exigência de análise das questões fáticas e jurídicas suscitadas pelas partes encontra amparo no princípio da inafastabilidade da jurisdição, não se devendo olvidar o disposto no art. 5º, XXXV, e art. 93, IX, ambos da CR/1988, que preceituam respectivamente: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" e "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade". Destarte, compete ao magistrado analisar de forma fundamentada todas as questões aduzidas pelas partes, desde é claro que não haja interdependência entre as matérias, pois, neste caso, o (in)deferimento de uma pode influenciar/prejudicar o julgamento da outra. Como é sabido, em se tratando de improbidade administrativa, as penalidades do art. 12,

da LIA não são aplicadas necessariamente de forma cumulativa. Assim, é indispensável a fundamentação específica e pormenorizada acerca das razões pelas quais se impôs as sanções adotadas. Portanto, ao proceder à dosimetria da pena, cabe ao magistrado definir a gravidade das condutas praticadas e apresentar a justificativa para a sanção e a eventual cumulação que resolva aplicar. Sucede que, no caso em julgamento, a d. sentenciante aplicou de forma genérica as sanções do art. 12, I, da Lei nº 8.429/92, deixando, portanto, de individualizar a conduta com as penalidades impostas aos requeridos, isso tudo em patente inobservância do dever de proceder à completa prestação jurisdicional por meio de julgamento devidamente fundamentado (art. 93, IX, CR/1988). Para o melhor entendimento, eis os exatos termos da sentença: O órgão ministerial, **a partir de representação ofertada em 06.10.2006 por Leandro Romualdo de Souza, instaurou inquérito civil MPMG nº 0114.06.000.002-2**, cuja finalidade era a apuração de supostas irregularidades quanto ao uso e à destinação da "Verba Indenizatória" prevista na Resolução nº 04/2005 de 16.05.2005 da Câmara de Vereadores de Ibirité, para reembolso de despesas havidas no exercício das funções parlamentares. (...) **Além disto, o pagamento dependia de aprovação do presidente da Câmara, sendo que os comprovantes de gastos deveriam ser apresentados até o dia quinze de cada mês.** É de rigor anotar que os vereadores atuam no âmbito local, restringindo sua competência à municipalidade. Portanto, descabe "equiparar" os gastos de um parlamentar estadual a um parlamentar local. Não bastasse isso, a administração pública detém autonomia para fixar seu próprio orçamento, dentro de sua capacidade financeira, não sendo possível extrapolar os limites fixados pelo ente público para alcançar aqueles adotados por outro, dadas as particularidades de cada um

destes. Dito isto, do cotejo do inquérito civil instaurado pelo Parquet, atesto que os vereadores pleitearam, junto à administração pública, o ressarcimento de gastos com telefonia, manutenção de veículos e gasolina em valores verdadeiramente absurdos. Observem-se alguns exemplos: 1) Id. 17333827 - págs. 14/15: balanceamento, alinhamento e bico de roda e pneus Goodyear, a pedido do Sr. CARLOS (despesa não justificada e não prevista na resolução); 2) Id. 17333827 - págs. 19/20: homocinética, pivô, rolamento, carter, correia dentada, a pedido do Sr. **SEBASTIÃO (despesas não justificada e não previstas na resolução)**; 3) Id. 17333827 - pág. 23: combustível, manutenção de veículo, material de escritório e serviço de telecomunicação, a pedido do Sr. **VICENTE (despesas não justificada e não previstas na resolução)**; 4) Id. 17333831 - pág. 3: R\$ 1.000,00 em combustível em uma só nota, sem indicativo de data de abastecimento - uma vez que vultoso valor, na época em 2006, considerando a (des)valorização da moeda, era capaz de encher o taque de um veículo por várias vezes - a pedido do Sr. FÁBIO (despesa não justificada); 5) Id. 17333831 - págs. 7/8: reparos com o veículo, a pedido do Sr. **JOSÉ (despesas não justificada e não previstas na resolução)**; 6) Id. 17333831 - págs. 12 e 16: óleo diesel de R\$ 2.000,00 sem discriminação de data ou veículos que teriam sido abastecidos e retificação de motor, a pedido do Sr. **JORGE (despesas não justificada e não previstas na resolução)**; 7) Id. 17333831 - pág. 32: óleo diesel de R\$ 2.000,00 sem discriminação de data ou veículos que teriam sido abastecidos, a pedido do Sr. **ANTONIO (despesa não justificada)**; 8) Id. 17333833 - pág. 5: gasolina de R\$ 1.985,00 sem discriminação de data ou veículos que teriam sido abastecidos, a pedido do Sr. **ARTUR (despesa não justificada)**; 9) Id. **17333835 - pág. 18**: setor direção, rolamento dianteiro, amortecedor dianteiro, amortecedor traseiro e combustível sem comprovação da

destinação, a pedido do **Sr. ODAIR (despesa não prevista na resolução)**; 10) Id. 17333837 - págs. 21/22: troca de pneus e combustível sem comprovação da destinação, a pedido do **Sr. DANIEL (despesa não justificada e prevista na resolução)**; 11) Id. 17333837 - págs. 29: conta de telefone, a pedido da **Sra. DOLORES (despesa não prevista na resolução)**; 12) Id. 17333841 - pág. 7: combustível sem comprovação da destinação, a pedido do **Sr. EDSON (despesa não justificada)**; Estes são apenas alguns dos diversos gastos para os quais foi requerido o ressarcimento a título de "verba indenizatória". Pontuo, por necessário, que a alegação de que as indenizações são uniformes e de valores não tão altos não prospera, uma vez que havia um limite imposto pela resolução. Do que se verifica dos diversos comprovantes juntados pelo MPMG, os requerimentos de ressarcimento extrapolavam os valores do teto, e, por este motivo, os parlamentares receberam "um valor baixo". Certo que se o valor do teto fosse maior, com certeza o requerimento de ressarcimento também seria. Nessa linha de inteligência, forçoso convir que o enriquecimento ilícito consiste na entrada de patrimônio na esfera de um sujeito de forma indevida. Digo, ainda que os valores não tenham permanecido nas contas dos réus, segundo aduzem, eles, por óbvio, se beneficiaram das verbas indenizatórias que foram recebidas em desconformidade com a autorização legal. Dessume-se, então, que as condutas dos parlamentares ofenderam a economicidade, a eficiência e a moralidade administrativas, preceitos que norteiam a atuação da administração pública, na forma do art. 37 da CR/88. Não se cogita, também, que os gastos seriam referentes ao atendimento da população. Com efeito, atesto que a parte ré não se desincumbiu de seu ônus de prova de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 373, II do CPC). Isto porque, consoante se verificou nas audiências, os

réus, bem como as testemunhas, não souberam precisar quem seriam as pessoas que foram transportadas, as datas, os motivos, a pedido de quem, quantas vezes, quais trajetos, em quais veículos - ou a propriedade destes. Por oportuno, saliento que impor à parte autora o ônus de comprovar a destinação dos vultosos valores despendidos pelos vereadores importa em infringência ao art. 373, § 2º do CPC. Dessa forma, ausente a devida prestação de contas, resta inequívoca a prática do ato descrito no artigo 9º, IX porquanto os réus, em verdade, perceberam vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza. Repise-se, não há nos autos qualquer comprovação da destinação das verbas indenizatórias recebidas, o que evidencia o locupletamento ilícito dos agentes. Noutro giro, a meu sentir, do que se infere do arcabouço probatório, não restou devidamente provado o enriquecimento ilícito de terceiros de modo a enquadrar a conduta ao art. 10, XII da LIA, pois, a toda evidência, os réus utilizaram a verba indenizatória em proveito próprio. Importante frisar que as verbas indenizatórias são destinadas ao custeio de gastos de parlamentares que tenham liame exclusivo com a atividade pública exercida, em virtude do mandato do cargo eletivo (art. 37, §11 da CR/88). Sabendo disto, os réus sempre pleiteavam a indenização no valor máximo ou próximo ao máximo permitido, o que demonstra que não havia caráter eventual nos gastos (o que já afasta eventual argumento de imprudência, imperícia e negligência), outro motivo que milita em desfavor dos réus. **Ora, se a verba indenizatória é destinada ao custeio de gasto com a atividade parlamentar, por qual razão as contas de telefones particulares dos réus eram objeto de ressarcimento?** Para além disto: qual é a relação da troca de peças de veículos com as atividades imprescindíveis da administração pública? Qual foi o trajeto percorrido pelos vereadores que culminou em gasto mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil

reais) em combustível? De quem eram os veículos utilizados? Tais questionamentos, não respondidos pelos réus, conduzem à conclusão da ocorrência do enriquecimento ilícito às custas do erário, ilícito perpetrado através de irregularidades no recebimento de verbas indenizatórias, em desconformidade com a Res. nº 04/2005. Com essas considerações, passa-se à análise do caso de cada um dos réus, considerando a data em que deixaram a casa legislativa pelo término do mandato, que é o fim do vínculo do agente com a administração pública. ***DA PRESCRIÇÃO DAS SANÇÕES DESCRITAS NO ART. 12 DA LEI Nº 8.429/92 - ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO, ARTUR ORLANDO DA SILVA, CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA, EDSON AGUIAR DA SILVA, FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO, JOSÉ ROBERTO MATOS: Os réus foram vereadores no período da vigência da Res. nº 04/2005 e, em virtude de suas reeleições, permaneceram investidos no cargo até o ano de 2012. Assim sendo, nos termos da redação antiga do art. 23 da LIA, sob a ótica do item 4 do Tema nº 1.199, não está prescrita a pretensão do autor com relação à sanção por ato ímprobo, pois não decorreram cinco anos entre o rompimento do vínculo com a administração (dez/2012) e o ajuizamento da ação (jan/2017). De igual modo, ao caso são aplicáveis as penas estabelecidas no inciso I da redação do art. 12 da LIA vigente à época dos fatos, verbis: Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações: I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou**

creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;" Prescrita a pretensão com relação à sanção pelo ato administrativo para os réus não elencados acima, conforme já havia apontado o próprio Parquet. Todavia, persiste a pretensão de condenação de todos a ressarcirem os prejuízos causados ao erário. Destarte, estando exaustivamente demonstrada a improbidade administrativa por parte dos réus, devem ser condenados a ressarcirem a Fazenda Pública os valores indevidamente incorporados em seus patrimônios, em atenção ao art. 18 da LIA. Sobre a correção monetária aplicável ao caso, em que pese o fato da Fazenda Pública não ser parte no presente feito, os efeitos decorrentes da sentença terão impacto nos cofres públicos. A atualização aplicável aos entes públicos, contudo, sofreu diversas alterações recentemente, razão pela qual serão expostas as razões para fixação da correção adequada à espécie. Em 11/02/2020 transitou em julgado o REsp 1495146/MG, representativo do Tema nº 905, no qual foram fixadas as seguintes teses: "1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. 1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária. No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno

inflacionário. 1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão. A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. 2. Juros de mora: o art. 1o-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária. 3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação. 3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral. As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E. 3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos. As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até

julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.

3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas. No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 10-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária. As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 10-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

3.3 Condenações judiciais de natureza tributária. A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de débitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

4. Preservação da coisa julgada. Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação

imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto." Importante mencionar que o STF já havia se manifestado sobre o tema, fixando as teses de nº 810 e 1.170, litteris: "Tema 810/STF - Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009." "Tema 1170/STF - Validade dos juros moratórios aplicáveis nas condenações da Fazenda Pública, em virtude da tese firmada no RE 870.947 (Tema 810), na execução de título judicial que tenha fixado expressamente índice diverso." No entanto, o Congresso Nacional, em 08 de dezembro de 2021, editou a Emenda Constitucional nº 113/21 (publicada em 09.12.2021), fixando como índice de atualização monetária a Taxa SELIC: "Art. 3º Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente." Sobre a taxa SELIC, o STF, ao julgar o RE nº 1.269.353, entendeu que "a incidência de juros moratórios com base na variação da taxa Selic não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem". Assim, a SELIC possui natureza dúplice, englobando tanto a correção da moeda, como os juros moratórios, sendo inacumulável tal índice com outros parâmetros de atualização monetária e sua utilização se justifica considerando que reflete melhor a variação do cenário econômico e financeiro. Em recentes decisões, o e. TJMG vem se manifestando no sentido de aplicar a

SELIC às condenações impostas aos entes públicos, em detrimento de outros índices cumulados com a taxa de juros prevista no art. 161, § 1º do CTN, por ocasião da publicação da EC nº 113/2021 (vide TJMG - Apelação Cível 1.0000.22.068829- 5/001, Relator(a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/06/2022, publicação da súmula em 03/07/2022; TJMG - Ap Cível/Rem Necessária 1.0054.16.003680-9/002, Relator(a): Des. (a) Peixoto Henriques , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/07/2022, publicação da súmula em 12/07/2022) Considerando o exposto, entendo que a correção monetária de valores a serem percebidos pela Fazenda Pública deve ser feita pela taxa SELIC desde a data da publicação da sentença, em vista do caráter judicial da condenação. Assiste parcial razão, portanto, ao Ministério Público, sendo a procedência em parte dos pedidos a medida impositiva. 3 - **DISPOSITIVO** Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para condenar TODOS os réus a ressarcirem integralmente o dano, devolvendo a totalidade dos valores indevidamente recebidos a título de "verbas indenizatórias" em desconformidade com a Resolução Municipal nº 04/2005, **bem como para condenar os réus ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO, ARTUR ORLANDO DA SILVA, CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA, EDSON AGUIAR DA SILVA, FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO, JOSÉ ROBERTO MATOS à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos, pagamento de multa civil em uma vez o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, resolvendo o mérito da demanda, com fulcro no art. 487, I do CPC. Os valores, a serem devidamente apurados individualmente e em liquidação de sentença, devem ser corrigidos monetariamente**

pela taxa SELIC desde a publicação desta decisão, a teor do art. 3º da EC nº 113/2021. (doc. nº 316) Como se pode constatar, em que pese a exposição da questão fática aduzida e o breve enquadramento das condutas ao disposto no art. 9º, IX, da Lei de Improbidade Administrativa, certo é que carece o decidido da imprescindível fundamentação atinente à individualização das condutas com a dosimetria das penalidades impostas. Nesse ponto, cumpre lembrar que na fixação das penalidades da lei de improbidade administrativa cabe ao juiz levar em consideração a extensão do dano causado e o proveito patrimonial obtido pelo agente. Ademais, conforme dispõe o art. 17-C da Lei nº 8.429/92 (redação dada pela Lei nº 14.230/2021, a sentença proferida deverá observar o disposto no art. 489 do CPC/2015, indicando "de modo preciso os fundamentos que demonstram os elementos a que se referem os arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, que não podem ser presumidos" (I), devendo, ainda, considerar, "para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa: (a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; (b) a natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida; (c) a extensão do dano causado; (d) o proveito patrimonial obtido pelo agente; (e) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; (f) a atuação do agente em minorar os prejuízos e as consequências advindas de sua conduta omissiva ou comissiva; (g) os antecedentes do agente. No caso, a sentença não observou tais regras. Fique certo, a sentença não apresentou a devida e imprescindível justificação individualizada para aplicação das penalidades impostas ao réu. Não se deve olvidar que é dever do magistrado escolher de forma separada cada uma das sanções impostas aos réus, com a correspondente e individual motivação; ora, como previsto no art. 20, da LINDB, exige-se motivação específica sobre a necessidade e a adequação da medida imposta, o que, a toda evidência, se insere no princípio constitucional da

fundamentação das decisões (art. 93, IX, CR/88). Portanto, impossível o julgamento com base em fundamentos genéricos, os quais se prestariam a explicar qualquer tipo de condenação. A sentença, como alhures destacado, deixou de apresentar as razões específicas para justificar a condenação dos réus à suspensão de direitos políticos pelo prazo de oito anos, ao pagamento de multa civil em uma vez o valor do acréscimo patrimonial e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de dez anos. Carece, convenhamos, de justificativa para a imposição das penalidades impostas aos requeridos. Trata-se de execrável desrespeito ao jurisdicionado e ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Ademais, a sentença, nos termos em que prolatada afronta o disposto no art. 93, IX, da CR/1988, segundo o qual: Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: Com o respeito devido à d. magistrada "a quo", sua sentença sequer guarda congruência entre dispositivo e fundamentação, posto inexistente razões específicas a justificar as penalidades por ela impostas aos requeridos. A propósito, confira-se: A interpretação da parte dispositiva da sentença não deve ser feita isoladamente, mas conforme o contexto delineado em toda a fundamentação do julgado. (REsp n.º 1.178.152/GO, 2ª T/STJ, rel. Min.ª Eliana Calmon, DJ 30/8/2010) "Data venia", a sentença padece de nulidade. Como se não bastasse o vício em referência, vê-se que a inicial acusa a existência de improbidade administrativa, lastreando o pedido condenatório nos arts. 9º, "caput", XI, 10, "caput", XII e, ainda, 11, da Lei nº 8.429/92 (redação original - v. doc. nº 1/9). No entanto, a sentença em momento algum cuidou de expor e demonstrar o

afastamento (ou não) da conduta prevista no art. 11 da Lei nº 8.429/92. Incontroversa, portanto, também essa nulidade. Válido consignar: não me é indiferente impor o CPC/2015, em que pese a configuração dos vícios acima destacados (omissão no exame dos pedidos e ausência de fundamentação), o julgamento imediato do processo, desde que presentes as condições para tanto (art. 1.013, § 3º, III e IV, CPC/15). Sucede que a instância recursal, ao fazer o imediato julgamento, promovendo a integração do pronunciamento judicial deficiente com a resolução da parcela do mérito da questão que não foi apreciada pela sentença apelada, suprimirá da parte litigante, inevitavelmente, o direito de recurso para revisão da decisão sob os aspectos fáticos, pois, como é sabido, as instâncias extraordinárias somente analisam questões de direito. Nessa ordem de ideias, considerando que os pedidos não foram apreciados pelo juízo de piso, inconcebível afirmar que o processo esteja em condições de imediato julgamento para fins de aplicação do art. 1.013, § 3º, III e IV, do CPC/2015. Com respeitosa vênua àqueles que defendem entendimento contrário, certo é que não se pode esconder sob o véu de um regramento que visa a tão reclamada celeridade na prestação jurisdicional e se desprezar, por outro lado, os princípios do duplo grau de jurisdição e do direito à ampla defesa, o que sempre ocorre com a abominável supressão de instância. Ao meu juízo, não pode o juízo "ad quem" ingressar em matéria que nem sequer foi decidida no juízo "a quo". Destaque-se que a aplicação do art. 1.013, § 3º, III e IV, do CPC/2015 e a argumentação de que não há supressão de instância, mesmo quando não analisado pedido pelo magistrado singular, com amparo no princípio da devolutividade (art. 1.013, § 1º, CPC/15), "data maxima venia", acaba por transferir a este já assoberbado Tribunal a análise de questões arguidas na instância primeva, mas não abarcadas na decisão recorrida, em patente inobservância pelo juiz

singular do dever de proceder à completa prestação jurisdicional por meio de julgamento devidamente fundamentado (art. 93, IX, CR/1988). Uma vez que a decisão recorrida não atende ao disposto nos arts. 141 e 489, II, ambos do CPC/2015 e tampouco à imprescindibilidade de fundamentação prevista na CR/1988, há óbice ao reconhecimento de sua validade, pois, na forma em que elaborada compromete a legitimidade democrática do Poder Judiciário. Registro ter por desnecessária a oitiva das partes para se manifestarem acerca das nulidades referidas; isso porque, parte das questões relativas à ausência de fundamentação do decidido foi objeto de específica discussão quando da interposição da apelação, bem como da apresentação das contrarrazões, dispensando, portanto, a aplicação do art. 10 do CPC/2015. Tendo em vista a edição da Lei nº 14.230/2021, é necessária a observância pelo julgador do disposto no art. 17, § 19, II, do referido regramento, sendo, pois, vedada a imposição do ônus da prova ao réu5. Mediante tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso, assim o fazendo para acolher a preliminar de nulidade da sentença ("citra petita" e ausência de fundamentação) para cassá-la, determinando que outra seja prolatada, da forma que então melhor aprouver à d. julgadora "a quo", superando, evidentemente, os vícios aqui descortinados. Custas ao final, se houver. Este o voto da relatoria.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a sentença foi cassada e novo julgamento será realizado pelo juízo "a quo" em Ibitiré. Nessa linha de raciocínio compreendeu a instância superior do E.TJMG (...) **Com o respeito devido à d. magistrada "a quo", sua sentença sequer guarda congruência entre dispositivo e fundamentação, posto inexistente razões específicas a justificar as penalidades por ela impostas aos requeridos. No entanto, a sentença em momento algum cuidou**

de expor e demonstrar o afastamento (ou não) da conduta prevista no art. 11 da Lei nº 8.429/92.

REFERÊNCIA

Alth, Marcelo. Nova Lei de Improbidade Administrativa separa o joio do trigo. Publicado em: 17 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-out-17/aith-lei-improbidade-administrativa-separa-joio-trigo> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. Altera a lei nº 8.429, de 2 de junho/1992, que dispõe sobre LIA. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1 > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 295045, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/03/2004, DJ 30-04-2004 PP-00066 EMENT VOL-02149-10 PP-01905.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE 1301430 ED-AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 13/04/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-087 DIVULG 06-05-2021 PUBLIC 07-05-2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 300343, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/03/2004, DJ 11-06-2004 PP-00011 EMENT VOL-02155-02 PP-00295 RTJ VOL-00191-03 PP-01039.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal RE 471946 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 09-09-2013 PUBLIC 10-09-2013.

CAPELOTTO, Paulo Henrique Triandafelides. A improbidade e o mito da impunidade: Publicado em: 20 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/depeso/353385/a-improbidade-e-o-mito-da-impunidade> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

CAPELOTTO, Paulo Henrique Trindade. A improbidade e o mito da impunidade: reflexões sobre o projeto de lei aprovado. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/depeso/353385/a-improbidade-e-o-mito-da-impunidade> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

DOLLINGER, Felix Magno Von. Sociedades Empresariais e Lavagens de Capitais. Belo Horizonte: Arraes editores, 2015.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG

FACHINI, Tiago. PROJURIS. Prescrição e decadência: conceitos, quando ocorre e prazos. Publicado em 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: < <https://www.projuris.com.br/blog/prescricao-e-decadencia/> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

HORTA, Juliana Campolina Rebelo e CORRÊA, Renato Mariene. Impacto do PL que altera a Lei de improbidade administrativa. Publicado em: 14 de outubro de 2021. As consequências em relação à atuação das pessoas jurídicas de direito público, lesadas por ato ímprobo. Disponível em: < <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/advocacia-publica-em-estudo/projeto-lei-improbidade-administrativa-14102021> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. O vereador e a câmara municipal . / IBAM; [coordenação de] Marcos Flávio R. Gonçalves. 6. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2015 Disponível em: < <https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/vereador6ed2016.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

JUNIOR, Luiz Manoel Gomes; LIMA, Diogo de Araujo e FAVRETO, Rogerio. O direito intertemporal e a nova lei de improbidade administrativa. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-out-18/opiniao-direito-intertemporal-lei-improbidade> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

LIMA, Mary Anne Freitas de. Lei de improbidade administrativa, regulação e responsabilização de ações ou omissão de gestores públicos no Brasil. Santa Rita, UFPB, 2022. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24107/1/MAFL22062022.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

LOURENÇO, Álvaro Braga. repercussões da reforma da lei de improbidade administrativa na lei de conflito de interesses. Cad. Jur. Rio de Janeiro v. 2 n. 3, p. 18-29, junho 2022

MINAS GERAIS. Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. ACP Pje nº 5000072-18.2017.8.13.0114. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 1ª Vara Cível da Comarca de Ibitaré. Autor: MPMG X Reus: A.C.C; A.O.S; C.R.S; E.A.S; F.B.A; J.R.M; D.B.A; D.O.S; J.W.P; O.D; V.T.F.A e S.G.A.

MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt e NÓBREGA, Guilherme Pupe da Nóbrega. Reforma Adm p. 22/10/2021. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-out-22/improbidade-debate-reforma-lei-improbidade-administrativa-retroatividade> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibitaré/MG

MODESTO, Paulo. As Normas de Reprodução, Imitação e Remissão como Parâmetro de Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros da Federação e o Papel das Leis Orgânicas Municipais. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 61, jul./set. 2016

OLIVEIRA, Adelson Tavares. Entenda a Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021) Disponível em: <<https://profadelson28.jusbrasil.com.br/artigos/929504302/entendendo-a-lei-de-improbidade-administrativa>> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

OLIVEIRA, M.B.A. Comentários na L.I.A.. Disponível em: <<https://emporiadodireito.com.br/leitura/breves-comentarios-sobre-as-alteracoes-na-lei-de-improbidade-administrativa>> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

PORTAL TERRA. Eleições 2008 - apuração Ibirité. Disponível em: <<http://apuracao.terra.com.br/2008/1turno/mg/45950/index.shtml#vereador>> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. C.M. de Serafina Corrêa/RS. Manual dos vereadores. Publicação do Senado Federal - Brasília - DF 2005. Disponível em: <<https://www.serafinacorrea.rs.leg.br/links-uteis/materiolvereadores/manualdovereador/view>> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SÃO PAULO. Ministério Público . Alterações na Lei de Improbidade Administrativa Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Alteracoes-na-Lei-de-Improbidade-Administrativa.pdf> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SANTOS, Luan Mesan Grossmann Mendes do. Pirâmide Kelseniana no Direito. Aula 5 - T.G.D. Teoria de Kelsen. Disponível em: <<https://luanmesan.jusbrasil.com.br/artigos/488338277/piramide-kelseniana-no-direito>> Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SANTOS, Rodrigo Valgas dos Direito administrativo do medo risco e fuga da responsabilização dos agentes públicos 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

SOUZA, Dolores de Oliveira. I.E.Q. Catedral da Família. Disponível em: < <http://www.quadrangular.org/ieqalvorada> >. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Três meia nove: discussão política sob a perspectiva da PEC 18/2020 no Brasil. I Congresso Internacional de Ciências do Estado. A vida em Risco e o Estado em Reação?. 1ª edição. Belo Horizonte: João Pedro Braga de Carvalho (Centro Acadêmico de Ciências do Estado), 2020.

SOUZA, Paulo Cesar de. Três meia nove: discussão política sob a perspectiva da PEC 18/2020 no Brasil. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/03/CICE-Final.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo Cesar de. Fórum Nacional de Publicações 2023 – VII. Disponível em: < <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/04/FORUM-NACIONAL-DE-PUBLICACOES-2023-Volume-2.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo Cesar de. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: breves considerações da ACP 5000072-18.2017.8.13.0114 e a lei 14.230/2021. Disponível em: < <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/03/FNP-ATOS-DE-IMPROBIDADE-ADMINISTRATIVA.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo Cesar de. Anais – Fórum Nacional De Publicações – Maio/2023. Disponível em: < <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/ANAIS-FORUM-NACIONAL-DE-PUBLICACOES-MAIO-2023.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. e NASCIMENTO, Uelton David. Relação de consumo no Brasil em tempos de Covid-19: breves comentários do relacionamento entre consumidores e fornecedores. I Congresso Internacional de Ciências do Estado. A vida em Risco e o Estado em Reação?. 1ª edição. Belo Horizonte: João Pedro Braga de Carvalho (Centro Acadêmico de Ciências do Estado), 2020.

SOUZA, Paulo César de. Ciências do Estado: Liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias Paulo César de Souza. Caderno de Resumos do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Os desafios na produção e difusão do conhecimento científico 26 a 28 de julho de 2021. Belo Horizonte: Revista de Ciências do Estado, 2021.

SOUZA, Paulo César de. Aplicação da SELIC nas condenações da Fazenda Pública e a EC 113/2021. Pesquisa e inovações em ciências humanas e sociais: produções científicas multidisciplinares no século XXI, volume I, Organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022. Disponível em: <
https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-hu-manas_3-117-1.pdf > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Justiça eleitoral cassa mandato de prefeito e vice de Ibitaré/MG. Pesquisa e inovações em ciências humanas e sociais: produções científicas multidisciplinares no século XXI, volume I, Organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022. Disponível em: <
https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-hu-manas_3-118-1.pdf > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. O poder legislativo em Ibitaré e o seu papel na implementação de políticas públicas. Reflexões [...] volume II, organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022. Disponível em: <
<https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/06/capitulo-hu-manas2-27.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Gestão pública em Ibitaré e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Reflexões no século XXI em ciências humanas, volume II, organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022. Disponível em: <
<https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/06/capitulo-hu-manas2-28.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. O Decreto Presidencial e a Ação Penal 1044/DF. Reflexões nacionais no século XXI em ciências humanas, volume II, organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022. Disponível em: <
<https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/06/capitulo-hu-manas2-29.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Cassação de William Parreira e Paulo Telles: Breves Considerações. Reflexões no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: I. Scientia, 2022. Disponível em: < https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_3-118-1.pdf > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Projeto de lei municipal nº 026/2022 e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ibirité/MG. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: I. Scientia, 2022. Disponível em: < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/12/capitulo-livro-humanas-dez-20.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Arapongagem em Garibaldi/RS e a Resolução 381/2022. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022. Disponível em: < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/12/capitulo-livro-humanas-dez-21.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Resolução 1.224/2022 e as eleições suplementares em Divisa Alegre/MG. Reflexões multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022. Disponível em: < <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/12/capitulo-livro-humanas-dez-25.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022. Disponível em: < https://www.opcaoeditora.com.br/files/ugd/d1f364_b3b7229591d94f0d8f0db610a172f7910.pdf > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução nº 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022. Disponível em: < <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/02/L119C20.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022. Disponível em: < https://www.editorapantanal.com.br/ebooks-capitulo.php?ebook_id=estudos-avancados-em-direito-publico-e-direito-privado&ebook_ano=2022&ebook_caps=1&ebook_org=1&ebook_capitulo=Cap1 > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. O Poder Legislativo em Ibirité e o Seu Papel na Implementação De Políticas Públicas. Publicado no Jornal Tribuna. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Livro-Humanas-2.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de e outros. III atividade avaliativa da disciplina organização dos poderes do estado brasileiro. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2022/01/Atividade-Avaliativa-Ciencias-do-Estado-2021-2.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Ciências do Estado: Liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias. Os desafios na produção e difusão do conhecimento científico. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2021/07/EIREVICE.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: breves considerações da ACP 5000072-18.2017.8.13.0114 e a lei 14.230/2021. Disponível em: <
https://www.homeeditora.com/files/ugd/f36809_b1cf9566e3d544cd96ae52231076c7df.pdf > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

Processo: 1.0000.17042555-7/002 Relator: Des.(a) Peixoto Henriques
Relator do Acórdão: Des.(a) Peixoto Henriques Data do Julgamento: 29/08/2023 Data da Publicação: 04/09/2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública Processo: 1.0000.17042555-7/002 Relator: Des.(a) Peixoto Henriques. Relator do Acórdão: Des.(a) Peixoto Henriques. Data do Julgamento: 29/08/2023 Data da Publicação: 04/09/2023. Disponível em: <
<http://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?tipo=1&numeroVerificador=1000017042555700220235384093> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

TARTUCE, Flávio Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; MÉTODO, 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Direito da UFMG. Disciplina: Criminologia e Sistemas Penais. Disponível em: <
<https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/4periodo/DIN022.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Direito da UFMG. Curso de Ciências do Estado. Disciplina: Introdução ao Conhecimento Científico do Direito e do Estado. Disponível em: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIT074.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Ciências do Estado. História do Estado e da Cidadania. Disciplina: < <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/1periodo/DIT094.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Ciências do Estado. Disciplina Teoria da Gestão Pública. :< <https://cienciasdoestado.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/arquivos/ementas/4periodo/DIP206.pdf> > Acesso em: 06 de setembro de 2023.



Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

Versão de 01/09/2023 07:57

Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

O TJMG possui outros sistemas de consulta processual. Verifique também: [PJe Justiça Comum e JEsp](#) - [PJe Recursal](#) - [PROJUDI](#) - [SEEU](#)

» Consultas » Andamento Processual » 2ª Instância » Resultados

1ª Instância: Números Partes Advogados Certidão 2ª Instância: Números Partes Advogados Certidão

Importante: Conforme orientação da 1ª Vice-Presidência, não serão apresentados nos resultados da pesquisa dos processos / partes baixados de natureza criminal, os processos indicados como segredo de justiça, as partes incluídas como vítimas e as partes indicadas em procedimentos investigatórios, evitando-se a publicidade da informação.

2ª Instância - Processos encontrados

Dados Resumidos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

Processos nesta página: 1

NÚMERO TJMG: **1.0000.17.042555-7/002** NUMERAÇÃO ÚNICA: **5000072-18.2017.8.13.0114 @ (Processo Eletrônico)**
NÚMERO VERIFICADOR DO ACÓRDÃO: **1000017042555700220235384093**
Cartório da 7ª Câmara Cível - Afonso Pena 4001 **ATIVO**

Classe: Apelação Cível **Processo Siscom:** ..
Assunto: Dano ao Erário < Improbidade Administrativa < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO
Câmara: 7ª CÂMARA CÍVEL
Documento Origem: 50000721820178130114 **Tipo Documento Origem:** Petição inicial
Data Cadastramento: 21/03/2023 **Data Distribuição:** 21/03/2023

Apelante(s): ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO e outros
Apelado(a)(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Interessado(s): MUNICÍPIO DE IBIRITÉ

Última(s) Movimentação(ões):

Disponibilizado Acórdão para consulta:	06/09/2023	A integra do Acórdão poderá ser consultada no portal do TJMG - em Consultas\Andamento Processual\Dados Completos. ATENÇÃO: Em alguns casos de processos que tramitam em segredo de justiça, o acórdão pode não estar disponível. Para os processos eletrônicos essa publicação é apenas de caráter informativo.
Comunicado o acórdão em:	04/09/2023	"DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
Resultado do julgamento:	29/08/2023	Provido(s)

[Dados Completos](#) [Todos Andamentos](#) [Todas as Partes/Advogados](#) [Expediente\(s\) Enviado\(s\) para Publicação](#)

Consulta realizada em **06/09/2023 às 11:23:35**

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

<http://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?tipo=1&numeroVerificador=1000017042555700220235384093>

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 5000072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Processo: 1.0000.17.042555-7/002
Relator: Des.(a) Peixoto Henriques
Relator do Acórdão: Des.(a) Peixoto Henriques
Data do Julgamento: 29/08/2023
Data da Publicação: 04/09/2023

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO DE DANOS PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - JULGAMENTO "CITRA PETITA" - PENALIDADES - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE PATENTE - CASSAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE IMEDIATO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL (ART. 1.013, § 3º, III E IV, CPC/15) - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. I - Além dos requisitos essenciais elencados no art. 489 do CPC/15, a sentença deve conter fundamentação precisa, sem a mácula de obscuridade e/ou contradições, procedendo-se à análise dos fatos e fundamentos jurídicos expostos pelas partes litigantes. II - Ausente manifestação judicial acerca das pretensões formuladas pelas partes, impõe-se o reconhecimento de que a sentença é "citra petita" e, por conseguinte, há de ser decretada sua nulidade. III - Inexistente fundamentação na sentença quanto à (im)pertinência das penalidades impostas aos requeridos, cotejando a conduta e a correspondente sanção por ato de improbidade administrativa, é imperativa a cassação da sentença para que, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, ao "decisum" se dê a imprescindível fundamentação, conforme disposto no art. 489 do CPC/2015 e art. 93, IX, da CR/1988. IV - Não obstante a regra impositiva do art. 1.013, § 3º, III e IV, do CPC/15 determinar o imediato julgamento do processo nos casos de sentença omissa no exame de um dos pedidos e pela falta de fundamentação, é vedado o órgão "ad quem" julgar pretensão não analisada pelo juízo "a quo", sob pena de supressão de instância e afronta ao duplo grau de jurisdição. (EMENTA DO RELATOR)

V.V.:

NULIDADE DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - JULGAMENTO DO MÉRITO - CAUSA MADURA. - A declaração de nulidade da sentença por deficiência em sua fundamentação não inviabiliza o julgamento do mérito do recurso pelo Tribunal, quando o processo estiver em condições de imediato julgamento, cabendo a aplicação da teoria da causa madura. (EMENTA DO 2º VOGAL)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.17.042555-7/002 - COMARCA DE IBIRITÉ - APELANTES: ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO, ARTUR ORLANDO DA SILVA, CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA, DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA, DOLORES DE OLIVEIRA SOUZA, EDSON AGUIAR DA SILVA, FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO, JORGE MELQUIADES PIMENTA, JOSÉ ROBERTO MATOS, ODAIR DIAS, SEBASTIÃO GOMES DE ARAÚJO, VICENTE TARLEY FERREIRA ALVES - APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR

DES. PEIXOTO HENRIQUES
RELATOR

DES. PEIXOTO HENRIQUES (RELATOR)

V O T O

Cuida-se aqui de apelação (doc. nº 321) interposta por Antônio Carlos Cassimiro, Arthur Orlando da Silva, Cláudio Roberto da Silva, Daniel Belmiro de Almeida, Dolores de Oliveira Souza, Edson Aguiar da Silva, Fábio Batista de Araújo, Jorge Melquiães Pimenta, José Roberto Matos, Odair Dias, Sebastião Gomes de Araújo e Vicente Tarley Ferreira da Silva contra sentença (doc. nº 316) que, nos autos do "ação civil pública de ressarcimento de danos pela prática de ato de improbidade administrativa" ajuizada em seu desfavor pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, julgou procedentes os pedidos formulados na inicial. Em decorrência, condenou todos os réus a ressarcirem integralmente o dano, devolvendo a totalidade dos valores indevidamente recebidos a título de "verbas indenizatórias" em desconformidade com a Resolução

1

<http://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?tipo=1&numeroVerificador=1000017042555700220235384093>

SENTENÇA CASSADA - NOVA SENTENÇA SERÁ PROFERIDA

SENTENÇA PROLATADA EM 13/10/2022 CASSADA PELO TJMG EM 29.08.2023

NOME COMPLETO E DE URNA				
01	ANTÔNIO CARLOS CASSIMIRO TONINHO DA EVANGELIZAÇÃO			
02	ARTUR ORLANDO DA SILVA ARTURZINHO			
03	CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA COELHO			
04	DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA DANIEL BELMIRO			
05	DOLORES DE OLIVEIRA SOUZA PASTORA DOLORES			
06	EDSON AGUIAR DA SILVA ESQUERDINHA			
07	FÁBIO BATISTA DE ARAÚJO FABINHO ARAÚJO			
08	JORGE MELQUIADES PIMENTA JORGE PIMENTA			
09	JOSÉ ROBERTO MATOS ZE ROBERTO			
10	ODAIR DIAS ODAIR DIAS			
11	SEBASTIAO GOMES DE ARAUJO TIAO ARAUJO			
12	VICENTE TARLEY FERREIRA ALVES VICENTE DA FARMÁCIA			



**AÇÃO CIVIL
PÚBLICA**

Acadêmico de graduação em Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG

06.09.2023

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PJE-TJMG 500072-18.2017.8.13.0114: breves digressões da cassação da sentença em instância superior e os agentes públicos em Ibirité/MG

Capítulo 15

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.d32076f4-a366-4d7a-9094-
91c9ad6e25a6

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA:
transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 AND THE UNIFIED WORKSHEET:
transparency in the Municipal Legislative Power in the list of advisors per councilor

¹Paulo César de Souza

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador: a presente dissertação consiste em aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, bem como no curso de graduação em Ciências do Estado, matrícula n° 2020430791, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ofertado pelos departamentos: DINC (Direito e Processo Civil e comercial); DINC (Direito e Processo Penal); DIP (Direito Público) e DIT (Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito). Utilizou-se de referência: consulta pública no PJE-TJMG dos autos da **Ação Civil Pública (acesso público) Pje n° 5001331-38.2023.8.13.0114 (CNPJ 21.037.718/0001-22)**; Escola Nacional de Administração Pública; reportagem do jornalista Reinaldo Rodrigues, Programa podcast falow (ACC - Academia Cultural Comunitária), portal transparência da Câmara Municipal de Ibirité e Prefeitura Municipal de Ibirité e trabalhos acadêmicos publicados.

PALAVRAS CHAVES: Alan da Música. Assessor Parlamentar. Câmara Municipal. Ciências do Estado. Daniel Belmiro de Almeida. Edson Tall. Ibirité. Município. Ministério Público de Minas Gerais. Moção N° 25/2023. Prefeitura Municipal. R2 News. Reinaldo Rodrigues. Tonis Sousa. UFMG. Vereador.

ABSTRACT

This is an academic work entitled: C MARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 AND THE UNIFIED SPREADSHEET: transparency in the Municipal Legislative Power in the relationship of advisors per councilor: this dissertation consists of improving the knowledge acquired at the Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, as well as in the undergraduate course in State Sciences, registration no. 2020430791, taught at the Faculty of Law of the Federal University of Minas Gerais, offered by the departments: DINC (Law and Civil and Commercial Procedure); DINC (Criminal Law and Procedure); DIP (Public Law) and DIT (Labor Law and Introduction to the Study of Law). Reference was used: public consultation at PJE-TJMG of the records of the Public Civil Action (public access) Pje n° 5001331-38.2023.8.13.0114 (CNPJ 21.037.718/0001-22); National School of Public Administration; report by journalist Reinaldo Rodrigues, Falow podcast program (ACC - Academia Cultural Comunitária), transparency portal of the Ibirité City Council and Ibirité City Hall and published academic works.

KEYWORDS: Alan da Música. Parliamentary Assistant. Town hall. State Sciences. Daniel Belmiro de Almeida. Edson Tall. Ibirite. County. Public Ministry of Minas Gerais. Motion No. 25/2023. City Hall. R2 News. Reinaldo Rodrigues. Tonis Sousa. UFMG. City councilor.

¹ Graduando em Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG e estagiário de Pós Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Membro da Comissão dos desabrigados da Vila Ideal

1. INTRODUÇÃO

No dia 30.08.2023, este autor publicou nas redes sociais informações capturadas do portal transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré, nome de vereadores e assessores na legislatura 2021/2024 no município de Ibitaré. O teor das informações causaram perplexidade no meio político devido ao detalhamento.

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção segundo a qual a sociedade, qualquer que seja essa sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos, expressa em um contrato social. Nesse sentido, partindo da hipótese de que o indivíduo soberano, ao entrar em contato com outros indivíduos igualmente soberanos, cria a sociedade política, a doutrina democrática tinha imaginado um Estado sem corpos intermediários. No entanto, o que aconteceu nos Estados democráticos foi exatamente o oposto: os sujeitos politicamente relevantes foram sempre mais os grupos, grandes organizações, associações das mais diversas naturezas, sindicatos de diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos. ZUCCOLOTTO, 2019.

Após a divulgação na rede social, alguns agentes públicos, reservadamente, estranharam ao ver os nomes expostos em planilha com o salário discriminado. Alguns agentes públicos demonstraram irritação na rede social, visto que a desconfiança dos valores entre assessores levantaram enumera discussão quanto ao trabalho de assessoramento.

Devido à dificuldade de realização do princípio da representação política, diversas correntes de pensamento surgiram como contraponto à democracia representativa, entre as quais se destacam as correntes elitistas (que consideravam a democracia meramente eleitoral), a nova esquerda e as correntes participativa e deliberativa (que, como Rousseau, recusam a representação por considerá-la uma usurpação). Apesar do crescimento dessa última corrente, um dos problemas apontados em relação a ela é que os autores que a defendem não indicam soluções

institucionais que evitem que, na democracia participativa, se repita o mesmo que com a representação política, ou seja, pontualmente, cair na tentação da maioria. Dito de outro modo, não indicam mecanismos institucionais de pesos e contrapesos para a solução de conflitos. **ZUCCOLOTTO, 2019.**

2. DESENVOLVIMENTO

Este autor sempre questionou a falta de transparência do Poder Público inclusive ouviu do prefeito - administração 2021/2024 William Parreira Duarte, afirmar em audiência pública realizada na Prefeitura que todas as informações estavam no portal transparência. Lado outro, nem todas as informações foram alimentadas no portal transparência.

2.1. Independência dos poderes

Como é sabido, a independência dos poderes abarca a esfera municipal, isto é, a separação dos poderes Executivo (Prefeitura) e Legislativo (Câmara Municipal) As origens da separação de poderes remontam a Aristóteles, com a obra "A Política". Consequentemente, o tema também foi observado por João Locke e, finalmente, por Montesquieu, em sua célebre obra "O espírito das leis".Nessa senda, a independência entre os Poderes não é absoluta, é limitada pelo sistema de freios e contrapesos, de origem norte-americana. Esse sistema estabelece a interferência legítima de um Poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente.

2.2. Confusão e embaraçamento da Administração Pública

Apos, análise nos portais de transparência dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, constatou-se que foi unificado os portais, o que causou

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

confusão até mesmo a este autor. No momento que as informações foram extraídas, o acesso foi pelo site da Prefeitura Municipal de Ibirité. Lado outro, qualquer cidadão que acessar o portal da Câmara de Vereadores, terá o mesmo acesso. Nessa senda, tal ato da administração pública municipal causa embaraço e confusão na população.

O correto é cada poder (Legislativo e Executivo) ter o seu próprio portal transparência e não do formato constatado nesta data, 04/09/2023, onde confundi e confunde a população. No atual formato, fica parecendo que os vereadores (Poder Legislativo) estão subordinados ao Prefeito (Poder Executivo).

Se a transparência é um princípio histórico necessário à prática da accountability, horizontal e vertical, e para a consolidação democrática, os desenhos institucionais das democracias devem possuir meios de promovê-la, e, nesse sentido, o Brasil vem, desde a redemocratização, desenvolvendo iniciativas para melhorar a transparência do governo central e dos entes subnacionais. **ZUCCOLOTTO, 2019.**

Iniciativas anteriores à CF 1988 também existiram, todavia estavam sempre relacionadas a questões orçamentárias, como o Código de Contabilidade Pública de 1922 e a Lei 4.320/64. Essa última, apesar de ter sido promulgada nos últimos dias (17 de março de 1964) do governo democrático de João Goulart, perdurou durante todo o regime militar, dado seu caráter fiscal e, conseqüentemente, de controle, que a mesma proporcionava ao governo central em relação às contas dos governadores e interventores. **ZUCCOLOTTO, 2019.**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou no Brasil a estrutura de um novo sistema de controle do Estado fundamentado nos princípios da legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e eficiência. A introdução do princípio da publicidade no modelo originário da democracia brasileira representou um grande avanço, pois abriu caminho para que a sociedade tivesse conhecimento sobre os atos da administração pública. **ZUCCOLOTTO, 2019.**

2.3. Da Ação Civil Publica Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114

Inquérito Civil nº MPMG- 0114.12.000417-0 Todos os atos oficiais dos agentes públicos devem ser submetidos ao regime integral de publicidade. Todo cidadão tem o direito fundamental de saber a verdade e tomar conhecimento daquilo que foi feito em nome do povo, do qual ele, cidadão, é um dos componentes. (Fábio Konder Comparat).

Em apertada síntese, canta os autos da Ação Civil Pública, denúncia ofertada pelo “parquet” em desfavor da Câmara Municipal de Ibirité “casa do povo”, conectada ao CNPJ sob o número 21037718/0001- 22, situada na Rua José Maria Taltson, nº 81, SL 206 e 301, Centro, Ibirité, CEP 32400- 221..

Nessa senda, o cidadão VALDIVINO COELHO PAIVA (**APLAUSOS PELA INICIATIVA** - munícipe residente na região do MORADA DA SERRA, pessoa conhecida na região), presidente do diretório municipal do PT (Partido dos Trabalhadores) de Ibirité/MG, ao longínquo ano de 2014, calcado na Lei nº 12.527/2011 questionou a falta de transparência (Planilha Unificada) do Vereador WILLIAM PARREIRA DUARTE, legislatura 2009/2012, eleito pelo partido PDT com 1.921 votos, sendo o vereador eleito mais votado naquela legislatura, considerando que a DOLORES DE OLIVEIRA SOUZA, vulgo pastora dolores, embora não eleita, obteve **2.305** votos. expressiva votação no município.

Requerimento protocolado por Paiva em 08/07/2012

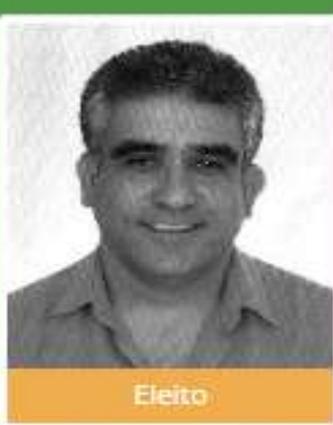
Representante: William Parreira Duarte (Vereador 2009/2012)

Representante: Valdivino Coelho Paiva (Presidente DM do PT)

WILLIAM PARREIRA

Vereador - IBIRITÉ/MG

Partido Democrático Trabalhista - PDT



Eleito

Foto para urna

Perguntas formulada no bojo dos autos do inquérito civil

- 1) Quantos assessores laboram em seu gabinete?
- 2) Quais os nomes, atividades exercidas e vencimentos dos assessores ?
- 3) Qual o valor do subsídio recebido mensalmente pelo vereador ?
- 4) Qual o valor da verba indenizatória que o vereador recebe mensalmente ?
- 5) Qual é a quantidade de minutos que faz jus o aludido vereador no telefone corporativo ?
- 6) Além das vantagens citadas, o que mais a Câmara disponibiliza para o parlamentar em seu gabinete?

QUESTIONAMENTO - 08.07.2012

Ofício 060/2012 - Resposta da Presidência - 27/08/2012

Representante: William Parreira Duarte (Vereador 2009/2012)

Representante: Valdivino Coelho Paiva (Presidente DM do PT)

FABINHO ARAUJO

Vereador - IBIRITÉ/MG
Partido Trabalhista Brasileiro - PTB



Eleito

Foto para urna



a) o gabinete do vereador **WILLIAM PARREIRA DUARTE**, assim como os demais gabinetes não possuem número determinado de assessores, ficando a cargo do vereador esse quantitativo de pessoas e a respectiva remuneração pelo código correspondente;

b) os assessores exercem a função de assessoramento ao parlamentar em atividade dentro e fora do gabinete de acordo com a orientação de cada vereador;

c) o subsídio do vereador na atual legislatura é de **R\$ 6.192,03** conforme lei municipal 2013/2011

d) A verba indenizatória em razão de atividades inerente ao exercício parlamentar é limitada a **R\$ 5.000,00**, de acordo com a resolução da presidência 003/2008, por força da comunicação da presidência 003/2010 esse limite foi reduzido para **R\$ 4.000,00**;

e) A utilização dos telefones corporativos são para a funcionalidade dos gabinetes dos vereadores, não fazendo jus o vereador a qualquer quantidade de minutos

f) Não existem quaisquer vantagens pagas aos vereadores, que são remunerados por subsídio em parcela única, nos termos do art. 39, §4 da Constituição Federal

**BREVE HISTÓRICO DE VOTAÇÃO DO VEREADOR NA
LEGISLATURA DE 2009/2012**

	WILLIAM PARREIRA DUARTE		
	2020	Prefeito - Ibirité - Avante (SIM)	47.105
	2016	Prefeito - Ibirité - PTC (SIM)	39.060
	2012	Vice-Prefeito - Piedade dos Gerais - PDT (NÃO)	Vice
	2010	Dep. Federal -MG - PDT (NÃO)	10.892
	2008	Vereador - Ibirité - PDT (SIM)	1.921
	2004	Vereador - Ibirité - PSB (NÃO)	600
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG - 07/09/2023			

<p><i>a) Quantos assessores laboram em seu gabinete?</i></p> <p><i>b) Quais os nomes, atividades exercidas e vencimentos dos assessores?</i></p> <p><i>c) Qual o valor do subsídio recebido mensalmente pelo Vereador?</i></p> <p><i>d) Qual o valor da verba indenizatória que o vereador percebe mensalmente?</i></p> <p><i>e) Qual a quantidade de minutos a que faz jus o aludido vereador no "telefone corporativo"?</i></p> <p><i>f) Além das vantagens citadas, o que mais a Câmara disponibiliza para o parlamentar em seu gabinete?"</i></p>
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da UFMG - 07/09/2023

Campeões de voto: vereador ano/voto		
<p>GERALDO MATOS (vereador) ELEITO</p>		<p>2012 2.368 votos</p>
<p>PASTORA DOLORES (vereador) NÃO ELEITA</p>		<p>2008 2.305 votos</p>
<p>BETO ALEGRIA (vereador) ELEITO</p>		<p>2016 2.285 votos</p>

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG

Campeões de voto: vereador ano/voto		
WILLIAM PARREIRA (vereador) ELEITO		2008 1.921 votos
ALEXANDRE DO PLANETA PIZZA (vereador) ELEITO		2020 1.865 votos
COELHO (vereador) ELEITO		2004 1.796 votos
DANIEL BELMIRO (vereador) ELEITO		2020 1.723 votos

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG

RELATÓRIO DO QUADRO DE SERVIDORES REFERENTE AO MÊS DE

NOVEMBRO DE 2021

Lei Nº 2306, de 13 DE AGOSTO DE 2021 que atualizou o valor do subsídio dos vereadores em R\$ 8.003,92 (oito mil, três reais e noventa e dois centavos) com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2021.

Lei Complementar Nº 0177 de 24 de março de 2021 que atualizou o valor da Unidade Padrão de Vencimento – UPV's em R\$ 144,27 (cento e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

MATRÍCULA	CARGO	UPV'S
8	0108	27
9	0113	25,85
18	0106	34
19	0103	34 LSV
20	0113	55,5
23	0103	34
473	0120	10,45
584	0120	10,45
631	0120	10,45
730	100	Vereador
733	0105	34
751	0107	34
765	0110	10,46
808	0109	7,84
836	0119	7,56
885	0102	55,5
894	100	Vereadora
896	100	Vereador
915	105	34
918	0105	34
921	0105	34
924	0105	34
936	0105	34
939	0105	34
953	0105	34
956	0105	34
965	0120	10,45
973	0105	34
983	0105	34
985	0105	34
987	0123	16,13
998	0121	13,51
999	0107	34
1008	0120	10,45
1010	0122	15,55

Fonte: Portal Câmara Municipal de Ibitaré - Ano de 2021

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

No ano de 2022, o parquet deliberou internamente para dilatar o prazo de um ano, visto que o inquérito civil encontrava-se naquele momento expirado, ressaltou o parquet em deliberação interna novas diligências, nos termos do artigo 12, caput, da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 03/2009.

Lado outro, aos 13 de fevereiro de 2023 (segunda feira) por volta das 17:10 (dezesete horas), a egrégia Câmara Municipal de Ibitiré foi intimada para manifestar sobre o pedido de tutela de urgência formulado no bojo dos autos da Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a casa legislativa municipal.

Pedidos formulados pelo parquet

Face ao exposto, propõe o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS a presente Ação Civil Pública requerendo a Vossa Excelência:

1- a concessão da medida liminar, após a oitiva do ente público ora demandado, no prazo de 72 horas (nos termos do art. 1º da Lei 9.494/97 c/c art. 2º Lei 8.437/92), para que seja expedido mandado liminar, na forma especificada no 'tópico 3' desta peça de ingresso;

2- seja recebida a petição inicial, determinando-se a citação da Câmara de Vereadores, na pessoa de seu Presidente para, querendo, contestar o presente pedido;

3- a designação de audiência conciliação, nos termos do art. 319, inc. VII, do Código de Processo Civil;

4 - ultrapassado o devido processo legal, seja, ao final, confirmada a antecipação da tutela, julgando-se procedente o pedido formulado na inicial para condenar a Câmara de Vereadores na obrigação de fazer, consistente:

4.1) na divulgação, de forma irrestrita, incondicional e atualizada, independentemente de "identificação dos requerentes" ou do preenchimento de qualquer tipo de formulário ou cadastro, no seu site/portal da transparência, das informações a que se encontra obrigado de fazê-lo, nos moldes da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência), esta última que inseriu dispositivos na Lei Complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), inclusive no que se refere qualificação dos servidores, assessores e Vereadores, com as

respectivas remunerações/vantagens indicadas em moeda corrente, além das demais obrigatórias nas leis federais alçadas:

Inclusive porque o descumprimento pela Câmara recomenda, em tutela inibitória e por economia processual - evitando proliferação de ações judiciais – que a ordem judicial abarque por completo a imprescindibilidade de conformação contínua da transparência da Câmara Municipal, com ou sem site próprio, por qualquer meio legal e hábil, aos requisitos mínimos calçados e cogentes nas leis retrocitadas.

4.2) na adoção das medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

5) Seja fixada definitivamente a multa diária em caso de descumprimento da obrigação de fazer no montante de R\$ 1.000,00 (hum mil Reais) por dia de atraso, sem prejuízo das responsabilidades cíveis, criminais e/ ou administrativas do(s) agentes(s) públicos que derem causa ao descumprimento

6) A intimação do município de Ibitiré, na pessoa de seu Prefeito Municipal, para, querendo, intervir na presente ação.

Noutro giro, a CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ manifestou nos autos, em síntese, alegando que esclarecendo que o seu Portal da Transparência se encontra em completa conformidade com a legislação, contendo todas as informações relativas à transparência, não havendo impedimento ou entrave para a sua consulta.

Esclareceu, ainda, que a última vistoria do Ministério Público ao referido Portal foi em fevereiro de 2.022, ou seja, mais de um ano, de forma que todas as inconsistências encontradas pela ele foram sanadas, sendo tal correção comunicada ao Parquet, por meio do Ofício n. 046/2022.

*Ocorre que, conforme demonstrado na Manifestação de ID-9730897293, o Portal da Transparência da CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ contém todas as informações relativas à despesa com pessoal, **estando o seu Portal absolutamente atualizado, não havendo nenhuma restrição, condição, nem exigência de identificação do usuário para acesso às referidas informações.** Desta forma, a CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ entende que a referida determinação judicial encontra-se, absolutamente, cumprida*

Sem razão

Este autor, **PAULO CÉSAR DE SOUZA**, extremamente indignado, detectou que o portal transparência da CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ não apontou a PLANILHA UNIFICADA, discriminando a relação de assessores por vereador contendo: nome completo, matrícula, salário e descrição de atividades por assessor

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. MPMG-0114.23.000308-8. 06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA. PAULO CÉSAR DE SOUZA recorreu ao Ministério Público, através da Ouvidoria, para: apresentar reclamação (denúncia) contra a CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ, por falta de transparência, ausência de lista de assessores por vereador, desaparecimento de informação referente à Comissão de Constituição e Justiça em 15/02/2023 (grifo nosso).

PLANILHA UNIFICADA

VEREADOR 01	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 02	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 03	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 04	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 05	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 06	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 07	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 08	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 09	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 10	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 11	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 12	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 13	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 14	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor
VEREADOR 15	Relação de assessores por vereador; nome completo, número de matrícula, salário e atividades desempenhadas por assessor

3. DO DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À INFORMAÇÃO - GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE

O Constituinte elevou o direito de acesso à informação à condição de princípio/direito fundamental, inserto no art. 5.º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, segundo o qual todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvando-se, apenas, aquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, senão vejamos:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

Em reforço ao direito fundamental em comento, o Legislador Constituinte Reformador, por meio da Emenda Constitucional n.º 19, introduziu diversas mudanças no art. 37 da Carta Constitucional, estabelecendo diretrizes gerais cuja obediência é imposta à Administração Pública direta e indireta de todos os entes federados.

Verifica-se que a emenda alterou o § 3.º do referido artigo 37, acrescentando três incisos, dentre os quais merece realce o inciso II, por sua

pertinência ao tema em debate, uma vez que assegura aos usuários da Administração Pública o acesso aos registros administrativos e aos atos do governo, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

Nesse sentido, a gestão pública transparente é um corolário do direito à informação e também uma importante ferramenta para o aperfeiçoamento da gestão pública, dos controles sobre os atos da administração pública e, sobretudo, da participação popular.

A exigência de uma gestão pública transparente é princípio constitucional, além de direito fundamental do cidadão. O dever do ente público em disponibilizar informações sobre toda a gestão pública, inclusive aquela chamada de gestão pública fiscal, ganhou maior cogência com a Lei Complementar 131/2009 (que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A LRF, em seu capítulo XI, traz as normas disciplinadoras da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1o A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016) I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016) III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art.48-A. § 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016) § 3o (omissis) § 4o (omissis) § 5o Nos casos de envio conforme disposto no § 2o, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016) § 6o Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias,

fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016) Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009). I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009). II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Verifica-se que a LC nº 131/2009, ao introduzir alterações na LRF, pretendeu inserir na rotina da Administração Pública Brasileira a transparência na gestão pública fiscal, determinando a publicidade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Regulamentando as disposições da LC nº 131/2009, o Governo Federal editou o Decreto nº 7.185/2010, definindo o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, bem como detalhando o conteúdo, quanto às despesas e receitas, que deverão, obrigatoriamente, constar nos Portais da Transparência, vejamos:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº

101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto. Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade. Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira: I - quanto à despesa: a) o valor do empenho, liquidação e pagamento; b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso; c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto; d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários; e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

Verifica-se que a LC nº 131/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.185/2010, ao introduzir alterações na LRF, pretendeu inserir na rotina da Administração Pública Brasileira a transparência na gestão pública fiscal, determinando a publicidade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nessa configuração, foi publicada a Lei de Acesso à Informação – LAI -, representando uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois define que o acesso é a regra e o sigilo a exceção. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar acesso às informações públicas, isto é, aquelas que não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos.

Verifica-se na transparência pública ativa, a LAI delimita em seu art. 8º um rol mínimo de informações que deverão ser divulgadas. Vejamos:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais

frequentes da sociedade. § 2o Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

Conforme visto, tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), determinam a transparência ativa da gestão pública, especialmente da gestão pública fiscal, delimitando o conteúdo mínimo e obrigatório, que deverá ser disponibilizado nos portais da transparência

Humberto Martins (Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023)

A construção do princípio da transparência claramente deriva, no texto constitucional de uma elaboração ou detalhamento das expressões iniciais da Carta Política de 1988, tal como produzidas pelo poder constituinte originário. Assim, na redação original da Constituição Federal somente havia quatro menções expressas ao termo “publicidade”:

Art. 5º (...) LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: (...) (...) § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos

públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (...) Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...) IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Em Ibirité poucos agentes públicos enfrentam o tema. A transparência no serviço público municipal é relevante para a coletividade.

Assevera Humberto Martins (Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023)

A Constituição Federal de 1988 traz uma marca muito importante ao processo civilizacional brasileiro. Ela amplia o conceito de público para além das fronteiras do Estado. O público foi reafirmado como imerso na sociedade. Assim, os agentes do Estado – como o são os magistrados e demais funcionários da Administração Pública –, são vistos e devem se ver como servidores da sociedade. É ao interesse público que servem. As suas obrigações são mais amplas do que apenas servir ao interesse estatal. O Estado serve à sociedade, em um novo significado de interesse público. Neste contexto, a publicidade e a transparência configuram valores muito relevantes. Elas viabilizam a cognição pela sociedade de como está sendo efetivado o funcionamento da máquina estatal, seja em termos de seus custos (eficiência), seja em termos da consecução de suas finalidades (eficácia). Saber como são gastos os recursos públicos e como são entregues os produtos públicos – ações estatais, como a oferta de saúde, educação e etc. – é um dado muito relevante ao planejamento das

atividades do Estado. Mas, também, é uma prestação de contas muito importante ao interesse público e à sociedade, como um todo. Pesquisas sobre o funcionamento do sistema administrativo e, em especial, das diversas ações colaborativas que envolvem a União, os Estados (e o Distrito Federal) e os municípios são cruciais para o desenvolvimento da cidadania. Tais pesquisas não servem somente para divulgar as ações desenvolvidas ou mesmo os seus custos. Afinal, a localização dos gastos demonstra apenas a expressão dos números. Não obstante, é importante frisar a necessidade de expansão das avaliações e das prestações de contas de cunho substantivo. São elas que permitem o pleno conhecimento dos cidadãos sobre o que é desempenho pelo Estado.

4. DA REPERCUSSÃO DA PLANILHA UNIFICADA REALIZADA POR PAULO CÉSAR DE SOUZA NAS REDE SOCIAIS

3.1. RW NEWS - NOVA REVELAÇÃO: DESPESAS POLÊMICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ



NOVA REVELAÇÃO: DESPESAS POLÊMICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ



<https://www.youtube.com/watch?v=BKjaHhac1xo>

A reportagem do jornalista Reinaldo Rodrigues aborda a publicação da lista nas redes sociais em 2:54 (dois minutos e cinquenta minutos)

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

25

3.2. FALLOW PODCAST |TONIS SOUZA , EDOSN TAL



FALLOW podcast |Tonis souza , Edosn Tal



FALLOW podcast
2,54 mil inscritos

Inscrito

12

Compartilhar

<https://www.youtube.com/watch?v=b6bkbdkxiOk&t=845s>

O podcast “FALLOW” conduzido por Alan da Música -convitados: TONIS SOUSA E EDSON TALL, programa com duração de 1:22:48 (uma hora, vinte e dois minutos e quarenta e oito segundos)

Constata-se em fala aos 25:52 (vinte e cinco minutos e cinquenta e dois segundos) Alan da Música questiona os convidados acerca da transparência de informações dos assessores e os serviços prestados.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

26

3.3. MARLON VILLELA NO | K-MASSA



Marlon Villela no | K-MASSA



MassaCrente
1,54 mil inscritos



Inscrito



15



Compartilhar



<https://www.youtube.com/watch?v=RsWeoMJyEks&t=3302s>

Em fala capturada aos 33 minutos, o entrevistador WELLINGTON HORTA FERREIRA, (10 UPV) assessor parlamentar do vereador-presidente ALEXANDRE BRAGA SOARES, aborda com MARLON BRUNO VILELA, assessor parlamentar do vereador-vice-presidente CHANDE acerca da publicação da PLANILHA UNIFICADA da relação de assessores por vereador. O assunto é enfrentado pelos assessores com responsabilidade, não se esquivam do assunto, visto que ambos os nomes apareceram na lista da relação de assessores por vereador

3.4. Os direitos dos cidadãos em obter informações e a transparência

Conforme Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça (2023) as informações que podem envolver projetos de desenvolvimento científico e tecnológico que requerem sigilo, pois visam desembocar em patentes ou outros tipos de proteção da propriedade intelectual. Imaginemos o desenvolvimento de fármacos pela Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz). Ainda, pensemos em informações que estão relacionadas com atividades militares. Enfim, em tais casos, a informação sensível poderá ser classificada como “ultrassecreta” (25 anos de restrição) ou como “secreta” (15 anos) ou “reservada” (5 anos). Nada impede que a classificação das restrições seja alterada, caso haja mudança no seu significado. Os arts. 23 a 30 estão direcionadas para estes sistemas de classificação das informações sensíveis.

3.5. Os procedimentos para obtenção das informações

Para Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça (2023) Construir regras para aos acervos informacionais sempre esbarra no caso de informações de cunho pessoal. Numa sociedade democrática, é necessário que as informações sejam públicas. Contudo, é imperativo, também, que haja o respeito pela esfera dos direitos individuais dos cidadãos. É por este motivo que o art. 31 bem prescreve que “o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais”. Assim, a Lei nº 12.527/2011 dispensa uma proteção de 100 anos às informações pessoais de “intimidade, vida privada, honra e imagem” (§ 1º do art. 31). É claro que os cidadãos podem autorizar expressamente sua difusão e é claro que existem as hipóteses de mitigação deste direito (§ 3º do art. 31). Um exemplo de mitigação é a necessidade

de uso de informações de bancos de dados públicos para defesa dos direitos humanos e em casos de saúde pública. O importante de reter dos dispositivos do art. 31 é a necessidade de construir regras mais claras sobre o uso de informações pessoais para a consecução de finalidades públicas, sem que isso signifique violar direitos individuais.

3.6. Regras para fixação de restrições ao acesso às informações

Além de prever sanções pelo descumprimento dos ditames da Lei nº 12.527/2011 (art. 32, §§ 1º e 2º e art. 33), a seção também indica que a responsabilidade por danos causados pela divulgação de informações que violem direitos dos cidadãos é objetiva. Desta forma, a entidade que realizar a indevida e danosa divulgação responderá diretamente pelo dano que causar, independentemente de poder, depois, responsabilizar os agentes causadores do dano (art. 34). A responsabilidade dos agentes pode ser buscada de forma regressiva, ou seja, após a condenação da entidade, a mesma pode buscar o ressarcimento no agente, bem como o mesmo poderá ser responsabilizado diretamente do ponto de vista funcional. Logo, a indenização do cidadão somente poderá ser buscada contra a entidade. Ao passo em que o agente causador do dano poderá responder diretamente, perante a Administração Pública, do ponto de vista administrativo ou laboral (nos casos das empresas estatais e demais entes privados), por quaisquer violações comprovadas, após o devido processo legal, sendo garantida a ampla defesa. Em síntese, cabe resumir que a Lei nº 12.527/2011, chamada de Lei da Transparência ou de Lei de Acesso à Informação, representa um importante avanço em prol do reconhecimento de valores da cidadania que foram firmados na Constituição Federal de 1988, em respeito aos anseios da nossa sociedade brasileira, é importante indicar que a inovação legislativa e jurisprudencial é um processo dinâmico, no qual o direito se modifica para se atualizar exatamente em relação aos valores.

3.7 valores da cidadania definidos em 1988 e os anseios da sociedade

A Constituição Federal de 1988 decorreu de um processo político que repercutia a vontade da sociedade brasileira de viver novamente em plena democracia. O movimento das “Diretas Já” sempre faz retornar a lembrança de Teotônio Vilela, nomeado como Menestrel da Liberdade em música da pena de Milton Nascimento e de Fernando Brant que se tornou um dos hinos daquele momento histórico. A movimentação social para construção de uma assembleia constituinte e toda a agitação que marcou o período desembocou em uma carta constitucional na qual há uma ampla gama de direitos. Dentre estes, foram criados dispositivos relacionados à fundamental liberdade de informação, como está no inciso XIV do art. 5º: “**é assegurado a todos o acesso à informação**”. Este direito fundamental é, novamente, reiterado pelo art. 220, que abre o capítulo sobre a comunicação social: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”.

Estes dispositivos constitucionais estão ligados ao sentimento social em prol da liberdade que se disseminou pelo Brasil naquela década de 80 do século passado. São normas que consubstanciam os valores, sentimentos, anseios. Em relação ao Poder Judiciário, na Constituição Federal foi reafirmada a necessidade de que os seus julgamentos devem ser públicos, bem como que todas as suas decisões devem ser fundamentadas, exceto em casos nos quais haja um direito à intimidade, como ocorre nos feitos de família. Em síntese, o que se ergueu premente foi a noção de que a liberdade de informação perpassa o conceito de Estado Democrático de Direito, em todos os seus órgãos e entes. Porém, para consolidar tais anseios, ainda seria necessário construir um conjunto de normas jurídicas para efetivar tais direitos constitucionais.

Tratar dos valores sociais e da sua reflexão nos textos constitucionais e legais é uma temática de grande complexidade. Isso porque existe uma notória característica humana relacionada à interpretação dos textos que pode ser vista nas divergências sobre o significado e o alcance das palavras em relação aos fatos. Tal dilema é claramente perceptível nas divergências judiciárias, uma vez que os entendimentos distintos são margem aos debates entre os julgadores e, também, ao que podemos considerar como uma evolução da jurisprudência. Para exemplificar, o caso dos direitos sociais, tal como previstos no art. 6º da Constituição Federal, serve para demonstrar o que indico. O direito à educação está previsto no artigo mencionado. Entre eles é possível indicar o direito das crianças à pré-escola, ou seja, à creche.

Este processo é especialmente didático, uma vez que demonstra como é possível afirmar a busca judicial de direitos sociais, como o direito à educação, que é previsto nos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acima indicado. Ele supera uma tese antiga de que um cidadão não poderia exigir judicialmente a oferta de um direito social, uma vez que tal atuação iria vir a violar a separação entre os poderes.

3.8. CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG - PAUTA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA: (2021/2024) moção de elogios e aplausos ao Acadêmico, de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza

Moção N° 25/2023

Protocolo: 483, Data Protocolo: 01/09/2023, Situação: Protocolado

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida

Moção de elogios e aplausos ao Acadêmico, de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza

<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documentos/tipo:legislativo-2/subtipo:mocao-13>

Por iniciativa do vereador DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA, presidente da Câmara Municipal de Ibirité (BIÊNIO 2021/2022) manifesta moção de elogios e aplausos a este autor



Moção Nº 25/2023

MOÇÃO DE ELOGIOS E APLAUSOS

A Câmara Municipal de Ibirité, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico, de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza

Acadêmico do Curso de Ciências do Estado - 12ª Turma - Nota 5 MEC/2023 (Percurso Democracia e Governança Social) da Faculdade de Direito da UFMG. Foi Secretário-Geral do Centro Acadêmico de Ciências do Estado - Gestão MATIZ (2021); auxiliou na organização do I Congresso Nacional de Ciências do Estado - *Dos Brasis que se faz um País: Horizontes Democráticos, Estado e Governança Social*. Trabalhou na Empresa Pública Minas Gerais Administração e Serviços S/A entre 2013 a 2019.

É Bacharel em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Foi Vice-Presidente do Diretório Acadêmico do Curso de Direito - Gestão Integração (2014/2015).

Especializou-se em Direito do Consumidor (2020); Direito Eleitoral (2022) pela Faculdade Única de Ipatinga. Cursa Pós-Graduação (Lato sensu) em Direito Constitucional e Direito Processual Civil pela Faculdade Única de Ipatinga. Foi Estagiário de Pós-Graduação em Direito (cooperação cível) na Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) entre 2021 e 2023.

Publicou diversos trabalhos acadêmicos sobre o Poder Executivo e Legislativo de Ibirité no Fórum Nacional de Publicações Acadêmicas (Editora Home - Belém/PA) e Jornal Tribuna (portal de notícias e opiniões jurídicas).

Atualmente é Estagiário voluntário do Projeto memória documental e comunicação, executado pelo Departamento de Direito do Trabalho e introdução ao Estudo do Direito (DIT) da Faculdade de Direito da UFMG; voluntário da organização não governamental Lar Feliz (Lei Municipal de Ibirité 2032/2011); membro voluntário da comissão dos desabrigados da Vila Ideal e Estagiário de Pós-Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Considerações relevantes:



Av. São Paulo, 695, Vila Nova Esperança – 4ª Seção – Ibirité/MG – CEP: 32400-409. (31) 3521-7900.

<https://mg-ibirite-camara.od.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressao-sem-manifesto/105420>

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

33



Trabalhos acadêmicos publicados junto ao Fórum Nacional de Publicações Acadêmicas (Editora Home - Belém/PA) e Jornal Tribuna (portal de notícias e opiniões jurídicas).

Único estudante universitário do Município de Ibitaré no Curso de Ciências do Estado (12ª Turma) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Secretário-Geral do Centro Acadêmico de Ciências do Estado - Gestão Matiz (2021)

Vice-Presidente do Diretório Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas - Barreiro - Gestão Integração (2014/2015)

Membro da Comissão dos desabrigados da Vila Ideal

Voluntário da ONG LAR FELIZ.

Ibitaré, 01 de setembro de 2023.

Daniel Belmiro de Almeida
(Daniel Belmiro)
Vereador



Av. São Paulo, 695, Vila Nova Esperança – 4ª Seção – Ibitaré/MG – CEP: 32400-409. (31) 3521-7900.

<https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressao-sem-manifesto/105420>

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

34

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que as normas gerais de aplicação com o fim de organizar a conduta das pessoas no âmbito de determinada sociedade. Essa definição é bem ampla e nos serve para entender a Lei da Transparência. É sabido que a Constituição Federal possui a previsão de diversos direitos que são autoaplicáveis. Um deles é o direito subjetivo dos cidadãos de receber informações (pessoais, coletivas e de interesse geral) dos órgãos públicos, que está prescrito no inciso XXXIII do art. 5º, o qual lista os direitos fundamentais. O mesmo direito subjetivo à informação, com menção expressa aos registros administrativos e às informações de atos de governo está no inciso II do § 3º do art. 37 da Carta Política. Por fim, o § 2º do art. 216 da Constituição Federal fixa o dever da Administração Pública de manter arquivos e de criar sistemas para que esses possam ser acessados pelos cidadãos **(Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023)**

Com este quadro constitucional, fica evidente que a Constituição Federal de 1988 requeria uma regulamentação legal para que fossem garantidos os direitos ali previstos, bem como que fossem determinadas normas gerais para que a Administração Pública, em sentido bem amplo, fixasse sistemas de gestão das informações. A imagem abaixo bem sintetiza este movimento. **(Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023)**



Verifica-se que a nova Lei da Transparência visa regular a relação jurídica que se compõe do direito à informação dos cidadãos e do dever de prestação de informações por parte do Poder Público em sentido bem amplo. A amplitude pode ser vista no parágrafo único do art. 1º da lei, que, em seus incisos, engloba a União, Estados, Distrito Federal e municípios, todos os poderes republicanos, bem como os entes controlados e até as empresas (públicas e sociedades de economia mista), nas quais haja controle pelo Estado. Ainda, o art. 2º da lei define que ela se aplica às entidades privadas que recebam verbas públicas. (**Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023**)

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO APARECE APENAS NO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ
CNPJ: 23.037.748/0001-22
AVENIDA SÃO PAULO, 608 - VILA NOVA ESPERANÇA
CIVIL - JUNDIAÍ - IBIRITÉ - MG

Demonstrativo de Pagamento

Período (Mês/Ano): JUN/2023 - Folha Pivotal
Conta Corrente: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
Função: ASESOR PARLAMENTAR
Informações Adicionais: Data Admissão: 01/07/2012

Demonstrativo de Mês

Conta	Descrição	Referência	Valor/Quantidade	Debitos	
7.000	SALARIO BASE	30,00	1.679,29		
8.002	AUXILIO ALIMENTAÇÃO		400,00		
9.001	INSS	9,96		171,76	
Total VENCIMENTOS			2.079,29		
Total Debitos				171,76	
Total Liquido ->			1.907,53		
Salário Base	Base Previdenciária	Base FGTS	Valor FGTS	Base IRRF	Base IRRF - Férias
1.679,29	1.679,29	0,00	9,96	1.548,42	0,00

Fonte: Servidor do Legislativo Municipal 2021/2024

Verifica-se que a informação “auxilio alimentação” aparece no demonstrativo de pagamento dos servidores do legislativo. Lado outro, não há informação no portal transparência. Vereador recebe auxílio alimentação ? Infelizmente no Poder Executivo o prefeito William Parreira Duarte (Conforme demonstrativo abaixo) mesmo com um estrondoso salário superior a R\$ 35 mil reais recebe R\$ 400,00 (quatrocentos reais) o que é revoltante. Absurdo.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

**EM IBIRITÉ/MG - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
WILLIAM PARREIRA DUARTE RECEBE VALE ALIMENTAÇÃO**



Prefeitura Municipal de Ibirité
Rua Arthur Campos, 006 - Alvorada - IBIRITÉ - MG
CEP: 32400-538 Fone: (51) 3079-6000
CNPJ: 16.715.493/0001-70

Hollerith

Funcionário: WILLIAM PARREIRA DUARTE Matrícula **: 1424**

Vínculo: Agente Político

Referência Salarial: 0 Letra Salarial: A

Competência: 08/2023 Data de Admissão: 01-11-2022

Código	Descrição da Conta	Referência	Vencimento	Desconto	Cálculo
2000	TOTAL DE PROVENTOS				38 079,04
2001	TOTAL DE DESCONTOS				10 222,56
2002	LIQUIDO				27 856,48
2034	Cartão Alimentação	30			400,00
3403	BASE INSS				38 079,04
3404	BASE IRRF				37 202,09
6403	BASE INSS SEFIP				38 079,04
Total			38 079,04	10 222,56	
Salário Base					0,01
Líquido					27 856,48

* Todos os valores expressos em reais.

Apenas consulta. Sem valor de comprovação de renda.

** Por questões de segurança e privacidade alguns dados foram ofuscados seguindo orientação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Fonte: Portal transparência da prefeitura de Ibirité/MG

Para **Humberto Martins (2023)** O primeiro princípio indicado (art. 2º, I) define que a regra geral é a transparência e o fornecimento de informações. Há casos nos quais é razoável pensar na aplicação do sigilo, como a proteção à intimidade por força da própria Constituição Federal, inclusive – e interesses evidentes de Estado. Basta pensar no segredo industrial, já que a Lei abrange empresas estatais para ver que é necessária a existência de motivo crível para a fixação de sigilo. A fixação da regra geral de transparência (art. 2º, II) exige que a Administração Pública seja ativa na promoção de informações de interesse geral. Ela não pode agir somente por provocação. Deve construir sistemas de gestão com o objetivo de difundir as informações de interesse público para facilitar a obtenção por parte dos cidadãos, inclusive pelos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e mídia impressa), bem como pelos novos sistemas eletrônicos (Internet, por exemplo) (art. 2º, III). A transparência, como eu indicarei mais adiante, é um valor social.

REFERÊNCIAS

FALLOW podcast |Tonis souza , Edosn Tal. Portal transparência da Câmara Municipal de Ibirité. Alan da Musica, Edson Tal e Tonis Sousa. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=b6bkbdkxiOk&t=3320s> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção N° 25/2023. A Câmara Municipal de Ibirité, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressa-o-sem-manifesto/105420> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção Nº 25/2023. Pauta da 14ª Sessão Ordinária - 3ª Sessão Legislativa - 15ª Legislatura, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza. Disponível em: < <https://www.camaraibirite.mg.gov.br/sessao/14a-sessao-ordinaria-3a-sessao-legislativa-15a-legislatura-100242> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Executivo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. Câmara Municipal. Lei nº 2.354, de 02 de Março de 2023 disciplina auxílio alimentação aos servidores do Legislativo de Ibirité e dá providências. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/c20ad4d76fe97759aa27a0c99bff6710> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

MARLON VILLELA NO | K-MASSA. Mistério no ar! O K-Massa com Wellington Horta traz para você uma noite repleta de revelações de segredos políticos por ninguém menos que Marlon Villela, o mestre do Marketing Político de Ibirité!. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RsWoeMJyEks> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

MARTINS, Humberto. LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORES, DIREITO E TECNOLOGIA EM EVOLUÇÃO. Disponível em: < https://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/Discursos/0001182/LEI%20DA%20TRANSPAR%3%8ANCIA%20E%20SUA%20APLICA%3%87%3%83O%20NA%20ADMINISTRA%3%87%3%83O%20P%3%9ABLICA%20VALORES.%20DIREITO%20E%20TECNOLOGIA%20EM%20EVOLU%3%87%3%83O.pdf > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública (acesso público) Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114.

R2 NEWS. Reinaldo Rodrigues. NOVA REVELAÇÃO: DESPESAS POLÊMICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BKjaHhac1xo> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

ZUCCOLOTTO, Robson. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro / Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira. – Brasília: Enap, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf> > **Acesso em:** 07 de setembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

41

ANEXOS

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 01

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	FABIO BATISTA DE ARAUJO - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Adevaír Ramos Da Silva, assessor - R\$ 4.095,562. Elem Eugenia Soares, assessora R\$ 4.095,563. Emilia Maria De Jesus Amaral, assessora R\$ 4.095,564. Ernani Crisipo De Araújo, assessor R\$ 5.775,365. Giovana Carolina Dos Santos Silva, assessora R\$ 1.743,846. João Geraldo Braga, assessor R\$ 1.803,667. Joao Victor Dias Melo, comissão R\$ 5.607,388. Nubia Cristina Ferreira Quaresma, assessora R\$ 5.271,42



Quem paga essa conta? você

VEREADOR(A) 02

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré - 30/08/2023

PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

08 assessores



MARCLENE RODRIGUES DOS SANTOS - vereadora **R\$ 9.320,05**

1. Ana Carolina Alves Silva Oliveira, assessora **R\$ 1.575,50**
2. Clebio Geraldo Cordeiro, assessor **R\$ 2.919,70**
3. Francislaine Alves De Souza Paula, assessora **R\$ 5.103,44**
4. Geraldo Magela De Souza, assessor **R\$ 4.767,48**
5. Maria Helena De Oliveira Silva, assessora **R\$ 7.119,20**
6. Nilson Aparecido Resende, assessor **R\$ 4.422,98**
7. Sirlane Froes De Oliveira, assessora **R\$ 2.583,74**
8. Walter Soares De Aguiar, assessor **R\$ 6.644,58**



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 03

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
07 assessores	OSVALDO ALVES DA SILVA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Antonio Carlos Penido De Lima, assessor R\$ 1.743,842. Delma Maria De Oliveira, assessora R\$ 1.971,643. Giovanna Margarida Marques Fonseca Da Silva, assessora R\$ 1.743,844. Jenifer Teixeira Dos Reis, assessora R\$ 1.803,665. Mara Neves De Souza Almeida, assessora R\$ 6.951,226. Sidiney Vasconcelos Leandro, assessor R\$ 9.302,947. Sônia Diamantino, assessora R\$ 7.959,10



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 04

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitité - 30/08/2023

PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

07 assessores



RIVALDO PEREIRA DE SOUZA - vereador **R\$ 9.320,05**

1. Bruno Henrique Pereira De Jesus assessor **R\$ 6.783,24**
2. Jesus De Fatima Evaricio assessor **R\$ 3.927,58**
3. Laryssa Dos Santos Reis assessora **R\$ 3.255,66**
4. Marcos Aurelio Soares assessor **R\$ 4.095,56**
5. Pedro Paulo Da Cruz Fidelis assessor **R\$ 4.767,48**
6. Rafael Felipe Da Silva assessor **R\$ 6.783,24**
7. Vagner Claudino Da Rocha assessor **R\$ 2.261,08**



Quem paga essa conta? você
VEREADOR 05 (P)

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023

PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

13 assessores



ALEXANDRE BRAGA SOARES - vereador **R\$ 9.320,05**

1. Celso Coelho Paiva, assessor **R\$ 3.087,68**
2. Divarci Antonio De Carvalho Junior, assessor **R\$ 7.791,12**
3. Gleidson Lopes Mangieri, comissão **R\$ 6.111,32**
4. **Izabela Ferreira De Souza, comissão R\$ 10.143,83**
5. Jessica Alves Dias De Almeida, assessora **R\$ 9.470,92**
6. Leandro Alves Rodrigues, assessor **R\$ 9.470,92**
7. Lilian Keiko Adania, assessor **R\$ 5.943,34**
8. Luana Xavier Lima Bicalho De Sousa, assessora **R\$ 4.935,46**
9. Marcos Vinicius De Souza, LEG III, **R\$ 4.913,62**
10. Rodrigo De Melo, assessor **R\$ 9.470,92**
11. Thaina Almeida Silva, assessora **R\$ 9.470,92**
12. Wellington Horta Ferreira, assessor **R\$ 2.079,80**
13. Wilson Cordeiro Eustáquio, assessor **R\$ 9.470,92**



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 06 (S)

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023

PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

09 assessores



WALLACE JUNIO RIBEIRO ANDRADE - vereador **R\$ 9.320,05**

1. Fabricia De Lourdes Da Costa Siqueira assessor **R\$ 2.919,70**
2. Gabriel Henrique Freitas Silva assessor **R\$ 6.279,30**
3. Jesu José Luiz assessor **R\$ 3.759,60**
4. Marcelo Alves Dos Santos assessor **R\$ 3.591,62**
5. Paulo Sergio De Souza assessor **R\$ 6.279,30**
6. Sabrina Bastos Cunha Rocha, assessora **R\$ 2.139,62**
7. Vilmar Henrique Silva, assessor **R\$ 2.583,74**
8. Viviane Carla Sodre Freitas, assessora **R\$ 6.279,30**
9. Werley Albano Dos Santos, assessor R\$ 6.783,24



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 07 (VP)

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré - 30/08/2023

PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

08 assessores



ALEXANDRE JOSE FERREIRA DOS SANTOS - vereador **R\$ 9.320,05**

1. Edna Aparecida De Oliveira Lima assessora **R\$ 2.415,76**
2. Geisiane Paula De Oliveira Santos assessora **R\$ 4.599,50**
3. Jakson Antonio Dos Santos, assessor **R\$ 2.079,80**
4. Jorge Sergio, assessor **R\$ 4.599,50**
5. Marlon Bruno Vilela, assessor **R\$ 4.599,50**
6. Reginaldo Jose Da Silva, assessor **R\$ 7.623,14**
7. Ronaldo Soares Lucio, assessor **R\$ 6.279,30**
8. Suellen Elen Magalhaes Dos Santos assessora **R\$ 7.959,10**



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 08

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré - 30/08/2023 PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores 	ARTUR ORLANDO DA SILVA - vereador R\$ 9.320,05 <ol style="list-style-type: none">1. Adriano Jose Amaral Rodrigues assessor R\$ 5.775,362. Cleusa Fernandes De Souza assessor R\$ 5.271,423. Elcimar Francisco Lopes De Souza assessor R\$ 5.775,364. Geraldo Silveira Neto assessor R\$ 2.415,765. Júlia Pinheiro Campos assessora R\$ 4.095,566. Leonardo Jose De Oliveira assessor R\$ 4.095,567. Lilian Valeria Barbosa De Oliveira assessora R\$ 3.591,628. Luiz Alberto Campos De Carvalho assessor R\$ 5.775,36



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 09

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023 PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
<p>08 assessores</p>  	<p>WANDERLEI MARTINS DE PAULA - vereador R\$ 9.320,05</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Celso Haroldo Teodoro assessor R\$ 5.775,36 2. Fabricio Barbosa Souza assessor R\$ 5.271,42 3. Gilson Monteiro assessor R\$ 6.615,26 4. Ilda Teixeira Dos Santos assessora R\$ 6.615,26 5. Joel Batista assessor R\$ 6.615,26 6. Jonatas Henriques Tavares Demetrio assessor R\$ 5.775,36 7. Roseli De Souza Pires assessora R\$ 3.087,68 8. Vinicius Venades Monteiro agente de servico R\$ 3.341,33



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 10

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	CARLOS HENRIQUE VARELA PASCOAL - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Daniele Laureano Vieira Ferreira, assessora R\$ 4.095,562. Fernanda Viegas Da Silva Gonçalves, assessora R\$ 4.292,863. Haysllan Basilio Pedro, assessor R\$ 6.860,834. Janaina Aparecida Gruba, assessora R\$ 2.751,725. Kenia Batista Leoncio, assessora R\$ 2.583,746. Luciana Evangelista Rodrigues, agente do leg III R\$ 4.913,627. Ramon Patrick Lopes Da Rocha, assessor R\$ 7.455,168. Reginaldo Ferreira Dornas, assessor R\$ 7.287,18



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 11

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
10 assessores	DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Edson Pereira De Brito, assessor R\$ 5.103,442. Alex Gonçalves Coelho, assessor R\$ 5.103,443. Geraldo Gomes Rodrigues, assessor R\$ 5.103,444. Glauca Aparecida De Oliveira, assessora R\$ 3.759,605. Jessica Da Silva Gomes, assessora R\$ 2.139,626. Jessica Helena Gomes Da Silva, assessora R\$ 2.139,627. Paulo Henrique Da Silva Ferreira, assessor R\$ 5.103,448. Roney Rodrigues Dos Santos, assessor R\$ 5.103,449. Sancilhia Soares Silva, assessora R\$ 2.139,6210. Wemberson Marcelino De Andrade, assessor R\$ 2.139,62



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 12

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
06 assessores	DIMAS RAMOS DE MIRANDA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Alair Paulino Abreu, assessor R\$ 4.935,462. Erick Mendes Da Silva, assessor R\$ 6.111,323. Ingrid Dayana Monteiro, assessora R\$ 5.943,344. Mateus Carlos Da Silva Braga, assessor R\$ 6.111,325. Melquisedeck Herculano Gomes, assessor R\$ 6.111,326. Thais Pereira Goncalves Guimaraes, assessor R\$ 6.783,24



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 13

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
06 assessores	MAXIMILIANO PARREIRA DA SILVA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Bryan Da Silva Antunes, assessor R\$ 7.287,182. Fabiany Aparecida Correia De Paula, assessora R\$ 4.895,463. Magda Alves De Sousa, assessora R\$ 4.714,154. Maria Julia Da Silva Cassimiro, assessora R\$ 5.271,425. Paloma Alves Moreira, assessora R\$ 5.547,116. Rodrigo Candido De Oliveira Lima, assessor R\$ 7.119,20



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 14

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité - 30/08/2023 PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
<p>10 assessores</p> 	<p>FRANCISCO SOARES DE AQUINO NETO - vereador R\$ 9.320,05</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Clemilda Calixta Da Hora Ferreira, assessora R\$ 2.199,44 2. Dione Isaac De Oliveira, assessor R\$ 8.463,04 3. Elisangela De Paulo Gomes Rodrigues, assessora R\$ 1.513,02 4. Gilberto Siqueira De Oliveira, assessor R\$ 2.199,44 5. Hosana Rocha, assessora R\$ 2.247,78 6. João Alexandre Campos, assessor R\$ 8.295,06 7. Jorge Felipe Oliveira Alves Da Silva, assessor R\$ 3.759,60 8. Josue Florentino Da Silva, assessor, R\$ 3.927,58 9. Maria Aparecida De Freitas Barbosa, assessora R\$ 2.583,74 10. Webson Robson Da Silva, assessor R\$ 2.415,76



Quem paga essa conta? você

VEREADOR 15

EMPREGADOS DO POVO - Fonte: Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Ibitaré - 30/08/2023 PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
10 assessores	GLEISON ELOI LOPES - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. Davidson Rodrigo Batista, assessor R\$ 6.279,302. Edinilson José Rodrigues, assessor R\$ 2.415,763. Fábio Rogério De Oliveira, assessor R\$ 5.775,364. Jessica Alves Martins, assessora R\$ 3.255,665. Marcos Tulio Rodrigues De Faria, assessor R\$ 2.247,786. Nayara Joyce Dos Santos De Almeida, assessora R\$ 1.743,847. Ronaldo Alves Vieira, assessor R\$ 1.743,848. Sebastiao Jose Da Silva, assessor R\$ 6.111,329. Vandete Pereira De Souza, assessora R\$ 1.743,8010. Viny De Oliveira Cabral, assessor R\$ 6.279,30



ANEXOS

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 01

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00)	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	FABIO BATISTA DE ARAUJO - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. ADEVAIR RAMOS , ASSESSOR - R\$ 4.095,56 - 22 UPV2. ELEM EUGENIA, ASSESSORA R\$ 4.095,56 - 22 UPV3. EMILIA MARIA, ASSESSORA R\$ 4.095,56 - 22 UPV4. ERNANI CRISIPO, ASSESSOR R\$ 5.775,36 32 UPV5. GIOVANA CAROLINA, ASSESSORA R\$ 1.743,84 8 UPV6. JOÃO GERALDO, ASSESSOR R\$ 1.803,66 8 UPV7. JOÃO VICTOR, R\$ 5.607,38 - COMISSÃO CHEFE8. NUBIA CRISTINA A, ASSESSORA R\$ 5.271,42 29 UPV

143 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR(A) 02

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00)	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	MARCLENE RODRIGUES DOS SANTOS - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. ANA CAROLINA, ASSESSORA R\$ 1.575,50 - 10 UPV2. CLEBIO GERALDO , ASSESSOR R\$ 2.919,70 15 UPV3. FRANCISLAINE, ASSESSORA R\$ 5.103,44 28 UPV4. GERALDO MAGELA, ASSESSOR R\$ 4.767,48 26 UPV5. MARIA HELENA, ASSESSORA R\$ 7.119,20 40 UPV6. NILSON APARECIDO , ASSESSOR R\$ 4.422,98 28 UPV7. SIRLANE FROES DE, ASSESSORA R\$ 2.583,74 13 UPV8. WALTER SOARES, ASSESSOR R\$ 6.644,58 40 UPV

300 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 03

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
07 assessores	OSVALDO ALVES DA SILVA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. ANTONIO CARLOS , ASSESSOR R\$ 1.743,84 - 8 UPV2. DELMA MARIA, ASSESSORA R\$ 1.971,64 - 9 UPV3. GIOVANNA, ASSESSORA R\$ 1.743,84 - 8 UPV4. JENIFER TEIXEIRA ASSESSORA R\$ 1.803,66 - 8 UPV5. MARA NEVES , ASSESSORA R\$ 6.951,22 - 39 UPV6. SIDINEY VASCONCELOS, ASSESSOR R\$ 9.302,94 - 53 UPV7. SÔNIA DIAMANTINO, ASSESSORA R\$ 7.959,10 - 45 UPV

170 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 04

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00)	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
07 assessores	RIVALDO PEREIRA DE SOUZA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. BRUNO HENRIQUE ASSESSOR R\$ 6.783,24 - 38 UPV2. JESUS DE FATIMA ASSESSOR R\$ 3.927,58 - 21 UPV3. LARYSSA ASSESSORA R\$ 3.255,66 - 17 UPV4. MARCOS AURÉLIO ASSESSOR R\$ 4.095,56 - 22 UPV5. PEDRO PAULO ASSESSOR R\$ 4.767,48 - 26 UPV6. RAFAEL FELIPE ASSESSOR R\$ 6.783,24 - 38 UPV7. VAGNER CLAUDINO ASSESSOR R\$ 2.261,08 - 38 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 05 (P)

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
<p>13 assessores</p>  	<p>ALEXANDRE BRAGA SOARES - vereador R\$ 9.320,05</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CELSO, ASSESSOR R\$ 3.087,68 - 16 UPV 2. DIVARCI ANTONIO, ASSESSOR R\$ 7.791,12 - 44 UPV 3. GLEIDSON, COMISSÃO R\$ 6.111,32 - COMISSÃO 4. IZABELA , COMISSÃO R\$ 10.143,83 - COMISSÃO 5. JESSICA ALVES , ASSESSORA R\$ 9.470,92 - 54 UPV 6. LEANDRO, ASSESSOR R\$ 9.470,92 - 54 UPV 7. LILIAN, ASSESSOR R\$ 5.943,34 - 33 UPV 8. LUANA XAVIER, ASSESSORA R\$ 4.935,46 - 27 UPV 9. MARCOS , LEG III, R\$ 4.913,62 - AGENTE LEGISLATIVO 10. RODRIGO, ASSESSOR R\$ 9.470,92 - 54 UPV 11. THAINA, ASSESSORA R\$ 9.470,92 - 54 UPV 12. WELLINGTON, ASSESSOR R\$ 2.079,80 - 10 UPV 13. WILSON , ASSESSOR R\$ 9.470,92 - 54 UPV

400 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR 06 (S)

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
09 assessores  	WALLACE JUNIO RIBEIRO ANDRADE - vereador R\$ 9.320,05 <ol style="list-style-type: none">1. FABRICIA ASSESSOR R\$ 2.919,70 - 15 UPV2. GABRIEL ASSESSOR R\$ 6.279,30 - 35 UPV3. JESU ASSESSOR R\$ 3.759,60 - 20 UPV4. MARCELO ASSESSOR R\$ 3.591,62 - 19 UPV5. PAULO ASSESSOR R\$ 6.279,30 - 35 UPV6. SABRINA, ASSESSORA R\$ 2.139,62 - 10 UPV7. VILMAR, ASSESSOR R\$ 2.583,74 - 13 UPV8. VIVIANE, ASSESSORA R\$ 6.279,30 - 35 UPV9. WERLEY, ASSESSOR R\$ 6.783,24 - 38 UPV

220 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR 07 (VP)

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores  	ALEXANDRE JOSE FERREIRA DOS SANTOS - vereador R\$ 9.320,05 <ol style="list-style-type: none">1. EDNA ASSESSORA R\$ 2.415,76 - 12 UPV2. GEISIANE ASSESSORA R\$ 4.599,50 - 25 UPV3. JAKSON , ASSESSOR R\$ 2.079,80 - 10 UPV4. JORGE SERGIO, ASSESSOR R\$ 4.599,50 - 25 UPV5. MARLON, ASSESSOR R\$ 4.599,50 - 25 UPV6. REGINALDO, ASSESSOR R\$ 7.623,14 - 43 UPV7. RONALDO, ASSESSOR R\$ 6.279,30 - 35 UPV8. SUELLEN ASSESSORA R\$ 7.959,10 - 45 UPV

220 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR 08

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	ARTUR ORLANDO DA SILVA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. ADRIANO ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 32 UPV2. CLEUSA ASSESSOR R\$ 5.271,42 - 29 UPV3. ELCIMAR ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 32 UPV4. GERALDO ASSESSOR R\$ 2.415,76 - 12 UPV5. JÚLIA ASSESSORA R\$ 4.095,56 - 22 UPV6. LEONARDO ASSESSOR R\$ 4.095,56 - 22 UPV7. LILIAN ASSESSORA R\$ 3.591,62 - 19 UPV8. LUIZ ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 32 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 09

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores  	WANDERLEI MARTINS DE PAULA - vereador R\$ 9.320,05 <ol style="list-style-type: none">1. CELSO ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 32 UPV2. FABRICIO ASSESSOR R\$ 5.271,42 - 29 UPV3. GILSON ASSESSOR R\$ 6.615,26 - 37 UPV4. ILDA ASSESSORA R\$ 6.615,26 - 37 UPV5. JOEL ASSESSOR R\$ 6.615,26 - 37 UPV6. JONATAS ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 32 UPV7. ROSELI ASSESSORA R\$ 3.087,68 - 16 UPV8. VINICIUS R\$ 3.341,33 - AGENTE DE SERVIÇO III

220 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 10

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
08 assessores	CARLOS HENRIQUE VARELA PASCOAL - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. DANIELE , ASSESSORA R\$ 4.095,56 - 22 UPV2. FERNANDA , ASSESSORA R\$ 4.292,86 - 25 UPV3. HAYSLLAN , ASSESSOR R\$ 6.860,83 - 43 UPV4. JANAINA , ASSESSORA R\$ 2.751,72 - 14 UPV5. KENIA , ASSESSORA R\$ 2.583,74 - 13 UPV6. LUCIANA , R\$ 4.913,62 - AGENTE LEGISLATIVO III7. RAMON, ASSESSOR R\$ 7.455,16 - 42 UPV8. REGINALDO, ASSESSOR R\$ 7.287,18 - 41 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 11

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
10 assessores	DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. EDSON, ASSESSOR R\$ 5.103,44 - 28 UPV2. ALEX, ASSESSOR R\$ 5.103,44 - 28 UPV3. GERALDO, ASSESSOR R\$ 5.103,44 - 28 UPV4. GLAUCIA, ASSESSORA R\$ 3.759,60 - 20 UPV5. JESSICA DA SILVA, ASSESSORA R\$ 2.139,62 - 10 UPV6. JESSICA HELENA, ASSESSORA R\$ 2.139,62 - 10 UPV7. PAULO, ASSESSOR R\$ 5.103,44 - 28 UPV8. RONEY, ASSESSOR R\$ 5.103,44 - 28 UPV9. SANCILHIA, ASSESSORA R\$ 2.139,62 - 10 UPV10. WEMBERSON, ASSESSOR R\$ 2.139,62 10 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR 12

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
06 assessores	DIMAS RAMOS DE MIRANDA - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. ALAIR , ASSESSOR R\$ 4.935,46 - 27 UPV2. ERICK, ASSESSOR R\$ 6.111,32 - 34 UPV3. INGRID, ASSESSORA R\$ 5.943,34 - 33 UPV4. MATEUS, ASSESSOR R\$ 6.111,32 - 34 UPV5. MELQUISEDECK, ASSESSOR R\$ 6.111,32 34 UPV6. THAIS, ASSESSOR R\$ 6.783,24 - 38 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você
VEREADOR 13

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
06 ASSESSORES	MAXIMILIANO PARREIRA DA SILVA - VEREADOR R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. BRYAN, ASSESSOR R\$ 7.287,18 - 41 UPV2. FABIANY, ASSESSORA R\$ 4.895,46 - 30 UPV3. MAGDA, ASSESSORA R\$ 4.714,15 - 30 UPV4. MARIA, ASSESSORA R\$ 5.271,42 - 29 UPV5. PALOMA ASSESSORA R\$ 5.547,11 - 33 UPV6. RODRIGO, ASSESSOR R\$ 7.119,20 - 40 UPV

203 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 14

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00) PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
10 assessores	FRANCISCO SOARES DE AQUINO NETO - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. CLEMILDA, ASSESSORA R\$ 2.199,44 - 10 UPV2. DIONE, ASSESSOR R\$ 8.463,04 - 48 UPV3. ELISANGELA, ASSESSORA R\$ 1.513,02 - 8 UPV4. GILBERTO, ASSESSOR R\$ 2.199,44 - 10 UPV5. HOSANA ROCHA, ASSESSORA R\$ 2.247,78 - 11 UPV6. JOÃO, ASSESSOR R\$ 8.295,06 - 47 UPV7. JORGE, ASSESSOR R\$ 3.759,60 - 20 UPV8. JOSUÉ, ASSESSOR, R\$ 3.927,58 - 21 UPV9. MARIA, ASSESSORA R\$ 2.583,74 - 13 UPV10. WEBSON, ASSESSOR R\$ 2.415,76 - 12 UPV

200 UPV

Quem paga essa conta? você

VEREADOR 15

ASSESSOR / UPV (R\$ 168,00)	
PLANILHA UNIFICADA - RELAÇÃO DE ASSESSORES POR VEREADOR	
Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
10 assessores	GLEISON ELOI LOPES - vereador R\$ 9.320,05
	<ol style="list-style-type: none">1. DAVIDSON, ASSESSOR R\$ 6.279,30 - 35 UPV2. EDINILSON, ASSESSOR R\$ 2.415,76 - 12 UPV3. FÁBIO, ASSESSOR R\$ 5.775,36 - 34 UPV4. JESSICA, ASSESSORA R\$ 3.255,66 - 17 UPV5. MARCOS , ASSESSOR R\$ 2.247,78 - 11 UPV6. NAYARA, ASSESSORA R\$ 1.743,84 - 8 UPV7. RONALDO, ASSESSOR R\$ 1.743,84 - 8 UPV8. SEBASTIAO, ASSESSOR R\$ 6.111,32 - 34 UPV9. VANDETE, ASSESSORA R\$ 1.743,80 - 8 UPV10. VINY, ASSESSOR R\$ 6.279,30 - 35 UPV

202 UPV

JOÃO DE BARRO 90456

Vereador - IBIRITÉ/MG
Partido Republicano da Ordem Social - PROS
CNPJ - 38.869.429/0001-92

Suplicior
Foto para urna

Consta da urna
Situação Candidato

Deferido
Situação Candidatura

Deferido
Situação Renovação/Extinção/Coligação

<https://divulgacaodcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/45950/130000981350>



07/09/2023 - AUTOR DESCONHECIDO

Crítica ao assessor **JOÃO ALEXANDRE CAMPOS** codinome **JOÃO DE BARRO**
Exerceu a vereança em 2017/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

72



FALOW podcast | Guilherme Costa e João de Barro



FALOW podcast
2,54 mil inscritos

Inscrito

16

Compartilhar

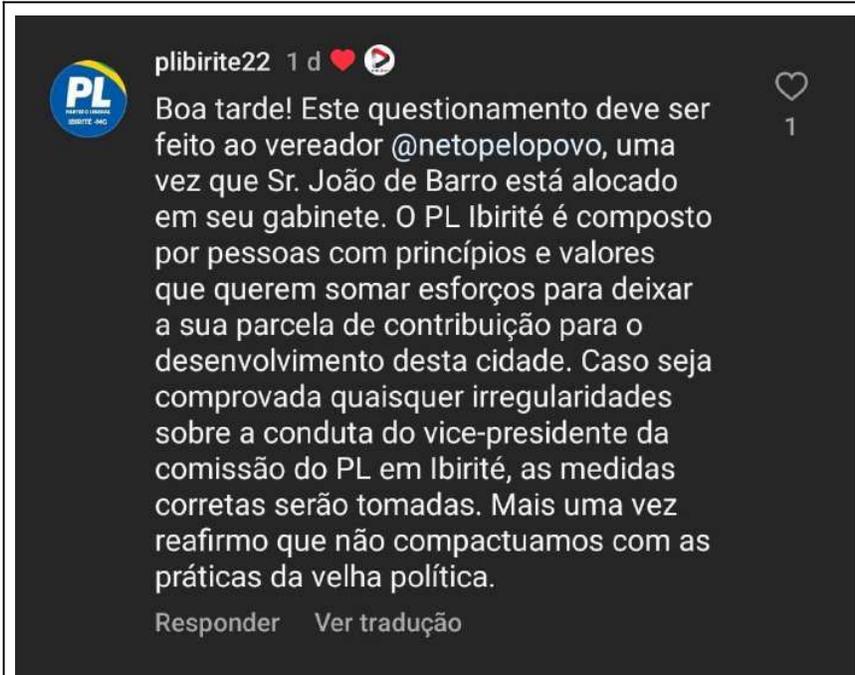


<https://www.youtube.com/watch?v=g4tjQYDF17A&t=5s>

Em fala capturada aos 30 minutos, o convidado GUILHERME durante o programa apontou áudio com a voz / fala (aparentemente) do Senador da República Cleitinho (...) eu sou contra essa situação de vereador deputado indicar cargo na prefeitura, dentro de assembleia, de governo. Aos 32 minutos e 15 segundos assevera **JOÃO ALEXANDRE CAMPOS** vulgo **JOÃO DE BARRO** (...) **Vereadores hoje, o que eles fazem, ele para ganhar a eleição, primeira coisa que eles fazem e prometer cargo político, ou seja, o povo tem que começar a entender o seguinte: quando o vereador ganha uma eleição, observar ele como está trabalhando, como ele está agindo dentro do legislativo, a partir do momento que ele coloca cinco seis dez pessoas debaixo das asinhas e vai cuidar das dez pessoas que vai buscar os votos e elevar o nome dele, então ele esquece das 200 mil pessoas que tem dentro de Ibirité.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador

73



plibirite22 1 d ❤️ 🎥

Boa tarde! Este questionamento deve ser feito ao vereador @netopelopovo, uma vez que Sr. João de Barro está alocado em seu gabinete. O PL Ibirité é composto por pessoas com princípios e valores que querem somar esforços para deixar a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento desta cidade. Caso seja comprovada quaisquer irregularidades sobre a conduta do vice-presidente da comissão do PL em Ibirité, as medidas corretas serão tomadas. Mais uma vez reafirmo que não compactuamos com as práticas da velha política.

Responder Ver tradução

07/09/2023 - AUTOR PL IBIRITÉ 22 (GRUPO WhatsApp AMAI)



Moção Nº 25/2023

MOÇÃO DE ELOGIOS E APLAUSOS

A Câmara Municipal de Ibitiré, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida manifesta moção de elogios e aplausos **ao Acadêmico, de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza**

Acadêmico do Curso de Ciências do Estado - 12ª Turma - Nota 5 MEC/2023 (Percurso Democracia e Governança Social) da Faculdade de Direito da UFMG. Foi Secretário-Geral do Centro Acadêmico de Ciências do Estado - Gestão MATIZ (2021); auxiliou na organização do I Congresso Nacional de Ciências do Estado - *Dos Brasas que se faz um País: Horizontes Democráticos, Estado e Governança Social*. Trabalhou na Empresa Pública Minas Gerais Administração e Serviços S/A entre 2013 a 2019.

É Bacharel em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Foi Vice-Presidente do Diretório Acadêmico do Curso de Direito - Gestão Integração (2014/2015).

Especializou-se em Direito do Consumidor (2020); Direito Eleitoral (2022) pela Faculdade Única de Ipatinga. Cursa Pós-Graduação (Lato sensu) em Direito Constitucional e Direito Processual Civil pela Faculdade Única de Ipatinga. Foi Estagiário de Pós-Graduação em Direito (cooperação cível) na Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) entre 2021 e 2023.

Publicou diversos trabalhos acadêmicos sobre o Poder Executivo e Legislativo de Ibitiré no Fórum Nacional de Publicações Acadêmicas (Editora Home - Belém/PA) e Jornal Tribuna (portal de notícias e opiniões jurídicas).

Atualmente é Estagiário voluntário do Projeto memória documental e comunicação, executado pelo Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito (DIT) da Faculdade de Direito da UFMG; voluntário da organização não governamental Lar Feliz (Lei Municipal de Ibitiré 2032/2011); membro voluntário da comissão dos desabrigados da Vila Ideal e Estagiário de Pós-Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Considerações relevantes:



Av. São Paulo, 695, Vila Nova Esperança – 4ª Seção – Ibitiré/MG – CEP: 32400-409. (31) 3521-7900.

<https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressao-sem-manifesto/105420>

Capítulo 16

TECNOLOGIA NO DIA A DIA: EVOLUÇÃO E APLICAÇÃO NO COTIDIANO DAS PESSOAS

Gilberto Abud Junior
Reginaldo Luiz Gonçalves

DOI: 10.46898/home.45df2107-da35-4ef8-8208-
34cd74d3e827

TECNOLOGIA NO DIA A DIA: EVOLUÇÃO E APLICAÇÃO NO COTIDIANO DAS PESSOAS

GILBERTO ABUD JUNIOR
REGINALDO LUIZ GONÇALVES

RESUMO

O uso da tecnologia vem revolucionando a vida das pessoas, seus relacionamentos e trabalhos, se tornando algo essencial no dia a dia. Isso ocorre devido à facilidade de comunicação, aprendizado, melhoria de produtividade e suporte proporcionados, tanto fora quanto dentro do ambiente doméstico. O foco deste artigo está na evolução da tecnologia e sua aplicação no cotidiano das pessoas, quais as principais inovações tecnológicas digitais e como são utilizadas. O desenvolvimento tecnológico afetou o cotidiano dos indivíduos principalmente com a chegada do mundo digital e virtual. O crescimento da tecnologia está cada vez mais acelerado e sutil porque, atualmente, tudo que se utiliza no dia a dia compreende meios digitais. Na educação, na realização de compra ou venda de produtos, no trabalho, no varejo e em atividades de lazer, inovações tecnológicas estão sendo aplicadas, essas cada vez mais digitalizadas e integradas. Essas inovações estão diretamente relacionadas com a utilização de dispositivos móveis (smartphones, smartwatches etc.), a interconexão digital de objetos do dia a dia (Internet das Coisas) e sistemas que realizam tarefas complexas, antes realizadas pelo ser humano (Inteligência Artificial). À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, a responsabilidade de garantir a segurança e a privacidade dos dados torna-se fundamental. As ameaças à segurança cibernética são grandes, exigindo vigilância contínua e medidas para a proteção da vida dos indivíduos. O mundo da tecnologia exige equilíbrio entre progresso e responsabilidade. Reconhecer o potencial da tecnologia e, do mesmo modo, estar atento aos seus efeitos éticos, permitirá um futuro não apenas tecnologicamente avançado, mas também socialmente inclusivo.

Palavras-chave: Tecnologia. Cotidiano. Internet das Coisas. Inteligência Artificial.

ABSTRACT

The use of technology has been revolutionizing people's lives, their relationships and jobs, becoming something essential in everyday life. This is due to the ease of communication, learning, productivity improvement and support provided, both outside and inside the home environment. The focus of this article is on the evolution of technology and its application in people's daily lives, what are the main digital technological innovations and how they are used. Technological development has affected the daily lives of individuals mainly with the arrival of the digital and virtual world. The growth of technology is increasingly quickly and in a subtle way because, currently, everything that is used everyday comprises digital media. In education, in the purchase or sale of products, at work, in retail and in leisure activities, technological innovations are being applied, increasingly digitized and integrated. These innovations are directly related to the use of mobile devices (smartphones, smartwatches, etc.), the digital interconnection of everyday objects (Internet of Things) and systems that perform complex tasks previously performed by humans (Artificial Intelligence). As the world becomes increasingly interconnected, the responsibility to ensure data security and privacy becomes paramount. Cybersecurity threats tend to happen, requiring continuous observation and measures to protect the lives of individuals. The world of technology demands a balance between progress and responsibility. Recognizing the potential of technology, and likewise being mindful of its ethical effects, will enable a future that is not only technologically advanced, but also socially inclusive.

Keywords: Technology. Daily Life. Internet of Things. Artificial intelligence.

1. INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia vem revolucionando a vida das pessoas, seus relacionamentos e trabalhos, se tornando algo essencial no dia a dia. Isso ocorre devido à facilidade de comunicação, aprendizado, melhoria de produtividade e suporte proporcionados, tanto fora quanto dentro do ambiente doméstico.

A comunicação é uma das maiores vantagens oferecidas pela tecnologia e seus avanços. É possível compartilhar informações com rapidez e se conectar com qualquer pessoa, independente da distância.

No contexto do aprendizado, tendo em vista a pandemia da COVID-19, houve muitas mudanças relacionadas à utilização da internet e outros recursos *online*. Professores e alunos passaram a ver a internet como forma de aprimorar os estudos, utilizando plataformas *online* para enviar conteúdos e atividades (ex: *Google Meet*, *Microsoft Teams* e *ZOOM*) e redes sociais.

Além disso, a aprendizagem autodidata se tornou mais comum, uma vez que as pesquisas pela internet são fáceis de serem realizadas, com livros digitais, artigos e videoaulas sobre vários assuntos nas plataformas *online*.

Seguindo a linha dos avanços tecnológicos, houve também inovações no cotidiano doméstico, em relação ao lazer e na realização de tarefas, desde ações simples como acender a luz até a higienização e segurança das casas.

Com essas inovações, mais especificamente chamadas de “Internet das coisas”, houve uma inclusão maior de pessoas com deficiências. Pessoas com a mobilidade prejudicada podem usar dispositivos de casa inteligente para acender a luz com comando de voz, por exemplo.

O foco deste artigo está na evolução da tecnologia e sua aplicação no cotidiano das pessoas, quais as principais inovações tecnológicas digitais e como são utilizadas.

2. EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA

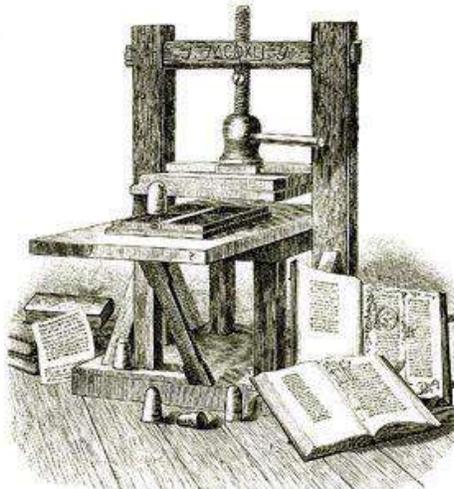
A evolução tecnológica tem sido um aspecto definidor da civilização humana ao longo do tempo e continua moldando a vida das pessoas, sociedades e economias.

O desenvolvimento da tecnologia teve início com as primeiras descobertas e invenções do homem (como o fogo, a roda e a escrita), com o objetivo de solucionar problemas e garantir a sua sobrevivência. Com suas criações, houve grande crescimento populacional e o surgimento de grandes cidades (CORNÉLIO, 2021).

A Idade Média, que se estendeu do século V ao século XV, foi um período de grande importância para a evolução da tecnologia até os dias de hoje. Um grande exemplo dessa importância está na invenção da máquina de imprensa de Gutenberg:

A máquina de imprensa de Gutenberg contava com uma prancha onde eram dispostos os tipos, ou caracteres, móveis [...] moldados em chumbo. Um só molde desses tipos, alimentado com tinta, poderia imprimir inúmeras cópias de um mesmo texto em questão de horas (FERNANDES, 2015)

Figura 1 – Máquina de Imprensa de Gutenberg



Fonte: FEITAIS, 2021

Essa invenção acelerou drasticamente a produção de livros e jornais, assim aumentando a quantidade de pessoas leitoras e, com elas, a geração de maiores questionamentos que deram continuidade às descobertas e inovações tecnológicas dos seres humanos.

Um outro processo de grande importância para a história da tecnologia foram as Grandes Navegações (século XV - século XVI). As navegações contribuíram para o desenvolvimento dos transportes marítimos e comércio, com a utilização de

técnicas e materiais como a bússola, a cartografia e as caravelas (CONEXOS, 2022).

A partir do século XVIII, houve grandes transformações tecnológicas devido, principalmente, à Revolução Industrial. Por meio da Revolução Industrial, o modo de produção, as relações de trabalho, produtividade e o modo de vida foram alterados e atualizados.

A Primeira Revolução Industrial (Século XVIII) representou a criação de mais indústrias e máquinas (funcionavam por meio de energia a vapor e hidráulica), substituindo o homem e fazendo com que houvesse mais procura por oportunidades de trabalho, resultando na movimentação da localidade rural para as cidades, dando início ao processo de urbanização (SILVA, 2023).

A Segunda Revolução Industrial (Século XIX) ficou marcada pela sua expansão para outros países, pelo aumento da produtividade, otimização de tempo, redução de custos (Taylorismo e Fordismo) e pelo uso de outras fontes de energia, como o petróleo (SILVA, 2018).

A Terceira Revolução Industrial (Século XX) simbolizou o desenvolvimento da tecnologia e ciência, dando início ao mundo digital e avanços no campo da medicina. Além disso, houve uma enorme evolução em campos como informática e robótica, e nos meios de transporte e comunicação, com maior propagação de informações e notícias, integrando o mundo (SILVA, 2018).

Um marco na integração do mundo por meio de comunicação digital foi a criação de eletrônicos portáteis, principalmente do *smartphone* (ou telefone móvel). Com sua criação em 1973 (NOGUEIRA, 2022), os *smartphones* tiveram grande impacto na vida das pessoas, tornando-se uma peça fundamental na realização de atividades que antes só eram feitas por computador. Além disso, com sua evolução, o *smartphone* substituiu outros eletrônicos como a câmera fotográfica e o *walkman* (aparelho que realiza a leitura e reproduz áudio).

Com o ingresso da tecnologia digital na atualidade, tornou-se um objetivo realizar a conexão e integração entre o que é o mundo digital e o mundo real, assim dando entrada à Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0 (GOEPIK, 2019). Datada com início entre 2011-2016, a Indústria 4.0 promete desenvolver e evoluir 4 principais tecnologias: Internet das coisas, Inteligência Artificial, Realidade Aumentada e Computação em Nuvem.

Nisso, é possível compreender que o atual nível de tecnologia alcançou em diversos níveis o cotidiano das pessoas, empresas, e o mundo como um todo.

3. TECNOLOGIA NO COTIDIANO

O desenvolvimento tecnológico afetou o cotidiano dos indivíduos principalmente com a chegada do mundo digital e virtual. O crescimento da tecnologia está cada vez mais acelerado e sutil, isso porque, atualmente, tudo que se utiliza no dia a dia compreende meios digitais.

Na educação, professores e alunos utilizam a internet como forma de estudo. Todo e qualquer conteúdo pode ser encontrado e estudado por meio da internet. Professores mandam exercícios, atividades e indicam livros, por exemplo, em plataformas digitais. Houve, gradativamente mais, a necessidade de um mundo conectado, dentro e fora da sala de aula.

Cursos EAD se tornaram mais comuns de serem realizados, ao que a internet e dispositivos eletrônicos se tornaram acessíveis para a população. Pessoas assistem aulas e realizam provas pelos seus *smartphones*, por exemplo. Com isso, mais pessoas tiveram acesso a educação, mesmo à distância.

Plataformas como *Google Classroom*, *Microsoft Teams* e *ZOOM*, são utilizadas como ambientes escolares virtuais, sendo um espaço em que é possível interagir, à distância, por meio de mensagens de texto ou chamadas de vídeo, com professores e colegas de turma. Essas foram essenciais para que o aprendizado fosse possível durante a pandemia da COVID-19, em que foi necessária uma rápida adaptação da sala de aula presencial para o ambiente digital, ampliando-se o conhecimento sobre essas tecnologias e sendo possível visualizar um futuro que traz consigo uma educação mais inclusiva, ativa e integrada (ALMEIDA, 2021).

A utilização de plataformas digitais não ficou somente na área educativa, mas também alcançou os trabalhadores. Não há necessidade de locomoção para a prática de uma reunião, por exemplo. As reuniões podem ser feitas virtualmente no local de trabalho da pessoa. Além disso, também há o crescimento do *Home Office*, modalidade em que o trabalho pode ser feito em qualquer lugar, até mesmo dentro de casa (BORGES, 2022).

Com o auxílio da internet e de tecnologias digitais, atividades comuns como a realização de compra ou venda de produtos se tornaram mais fáceis. Utiliza-se redes sociais como *Whatsapp*, *Instagram* e *Facebook* para se comunicar diretamente com a empresa/vendedor ou com um cliente. Diversos aplicativos criaram vertentes para facilitar essa comunicação e incentivar indivíduos a criarem

sua própria marca e imagem, como o *Whatsapp Business*, *Instagram Business* e *LinkedIn*.

O varejo também criou o seu espaço no digital, a fim de ampliar seus consumidores. O *e-commerce* como *Shein*, *Shopee* e *AliExpress* podem gerar muito mais receita se comparado ao comércio local, já que o modelo possibilita alcançar indivíduos no mundo inteiro, e sem sair de casa.

Sistemas *delivery*, principalmente no setor de alimentação, também foram facilitados. Existem diversos aplicativos e sites que prestam este serviço como o *Ifood*, *Rappi* e *Zé Delivery*. Esse modelo permite a realização de pedidos de mercados, restaurantes e, em alguns casos, da própria empresa de *delivery* sem necessitar de esforço.

Atividades de lazer como andar de carro/moto, limpar a casa, assistir televisão, ouvir música, praticar exercícios físicos, ler livros e até desenhar obtiveram inovações tecnológicas cada vez mais digitalizadas e integradas. Essas inovações estão diretamente relacionadas com as propostas pela Indústria 4.0, desde a utilização de dispositivos móveis (*smartphones*, *smartwatches* etc.) até a interconexão digital de objetos do dia a dia (Internet das Coisas) e sistemas que realizam tarefas complexas, antes realizadas pelo ser humano (Inteligência Artificial).

3.1. Dispositivos móveis

Dispositivos móveis são aparelhos portáteis que apresentam os mesmos recursos e funções de um computador, tendo capacidade para, por exemplo, reproduzir mídia, acessar a internet, sistema GPS e baixar arquivos e jogos (SUBTIL, 2022). Foram criados para facilitar a execução dessas funções por meio de um dispositivo menor e de fácil transporte e manuseio.

São exemplos de dispositivos móveis:

- *Smartphones*: Os mais utilizados atualmente. De acordo com a FGVcia (2023), “são 1,2 *smartphones* por habitante, totalizando 249 milhões de celulares inteligentes em uso no Brasil”. Por meio deste dispositivo é possível fotografar, reproduzir mídias, conectar à internet, baixar arquivos e aplicativos, editar arquivos, navegar nas redes sociais e muito mais (DOLL *et al.*, 2015).

Hoje em dia, o uso dos *smartphones* saíram de “computadores pequenos” para um dispositivo que possui funções próprias. Esse aparelho pode ser um

provedor de *Wi-fi* por meio do Roteador; possuir alguns aplicativos que permitam o controle de televisões e outros dispositivos pelo *smartphone*; poder escanear *QR codes* e identificar imagens, objetos e textos pela câmera; possuir aplicativos de rádio e televisão próprios do dispositivo e que podem ser utilizados em qualquer lugar (PORTO, 2023).

Figura 2 – *Google Lens*, ferramenta que permite identificar objetos e textos pela câmera do celular ou direto da galeria de fotos



Fonte: ALVES/TechTudo, 2022

- *Smartwatches*: Os *smatwatches* são relógios digitais que possuem funções próximas ao de um *smartphone*, além de algumas funções a mais. Grande parte da população que possui esse dispositivo, tem como objetivo manter uma vida mais saudável, por meio da monitoração do dia a dia. Eles medem, em tempo real, os BPM (batimentos por minuto) de uma pessoa, podem realizar contagem de passos, possuem sistema de GPS e alguns até monitoram o sono (NETSHOES, 2022).

Com vários modelos à venda, os *smatwatches* podem se conectar ao celular do usuário e receber notificações de mensagens, atender ligações, enviar mensagens e até acessar documentos. Alguns dispositivos possuem a função de efetuar pagamentos de aproximação a partir de carteiras digitais do usuário (USEMOBILE, 2022).

- *E-readers*: Desenvolvidos para a leitura de livros, revistas e HQs (histórias em quadrinhos) de forma digital, os *E-readers* possuem uma tela que simula páginas de livros reais, podendo ser adaptada de acordo com o gosto do usuário. Alguns exemplos de leitores digitais são: *Kindle*, *Kobo* e *InkPad Color* (LOUREIRO, 2022).

Uma das vantagens do uso destes leitores seria a possibilidade de o usuário armazenar diversos livros em somente um aparelho. O *e-reader* apenas permite a leitura dos *e-books* disponíveis na plataforma, os quais são pagos, porém mais

acessíveis tendo em vista a diferença de valor entre um livro físico para um livro digital. Além disso, a iluminação da tela desse dispositivo permite a leitura em locais com pouca luminosidade, sem perder o aspecto de uma página de livro (LOUREIRO, 2022).

Mesmo com essa tecnologia, é comum conhecer pessoas que preferem comprar livros físicos ao invés de digitais:

Ler em um *e-reader* não traz ao leitor a mesma experiência sensitiva de um livro físico. Folhear, admirar a capa e fazer anotações no papel são apenas alguns dos fatores que fazem as pessoas se apaixonar pelos livros. A relação com o *e-reader* é mais "fria". (LOUREIRO, 2022)

- *Tablets*: Os *tablets* são dispositivos que, assim como os *smartphones*, apresentam *touch screen* e, como os computadores, possuem uma grande tela, maior armazenamento e a possibilidade de baixar aplicativos com versões não disponíveis para celulares, como o *Photoshop*. Estes aparelhos são uma ótima opção para pessoas que gostam de se organizar, principalmente em áreas como trabalho e em estudos (CONECTAJA, 2022).

Existem acessórios que podem facilitar a usabilidade desses dispositivos, como canetas *touch*, teclados e mouses que são conectados via *bluetooth*. Hoje em dia, muitos já substituíram o uso de cadernos e lápis nos estudos para *tablets* e canetas *touch*, em que as anotações dos usuários podem ser salvas como arquivos no armazenamento do aparelho (CONECTAJA, 2022).

Ao mesmo tempo, os *tablets* são comumente usados para lazer, levando em consideração que sua tela e armazenamento permitem uma melhor experiência para a leitura de livros digitais, assistir vídeos, filmes e séries, jogar jogos e produzir artes digitais.

Figura 3 – Arte digital sendo feita em *tablet/lpad*



Fonte: PIPER/Creative Bloq, 2022

3.2. Internet das Coisas

Como já mencionado anteriormente, o conceito de tecnologia IoT (Internet das Coisas) vem do objetivo de realizar uma interconexão digital de objetos do dia a dia, como meios de transporte, eletrodomésticos e materiais de limpeza. Dessa forma é possível integrar diversos sistemas digitais com seus usuários, com uma melhor monitoração e controle de processos mesmo à distância (TECHTUDO, 2022).

Segundo o site TOTVS (2022), a tecnologia IoT se baseia na vinculação de um dispositivo com outros sistemas por meio de uma conexão *wireless* (sem fio), assim, esse dispositivo fornece dados para um software por meio da internet, podendo se comunicar com outros aparelhos. O controle e a monitoração dos sistemas e dispositivos IoT pode ser feito utilizando um aplicativo de celular ou sites.

A aplicação dessa tecnologia já acontece e está presente em diversos lugares. Exemplos dessa aplicação são:

- Carros conectados: Esse sistema coleta informações sobre o acelerador, tanque de combustível, rodas, freios, portas e mais, de forma a facilitar o monitoramento da performance do veículo. Além disso, muitos carros apresentam tecnologia de reconhecimento do motorista, assim deixando de lado as chaves e dando a partida por meio de um botão (TECHTUDO, 2022).

Um grande exemplo de carro inteligente é o *Tesla*. Seus sensores permitem uma direção autônoma, sem a necessidade de o motorista controlar o volante, freio ou acelerador. Ademais, possui um painel inteligente parecido com um *tablet*, que permite a visualização do veículo em movimento como uma animação 3D (ZUL DIGITAL, 2021);

- Casa Inteligente: O serviço IoT mais popular, devido à sua acessibilidade aos consumidores. Nesse sistema, as casas dispõem de um conjunto de dispositivos inteligentes (lâmpadas, TVs, geladeiras, tomadas, câmeras, fechaduras e mais) conectados e monitorados por aplicativos e comandos de voz. Pode-se usar de exemplo a linha Positivo Casa Inteligente, que disponibiliza lâmpadas, tomadas, câmeras, fechaduras, e até controle universal para compra que podem ser controlados por um aplicativo no *smartphone* do usuário.

3.3. Dispositivos inteligentes

Dentro do conceito de Internet da Coisas, existem os dispositivos inteligentes (mais acessíveis no cotidiano). São aparelhos comuns na vida das pessoas, mas que evoluíram de acordo com o desenvolvimento da tecnologia digital e que, atualmente, possuem capacidade de conexão com a internet e outros dispositivos.

Os dispositivos mais desenvolvidos nos dias de hoje são aqueles presentes no ambiente doméstico, como:

- Geladeira *Smart*: Com as funções de uma geladeira comum, a *smart* possui um design mais ergonômico por meio de um posicionamento invertido, em que o freezer fica próximo ao chão e as prateleiras, em cima. Além disso, permitem o controle da temperatura, programação de avisos e monitoramento para manutenção (SHOPTIME, 2021);

- Assistente virtual: Assistentes virtuais são ótimos dispositivos para auxiliar a realização de atividades no cotidiano. É possível pedir para agendar alarmes, pesquisar sobre diversos assuntos na internet, tocar música, checar o clima e horário, e até ajudar em escolhas. Ademais, com a ideia de casa inteligente, alguns assistentes virtuais podem se conectar com certos dispositivos inteligentes, sendo capaz de realizar atividades no lugar do usuário, como a ação de acender/apagar luzes e ligar/desligar TVs (NETIZ, 2021).

Alguns exemplos de assistentes são: *Alexa*, *Google Assistente* e *Siri*;

- *Smart* Robô Aspirador: Com a evolução da tecnologia, dispositivos como aspiradores de pó ganharam sua versão inteligente. Antes, era necessário movimentar o aspirador por toda a casa, gerando grande cansaço para os indivíduos. Atualmente, com a inovação digital, os aspiradores diminuíram de tamanho e conseguem realizar o trabalho de limpeza sozinho, reduzindo totalmente o cansaço gerado por essa tarefa.

Capazes de mapear a casa e os locais para limpeza, os *smart* robôs aspiradores conseguem realizar uma higienização de, aproximadamente, 90 minutos seguindo a duração de sua bateria. Após esse período, ele retorna à base de carregamento para, depois de carregado, continuar seu trabalho. Além disso, alguns

dispositivos podem ser integrados em serviços de assistência, assim podendo iniciar a limpeza por meio de comando de voz (NETIZ, 2021).

Muitos desses dispositivos podem ser controlados por assistentes virtuais, como a *Alexa*, que possuem tecnologia de *machine learning* (aprendizado de máquina) e Inteligência Artificial para a realização de atividades, entendimento de comandos e interação. Ainda, esses assistentes, por meios dessas tecnologias, conseguem se adaptar às preferências e necessidades do usuário e fornecer uma experiência cada vez melhor com o passar do tempo (DIGITAL NET, 2023).

3.4. Inteligência Artificial

Inteligência Artificial (IA) pode ser definida por sistemas ou dispositivos que funcionam de forma análoga à humana, isto é, realizam funções seguindo uma certa lógica e “raciocínio”, sem a necessidade de interferência humana.

O funcionamento de IAs ocorre por meio do armazenamento e processamento de uma enorme quantidade de dados combinados com algoritmos programados previamente e da percepção de padrões nessas informações coletadas. Com isso, seu software é capaz de determinar o que fazer em diversas situações de maneira autônoma (GUITARRARA, 2023).

Seu desempenho envolve outras tecnologias como robótica, *machine learning* (aprendizado de máquina), reconhecimento de voz, *deep learning* (aprendizado profundo) e redes neurais artificiais. A tecnologia de *machine learning* utiliza o processamento de dados e algoritmos para reconhecer padrões e repeti-los conforme as situações e com base em suas experiências. Já o *deep learning*, que possui a mesma base do anterior, mas adiciona-se o uso de redes neurais artificiais, as quais são modelos inspirados no funcionamento do cérebro humano (GUITARRARA, 2023).

Com um desenvolvimento e desempenho complexos, é fato que nem todas as IAs são iguais. Existem diferentes tipos que são classificados no que diz respeito às suas capacidades e funcionalidades.

Figura 4 – Tipos de Inteligência Artificial

Tipos de inteligência artificial		
Segundo a capacidade	Inteligência artificial limitada (ou estreita)	Tem a capacidade de desempenhar determinada tarefa para a qual foi designada.
	Inteligência artificial geral	Tem a capacidade de aprender e desempenhar qualquer tarefa que os seres humanos realizam.
	Superinteligência artificial	Representa a simulação por completo das funcionalidades do cérebro humano, sendo o modelo mais avançado de IA.
Segundo a funcionalidade	Máquinas reativas	Funcionam com base em uma reação ao cenário dado, e não em tarefas pré-programadas ou pela memória. Forma mais antiga de IA, com alta limitação.
	Memória limitada	Funciona pela análise de comportamentos anteriores que ficaram gravados na memória da IA. Com base nisso, consegue tomar decisões e realizar tarefas.
	Teoria da mente	Em fase de desenvolvimento, tem como função identificar e compreender as diferentes emoções, os pensamentos e os sentimentos que ocorrem no cérebro humano, melhorando as interações estabelecidas pela IA.
	Autoconsciente	Esse tipo de IA poderia desenvolver pensamentos e emoções próprias, sem o auxílio de comandos ou algum tipo de pré-programação. Ainda fica no campo da hipótese.

Fonte: GUITARRARA/Brasil Escola, 2023

Com o desenvolvimento e evolução da Inteligência Artificial, essa se tornou cada vez mais presente no cotidiano da população. Ao contrário do que as pessoas pensam, essa tecnologia não é difícil de ser encontrada e está gradativamente mais acessível. Alguns exemplos de produtos e ferramentas com Inteligência Artificial são (MENESES, 2023):

- ChatGPT;
- Google Lens;
- Assistentes Virtuais;
- ChatBot de atendimento ao cliente;
- Gerador de Imagens IA;
- Reconhecimento Facial;
- Tradutor.

O advento da inteligência artificial gerou inúmeras discussões em torno das implicações éticas, morais e sociais das informações que ela filtra e utiliza para realizar as ações pretendidas. Uma dessas preocupações é até que ponto os assistentes virtuais têm acesso a informações pessoais e como eles empregam esses dados em direção aos resultados desejados (MENESES e OLIVEIRA, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão de tecnologias cotidianas melhorou muito a praticidade da vida diária e molda a forma como se vive. Tarefas simples que antes eram cansativas agora se tornaram fáceis, graças aos avanços tecnológicos e à capacidade de permanecer interconectado. Com a utilização de inovações digitais, as pessoas podem utilizar seu tempo livre para passear com a família, amigos e para seu próprio lazer.

Os rápidos avanços da tecnologia proporcionam a realização de feitos que antes estavam somente na imaginação da população. Elas podem melhorar a produtividade e o bem-estar dos usuários, além de aumentar sua capacidade intelectual de aprendizado e conhecimento. À medida que a sociedade está evoluindo e se desenvolvendo, as possibilidades parecem infinitas e o potencial para grandes transformações é imenso. No entanto, também devemos estar atentos às implicações éticas e aos desafios potenciais que surgem com tal progresso.

À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, a responsabilidade de garantir a segurança e a privacidade dos dados torna-se fundamental. As ameaças à segurança cibernética são grandes, exigindo vigilância contínua e medidas proativas para proteger a vida dos indivíduos.

Ademais, como a tecnologia permeia vários aspectos da vida, é importante reduzir a exclusão digital, garantindo que todos as porções da sociedade tenham acesso aos benefícios e oportunidades que ela traz. A divisão justa e a adoção inclusiva da tecnologia digital devem ser priorizadas.

O mundo da tecnologia exige equilíbrio entre progresso e responsabilidade. Reconhecer o potencial da tecnologia e, do mesmo modo, estar atento aos seus efeitos éticos, permitirá um futuro não apenas tecnologicamente avançado, mas também socialmente inclusivo. É necessário aceitar a visão de um mundo onde a tecnologia atua como facilitadora do progresso humano e gera um amanhã melhor

para as próximas gerações. O futuro está cada vez mais próximo, e é preciso cuidar para que ele se torne cada vez mais brilhante e conectado.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA da tecnologia no nosso cotidiano. Loupen Brasil. Disponível em: <https://loupenbrasil.com.br/blog/a-importancia-da-tecnologia-no-nosso-cotidiano/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

TECNOLOGIAS do dia a dia: revolução na vida e no trabalho. Vivo Meu Negócio. Disponível em: <https://vivomeunegocio.com.br/conteudos-gerais/inovar/tecnologias-do-dia-a-dia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CONHEÇA um pouco mais sobre a Alexa. Grupo DigitalNet. Disponível em: <https://grupodigitalnet.com.br/conheca-um-pouco-mais-sobre-a-alexa/#:~:text=Aprendizado%20de%20máquina:%20A%20Alexa,e%20útil%20com%20o%20tempo>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SANTOS, Aline C. d.. **Benefícios da tecnologia para a sociedade**. Disponível em: <https://prensa.li/@alinecristina/beneficios-da-tecnologia-para-a-sociedade/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

OS BENEFÍCIOS da tecnologia. Blog do Portal Educação. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/os-beneficios-da-tecnologia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BENEFÍCIOS e desafios da tecnologia na educação. EDUCA Mais Brasil. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/beneficios-e-desafios-da-tecnologia-na-educacao>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MENESES, Amanda. **Inteligência artificial (IA): o que é, exemplos e mais**. Disponível em: <https://investnews.com.br/guias/inteligencia-artificial/#exemplos-de-ferramentas-com-ia>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GUITARRARA, Paloma. "Inteligência artificial"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/informatica/inteligencia-artificial.htm>. Acesso em 29 jul. 2023.

INTELIGÊNCIA Artificial: o que é, como funciona e exemplos - FIA. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

EQUIPE TOTVS. **Inteligência Artificial: o guia completo sobre IA!**. TOTVS. 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/inovacoes/o-que-e-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

O QUE é Internet of Things (IoT)? Oracle. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/internet-of-things/what-is-iot/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

INTERNET das Coisas: o que é, como funciona e exemplos de uso. TechTudo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/10/o-que-e-internet-das-coisas-veja-como-funciona-a-iiot-e-exemplos-de-uso.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

O QUE é IoT. Explicação sobre a Internet das Coisas. AWS Amazon. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is/iot/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRITO, Candido. **Estamos preparados para a 4ª Revolução Industrial?**. PET Prod. Disponível em: http://www.petprod.ufc.br/blog/blog_02_quarta-revolucao-industrial/. Acesso em: 29 jul. 2023.

PICCOLOTTO, Letícia. **Mundo pós-pandemia vai ser mais digital e, ao mesmo tempo, mais humano**. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/ inova-e-acao/mundo-pos-pandemia-vai-ser-mais-digital-e-ao-mesmo-tempo-mais-humano-09062020>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CORADI, Leandro Mehl. **Pós-pandemia: o impacto das tecnologias sob a ótica de Riscos e Compliance**. Gazeta do Povo. 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/conteudo-publicitario/ibef-pr/pos-pandemia-o-impacto-das-tecnologias-sob-a-otica-de-riscos-e-compliance/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GLOBO. **O impacto da tecnologia no consumo pós-pandemia**. Gente Globo. 19 maio 2021. Disponível em: <https://gente.globo.com/o-impacto-da-tecnologia-no-consumo-pos-pandemia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NITAHARA, Akemi. **Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais**. Agência Brasil. 25 nov. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>. Acesso em: 29 jul. 2023.

TRÊS TENDÊNCIAS de tecnologia para o mundo pós-pandemia. dataRain. Disponível em: <https://www.datarain.com.br/tendencia-tecnologia-pos-pandemia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

D'MASCHIO, Ana Luísa. **Pós-pandemia, como está o uso da tecnologia nas escolas públicas?**. 19 dez. 2022. Disponível em: <https://porvir.org/pos-pandemia-como-esta-o-uso-da-tecnologia-nas-escolas-publicas/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ALMEIDA, Carlos. **Educação pós-pandemia: como a tecnologia transformou o setor e quais as oportunidades**. 22 jan. 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/blog/detalhe/18144/educacao-pos-pandemia-como-a-tecnologia-transformou-o-setor-e-quais-as-oportunidades>. Acesso em: 29 jul. 2023.

INTERNET das coisas: objetos conectados à internet podem trazer inclusão digital? 14 jul. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/557704-internet-das-coisas-objetos-conectados-a-internet-podem-trazer-inclusao-digital>. Acesso em: 29 jul. 2023.

EVOLUÇÃO tecnológica e as mudanças sociais. Blog do Portal Educação. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/evolucao-tecnologica-e-as-mudancas-sociais/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

EVOLUÇÃO da Tecnologia e suas mudanças na sociedade. Escola Educação. 29 out. 2018. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/evolucao-da-tecnologia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CORREA, Fábio Trindade. **História da Tecnologia**. Cola da Web. 31 dez. 2014. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/geografia/tecnologia>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CORNÉLIO, Angelina. **História da tecnologia**: da pré-história ao Metaverso. Usemobile. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://usemobile.com.br/historia-da-tecnologia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FERNANDES, Cláudio. **Invenção da Imprensa**. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/invencao-imprensa.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Grandes Navegações**. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/artigos/as-grandes-navegacoes.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Grandes Navegações**: o que foram e consequências. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/grandes-navegacoes.htm#:~:text=As%20Grandes%20Navegações%20iniciaram-se,aprimorado%20o%20ofício%20da%20navegação>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PRINCIPAIS invenções do homem na Idade Média. 14 ago. 2018. Escola Educação. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/invencoes-na-idade-media/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

INOVAÇÃO Tecnológica: Evolução Da Tecnologia Nos últimos Anos. I Do Code. Disponível em: <https://idocode.com.br/blog/tecnologia/inovacao-tecnologica-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IGOR. **A influência da tecnologia no comportamento humano**. Brasil Escola. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/a-influencia-da-tecnologia-no-comportamento-humano.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GENISEL, Ewerton. **Evolução da tecnologia**: entenda qual é o impacto na nossa vida. Compra Plano. 24 jan. 2022. Disponível em: <https://comparaplano.com.br/blog/evolucao-da-tecnologia/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves. "Revolução Industrial: o que foi, resumo, fases". *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm>. Acesso em 29 de julho de 2023.

BEZERRA, Juliana. **Revolução Industrial**: o que foi (resumo). Toda Matéria. 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves; SOUSA, Rafaela. **Revolução industrial**: o que foi, fases, consequências, resumo. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-industrial-2.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Revolução Industrial**: resumo, causas, consequências. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

INDÚSTRIA 4.0. Portal da Indústria. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IBERDROLA. **QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**. Iberdrola. 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/inovacao/quarta-revolucao-industrial>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PERASSO, Valeria. **O que é a 4ª revolução industrial - e como ela deve afetar nossas vidas**. BBC Brasil. 22 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NOGUEIRA, Pablo. **Quem inventou o primeiro celular?**. Hardware.com.br. 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.hardware.com.br/artigos/quem-inventou-primeiro-celular/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GOEPIK. **NÃO CONFUNDA: Indústria 4.0 e Indústria 3.0**. GoEPIK. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.goepik.com.br/entenda-industria40-e-industria30>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CASA inteligente: conheça suas tecnologias e vantagens. Blog Intelbras. 30 maio 2023. Disponível em: <https://blog.intelbras.com.br/casa-inteligente/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NETIZ. **Você sabe o que são Dispositivos Inteligentes?**. G1 Globo. 12 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/especial-publicitario/netiz/netiz-explica/noticia/2021/03/15/voce-sabe-o-que-sao-dispositivos-inteligentes.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FGV. **Uso de TI no Brasil: País tem mais de dois dispositivos digitais por habitante, revela pesquisa**. Portal FGV. 1 maio 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/uso-ti-brasil-pais-tem-mais-dois-dispositivos-digitais-habitante-revela-pesquisa>. Acesso em: 29 jul. 2023.

DOLL *et al.* **O que é um dispositivo móvel?**. 2015. Disponível em: <http://www.nuted.ufrgs.br/oa/dimos/creditos.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SUBTIL, Gabriel. **Dispositivos móveis: entenda o que são e quais os tipos!** 4 jan. 2021. Disponível em: <https://portaldeplanos.com.br/artigos/dispositivos-moveis/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SMARTWATCH: 11 benefícios de ter um no seu dia a dia. Usemobile. 20 abr. 2022. Disponível em: <https://usemobile.com.br/smartwatch/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

QUAIS as funções do smartwatch?. Netshoes. Disponível em: <https://www.netshoes.com.br/blog/lifestyle/post/quais-as-funcoes-do-smartwatch>. Acesso em: 29 jul. 2023.

COMO usar o Google Lens? 5 dicas para aproveitar o app de câmera. Anafisco. Disponível em: <https://anafisco.org.br/como-usar-o-google-lens-5-dicas-para-aproveitar-o-app-de-camera/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MANSUR, Paulo. **Como usar o Google Lens? 5 dicas para aproveitar o app de câmera**. TechTudo. 15 jan. 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2022/01/como-usar-o-google-lens-5-dicas-para-aproveitar-o-app-de-camera.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

LOUREIRO, Juliano. **E-readers: entenda o que são e quais as opções disponíveis**. Livro Bingo!. 7 jan. 2022. Disponível em: <https://www.livrobingo.com.br/e-readers-o-que-sao-e-quais-as-opcoes-disponiveis>. Acesso em: 29 jul. 2023.

TABLET: descubra qual é o modelo ideal para você. ConectaJa. 23 dez. 2022. Disponível em: <https://conectaja.proteste.org.br/tablet-qual-e-modelo-ideal/#:~:text=O%20tablet%20é%20um%20dispositivo,celular,%20caso%20ele%20pouso%20chip>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BANDEIRA, Katarina; VELOSO, Thássius. **Confira 10 coisas que o tablet faz melhor do que o celular.** TechTudo. 2 out. 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2022/10/confira-10-coisas-que-o-tablet-faz-melhor-do-que-o-celular.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

PIPER, Daniel. **These 10 Apple Pencil hacks will transform your iPad experience.** Creative Blog 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.creativebloq.com/news/apple-pencil-hacks>. Acesso em: 29 jul. 2023.

DISPOSITIVOS IoT: O que é, Tipos, Vantagens e Exemplos. Disponível em: <https://master.org.br/noticias/dispositivos-iot/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NETIZ. **Você sabe o que são Dispositivos Inteligentes?** G1 Globo. 15 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/especial-publicitario/netiz/netiz-explica/noticia/2021/03/15/voce-sabe-o-que-sao-dispositivos-inteligentes.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SMART ROBÔ Aspirador Wi-Fi Laser. Positivo Casa Inteligente Disponível em: <https://www.positivocasainteligente.com.br/smart- robo-aspirador-laser>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SHOPTIME. **Geladeira smart:** conheça os modelos inteligentes. TechTudo. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2021/06/geladeira-smart-conheca-os-modelos-inteligentes.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

COMO funciona um carro da Tesla? 8 fev. 2021. Disponível em: <https://www.zuldigital.com.br/blog/como-funciona-carro-da-tesla/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

HALL, Chris. **Como configurar uma casa inteligente Alexa.** 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.pocket-lint.com/pt-br/casa-inteligente/noticias/amazon/143539-como-configurar-uma-casa-inteligente-alexa/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONHEÇA um pouco mais sobre a Alexa. DigitalNet 1 mar. 2023. Disponível em: <https://grupodigitalnet.com.br/conheca-um-pouco-mais-sobre-a-alexa/#:~:text=Aprendizado%20de%20máquina:%20A%20Alexa,e%20útil%20com%20o%20tempo>. Acesso em: 30 jul. 2023.

**UNIDADE PADRÃO DE
VENCIMENTO DOS SERVIDORES
E DOS SUBSÍDIOS DOS
VEREADORES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves
digressões**

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.a9b5e819-0d11-4a6d-a07f-
bcea0cc8001d

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

STANDARD PAYMENT UNIT FOR EMPLOYEES AND ALLOWANCES OF THE COUNCILORS OF THE C MARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: brief digressions

¹Paulo César de Souza

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões: a presente dissertação consiste em aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, bem como no curso de graduação em Ciências do Estado, matrícula nº 2020430791, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ofertado pelos departamentos: DINC (Direito e Processo Civil e comercial); DINC (Direito e Processo Penal); DIP (Direito Público) e DIT (Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito). Utilizou-se de referência: consulta pública no PJE-TJMG dos autos da Ação Civil Pública (acesso público) Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114 (CNPJ 21.037.718/0001-22); Escola Nacional de Administração Pública; reportagem do jornalista Reinaldo Rodrigues, Programa podcast falow (ACC - Academia Cultural Comunitária), portal transparência da Câmara Municipal de Ibirité e Prefeitura Municipal de Ibirité e trabalhos acadêmicos publicados.

PALAVRAS CHAVES: Alan da Música. Assessor Parlamentar. Câmara Municipal. Ciências do Estado. Daniel Belmiro de Almeida. Edson Tall. Ibirité. Município. Ministério Público de Minas Gerais. Moção Nº 25/2023. Prefeitura Municipal. R2 News. Reinaldo Rodrigues. Tonis Sousa. UFMG. Vereador.

ABSTRACT

This is an academic work entitled: STANDARD PAYMENT UNIT FOR EMPLOYEES AND ALLOWANCES OF THE COUNCILORS OF THE C MARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: brief digressions: this dissertation consists of improving the knowledge acquired at the Faculty of Law of PUC Minas, as well as in the undergraduate course in State Sciences, enrollment nº 2020430791, taught at the Faculty of Law of the Federal University of Minas Gerais, offered by the departments: DINC (Civil and Commercial Law and Procedure); DINC (Criminal Law and Procedure); DIP (Public Law) and DIT (Labor Law and Introduction to the Study of Law). Reference was used: public consultation at PJE-TJMG of the records of the Public Civil Action (public access) Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114 (CNPJ 21.037.718/0001-22); National School of Public Administration; report by journalist Reinaldo Rodrigues, Falow podcast program (ACC - Academia Cultural Comunitária), transparency portal of the Ibirité City Council and Ibirité City Hall and published academic works.

KEYWORDS: Alan da Música. Parliamentary Assistant. Town hall. State Sciences. Daniel Belmiro de Almeida. Edson Tall. Ibirite. County. Public Ministry of Minas Gerais. Motion No. 25/2023. City Hall. R2 News. Reinaldo Rodrigues. Tonis Sousa. UFMG. City councilor.

¹ Graduando em Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG e estagiário de Pós Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Membro da Comissão dos desabrigados da Vila Ideal

1. INTRODUÇÃO

No dia 30.08.2023, este autor publicou nas redes sociais informações capturadas do portal transparência da Prefeitura Municipal de Ibirité, nome de vereadores e assessores na legislatura 2021/2024 no município de Ibirité. O teor das informações causaram perplexidade no meio político devido ao detalhamento.

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção segundo a qual a sociedade, qualquer que seja essa sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos, expressa em um contrato social. Nesse sentido, partindo da hipótese de que o indivíduo soberano, ao entrar em contato com outros indivíduos igualmente soberanos, cria a sociedade política, a doutrina democrática tinha imaginado um Estado sem corpos intermediários. No entanto, o que aconteceu nos Estados democráticos foi exatamente o oposto: os sujeitos politicamente relevantes foram sempre mais os grupos, grandes organizações, associações das mais diversas naturezas, sindicatos de diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos. ZUCCOLOTTO, 2019.

Após a divulgação na rede social, alguns agentes públicos, reservadamente, estranharam ao ver os nomes expostos em planilha com o salário discriminado. Alguns agentes públicos demonstraram irritação na rede social, visto que a desconfiança dos valores entre assessores levantaram enumera discussão quanto ao trabalho de assessoramento.

Devido à dificuldade de realização do princípio da representação política, diversas correntes de pensamento surgiram como contraponto à democracia representativa, entre as quais se destacam as correntes elitistas (que consideravam a democracia meramente eleitoral), a nova esquerda e as correntes participativa e deliberativa (que, como Rousseau, recusam a representação por considerá-la uma usurpação). Apesar do crescimento dessa última corrente, um dos problemas

apontados em relação a ela é que os autores que a defendem não indicam soluções institucionais que evitem que, na democracia participativa, se repita o mesmo que com a representação política, ou seja, pontualmente, cair na tentação da maioria . Dito de outro modo, não indicam mecanismos institucionais de pesos e contrapesos para a solução de conflitos. **ZUCCOLOTTO, 2019.**

Verifica-se no site institucional da Câmara Municipal de Ibirité que a última publicação referente REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ foi em 2022, período em que DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA era presidente (BIÊNIO 2021/2022).

Filtrar

Filtros/termos: **Legislativo, Projeto de Lei Complementar. UNIDADE PADRAO DE VENCIMENTO** - (6 registros encontrados.)

Projeto de Lei Complementar 002/2022

Data Protocolo: 07/02/2022, Situação: Proposição transformada em lei

<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documentos/ordem:DESC/tipo:legislativo-2/subtipo%5B0%5D/projeto-de-lei-complementar-19/numero:/termo:UNIDADE%20PADRAO%20DE%20VENCIMENTO/ano:/autor:>

U.P.V

**ANO DE 2023 (ATÉ AGOSTO) NÃO FOI PUBLICADO
NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ**

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

2

2. DESENVOLVIMENTO

Até a presente data, não consta no site da CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ a UPV referente 2023. **Supostamente**, o valor da UPV corresponde a R\$ 168,00. Lado outro o valor da UPV de 2022 (conforme tabela abaixo capturado no site da Câmara Municipal de Ibirité é de R\$ 158,78. Aparentemente, o acréscimo da UPV/2023 é de R\$ 9,22 a maior.

01	LEI COMPLEMENTAR 157/2018 U.P.V. - 2018	R\$ 127,74
02	LEI COMPLEMENTAR 162/2019 U.P.V. - 2019	R\$ 132,12
03	LEI COMPLEMENTAR 171/2020 U.P.V. - 2020	R\$ 138,03
04	LEI COMPLEMENTAR 177/2021 U.P.V. - 2021	R\$ 144,27
05	LEI COMPLEMENTAR 184/2022 U.P.V. - 2022	R\$ 158,78
06	U.P.V. - 2023 <u>NÃO FOI PUBLICADO NO SITE</u> <u>DA CÂMARA MUNICIPAL</u>	
Elaboração: Paulo César de Souza - 09/09/2023		

Projeto de Lei Complementar 002/2022

Data Protocolo: 07/02/2022, Situação: Proposição transformada em lei

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Dimas Ramos de Miranda, Marclene Rodrigues dos Santos, Gleison Eloí Lopes, Rivaldo Pereira de Souza, Maximiliano Parreira da Silva, Wanderlei Martins de Paula
REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

Projeto de Lei Complementar 001/2021

Data Protocolo: 04/02/2021, Situação: Proposição transformada em lei

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Dimas Ramos de Miranda, Marclene Rodrigues dos Santos, Gleison Eloí Lopes, Rivaldo Pereira de Souza, Maximiliano Parreira da Silva, Wanderlei Martins de Paula
REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

Projeto de Lei Complementar 001/2020

Data Protocolo: 02/01/2020, Situação: Publicado

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Francisco Soares de Oliveira, Marclene Rodrigues dos Santos, Ropson Neres Corsino

[https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documentos/ordem:DESC/tipo:legislativo-2/subtipo%5B0%5D:projeto-de-lei-complementar-19/numero:/termo:UNIDADE E%20PADRAO%20DE%20VENCIMENTO/ano:/autor:](https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documentos/ordem:DESC/tipo:legislativo-2/subtipo%5B0%5D:projeto-de-lei-complementar-19/numero:/termo:UNIDADE%20PADRAO%20DE%20VENCIMENTO/ano:/autor:)

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

4

RELATÓRIO DO QUADRO DE SERVIDORES REFERENTE AO MÊS DE
NOVEMBRO DE 2021

Lei Nº 2306, de 13 DE AGOSTO DE 2021 que atualizou o valor do subsídio dos vereadores em R\$ 8.003,92 (oito mil, três reais e noventa e dois centavos) com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2021.

Lei Complementar Nº 0177 de 24 de março de 2021 que atualizou o valor da Unidade Padrão de Vencimento – UPV's em R\$ 144,27 (cento e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

MATRÍCULA	CARGO	UPV'S
8	0108	27
9	0113	25,85
18	0106	34
19	0103	34 LSV
20	0113	55,5
23	0103	34
473	0120	10,45
584	0120	10,45
631	0120	10,45
730	100	Vereador
733	0105	34
751	0107	34
765	0110	10,46
808	0109	7,84
836	0119	7,56
885	0102	55,5
894	100	Vereadora
896	100	Vereador
915	105	34
918	0105	34
921	0105	34
924	0105	34
936	0105	34
939	0105	34
953	0105	34
956	0105	34
965	0120	10,45
973	0105	34
983	0105	34
985	0105	34
987	0123	16,13
998	0121	13,51
999	0107	34
1008	0120	10,45
1010	0122	15,55

Fonte: Portal Câmara Municipal de Ibirité - Ano de 2021

Elaboração: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG

**UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS
DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões**

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a Câmara Municipal não publicou no site institucional REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

as normas gerais de aplicação com o fim de organizar a conduta das pessoas no âmbito de determinada sociedade. Essa definição é bem ampla e nos serve para entender a Lei da Transparência. É sabido que a Constituição Federal possui a previsão de diversos direitos que são autoaplicáveis. Um deles é o direito subjetivo dos cidadãos de receber informações (pessoais, coletivas e de interesse geral) dos órgãos públicos, que está prescrito no inciso XXXIII do art. 5º, o qual lista os direitos fundamentais. O mesmo direito subjetivo à informação, com menção expressa aos registros administrativos e às informações de atos de governo está no inciso II do § 3º do art. 37 da Carta Política. Por fim, o § 2º do art. 216 da Constituição Federal fixa o dever da Administração Pública de manter arquivos e de criar sistemas para que esses possam ser acessados pelos cidadãos (**Humberto Martins Ministro do Superior Tribunal de Justiça, 2023**)

REFERÊNCIAS

FALOW podcast |Tonis souza , Edosn Tal. Portal transparência da Câmara Municipal de Ibirité. Alan da Musica, Edson Tal e Tonis Sousa. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=b6bkbdkxiOk&t=3320s> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção Nº 25/2023. A Câmara Municipal de Ibirité, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressa-o-sem-manifesto/105420> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção Nº 25/2023. Pauta da 14ª Sessão Ordinária - 3ª Sessão Legislativa - 15ª Legislatura, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza. Disponível em: < <https://www.camaraibirite.mg.gov.br/sessao/14a-sessao-ordinaria-3a-sessao-legislativa-15a-legislatura-100242> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Executivo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. Câmara Municipal. Lei nº 2.354, de 02 de Março de 2023 disciplina auxílio alimentação aos servidores do Legislativo de Ibirité e dá providências. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/c20ad4d76fe97759aa27a0c99bff6710> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. MAJORA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 157/2018. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/upload/importados/docs/prop_osiscoes/lei_complementar_sancionada_PLC-0012018.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

7

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 162/2019. Disponível em: <

https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/upload/importados/docs/prop_osicoes/lei_sancionada_PLC-0022019.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 171/2020. Disponível em: <

https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/upload/importados/docs/prop_osicoes/lei_sancionada_PLC-0012020.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 177/2021. Disponível em: <

https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/upload/importados/docs/prop_osicoes/lei_complementar_sancionada_PLC-0012021.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 177/2021. Lei Complementar 184/2022. Disponível em: <

https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/upload/importados/docs/prop_osicoes/lei_complementar_sancionada_no_1842022_PLC-0022022.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

MARLON VILLELA NO | K-MASSA. Mistério no ar! O K-Massa com Wellington Horta traz para você uma noite repleta de revelações de segredos políticos por ninguém menos que Marlon Villela, o mestre do Marketing Político de Ibirité!. **Disponível em:** < <https://www.youtube.com/watch?v=RsWeoMJYeks> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

MARTINS, Humberto. LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORES, DIREITO E TECNOLOGIA EM EVOLUÇÃO. Disponível em: <
https://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/Discursos/0001182/LEI%20DA%20TRANSPAR%C3%8ANCIA%20E%20SUA%20APLICA%C3%87%C3%83O%20NA%20ADMINISTRA%C3%87%C3%83O%20P%C3%9ABLICA%20VALORES,%20DIREITO%20E%20TECNOLOGIA%20EM%20EVOLU%C3%87%C3%83O.pdf > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública (acesso público) Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114.

R2 NEWS. Reinaldo Rodrigues. NOVA REVELAÇÃO: DESPESAS POLÊMICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=BKjaHhac1xo> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador. Disponível em: <
<https://www.homeeditora.com/trabalho-2023/d32076f4-a366-4d7a-9094-91c9ad6e25a6> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

ZUCCOLOTTO, Robson. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro / Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira. – Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf> > **Acesso em:** 09 de setembro de 2023.

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões



JOÃO DE BARRO 90456

Vereador - IBIRITÉ/MG
Partido Republicano da Ordem Social - PROS
CNPJ - 38.869.429/0001-92

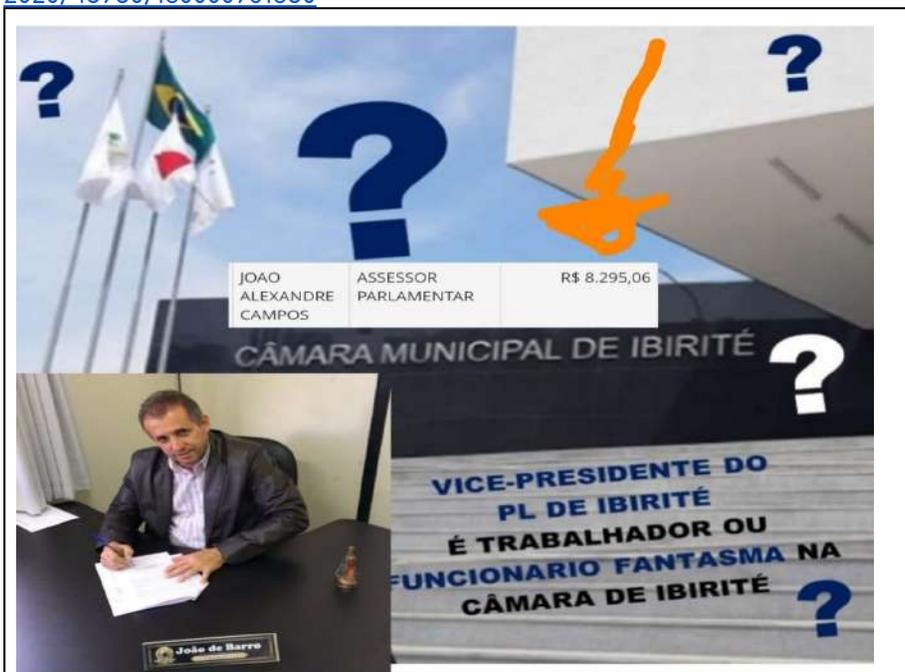
Suplente
Foto para urna

Consta da urna
Situação Candidatura ?

Deferido
Situação Candidatura ?

Deferido
Situação Partido/Coligação/Candidato ?

<https://divulgacontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/45950/130000981350>



07/09/2023 - AUTOR DESCONHECIDO

Crítica ao assessor JOÃO ALEXANDRE CAMPOS codinome **JOÃO DE BARRO** Exerceu a vereança em 2017/2020

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

10



FALOW podcast | Guilherme Costa e João de Barro



FALOW podcast
2,54 mil inscritos

Inscrito

16

Compartilhar

<https://www.youtube.com/watch?v=g4tjQYDFI7A&t=5s>

Em fala capturada aos 30 minutos, o convidado GUILHERME durante o programa apontou áudio com a voz / fala (aparentemente) do Senador da República Cleitinho (...) eu sou contra essa situação de vereador deputado indicar cargo na prefeitura, dentro de assembleia, de governo. Aos 32 minutos e 15 segundos assevera **JOÃO ALEXANDRE CAMPOS** vulgo **JOÃO DE BARRO** (...) **Vereadores hoje, o que eles fazem, ele para ganhar a eleição, primeira coisa que eles fazem e prometer cargo político, ou seja, o povo tem que começar a entender o seguinte: quando o vereador ganha uma eleição, observar ele como está trabalhando, como ele está agindo dentro do legislativo, a partir do momento que ele coloca cinco seis dez pessoas debaixo das asinhas e vai cuidar das dez pessoas que vai buscar os votos e elevar o nome dele, então ele esquece das 200 mil pessoas que tem dentro de Ibirité.**

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS
DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

11



plibirite22 1 d ❤️ 🎥

Boa tarde! Este questionamento deve ser feito ao vereador @netopelopovo, uma vez que Sr. João de Barro está alocado em seu gabinete. O PL Ibirité é composto por pessoas com princípios e valores que querem somar esforços para deixar a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento desta cidade. Caso seja comprovada quaisquer irregularidades sobre a conduta do vice-presidente da comissão do PL em Ibirité, as medidas corretas serão tomadas. Mais uma vez reafirmo que não compactuamos com as práticas da velha política.



Responder Ver tradução

07/09/2023 - AUTOR PL IBIRITÉ 22 (GRUPO WhatsApp AMAI)



AUTOR DA ARTE: DESCONHECIDO

UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS
DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ: breves digressões

**ANÁLISE SALARIAL DOS
VEREADORES DE IBIRITÉ/MG
ENTRE 2001/2004 A 2021/2024:
breves comentários**

Paulo César de Souza

DOI: 10.46898/home.02012180-d1e6-49ae-93ad-
e0ace500af0a

ANÁLISE SALARIAL DOS VEREADORES DE IBIRITÉ/MG ENTRE 2001/2004 A 2021/2024: breves comentários

SALARY ANALYSIS OF COUNCILORS OF IBIRITÉ/MG BETWEEN 2001/2004 TO 2021/2024: brief comments

¹Paulo César de Souza

RESUMO

Trata-se de um trabalho acadêmico intitulado: ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG ENTRE 2001/2004 A 2021/2024: breves comentários a presente dissertação consiste em aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, bem como no curso de graduação em Ciências do Estado, matrícula n° 2020430791, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ofertado pelos departamentos: DINC (Direito e Processo Civil e comercial); DINC (Direito e Processo Penal); DIP (Direito Público) e DIT (Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito). Utilizou-se de referência: Portal transparência do Portal do Município de Ibirité. Jurisprudência e literatura sobre transparência no serviço público. Publicação de trabalhos acadêmicos na Editora Home, bem como jornal tribuna. Consulta de dados, informações e estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral.

PALAVRAS CHAVES: Ibirité. Eleitor. Prefeito. Salário. Transparência. Vereador. Voto.

ABSTRACT

This is an academic work entitled: SALARY ANALYSIS AND VOTING OF PUBLIC AGENTS OF IBIRITÉ/MG BETWEEN 2001/2004 TO 2021/2024: brief comments this dissertation consists of improving the knowledge acquired at the Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, as well as in the undergraduate course in State Sciences, registration no. 2020430791, taught at the Faculty of Law of the Federal University of Minas Gerais, offered by the departments: DINC (Law and Civil and Commercial Procedure); DINC (Criminal Law and Procedure); DIP (Public Law) and DIT (Labor Law and Introduction to the Study of Law). Reference was used: Transparency Portal of the Ibirité Municipality Portal. Jurisprudence and literature on transparency in the public service. Publication of academic works in Editora Home, as well as the tribuna newspaper. Consultation of data, information and statistics from the Superior Electoral Court.

KEYWORDS: Ibirité. Voter. Mayor. Wage. Transparency. City councilor. Vote.

¹ Graduando em Ciências do Estado na Faculdade de Direito da UFMG e estagiário de Pós Graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Membro da Comissão dos desabrigados da Vila Ideal

1. INTRODUÇÃO

Desde 30 de agosto de 2023, inúmeros moradores do município de Ibitiré tomaram conhecimento da publicação no portal da transparência do Município de Ibitiré, a relação de assessores por vereador com o salário e a descrição da U.P.V (Unidade Padrão de Vencimento) codificação interna do legislativo que serve de cálculo para pagamento de vereadores e servidores do Poder Legislativo Local.

Lado outro, conforme estudo anexo os levantamentos não abarcavam legislaturas passadas. Além disso, não há descrição dos assessores alocados para o assessoramento. A planilha divulgada pelo Município não foi completa, visto que, segundo alguns servidores da própria câmara faltam mais servidores.

2. DESENVOLVIMENTO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou no Brasil a estrutura de um novo sistema de controle do Estado fundamentado nos princípios da legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e eficiência. A introdução do princípio da publicidade no modelo originário da democracia brasileira representou um grande avanço, pois abriu caminho para que a sociedade tivesse conhecimento sobre os atos da administração pública.

No que se refere ao incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, temos observado um aumento de participação nesses fóruns por parte da sociedade civil organizada. É certo que ainda precisamos avançar e melhorar a cultura da participação, mas sua inserção no arcabouço legal traz novas perspectivas para os grupos que antes dependiam apenas da boa vontade do gestor público para criação e funcionamento dessas instâncias deliberativas. Robson Zuccolotto e Marco Antonio (2019).

Nessa linha de raciocínio, a literatura pátria destaca a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que definiu, em seu art. 3º,

que os procedimentos nela previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: i) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; ii) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; iii) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; iv) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; v) desenvolvimento do controle social da administração pública.

Para Robson Zuccolotto e Marco Antonio Carvalho Teixeira (2019) Um aspecto importante dessa lei diz respeito à transparência passiva. Em seu artigo 10, a referida lei estabelece que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a publicação das informações identificadas no dia 30.08.2023 no portal transparência do município de Ibitaré é relevante. No entanto, cabe ao cidadão acompanhar diariamente as informações, visto que alguns dados não foram apresentados. Verifica-se na pesquisa que a relação de assessores por vereador nos pleitos passados não foram apontadas.

As informações publicadas no portal do Município de Ibitaré referentes aos vereadores e assessores deveriam partir do portal da transparência do Poder Legislativo. Os poderes são independentes entre si e nesse quesito o entendimento doutrinário e jurisprudencial é pacificado, vez que o comando normativo parte da constituição da república, mais precisamente na redação do artigo segundo da Carta Magna (...) *Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral - Resultados das eleições - Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Município de Ibirité. Portal da transparência (aba CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ) Disponível em: < https://pmibirite.geosiap.net.br/pmibirite/websis/portal_transparencia/financeiro/contas_publicas/index.php?consulta=../lei_acesso/lai_remuneracoes > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção Nº 25/2023. A Câmara Municipal de Ibirité, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressa-o-sem-manifesto/105420> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Câmara Municipal de Ibirité. Moção Nº 25/2023. Pauta da 14ª Sessão Ordinária - 3ª Sessão Legislativa - 15ª Legislatura, por iniciativa do Vereador Daniel Belmiro de Almeida, manifesta moção de elogios e aplausos ao Acadêmico de Ciências do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Paulo César de Souza. Disponível em: < <https://www.camaraibirite.mg.gov.br/sessao/14a-sessao-ordinaria-3a-sessao-legislativa-15a-legislatura-100242> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Executivo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal. Portal Transparência. Disponível em: Acesso em: < <https://pmibirite.geosiap.net.br/portal-transparencia/home> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. Câmara Municipal. Lei nº 2.354, de 02 de Março de 2023 disciplina auxílio alimentação aos servidores do Legislativo de Ibirite e dá providências. Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/c20ad4d76fe97759aa27a0c99b6710> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. MAJORA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 157/2018. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/importados/docs/prop_osisicoes/lei_complementar_sancionada_PLC-0012018.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 162/2019. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/importados/docs/prop_osisicoes/lei_sancionada_PLC-0022019.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 171/2020. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/importados/docs/prop_osisicoes/lei_sancionada_PLC-0012020.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 177/2021. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/importados/docs/prop_osisicoes/lei_complementar_sancionada_PLC-0012021.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal de Ibirité. Legislatura 2021/2024. REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Lei Complementar 177/2021. Lei Complementar 184/2022. Disponível em: < https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/importados/docs/prop_osisicoes/lei_complementar_sancionada_no_1842022_PLC-0022022.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

MARTINS, Humberto. LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORES, DIREITO E TECNOLOGIA EM EVOLUÇÃO. Disponível em: <
https://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/Discursos/0001182/LEI%20DA%20TRANSPAR%C3%8ANCIA%20E%20SUA%20APLICA%C3%87%C3%83O%20NA%20ADMINISTRA%C3%87%C3%83O%20P%C3%9ABLICA%20VALORES.%20DIREITO%20E%20TECNOLOGIA%20EM%20EVOLU%C3%87%C3%83O.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública (acesso público) Pje nº 5001331-38.2023.8.13.0114.

PORTAL TERRA. Apuração das eleições municipais - Eleições em Ibitité 2008 (prefeito e vereador). Disponível em: <
<http://apuracao.terra.com.br/2008/1turno/mg/45950/index.shtml#composicao> >
Acesso em: 10 de setembro de 2023.

R2 NEWS. Reinaldo Rodrigues. NOVA REVELAÇÃO: DESPESAS POLÊMICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=BKjaHhac1xo> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ 2021/2024 E A PLANILHA UNIFICADA: transparência no Poder Legislativo Municipal na relação de assessores por vereador. Disponível em: <
<https://www.homeeditora.com/trabalho-2023/d32076f4-a366-4d7a-9094-91c9ad6e25a6> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Eleições de 1996 a 2016 no município de Ibitité/MG (Poder Executivo). Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/03/ELEICOES-DE-1996-A-2016-IBIRITEMG-EXECUTIVO-E-LEGISLATIVO.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: breves considerações da ACP 5000072-18.2017.8.13.0114 e a lei 14.230/2021 Disponível em: <
https://www.homeeditora.com/_files/ugd/f36809_b1cf9566e3d544cd96ae52231076c7df.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG ENTRE 2001/2004 A 2021/2024: breves comentários

SOUZA, Paulo César de. Eleições municipais: apuração entre 2012-2020 em Ibirité. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/03/ELEICOES-MUNICIPAIS-apuracao-entre-2012-2020-em-Ibirite.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Fórum Nacional De Publicações 2023 – Volume I. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/04/FORUM-NACIONAL-DE-PUBLICACOES-2023-Volume-I.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Fórum Nacional de Publicações 2023 – Volume II. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/04/FORUM-NACIONAL-DE-PUBLICACOES-2023-Volume-2.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

SOUZA, Paulo César de. Anais – Fórum Nacional De Publicações – Maio/2023. Disponível em: <
<https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/ANAIS-FORUM-NACIONAL-DE-PUBLICACOES-MAIO-2023.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

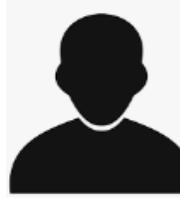
SOUZA, Paulo César de. Eleição na câmara Municipal de Ibirité Biênio 2023/2024 e o tabuleiro político municipal: breves comentários. Disponível em: <
https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ELEICAO-NA-CAMARA-DE-VEREADORES-DE-IBIRITE-BIENIO-2023_2024-.pdf > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

ZUCCOLOTTO, Robson. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro / Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira. – Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf> > **Acesso em:** 10 de setembro de 2023.

ANEXO I-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG	
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2001/2004	
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2001	
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral	
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
ANDERSON ZACHARIAS MOURÃO	R\$ 3.500,00
ARTUR ORLANDO DA SILVA	R\$ 3.500,00
CARLA NUNES DE MELO	R\$ 3.500,00
CARLOS ALBERTO VITORINO DE SOUZA	R\$ 3.500,00
EDSON AGUIAR DA SILVA	R\$ 3.500,00
EDUARDO PACIFICO DOS SANTOS	R\$ 3.500,00
FABIO BATISTA DE ARAUJO	R\$ 3.500,00
GERALDO DE MATOS BARROSO	R\$ 3.500,00
JORGE MELQUIADES PIMENTA	R\$ 3.500,00
LAERCIO MARINHO DIAS	R\$ 3.500,00
MESSIAS DOS REIS OLIVEIRA	R\$ 3.500,00
NILTON JOSÉ CAMPOS	R\$ 3.500,00
ODAIR DIAS	R\$ 3.500,00
RONILTON CLEDMAR DE OLIVEIRA	R\$ 3.500,00
VERLI MARCELINO DE ANDRADE	R\$ 3.500,00

ANEXO I-B

<p>ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2001/2004 FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG</p>		
<p>ANTÔNIO PINHEIRO JÚNIOR (PSD) TONINHO PINHEIRO</p>		<p>24.210 VOTOS</p>
<p>MARCIO FLAVIO BAUNGRATZ GROSSI (PTB) MARCIO GROSSI</p>		<p>11.780 VOTOS</p>
<p>EDUARDO REALINO DA SILVA (PT)</p>		<p>10.104 VOTOS</p>

ANEXO II-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG	
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2005/2008	
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2005	
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral	
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG	
ANDERSON ZACHARIAS MOURÃO	R\$ 4.434,67
ARTUR ORLANDO DA SILVA	R\$ 4.434,67
CARLA NUNES DE MELO	R\$ 4.434,67
CARLOS ALBERTO VITORINO DE SOUZA	R\$ 4.434,67
EDSON AGUIAR DA SILVA	R\$ 4.434,67
EDUARDO PACIFICO DOS SANTOS	R\$ 4.434,67
FABIO BATISTA DE ARAUJO	R\$ 4.434,67
GERALDO DE MATOS BARROSO	R\$ 4.434,67
JORGE MELQUIADES PIMENTA	R\$ 4.434,67
LAERCIO MARINHO DIAS	R\$ 4.434,67
MESSIAS DOS REIS OLIVEIRA	R\$ 4.434,67
NILTON JOSÉ CAMPOS	R\$ 4.434,67
ODAIR DIAS	R\$ 4.434,67
RONILTON CLEDMAR DE OLIVEIRA	R\$ 4.434,67
VERLI MARCELINO DE ANDRADE	R\$ 4.434,67

ANEXO II-B

ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2005/2008		
FONTE: Tribunal Superior Eleitoral		
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG		
ANDERSON ZACHARIAS MOURÃO (PT) ANDERSON MOURÃO		10.268 VOTOS
PAULO TELLES DA SILVA (PPS) PAULO TELLES		8.496 VOTOS
ANTONIO PINHEIRO JÚNIOR (PL) TONINHO PINHEIRO		43.676 VOTOS

ANEXO III-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG			
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2009/2012			
http://apuracao.terra.com.br/2008/1turno/mg/45950/index.shtml#vereador			
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2009			
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral			
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG			
ANTONIO CARLOS CASSIMIRO (PT) TONINHO DA EVANGELIZAÇÃO		1.539 VOTOS	R\$ 6.192,04
CICERO DA SILVA (PT) CICERO METALÚRGICO		1.036 VOTOS	R\$ 6.192,04
EDSON AGUIAR DA SILVA (PSL) ESQUERDINHA		1.750 VOTOS	R\$ 6.192,04
CLAUDIO ROBERTO DA SILVA (PP) COELHO		1.634 VOTOS	R\$ 6.192,04
FABIO BATISTA DE ARAÚJO (PTB) FABINHO ARAÚJO R\$ 9.288,06		1.881 VOTOS	R\$ 9.288,06
FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA CHICO CANOAS (PTB)		1.377 VOTOS	R\$ 6.192,04

<p>AILTON ALVARENGA DOS SANTOS AILTON DO TRAILER (PMDB)</p>		<p>1.435 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>ROPSON NERES CORSINO ROBSON DO TRANSPORTE (PMDB)</p>		<p>1.461 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>ARTUR ORLANDO DA SILVA ARTURZINHO (PDT)</p>		<p>1.512 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>WILLIAM PARREIRA (PDT)</p>		<p>1.921 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>VERLI MARCELINO DE ANDRADE BISPO VERLI (PV)</p>		<p>1.259 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>JOSE ROBERTO MATOS ZÉ ROBERTO (DEM)</p>		<p>1.104 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>

ANEXO III-B

<p>ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG</p> <p>PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2009/2012 http://apuracao.terra.com.br/2008/1turno/mg/45950/index.shtml#prefeito</p> <p>FONTE: Tribunal Superior Eleitoral</p> <p>ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG</p>		
<p>LAÉRCIO DIAS (DEM)</p>		<p>36.538 VOTOS</p>
<p>PAULO TELLES (PPS)</p>		<p>29.692 VOTOS</p>
<p>ENOS VAGNER PONTES (PSOL) PROFESSOR ENOS PONTES</p>		<p>553 VOTOS</p>

ANEXO IV-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG			
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2013/2016			
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2013			
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral			
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG			
GERALDO DE MATOS BARROSO (PSDB) GERALDO MATOS		2.368 VOTOS	R\$ 6.192,04
FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA (PTB) CHICO CANOAS		1.865 VOTOS	R\$ 6.192,04
DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA (PP) DANIEL BELMIRO		1.670 VOTOS	R\$ 6.192,04
FÁBIO BATISTA ARAÚJO (PTB) FABINHO ARAUJO		1.666 VOTOS	R\$ 6.192,04
OSVALDO ALVES DA SILVA (PSL) OSVALDO SORRISO		1.601 VOTOS	R\$ 6.192,04
WEMBERSON MARCELINO DE ANDRADE (PV) PASTOR WEMBERSON		1.280 VOTOS	R\$ 6.192,04

JOSÉ ROBERTO MATOS (DEM) ZÉ ROBERTO		1.263 VOTOS	R\$ 6.192,04
EDSON AGUIAR DA SILVA (PSL) ESQUERDINHA		1.259 VOTOS	R\$ 6.192,04
CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA (PP) COELHO		1.176 VOTOS	R\$ 6.192,04
DANIEL MONTEIRO RESENDE (DEM) DANIEL MONTEIRO		1.173 VOTOS	R\$ 6.192,04
EDGAR DE QUEIROZ PEREIRA (PSB) EDGAR DO SALÃO		1.046 VOTOS	R\$ 6.192,04

<p>SANDOVAL RODRIGUES BARROSO FILHO (PV) SARGENTO SANDOVAL</p>		<p>1.019 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>SEBASTIÃO CELSO PINHEIRO DE OLIVEIRA (PSDC) CELSO DO GÁS</p>		<p>923 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>ANTONIO CARLOS CASSIMIRO (PT) TONINHO DA EVANGELIZAÇÃO</p>		<p>904 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>
<p>WELBERT PEREIRA DE FARIA (PTC) BETO ALEGRIA</p>		<p>858 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.192,04</p>

ANEXO IV-B

ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016		
FONTE: Tribunal Superior Eleitoral		
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG		
ANTÔNIO PINHEIRO NETO (PP) PINHEIRINHO		33.065 VOTOS
PAULO TELLES DA SILVA (PPS) PAULO TELLES		22.527 VOTOS
RICARDO VICENTE DOS SANTOS (PT) RICARDO BERNADÃO		20.057 VOTOS

ANEXO V-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG			
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2017/2020			
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2017			
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral			
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG			
WELBERT PEREIRA DE FARIA (PTC) BETO ALEGRIA		2.285 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário
DJALMA JUSTINO DE MATOS (PSDB) PASTOR DJALMA		1.965 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário
FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA (PTB) CHICO CANOAS		1.924 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário
ANTONIO DO CARMO TOMAZ (DEM) TONINHO JILÓ		1.687 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário
LAÉRCIO MARINHO DIAS (DEM) LAÉRCIO DIAS		1.546 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário
JOÃO ALEXANDRE CAMPOS (PV) JOÃO DE BARRO		1.432 VOTOS	R\$ 6.942,88 salário

<p>CLAUDIO ROBERTO DA SILVA (PP)</p> <p>COELHO</p>		<p>1.406 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA (PP)</p> <p>DANIEL BELMIRO</p>		<p>1.401 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>OSVALDO ALVES DA SILVA (PSL)</p> <p>OSVALDO SORRISO</p>		<p>1.194 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>ROPSOM NERES CORSINO (PPS)</p> <p>ROBSON DO TRANSPORTE</p>		<p>1.088 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>DANIEL SERGIO DE JESUS (PHS)</p> <p>DANIEL SERGIO</p>		<p>1.069 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>

<p>DIMAS RAMOS DE MIRANDA (PRB) DIMAS DO SATÉLITE SOM</p>		<p>1.046 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>MARCLENE RODRIGUES DOS SANTOS (PPS) MARCLENE</p>		<p>1.021 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>ALAN FERNANDES ROCHA (PTC) ALAN DA MÚSICA</p>		<p>784 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>
<p>ULISSES RAMOS PEDRASSI (PHS) ULISSES PEDRASSI</p>		<p>554 VOTOS</p>	<p>R\$ 6.942,88 salário</p>

ANEXO V-B

ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020		
FONTE: Tribunal Superior Eleitoral		
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG		
PINHEIRO NETO (PP) PINHEIRINHO		37.254 VOTOS
ENIR FONSECA (PT)		1.214 VOTOS
WILLIAM PARREIRA (PTC)		39.060 VOTOS

ANEXO VI-A

ANÁLISE SALARIAL E VOTAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE IBIRITÉ/MG			
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: LEGISLATURA: 2021/2024			
MÊS PESQUISADO: SETEMBRO/2021			
FONTES: Portal Transparência do Município de Ibirité e Tribunal Superior Eleitoral			
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG			
ALEXANDRE BRAGA SOARES (REPUBLICANOS) ALEXANDRE BRAGA DO PLANETA PIZZA		1.865 VOTOS	R\$ 8.003,92
DANIEL BELMIRO DE ALMEIDA (AVANTE) DANIEL BELMIRA		1.723 VOTOS	R\$ 8.003,92
ALEXANDRE JOSE FERREIRA DOS SANTOS (PP) CHANDE		1.665 VOTOS	R\$ 8.003,92
MICHEL STWART MUNIZ (PRÓS) MICHEL BITARÃES 10/09/2023 - SECRETÁRIO DE ESPORTES		1.536 VOTOS	NÃO SE APLICA (SECRETÁRIO PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG)
OSVALDO ALVES DA SILVA PROS OSVALDO SORRISO (SUPLENTE)		858 VOTOS	R\$ 8.003,92
RIVALDO PEREIRA DE SOUZA (PRTB) RIVALDO SOUZA		1.519 VOTOS	R\$ 8.003,92

<p>MAXIMILIANO PARREIRA DA SILVA (PSD) MAX</p>		<p>1.513 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>WANDERLEI MARTINS DE PAULA (PTC) TILELEI</p>		<p>1.484 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>CARLOS HENRIQUE VARELA PASCOAL (PODEMOS) CARLOS DO BOTE</p>		<p>1.332 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>DIMAS RAMOS DE MIRANDA (REPUBLICANOS) DIMAS DO SATÉLITE SOM</p>		<p>1.299 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>ARTUR ORLANDO DA SILVA (DEM) ARTURZINHO</p>		<p>1.113 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>

<p>MARCLENE RODRIGUES DOS SANTOS (AVANTE) MARCLENE RODRIGUES</p>		<p>1.040 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>WALLACE JUNIO RIBEIRO ANDRADE (PSC) PROFESSOR WALLACE ANDRADE</p>		<p>930 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>FRANCISCO SOARES DE AQUINO NETO (PV) NETO DO SALÃO</p>		<p>930 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>FABIO BATISTA DE ARAUJO (PP) FABINHO ARAÚJO</p>		<p>815 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>
<p>GLEISON ELOI LOPES (PTC) VÁVÁ</p>		<p>750 VOTOS</p>	<p>R\$ 8.003,92</p>

ANEXO VI-B

ANÁLISE DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO DE IBIRITÉ/MG		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO: 2021/2024		
FONTE: Tribunal Superior Eleitoral		
ELABORAÇÃO: Paulo César de Souza - Acadêmico de Ciências do Estado - UFMG		
WILLIAM PARREIRA DUARTE (AVANTE) WILLIAM PARREIRA		47.105 VOTOS
ANTÔNIO PINHEIRO JÚNIOR (PP) TONINHO PINHEIRO		35.142 VOTOS
HENRIQUE LAZAROTTI DE OLIVEIRA (PT) HENRIQUE LAZAROTTI		1.709 VOTOS
ENOS VAGNER PONTES (PSOL) PROFESSOR ENOS PONTES		634 VOTOS
JOÃO CÉSAR SANTOS REIS (PL) JOÃO CESAR		381 VOTOS
DANIEL SERGIO DE JESUS (PSL) DANIEL SERGIO		IMPUGNADO INDEFERIDO

MÉDIA SALARIAL DOS VEREADORES DE IBIRITÉ ENTRE 2001/2021	
Elaboração: Paulo César de Souza-10/09/23	
Setembro/2001	R\$ 3.500,00
Setembro/2005	R\$ 4.434,67
Setembro/2009	R\$ 6.192,04
Setembro/2013	R\$ 6.192,04
Setembro/2017	R\$ 6.942,88
Setembro/2021	R\$ 8.003,92

01	LEI COMPLEMENTAR 157/2018 U.P.V. - 2018	R\$ 127,74
02	LEI COMPLEMENTAR 162/2019 U.P.V. - 2019	R\$ 132,12
03	LEI COMPLEMENTAR 171/2020 U.P.V. - 2020	R\$ 138,03
04	LEI COMPLEMENTAR 177/2021 U.P.V. - 2021	R\$ 144,27
05	LEI COMPLEMENTAR 184/2022 U.P.V. - 2022	R\$ 158,78
06	U.P.V. - 2023 <u>NÃO FOI PUBLICADO NO SITE</u> <u>DA CÂMARA MUNICIPAL</u>	
Elaboração: Paulo César de Souza - 09/09/2023		

Projeto de Lei Complementar 002/2022

Data Protocolo: 07/02/2022, Situação: Proposição transformada em lei

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Dimas Ramos de Miranda, Marlene Rodrigues dos Santos, Gleison Eloi Lopes, Rivaldo Pereira de Souza, Maximiliano Parreira da Silva, Wanderlei Martins de Paula
REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

Projeto de Lei Complementar 001/2021

Data Protocolo: 04/02/2021, Situação: Proposição transformada em lei

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Dimas Ramos de Miranda, Marlene Rodrigues dos Santos, Gleison Eloi Lopes, Rivaldo Pereira de Souza, Maximiliano Parreira da Silva, Wanderlei Martins de Paula
REAJUSTA O VALOR DA UPV – UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

Projeto de Lei Complementar 001/2020

Data Protocolo: 02/01/2020, Situação: Publicado

Autor(res) : Daniel Belmiro de Almeida, Francisco Soares de Oliveira, Marlene Rodrigues dos Santos, Ropson Neres Corsino

<https://www.camaraibirite.mg.gov.br/documentos/ordem:DESC/tipo:legislativo-2/subtipo%5B0%5D:projeto-de-lei-complementar-19/numero:termo:UNIDAD E%20PADRAO%20DE%20VENCIMENTO/ano:/autor:>

**MANIFESTAÇÃO
EM IBIRITÉ**

**SEGUNDA 11/09
ÀS 14H.**

**SE PARA VOCÊ A SAÚDE EM IBIRITÉ
ESTA BOA FIQUE EM CASA.
MAS SE VOCÊ CONSIDERA QUE
PRECISA MUDAR ENTÃO, **VEM
PRA RUA!****

IBIRITÉ-MG

**TRAGA SEU CARTAZ, SUA FAIXA, SEU APITO,
SEUS AMIGOS, VIZINHOS E FAMILIARES.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRITÉ
AV. SÃO PAULO, 695**

ANAIIS DO FÓRUM NACIONAL DE PUBLICAÇÕES/Ano II/2023

Autores e autoras,

Apresento a vocês os Anais do Fórum Nacional de Publicações/Ano II/2023 publicado pela Home Editora, com a certeza de que essa é mais uma obra que contribuirá para a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Os trabalhos acadêmicos apresentados neste livro, em sua maioria frutos de proficuas pesquisas acadêmicos (TCC, monografia, dissertação, tese), decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões nas suas respectivas áreas; pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que vêm sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores experientes e novatos no desenvolvimento social e científico que possa melhorar a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Acredito, verdadeiramente, que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Esse livro é parte da materialização dessa utopia.

Ednilson Ramalho

Editor-Chefe

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

